

março de 2025

Avaliação de Fundos Europeus: Operacionalização do Madeira 2030

Relatório Final - Concurso M2030-Aval-0001



março de 2025

Avaliação de Fundos Europeus: Operacionalização do Madeira 2030

Relatório Final - Concurso M2030-Aval-0001

Equipa

António Sampaio Ramos (Coordenação Estratégica); Tatiana Alves, Ana Margarida Lopes (Coordenação Operacional); Alexandre Almeida, Américo Veloso Bento, Dulce Santana, Jorge Barbacena, Teresa Evaristo (Especialistas); Paulo Pedroso (Controlo de Qualidade)

Siglas e Acrónimos

AAC	Aviso de Abertura de Concurso
ABT	Avaliação Baseada na Teoria
AC	Avaliação Contrafactual
ACIF	Associação Comercial e Industrial do Funchal
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
AG	Autoridade de Gestão
API	<i>Application Programming Interface</i>
ARM	Águas e Resíduos da Madeira, S.A.
AT	Assistência Técnica
BI	<i>Business Intelligence</i>
CD	Conselho Diretivo
CE	Comissão Europeia
CIC	Comissão Interministerial de Coordenação
CM	Câmara Municipal
CUA	Ciclo Urbano da Água
DLBC	Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DLR	Decreto Legislativo Regional
DNSH	<i>Do No Significant Harm</i>
EIDT	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
EOR	Elementos Obrigatórios de Resposta
EREI/RIS3	Estratégia Regional de Especialização Inteligente
ETI	Equivalente a Tempo Integral
FEAMPA	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FG	<i>Focus Group</i>
FSE	Fundo Social Europeu
GA	Grupo de Acompanhamento
GEE	Gases com Efeito de Estufa
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IDE	Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM
IDR	Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM
IEM	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
IQ	Instituto para a Qualificação, IP-RAM
ISSM	Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM
ITI	Instrumento Territorial Integrado
NEET	<i>Not in Education, Employment, or Training</i>
NS/NR	Não sabe/não responde



OCS	Opções de Custos Simplificados
OI	Organismo Intermédio
OE	Objetivo Específico
OP	Objetivo Estratégico
PAESC	Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima
PCDI	Pessoas com Deficiência e Incapacidade
PDES	Plano de Desenvolvimento Económico e Social
PDM	Plano Diretor Municipal
PEDS	Pilar Europeu dos Direitos Sociais
PEPAC	Plano Estratégico da Política Agrícola Comum
PME	Pequena e Média Empresa
PNEC	Plano Nacional de Energia e Clima
PO	Programa Operacional
PP	Pedido de Pagamento
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
QA	Questão de Avaliação
RAM	Região Autónoma da Madeira
RDC	Regulamento de Disposições Comuns
RF	Relatório Final
RFP	Relatório Final Preliminar
RGIC	Regulamento Geral de Isenção por Categoria
RHAQ	Recursos Humanos Altamente Qualificados
RUP	Regiões Ultraperiféricas
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SAC	Sistemas de Apoio à Competitividade
SI	Sistema de Informação
SIPM	Sistema de Informação para a Privação Material
tCO₂e	Toneladas métricas de equivalente de dióxido de carbono
TA	Tipologia de Ação
TeSP	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
TdA	Teoria da Ação
TdP	Teoria da Programação
TI	Tipologia de Intervenção
TO	Tipologia de Operação
UE	União Europeia

Resumo

A “Avaliação de Fundos Europeus - Operacionalização do Madeira 2030”, tem como principal objetivo aferir em que medida a implementação do Programa está a decorrer de forma eficaz, eficiente e alinhada com os objetivos estratégicos regionais, e se serão necessários ajustamentos para assegurar o cumprimento desses objetivos. As evidências recolhidas durante o exercício de avaliação, **à data de corte de 30.09.2025**, apontam para: (i) **uma Programação globalmente relevante** no que respeita a objetivos e intervenções previstas e bem articulada no contexto das políticas públicas regionais, nacionais e europeias, mas cuja capacidade de resposta se encontra pressionada por lacunas em alguns domínios emergentes e por alterações recentes de contexto; (ii) **uma boa coerência interna e externa**, ainda que subsistam fragilidades na operacionalização de alguns OE (OE3 e OE5) e se observem algumas sobreposições e “concorrência” temática com outros instrumentos de financiamento (ex. PRR), com potenciais impactos na eficiência global dos recursos; (iii) **uma boa capacidade de mobilização da procura** cuja tradução em execução é, contudo, **condicionada por falhas na eficiência operativa** (nalguns casos inerente ao processo de arranque do programa), como, por exemplo, níveis de burocracia dos processos, limitações técnicas e operacionais dos sistemas de informação, e por algum desfasamento entre a procura mobilizada e a capacidade de decisão e execução do sistema de gestão; (iv) **um modelo de governação formalmente adequado**, com ganhos evidentes de eficácia no modelo de delegação de competências em organismos intermédios, mas cuja eficiência substantiva, à data de corte, apresentava ainda limitações, nomeadamente em termos de partilha de informação estratégica; (v) **uma implementação dos ITI ainda incipiente**. Estes instrumentos, novos na Região, são globalmente bem concebidos e alinhados com as prioridades territoriais, mas enfrentam constrangimentos relevantes ao nível da capacitação dos municípios e da maturidade estratégica das operações; e (vi) **uma eficácia global do Programa ainda condicionada por um ritmo de implementação lento e níveis baixos de execução**, que **limitam, no momento atual, a capacidade de robustecer a demonstração plena do valor acrescentado europeu**, o qual, não obstante, **apresenta potencial relevante**, quer em termos de efeitos de volume, quer em termos de efeito de processo. Neste contexto, o Relatório apresenta um conjunto de recomendações orientadas para o reforço da capacidade operacional do Programa, a aceleração da execução e a correção atempada dos principais constrangimentos identificados.

Abstract

The main objective of the “Evaluation of European Funds - Operationalization of Madeira 2030” is to assess the extent to which the Programme is being implemented effectively, efficiently, and in line with regional strategic objectives, and whether adjustments are necessary to ensure that these objectives are met. The evidence collected during the evaluation exercise, as of the **cut-off date of 30 September 2025**, points to: (i) **a programme framework that is globally relevant** in terms of its objectives and planned interventions and well-articulated within the context of regional, national and European public policies, although its capacity to respond is under pressure due to gaps in certain emerging domains and recent changes in context; (ii) **good internal and external coherence**, despite persistent weaknesses in the operationalisation of specific objectives (OE3 and OE5) and the existence of some thematic overlaps and “competition” with other funding instruments (e.g. the RRP), with potential impacts on the overall efficiency of resources; (iii) **a good capacity to mobilise demand**, whose translation into implementation is nevertheless constrained by **shortcomings in operational efficiency**, (in some cases inherent to the start-up process of the programme), such as, for example, levels of bureaucracy in the processes, technical and operational limitations of the information systems, and some mismatch between the demand mobilised and the decision-making capacity and execution of the management system; (iv) **a formally adequate governance model**, with clear gains in effectiveness in the model of delegation of powers to intermediate bodies, but whose substantive efficiency still showed limitations at the cut-off date, namely in terms of the conditions for sharing strategic information; (v) we still have an **incipient implementation of ITI**. These instruments, new to the Region, are globally well designed and aligned with territorial priorities, but face relevant constraints in terms of the capacity of municipalities and the strategic maturity of operations; and (vi) an **overall effectiveness of the Programme still conditioned by a slow pace of implementation and low levels of implementation**, which **currently limit the ability to strengthen the full demonstration of European added value**, which **nevertheless has significant potential**, both in terms of volume effects, and in terms of process effect. In this context, the Report puts forward a set of recommendations aimed at strengthening the Programme’s operational capacity, accelerating implementation, and ensuring the timely correction of the main constraints identified.

Índice

Siglas e Acrónimos	i
1. Introdução	8
2. Enquadramento da Avaliação e do seu Objeto	9
2.1. O Programa Regional Madeira 2030	9
2.2. Ponto atual da execução do Madeira 2030	11
3. Âmbito e Objetivos da Avaliação	14
4. Metodologia de Avaliação	16
4.1. Quadro metodológico global	16
4.2. Técnicas de recolha, tratamento e análise de informação implementadas	17
5. Resposta às Questões de Avaliação	20
QA1. Em que medida a estrutura de objetivos e tipologias do Programa estão a dar resposta às necessidades diagnosticadas dos grupos-alvo e território a que o Programa pretende dar resposta?	20
QA2. As intervenções previstas no Programa revelam coerência entre si (em termos programáticos e na prática) para permitirem atingir os objetivos do Programa? Está a ser assegurada a utilização articulada dos diferentes instrumentos de financiamento existentes para as intervenções nas mesmas áreas da política pública que o Programa financia?	31
QA3. Existem complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições entre as intervenções do Programa e outras intervenções a atuar sobre o mesmo constrangimento ou território (nomeadamente relação entre Programas Temáticos e Regionais e entre estes e o PRR e outros instrumentos de política regional/setorial)?	34
QA4. Os procedimentos administrativos ao longo do ciclo de vida da operação, e os sistemas de informação em que se desenvolvem, revelam-se eficazes e eficientes?	39
QA5. O Programa está a ser capaz de mobilizar a procura desejada (em quantidade e qualidade), assegurando o alinhamento dos projetos candidatos com os objetivos do Programa e dos respetivos instrumentos de apoio, tendo em conta as características da procura potencial?	49
QA6. O Programa está a ser capaz de selecionar os projetos que lhe garantem melhor cumprimento dos seus objetivos, em tempo útil?	62
QA7. O Programa está a ser capaz de acompanhar as operações de forma a potenciar a sua boa implementação com vista a alcançar os seus objetivos?	67
QA8. O sistema de recolha, análise e tratamento de informação e indicadores do Programa e contratualizados permitem dar resposta adequada às necessidades de gestão, monitorização e avaliação do Programa?	70
QA9. A estrutura de gestão do Programa, incluindo Organismos Intermédios, é adequada para o desempenho das funções que lhe estão atribuídas? O modelo de gestão e delegação de competências em organismos intermédios é adequado para a eficácia e eficiência do exercício das funções da Autoridade de Gestão do Programa?	75
QA10. O modelo de governação implementado tem contribuído para a eficácia e eficiência na gestão do Programa?	78
QA11. A implementação do Programa (ritmo de compromisso e de execução física e financeira e qualidade/adequação dos projetos aprovados) até ao momento, em cada uma das áreas de intervenção, permite assegurar o cumprimento das metas e dos objetivos do Programa?	88
QA12. Estão a ser atingidos os objetivos traçados para cada ITI?	97



QA13. Em que medida a eficácia e a eficiência das intervenções apoiadas pelo Programa são potenciadas pelo facto de serem financiadas por Fundos Europeus? Quais os principais fatores indutores desse valor acrescentado? Quais as áreas de intervenção do Programa em que o valor acrescentado europeu é mais expressivo e qual a natureza desse valor acrescentado (efeitos de volume, de âmbito e/ou de processo)? _____	115
6. Conclusões e Recomendações _____	119
7. Referências Bibliográficas e Eletrónicas _____	135
8. Anexos _____	136
A.1 Síntese do Programa Madeira 2030 e execução a 30.09.2025 _____	136
A.1.1 Programa Madeira 2030 por Prioridade, Objetivo Específico, Tipologias de Ação, Indicadores de Realização, Indicadores de Resultado, Complementaridade com Outras Intervenções, Principais Grupos-Alvo e Montante (€) _____	136
A.1.2 Lista de Avisos Publicados _____	142
A.1.3 Síntese da Execução Financeira do Madeira 2030 (a 30.09.2025) _____	146
A.2 Entidades auscultadas _____	150
A.2.1 Lista de entrevistas realizadas _____	150
A.2.2 Lista de Focus Group Focus Group realizados _____	151
A.3 Instrumentos de recolha e análise de informação _____	153
A.3.1 Guiões de entrevista e Focus Group aplicados por QA e Tipologia de stakeholders _____	153
A.3.2 Guião de inquérito por questionário a entidades que apresentaram candidaturas (aprovadas e não aprovadas) _____	166
A.4 Resultados do inquérito a beneficiários _____	198
A.5 Estudos de Caso _____	223
A.5.1 Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IDE, IP-RAM _____	223
A.5.2 Instituto para a Qualificação, IP-RAM _____	229
A.5.3 Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM _____	235
A.6 Teorias da Ação e Programação _____	239
A.7 Matriz de suporte à avaliação dos indicadores de realização e resultado _____	244

Tabelas

Tabela 1. Dotação do Madeira 2030 por Objetivo Estratégico _____	9
Tabela 2. Dotação proposta em sede de reprogramação do Madeira 2030 por Objetivo Estratégico _____	10
Tabela 3. Avisos de Abertura de Concurso por Ano e Objetivo Específico _____	12
Tabela 4. Indicadores financeiros face à Programação por Objetivo Estratégico (a 30.09.2025) _____	13
Tabela 5. Técnicas de recolha de informação utilizados na resposta às Questões de Avaliação _____	17
Tabela 6. Taxa de resposta ao inquérito aos beneficiários, por tipologia da operação candidadata _____	18
Tabela 7. Necessidades identificadas no Madeira 2030, por Prioridade, Objetivo Específico e Tipologia de Ação _____	22
Tabela 8. Nível de concentração financeira face ao histórico da dinâmica da região por OP _____	23
Tabela 9. Adequação da tipologia de operação às necessidades existentes relativas a essa temática, segundo os beneficiários com candidaturas aprovadas (%) _____	24
Tabela 10. Adequação e proporcionalidade dos Objetivos Específicos face aos problemas diagnosticados _____	27
Tabela 11. Situações que se alteraram face ao desenho inicial ou informação nova sobre o contexto do Madeira 2030 _____	29
Tabela 12. Nível de Cobertura e de Necessidade de Investimento por Domínio Emergente _____	29
Tabela 13. Grau de adequação dos Objetivos Específicos mobilizados para o alcance dos objetivos do Programa _____	33
Tabela 14. Perceção dos beneficiários Madeira 2030 _____	35
Tabela 15. Programa Madeira 2030 e a Complementaridade com Outras Intervenções _____	36
Tabela 16. Áreas de política – sinergias e risco de sobreposição entre o PRR e o Programa Madeira 2030 _____	37
Tabela 17. Grau de satisfação dos beneficiários com a facilidade de acesso/utilização do SI _____	40
Tabela 18. Grau de satisfação dos beneficiários com a documentação de suporte _____	41
Tabela 19. Tipologia de necessidades de alteração dos Sistemas de Informação (síntese qualitativa) _____	41
Tabela 20. Grau de adequação dos procedimentos administrativos, por fase do ciclo de vida da operação, TO, perfil da entidade beneficiário e dimensão da operação _____	44
Tabela 21. Tipologias de operação com metodologia de custos simplificados _____	46
Tabela 22. Tempo médio de decisão dos pedidos de pagamento em metodologia de custos simplificados _____	48
Tabela 23. Total de avisos e decisões das candidaturas do Programa Madeira 2030 _____	49
Tabela 24. Distribuição dos Avisos por Natureza, Fundo e Estado _____	50
Tabela 25. Tipologia de operação por estado da operação (candidatura) _____	50
Tabela 26. Média e variância do mérito por Tipologia de Operação (apenas operações Aprovadas)* _____	52
Tabela 27. Grau de adequação dos elementos do processo de candidatura, segundo beneficiários (%) _____	53
Tabela 28. Grau de adequação dos elementos da tipologia de Operação, segundo beneficiários (%) _____	54
Tabela 29. Eficácia da estratégia de comunicação do Madeira 2030 na divulgação dos seguintes elementos do Programa ao público em geral, segundo os beneficiários (%) _____	55
Tabela 30. Desfasamentos relevantes entre oferta e procura _____	57

Tabela 31. Fenómenos de Autoexclusão de Projetos _____	58
Tabela 32. Apoio e capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a elaboração da candidatura prestados pela Autoridade de Gestão e/ou o Organismo Intermédio ____	60
Tabela 33. Tempo médio de decisão das candidaturas aprovadas _____	63
Tabela 34. Tempo de análise em avisos fechados sem decisões (a 30.09.2025) _____	63
Tabela 35. Indicadores dos mecanismos de acompanhamento – pedidos de pagamento _____	68
Tabela 36. Dimensões em que se manifestam ganhos de eficácia e eficiência, por OI _____	76
Tabela 37. Avaliação da Composição do Comité de Acompanhamento _____	80
Tabela 38. Grau de contributo do CA para a implementação e eficácia do Programa por tipo de contributo _____	81
Tabela 39. Grau de satisfação dos membros do CA com os mecanismos de articulação implementados _____	81
Tabela 40. Tipologia de barreiras à articulação funcional e impactos no Programa _____	86
Tabela 41. Execução de Fundo e Metas da regra n+3 (31.12.2024 e 30.09.2025) _____	92
Tabela 42. Cenário de execução das metas contratualizadas para os Indicadores de realização* ____	95
Tabela 43. Fundo Programado, Avisos e respetiva dotação a concurso e candidaturas submetidas, por Objetivo específico e Tipologia de Intervenção _____	98
Tabela 44. Adequação e grau de relevância do Quadro de Intervenção do ITI Funchal aos objetivos do PO Madeira 2030 _____	99
Tabela 45. Adequação e grau de relevância do Quadro de Intervenção do ITI Funchal face aos Eixos Estruturantes de intervenção do Plano de Ação do ITI _____	101
Tabela 46. Adequação do Quadro de intervenção do ITI Porto Santo face aos desafios e objetivos definidos no PO Madeira 2030 _____	102
Tabela 47. Dotação financeira para a implementação do Plano de Ação do ITI Funchal _____	104
Tabela 48. Dotação financeira para a implementação do Plano de Ação do ITI Porto Santo ____	105
Tabela 49. Indicadores de realização e de resultados contratualizados no âmbito do ITI Funchal ____	107
Tabela 50. Indicadores de realização e de resultados contratualizados no âmbito do ITI Porto Santo	108
Tabela 51. Efeito da opção pelo apoio de fundos europeus do Madeira 2030, na perspetiva das entidades beneficiárias _____	116
Tabela 52. Efeito da opção pelo apoio de fundos europeus do Madeira 2030, na perspetiva das entidades beneficiárias _____	117

Figuras

Figura 1. Indicadores gerais de execução do Madeira 2030 (a 30.09.2025) _____	11
Figura 2. Percentagem de inquiridos que consideram a adoção de metodologias de custos simplificados adequada _____	47

1. Introdução

1. O presente documento constitui o **Relatório Final da avaliação “Fundos Europeus: Operacionalização do Madeira 2030”**, desenvolvido pelo Grupo Technopolis, tendo o Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM enquanto entidade adjudicante.
2. Este relatório integra as conclusões do processo de avaliação externa da operacionalização do Programa Madeira 2030, em alinhamento com o Plano de Avaliação do Portugal 2030, contribuindo para a produção de evidência(s) sobre o grau de alinhamento, coerência, eficácia e eficiência da implementação do Programa.
3. A avaliação teve como objetivo global analisar em que medida a implementação do Programa Madeira 2030 está a decorrer de acordo com o previsto e se, tendo em conta o ritmo de execução observado, está a contribuir para a maximização dos resultados esperados e para o cumprimento dos objetivos de política pública regionais. Pretendeu-se igualmente identificar obstáculos e fragilidades operacionais e antecipar eventuais desvios que possam comprometer a concretização das metas do Programa, o que permitiu aprofundar recomendações decorrentes da análise realizada até ao momento.
4. Este relatório, de acordo com o caderno de encargos, encontra-se organizado em torno dos seguintes capítulos e conteúdos:
 - **Enquadramento da avaliação e do seu objeto**, onde se procede à contextualização e delimitação do objeto, apresentando uma primeira visão do ponto de situação atual da execução do Madeira 2030;
 - **Âmbito e objetivos da avaliação**, que inclui a delimitação do âmbito da avaliação e apresentação dos seus objetivos;
 - **Metodologia**, que contém a explicitação do quadro metodológico global, e o entendimento e estratégias específicas de resposta a cada Questão de Avaliação (métodos e técnicas de recolha e análise da informação, indicadores, fontes de informação e *stakeholders*), apresentando ainda um ponto de situação dos trabalhos de avaliação e os passos seguintes para a conclusão do Relatório Final;
 - **Resposta às questões de avaliação**, em função das evidências recolhidas;
 - **Conclusões e recomendações**, que decorrem da resposta às questões de avaliação;
 - **Referências bibliográficas e eletrónicas consultadas**, e;
 - **Anexos**.

2. Enquadramento da Avaliação e do seu Objeto

2.1. O Programa Regional Madeira 2030

5. O Programa Regional Madeira 2030 foi concebido tendo em consideração dois grandes referenciais, de natureza estratégica e operacional:
 - O racional do Plano de Desenvolvimento Económico e Social da RAM, aprovado pelo DLR n.º 17/2020/M, de 30/12 (PDES), quadro de referência global para as políticas regionais no horizonte 2030. Este Plano fundamenta os principais Desafios Estratégicos Regionais e estabelece um compromisso dinâmico entre intervenções da esfera da Competitividade (recursos de I&DT, inovação e sistemas produtivos regionais), da esfera da Coesão (na qualificação do território, dotando-o de atratividade e de resiliência para enfrentar as transições climática e energética) e da esfera das Qualificações, Emprego e Inclusão Social; o sexto Desafio enquadra as intervenções de Recuperação e Resiliência.
 - Os Objetivos da Política de Coesão para o ciclo de Programação 2021-2027, assumindo regionalmente as prioridades identificadas para Portugal no Anexo D do *Country Report* de 2019.
6. O Madeira 2030 tem em consideração as principais estratégias e planos setoriais identificados nas Condições Habilitadoras e também na Justificação dos Objetivos Específicos (OE) mobilizados por Objetivos de Política (OP), cumprindo as concentrações temáticas e metas relativas ao clima e à biodiversidade, aos apoios às pessoas mais carenciadas, ao apoio ao emprego dos jovens e inclusão social. Assume, ainda, um alinhamento consistente com documentos de referência das políticas europeias: Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS), Pacto Ecológico Europeu, o Novo Bauhaus Europeu e com a Comunicação da Comissão Europeia “Colocar as pessoas em primeiro lugar, assegurar o crescimento sustentável e inclusivo, desbloquear o potencial das RUP da UE”, de 03.05.2022.
7. Está organizado em torno dos 5 Objetivos Estratégicos definidos para o atual período de Programação e de uma componente de Assistência Técnica, declinados em 9 prioridades, 22 Objetivos Específicos, 48 tipologias de ação, 68 tipologias de intervenção e 140 tipologias de operação, assumindo, assim, uma arquitetura complexa que coloca desafios de gestão, monitorização e avaliação.
8. O Programa Regional Madeira 2030, conta **com uma dotação global no valor de 760M€, dos quais 319M€ são relativos ao FSE+ e 441M € ao FEDER**, distribuídos pelos Objetivos Estratégicos de acordo com o quadro seguinte:

Tabela 1. Dotação do Madeira 2030 por Objetivo Estratégico

Objetivos Estratégicos	Dotação (M€, %)
OP 1 Madeira + Inteligente	194 M€ (26%)
OP 2 Madeira + Verde	126 M€ (16%)
OP 3 Madeira + Conectada	60 M€ (8%)
OP 4 Madeira + Social	351 M€ (46%)
OP 5 Madeira + Próxima	10 M€ (1%)
Assistência Técnica	19 M€ (3%)
Total	760M€ (100%)

Fonte: Programa Madeira 2030

9. A distribuição da dotação orçamental, detalhada no Anexo A.1., espelha o foco das prioridades regionais:
 - (i) **coesão social:** prioridade 4A em particular OE 4f relativo à promoção da igualdade de acesso e de conclusão de **percursos educativos e formativos**, sobretudo por parte de grupos desfavorecidos e que inclui desde os cuidados de 1ª infância, educação e formação de jovens e de adultos, incluindo ensino superior e a promoção da acessibilidade a pessoas com deficiência ou incapacidade; OE 4h orientado para a **inclusão ativa** e a não discriminação de grupos desfavorecidos sobretudo centrado nas dimensões de **empregabilidade**; 4a centrado na melhoria do acesso ao emprego quer de jovens (garantia para a juventude), desempregados de longa duração, pessoas inativas e grupos desfavorecidos no mercado de

trabalho, nomeadamente por via do apoio a emprego por conta própria e à economia social (neste caso associado também à prioridade 4B);

(ii) **crescimento inteligente e sustentável:** prioridade 1A em particular OE1.3. relativo aos apoios a PME tendo em vista a criação de emprego e o investimento produtivo e, ainda, o OE 1.1. centrado nos apoios à investigação e inovação;

(iii) **transição energética e clima:** prioridade 2A em particular o OE 2.5. associado aos investimentos na gestão sustentável da água, bem como o OE2.7. centrado nos investimentos na proteção da natureza e da biodiversidade e redução da poluição.

10. Em simultâneo a este exercício de avaliação, a Autoridade de Gestão do Madeira 2030, teve necessidade operacional de elaborar uma proposta de reprogramação do Programa, que acabou por ser influenciada por alterações promovidas pela Comissão Europeia, nomeadamente:

- A 1 de abril de 2025 a Comissão Europeia propôs um importante pacote legislativo destinado a modernizar a política de coesão.
- A 10 de abril de 2025, em carta dirigida ao Ministro da Coesão Territorial, o Vice-Presidente Executivo para a Coesão e Reformas, em referência a este pacote legislativo, salientou as novas oportunidades de investimento em linha com as prioridades da União Europeia (nomeadamente ao nível da Habitação Social e Habitação Acessível, Água e Resiliência Hídrica, Energia e Defesa).

11. A **proposta de reprogramação**, submetida a 24 de outubro de 2025 e, até ao momento, **ainda não validada pela COM**, apresenta **uma redistribuição da dotação global de 760M€**, por Objetivos Estratégicos de acordo com o quadro seguinte:

Tabela 2. Dotação proposta em sede de reprogramação do Madeira 2030 por Objetivo Estratégico

Objetivos Estratégicos	Dotação Proposta Reprogramação (M€, %)
OP 1 Madeira + Inteligente	183 M€ (24%)
OP 2 Madeira + Verde	147 M€ (19%)
OP 3 Madeira + Conectada	21 M€ (3%)
OP 4 Madeira + Social	380 M€ (50%)
OP 5 Madeira + Próxima	7 M€ (1%)
Assistência Técnica	22 M€ (3%)
Total	760M€ (100 %)

Fonte: Proposta de Reprogramação - Nota Justificativa, 24 outubro 2025(*em processo de decisão)

12. As principais alterações propostas em sede de reprogramação incluem:

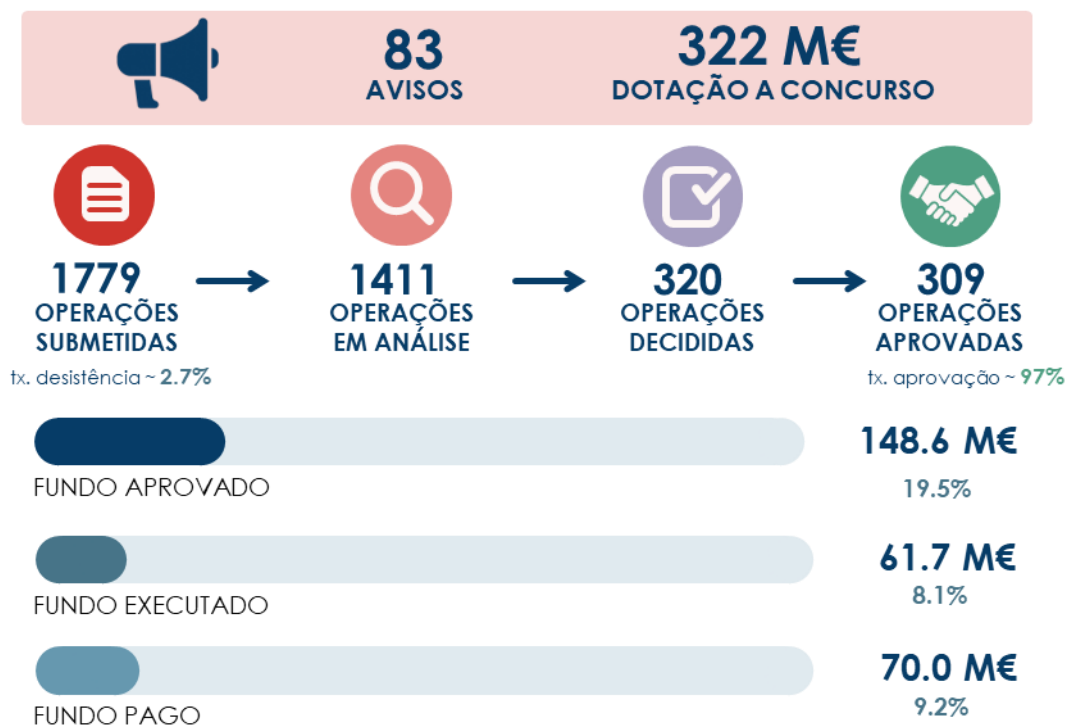
- alterações resultantes da aprovação dos Planos de Ação dos ITI, incluindo a mobilização de Objetivos Específicos para os ITI de forma diferenciada (em termos de OE e montantes mobilizados) face ao programado na versão em vigor do Madeira 2030, e a alteração das responsabilidades de gestão das entidades territoriais competentes;
- criação de novos objetivos específicos, em alinhamento com as novas prioridades estratégicas da UE (e correspondentes desmobilizações de outros objetivos específicos) – novas prioridades 2F (Acesso à água), 2G (Energia) e 4H (Habitação), e desmobilização parcial/reafectação orçamental nas prioridades 1A (Conhecimento e Inovação), 2A (Ação Climática e Transição Energética), 3A (Mobilidade e Transportes), 4A (coesão social), 5A (Desenvolvimento sustentável dos territórios);
- ajustamento resultante do reforço da Assistência Técnica do Programa (FSE+);
- correção de erros e imprecisões identificados no texto do programa em vigor.

13. Este é o contexto de partida do atual exercício, em que perante as dinâmicas observadas, poderão decorrer análises em linha com conclusões e recomendações que permitam enquadrar o exercício de reprogramação e a eventual definição de novas prioridades.

2.2. Ponto atual da execução do Madeira 2030

14. No arranque do Madeira 2030 observou-se um relevante atraso no lançamento dos primeiros concursos, que, à exceção da Assistência Técnica, só ocorreu no início de 2024, passado mais de um ano da aprovação do Programa a 14 de dezembro de 2022.
15. À data de corte considerada para este Relatório, 30 de setembro de 2025, tinham sido lançados **83 Avisos de Abertura de Concurso do Madeira 2030**, com uma **dotação a concurso de cerca de 322 M€**, correspondente a **cerca de 42% da dotação total programada**. O número total de **operações submetidas até esta data era de 1.779**, das quais 48 foram desistidas por iniciativa do promotor ou anuladas. **Foram emitidas decisões sobre 320 operações (309 com decisão de aprovação e 11 com decisão de não aprovação), permanecendo 1.411 operações em análise.**

Figura 1. Indicadores gerais de execução do Madeira 2030 (a 30.09.2025)



Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pela Autoridade de Gestão do Madeira 2030.

16. O **fundo total aprovado** para as operações aprovadas totaliza 148,6 M€, dos quais 48,9 M€ FEDER e 99,7 M€ euros FSE+, refletindo uma taxa de **compromisso global de 19,6%**. Note-se que esta taxa de compromisso **não contabiliza os montantes contratualizados no âmbito dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI)**, uma vez que não existiam, nesta data, operações aprovadas referentes aos ITI. Não obstante, caso a totalidade do fundo contratualizado nos Planos de Ação das ITI venha a concretizar-se em fundo aprovado em operações, isso colocaria virtualmente a taxa de compromisso do Madeira 2030 nos 22,7%. Em termos de execução financeira, o **valor já executado atinge 61,7 M€ (correspondendo a 8,1% da dotação total do Programa)**, e o **valor total pago até ao momento soma 70 M€ (9,2% da dotação total do Programa)**.
17. O **OP4 - Madeira + Social** regista o maior número de avisos de abertura de concurso abertos (55), com uma **dotação a concurso de 162,4 M€**, que corresponde a **cerca de 46% da dotação Programada** para este objetivo estratégico. Dentro do OP4, destaca-se a abertura de 23 AAC no objetivo específico ESO4.6 - *Acesso à educação e formação*, onde se incluem as tipologias de operação dos cursos profissionais, cursos de aprendizagem, cursos técnicos superiores profissionais (CTeSP) e formação avançada. Destaca-se ainda a abertura de 10 AAC no objetivo específico ESO4.8 - *Inclusão ativa e empregabilidade*, incluindo os Programas de inserção socioprofissional e a qualificação de pessoas com deficiência ou incapacidade, registando-se, no entanto, 3 concursos sem quaisquer candidaturas neste OE. No âmbito da ESO4.1 - *Acesso ao emprego*, foram abertos 10 AAC nas tipologias de estágios profissionais, apoios à contratação, Programas de formação e

emprego e criação de emprego e microempreendedorismo (incluindo 5 AAC no âmbito da PI 4A, e 5 AAC dirigidos ao emprego jovem no âmbito da PI 4B).

Tabela 3. Avisos de Abertura de Concurso por Ano e Objetivo Específico

Objetivo Específico		Ano			Nº avisos desertos ¹		
		2023	2024	2025		Total	
OP1/OE	Madeira + Inteligente		3	6	9		
1A	RSO1.1	Promover a investigação e a inovação		1	1		
	RSO1.2	Colher os benefícios da digitalização		1	1		
	RSO1.3	Crescimento e competitividade das PME's	2	3	5		
	RSO1.4	Competências para a especialização inteligente e a transição			0		
1R	RSO1.3	Crescimento e competitividade das PME's/Dotação Específica RUP	1	1	2		
OP2/OE	Madeira + Verde		3	7	10		
2A	RSO2.1	Eficiência energética		1	1		
	RSO2.5	Gestão sustentável da água	3	2	5		
	RSO2.6	Economia circular		1	1		
	RSO2.7	Proteção da natureza e biodiversidade		2	2		
2B	RSO2.8	Mobilidade urbana sustentável		1	1		
OP3/OE	Madeira + Conectada			2	2		
3A	RSO3.1	Rede transeuropeia de transportes		2	2		
	RSO3.2	Transportes sustentáveis			0		
OP4/OE	Madeira + Social		34	21	55	6	
4A	RSO4.5	Acesso aos cuidados de saúde (FEDER)		1	1		
	RSO4.6	Cultura e turismo sustentáveis (FEDER)		1	1	2	1
	ESO4.1	Acesso ao emprego		4	1	5	
	ESO4.4	Adaptação dos trabalhadores e das empresas à mudança		1	2	3	
	ESO4.6	Acesso à educação e formação		17	6	23	1
	ESO4.7	Aprendizagem ao longo da vida e transições profissionais		2	3	5	1
	ESO4.8	Inclusão ativa e empregabilidade		7	3	10	3
	ESO4.11	Acesso a serviços de qualidade				0	
4B	ESO4.1	Acesso ao emprego		1	4	5	
4C	ESO4.13	Combater a privação material			1	1	
OP5/OE	Madeira + Próxima dos Cidadãos		2	1	3		
5A	RSO5.1	Desenvolvimento integrado nas zonas urbanas		2	1	3	
AT	Assistência Técnica		2	2	4		
7A	TASO7.1	Assistência Técnica	2	2	4		
Total Madeira 2030			2	44	37	83	6

¹ Os "avisos desertos" incluem os avisos que não registaram qualquer candidatura, ou aqueles nos quais todas as candidaturas registadas foram desistidas/anuladas.

Fonte: dados fornecidos pela Autoridade de Gestão do Madeira 2030.

18. No **OP2 - Madeira + Verde** abriram 10 avisos de concurso, com uma dotação total de **70,8 M€ (56% do Programado)**. Foi lançado pelo menos um aviso por objetivo específico do OP2, com a maior parte da dotação lançada a concurso concentrada no RSO2.5, que inclui o AAC para a Recuperação e Ampliação da ETAR do Funchal - 2º Fase, e 4 AAC para intervenções no Ciclo Urbano da Água (UA) em Baixa (tipologias de operação de Abastecimento Água e Saneamento de Águas Residuais). Destaca-se ainda a abertura do AAC Reforço da Mobilidade Urbana Sustentável no âmbito da ITI do Funchal, enquadrado no RSO2.8.
19. No **OP1 - Madeira + Inteligente** abriram 9 avisos de abertura de concurso, incluindo algumas tipologias de operação dos Sistemas de Incentivos às empresas (Inovação 2030, Internacionalização 2030, Empreendedorismo e Inovação, e Funcionamento 2030), bem como o AAC Investigação e inovação no âmbito do RSO1.1, e o AAC Digitalização da Administração Pública Local no contexto do ITI do Funchal (RSO1.2). A dotação a concurso no OP1 ascende a **55,6 M€, correspondente a 29% da dotação Programada** para este objetivo estratégico.
20. No âmbito do **OP5 - Madeira + Próxima dos Cidadãos** foram lançados, em 2024, dois avisos-convite para a apresentação dos Planos de Ação dos ITI do Funchal e Porto Santo. Subsequentemente à contratualização dos referidos Planos de Ação, foram já abertos três AAC associados ao ITI do Funchal (um enquadrado no RSO5.1. e outros dois, conforme já referido, no RSO1.2 e no RSO2.8).
21. No âmbito do **OP3 - Madeira + Conectada** foram lançados, em agosto de 2025, os dois primeiros concursos para operações de Melhoria das Condições de Operacionalidade do Porto do Porto Santo e do Porto do Caniçal, respetivamente, com um total de 20M€ lançados a concurso.
22. No global do Madeira 2030, registam-se três Objetivos Específicos para os quais ainda não foi lançado nenhum aviso (RSO1.4, RSO3.2, ESO4.11). Note-se, ainda, que dos 83 AAC abertos, 6 não receberam qualquer candidatura ou registam apenas candidaturas desistidas por iniciativa do

promotor, salientando-se o caso do AAC para a Sala de Concertos da Madeira, pelo volume da dotação a concurso (15 M€).¹

23. À data de corte, **a grande maioria das operações candidatas permanecia em análise**, contribuindo para esse facto o grande volume de candidaturas de empresas recebidas no âmbito do SI Funcionamento 2030 (1431 candidaturas) e Inovação 2030 (167 candidaturas), e cuja análise não se encontra ainda encerrada (foram emitidas decisões relativamente a 10% e 37% das candidaturas recebidas a cada uma destas medidas, respetivamente).
24. No que respeita às **operações aprovadas**, é o OP4 que regista maior fundo aprovado até ao momento, ascendendo a 99,5 M€, representando uma taxa de compromisso de 28% face à Programação do OP. Deste montante de fundo aprovado, 87,5 M€ euros correspondem a FSE+, com maior concentração nos ESO4.6 (39M), ESO4.8 (21,7M€), e ESO4.1 (6M€ no OE associado à prioridade 4A e 12M€ na prioridade 4B). O FEDER no OP4 ascende a 12M€ aprovados no projeto da Unidade Local de Saúde do Porto Santo (RSO4.5).
25. No âmbito do **OP1 ainda só existe decisão sobre cerca de 12% das candidaturas recebidas** (excluindo desistências), tendo-se verificado um aumento significativo das decisões emitidas sobre candidaturas no RSO1.3 no segundo e terceiro trimestres de 2025. O fundo aprovado neste objetivo estratégico ascende a 18,2M€ (FEDER), o que corresponde a uma taxa de compromisso de 9%. No OP2, as aprovações, concentradas no RSO2.5 correspondem a um **montante de FEDER aprovado de 18,7M€ (taxa de compromisso de 15%)**.
26. Apenas **seis Objetivos Específicos registam taxas de compromisso superiores a 30%** - RSO2.5 (41%), RSO4.5 (63%), ESO4.6 (44%), ESO4.7 (43%), ESO4.8 (33%), e na prioridade 4B o ESO4.1 (30%), aos quais acresce ainda a Assistência Técnica (64%) que, como expectável, segue um ritmo de execução mais avançado.
27. **Nesta fase, 13 dos 23 OE ainda não registam qualquer aprovação**. As taxas de execução e pagamento são globalmente ainda baixas, refletindo em larga medida a proporção do fundo aprovado por OP/OE².

Tabela 4. Indicadores financeiros face à Programação por Objetivo Estratégico (a 30.09.2025)

Objetivos Estratégicos	Fundo Programado (€)	Dotação a Concurso / Programação	Taxa de Compromisso	Taxa de Execução	Fundo Pago / Fundo Programado
OP 1 Madeira + Inteligente	193 597 098	29%	9%	0%	0%
OP 2 Madeira + Verde	126 542 063	56%	15%	5%	5%
OP 3 Madeira + Conectada	60 000 000	33%	0%	0%	0%
OP 4 Madeira + Social	350 860 839	46%	28%	14%	16%
OP 5 Madeira + Próxima	10 000 000	12%	0%	0%	0%
Assistência Técnica	19 000 000	62%	64%	39%	42%
Total	760 000 000	42%	20%	8%	9%

Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pela Autoridade de Gestão do Madeira 2030.

¹ A lista completa dos Avisos de Abertura de Concurso publicados no âmbito do Madeira 2030 encontra-se no [Anexo A.1.2](#).

² Os indicadores de execução financeira por objetivo específico e tipologia de operação encontram-se detalhados no [Anexo A.1.3](#).

3. Âmbito e Objetivos da Avaliação

28. O **objetivo global** desta Avaliação é analisar em que medida a implementação do Programa está a decorrer de acordo com o previsto e, considerando o ritmo de implementação e execução registados, se está a contribuir para a maximização dos resultados esperados, identificando eventuais dificuldades encontradas na operacionalização dos diversos apoios e/ou antecipando potenciais desvios na concretização desses objetivos.
29. Os **objetivos específicos** são:
- Avaliar até que ponto o Programa está a dar resposta às necessidades que a sua Programação visa atender, tendo em conta eventuais alterações do contexto onde opera;
 - Avaliar se a implementação do Programa está a assegurar a coerência entre as intervenções Programadas e entre estas e outras medidas de política e instrumentos de apoio convergentes com os objetivos prosseguidos pelo Programa;
 - Avaliar a adequação da gestão estratégica (incluindo o modelo de governação, os sistemas de acompanhamento e monitorização) e operacional do Programa e a adequação dos instrumentos criados para garantir níveis elevados de eficácia e eficiência da sua implementação;
 - Avaliar, a partir do ritmo de execução do Programa e dos projetos apoiados, se a sua implementação está a garantir as condições necessárias para a concretização dos objetivos definidos e das metas estabelecidas. (cf. Especificações Técnicas).
30. De acordo com as Especificações Técnicas, **a Avaliação procurou assegurar:**
- **Conclusões bem fundamentadas**, devidamente suportadas em evidências sólidas e credíveis, resultantes da robustez e transparência na aplicação dos métodos utilizados e dos níveis de triangulação de métodos de fontes; a redação destas conclusões deve ser norteada pela Teoria da Ação (TdA).
 - Em função das conclusões, **propor recomendações** para ajustamentos necessários à melhoria das condições de eficácia e eficiência da implementação do Programa.
31. A Avaliação, numa fase inicial de implementação do Programa, é essencialmente relevante para perceber se o Madeira 2030 se encontra no rumo certo para concretizar os seus objetivos de política e objetivos específicos, ou se será necessário introduzir ajustamentos para assegurar o cumprimento desses objetivos, permitindo a incorporação atempada de melhorias ao nível do seu sistema de gestão e processos em curso na implementação do Programa. É particularmente relevante, neste contexto, a avaliação da operacionalização dos diferentes elementos constantes da Teoria da Ação do Programa³ apresentada nas Especificações Técnicas.
32. De acordo com as Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, esta avaliação foi desenvolvida **em duas etapas**, tendo permitido, num primeiro momento, obter um produto de avaliação - Relatório Intermédio - com um conjunto de elementos que dão cumprimento ao compromisso de avaliar a implementação inicial do Programa até 31 de maio de 2025, e, nesta segunda fase, o aprofundamento analítico, com referência à data de corte de 30 de setembro de 2025, da qual resulta o presente relatório.

³ A Teoria da Ação proposta organiza a ação do Programa em torno de elementos associados a instrumentos regulamentares, instrumentos de planeamento e estruturas técnicas e de gestão, um modelo de governação específico e meios tecnológicos e logísticos (recursos); atividades associadas à preparação e lançamento de avisos, análise de candidaturas, acompanhamento da execução, processamento de apoios, desenho dos planos de ação dos ITI, implementação de sistemas de informação, desenvolvimento de uma estratégia de comunicação e capacitação das estruturas técnicas das quais se deduzem realizações e resultados. As questões de avaliação foram organizadas em torno destes diferentes elementos da Teoria da Ação pelo que as conclusões e recomendações organizadas por questão de avaliação percorrem os diferentes elementos da TdA, permitindo identificar os seus pressupostos.



33. Em síntese, os resultados da Avaliação de Operacionalização centrada nas dimensões da eficiência operativa e da eficácia do Programa tem por finalidade:

- Informar o processo de revisão intercalar do Programa, nos termos do artigo 18.º do RDC (Reg. (UE) 2021/1060);
- Contribuir para a tomada de decisão de eventuais ajustamentos da Programação, dos procedimentos de implementação, acompanhamento, comunicação e controlo desenvolvidos pela AG, designadamente no que respeita à seleção dos projetos com maior potencial e acompanhamento e garantia da sua boa execução;
- Contribuir para que o Programa possibilite a concretização da estratégia global definida no Acordo de Parceria com eficácia, eficiência, rigor e transparência.

4. Metodologia de Avaliação

4.1. Quadro metodológico global

34. A análise das Especificações Técnicas e o momento em que a avaliação decorre, bem como a sua organização em duas etapas, que incidem sobre períodos temporais diferentes e apresentam níveis de profundidade e foco distintos, permite situar esta avaliação como uma avaliação formativa que tem componentes de:
- **Avaliação de processo do Programa**, uma vez que se pretende avaliar as condições de produção de resultados, a partir da análise sua eficiência operativa, de forma a permitir melhorias nos sistemas de gestão e nos processos e atividades inerentes às competências da AG e dos OI. Neste ponto estamos perante uma avaliação da operacionalização que deve permitir melhorar os processos associados à gestão nas suas diversas dimensões.
 - **Avaliação de resultados**, uma vez que engloba a avaliação da eficácia do Programa, centrada na análise da execução à data e do potencial de contributo para o cumprimento dos seus objetivos a partir da dinâmica de implementação demonstrada e perspetivada.
35. O momento em que se realiza a avaliação e os seus objetivos situam assim esta avaliação como uma avaliação de implementação intercalar, pois dela espera-se contributos e ajustamentos em matéria de (re)programação, de coordenação e gestão.
36. De um ponto de vista metodológico trata-se de uma Avaliação Baseada na Teoria uma vez que deve orientar a sua observação ao Programa e a resposta às Questões de Avaliação, tendo como referencial a Teoria da Ação apresentada nas Especificações Técnicas. Com efeito, a estratégia de investigação adotada, e que está patente na metodologia implementada, é orientada pela Teoria da Ação (TdA) e, sempre que aplicável, pela Teoria da Programação (TdP) para as três tipologias de ação identificadas no CE. Estas teorias são elementos teóricos da operacionalização e da produção de resultados esperados do Programa e permitem orientar a respostas às QA4. O processo de avaliação conduziu a uma revisão da TdA e das TdP que foram aprofundadas, incluindo outros elementos como os pressupostos inerentes à cadeia de causalidade e os riscos identificados (CF. Anexo 6). De um ponto de vista metodológico as Especificações Técnicas são bastante prescritivas, identificam não só as Questões de Avaliação, como sinalizam elementos obrigatórios de resposta, i.e., os aspetos que têm de estar vertidos nas conclusões relativas a cada QA, e definem para cada QA as técnicas de recolha de informação e respetivas fontes e ainda o âmbito no qual se centra a análise:
- Autoridade de Gestão no caso de QA no domínio de avaliação da eficiência operativa relacionadas com a estrutura de gestão e o modelo de governação;
 - Todas as tipologias de ação e operação em matérias de eficiência operativa relacionadas com os procedimentos administrativos, os sistemas de informação, os procedimentos que afetam a procura, os procedimentos de seleção de candidaturas e acompanhamento dos projetos, sistema de indicadores e monitorização e em matérias do domínio da avaliação da eficácia relativa às dinâmicas de implementação;
 - Abordagem específica a um conjunto mais limitado de TO.

⁴ No caso das TdP está em causa, de acordo com as especificações técnicas do Caderno de Encargos, a resposta à Subquestão de avaliação 5.5.

4.2. Técnicas de recolha, tratamento e análise de informação implementadas

37. A implementação dos trabalhos de avaliação seguiu o plano metodológico estabelecido no Relatório Inicial da Avaliação, assente num conjunto diversificado de métodos e técnicas de recolha, tratamento e análise de informação, de acordo com as exigências técnicas e metodológicas associadas a cada questão de avaliação, conforme sistematizado na tabela abaixo.

Tabela 5. Técnicas de recolha de informação utilizados na resposta às Questões de Avaliação

QA	Análise documental e de dados	Entrevistas	Focus Group	Inquérito a beneficiários	Estudos de caso
Relevância					
QA1	●	●			
Coerência					
QA2	●	●	●		
QA3	●	●	●	●	
Eficiência Operativa					
QA4	●	●	●	●	
QA5	●	●	●	●	
QA6	●	●	●	●	●
QA7	●	●	●	●	●
QA8	●	●	●		
QA9	●	●	●	●	●
QA10	●	●	●		
Eficácia					
QA11	●	●			
QA12	●	●	●		
Valor Acrescentado Europeu					
QA13	●	●	●	●	

38. Durante o exercício de avaliação, a aplicação das diversas técnicas enunciadas teve em consideração o faseamento por etapas e o respetivo âmbito temporal de análise, tendo sido definida uma **data de corte a 30.09.2025** para efeitos da análise da execução do Madeira 2030.

39. Em matéria de auscultação das partes interessadas, foram efetuadas **23 entrevistas semi-diretivas**, que decorreram entre junho e dezembro de 2025, conforme detalhado no **Anexo A.2.1**. As entrevistas abrangeram diferentes níveis da governação do Programa, incluindo a AG e a estrutura operacional, todos os organismos intermédios, entidades representadas no Comité de Acompanhamento, entidades envolvidas nos ITI, entidades envolvidas na implementação das TO abrangidas pelas TdP disponibilizadas nas especificações técnicas, e outros *stakeholders* regionais, bem como representantes da AD&C. As entrevistas permitiram recolher perceções e informações úteis sobre a coerência das intervenções, os fatores de mobilização da procura e os principais constrangimentos na execução.

40. Foram ainda realizados **7 Focus Group**, com o objetivo de aprofundar a análise qualitativa sobre temas específicos, nomeadamente a operacionalização do Programa, a eficácia e eficiência dos

procedimentos administrativos e o grau de ajustamento às necessidades e capacidades dos diferentes perfis de beneficiários. Os *Focus Group* temáticos decorreram durante o mês de novembro de 2025 e envolveram as seguintes tipologias de participantes (detalhadas no [Anexo A.2.2](#)):

- Técnicos da Autoridade de Gestão e dos Organismos Intermédios
- Representantes nas Redes de Articulação Funcional
- Representantes do Comité de Acompanhamento
- Representantes de Beneficiários – Entidades Públicas ou equiparadas
- Representantes de Beneficiários – Empresas
- Entidades com intervenção no ITI Funchal
- Entidades com intervenção ITI Porto Santo

41. Os guiões seguidos para as entrevistas e *Focus Group* encontram-se detalhados no [Anexo A.3.1](#).

42. Os beneficiários foram ainda auscultados através de **inquérito por questionário**, aplicado por via eletrónica ao universo de entidades com candidaturas apresentadas ao Madeira 2030. As respostas foram recolhidas entre agosto e outubro de 2025, obtendo-se um total de 161 respostas válidas, o que traduz uma taxa de resposta de 10,9% face ao nº de promotores que tinham apresentado pelo menos uma candidatura ao Madeira 2030 até à data de envio do questionário. Note-se ainda que, em várias tipologias de operação, as taxas de resposta ao inquérito por TO são iguais ou superiores a 30%, assegurando uma base de análise minimamente robusta ao nível desagregado.

Tabela 6. Taxa de resposta ao inquérito aos beneficiários, por tipologia da operação candidatada

Tipologia de Operação (TO)	Nº total de promotores que apresentaram candidatura à TO ¹	Taxa de resposta ao inquérito ²
1001 - Investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT)	3	33,3%
1033 - Infraestruturas, desmaterialização de processos internos, serviços Web/online aos cidadãos e empresas e cibersegurança	2	100,0%
1038 - Investimento Empresarial Produtivo (SI)	91	29,7%
1044 - Promoção do espírito empresarial e ecossistema de empreendedorismo	1	100,0%
1059 - Projeto Individual (SI) - Internacionalização das empresas	6	83,3%
2004 - Eficiência Energética na AP local	1	0,0%
2030 - Abastecimento de água	6	33,3%
2031 - Saneamento de Águas Residuais	5	20,0%
2053 - Sistema de transportes sustentáveis	1	0,0%
2060 - Ações imateriais	3	0,0%
3018 - Alocação específica RUP (Funcionamento 2030)	1382	6,4%
4001 - Estágios profissionais	1	100,0%
4002 - Apoios à contratação	1	100,0%
4003 - Programas de formação e emprego	1	100,0%
4005 - Criação de emprego e microempreendedorismo	1	100,0%
4012 - Formação empresarial individual (SI)	10	10,0%
4016 - Formação da Administração pública regional e local	15	46,7%
4021 - Cursos Profissionais	9	66,7%
4022 - Cursos de Aprendizagem	1	100,0%
4026 - Cursos Técnicos Superiores Profissionais (Cursos TeSP)	1	0,0%

Tipologia de Operação (TO)	Nº total de promotores que apresentaram candidatura à TO ¹	Taxa de resposta ao inquérito ²
4029 - Formação Avançada	1	0,0%
4030 - Formações modulares certificadas	22	31,8%
4037 - Centros especializados em qualificação de adultos e processos de RVCC (Centros Qualifica)	3	66,7%
4045 - Programas de inserção socioprofissional	1	100,0%
4046 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade	1	0,0%
4099 - Aquisição direta de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade	1	100,0%
4511 - Infraestruturas de cuidados de saúde primários	1	0,0%
4517 - Património cultural (bens imóveis classificados como de interesse nacional ou de interesse público)	6	33,3%
5013 - Valorização do património cultural	1	100,0%
7001 - Funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão e monitorização (FSE+)	4	100,0%

¹ à data de envio do inquérito.

² as respostas dos inquiridos que responderam ter apresentado candidatura em mais do que uma tipologia de operação foram contabilizadas em todas as TO identificadas.

43. O guião do inquérito encontra-se apresentado no [Anexo A.3.2](#) e a síntese dos resultados no [Anexo A.4](#).
44. Por fim, foram também desenvolvidos **três estudos de caso** sobre os organismos intermédios do Programa, orientados para analisar em profundidade o modelo de delegação de competências e o seu funcionamento nos diferentes contextos institucionais. Estes estudos de caso baseiam-se na triangulação de várias fontes de informação, incluindo documentação de enquadramento, entrevistas semiestruturadas à Autoridade de Gestão e aos OI, registos dos *Focus Group* com beneficiários e técnicos, bem como dados de monitorização e resultados do inquérito aos beneficiários, encontrando-se descritos e analisados em detalhe no anexo específico dedicado aos estudos de caso ([Anexo A.5](#)).
45. Foi efetuada a revisão e aprofundamento da Teoria da Ação e das Teorias de Programação a partir da informação recolhida no processo de avaliação, bem como das respetivas conclusões. Os respetivos diagramas estão apresentados no [Anexo A.6](#).

5. Resposta às Questões de Avaliação

QA1. Em que medida a estrutura de objetivos e tipologias do Programa estão a dar resposta às necessidades diagnosticadas dos grupos-alvo e território a que o Programa pretende dar resposta?

Síntese conclusiva

A estrutura de Objetivos Específicos (OE) e Tipologias de Ação (TA) do Programa Madeira 2030 **revela uma resposta globalmente coerente e proporcional às necessidades diagnosticadas dos grupos-alvo e do território, com reforços significativos em áreas como inclusão social, emprego jovem, qualificação e saúde.**

Contudo, a análise evidencia também lacunas em domínios emergentes como economia do cuidado, bio economia, educação ambiental e habitação. Estas áreas, embora reconhecidas como prioritárias em documentos estratégicos (ex. PRS, RIS3, PDES), não estão suficientemente cobertas no Programa, quer por ausência de Objetivos Específicos, quer por falta de tipologias de ação dedicadas. A habitação, por exemplo, foi inicialmente excluída por estar coberta pelo PRR, mas a sua reintegração parcial no Madeira 2030 (RSO4.7) justifica-se face à escala do problema regional e à luz das novas orientações da política de Coesão.

Alterações de contexto ocorridas desde o desenho inicial do Programa, como o incêndio de 2024, a inflação no setor da construção e as novas orientações da Comissão Europeia, reforçam a necessidade de ajustamentos estratégicos, incluindo a criação de novos OE (ex. habitação), a reafecção de recursos entre prioridades e o reforço da assistência técnica e da capacitação institucional.

O Programa apresenta uma estrutura sólida e ajustável, com capacidade de resposta às necessidades identificadas, mas que requer aperfeiçoamentos e eventuais reorientações para garantir uma cobertura mais abrangente e integrada, especialmente face aos desafios emergentes e às exigências de execução eficaz.

SubQA1.1. Concluir sobre a **adequação e proporcionalidade da resposta** dada pelo Programa às principais necessidades dos grupos-alvo e do território, tendo em conta os recursos disponíveis, identificando eventuais necessidades de maior concentração em algumas áreas e/ou necessidades de intervenção em áreas não cobertas

46. **A análise do diagnóstico estratégico do Programa Madeira 2030 e da respetiva estrutura de objetivos e tipologias de ação demonstra que o Programa apresenta**, de forma geral, uma resposta adequada às necessidades identificadas para a Região Autónoma da Madeira.
47. Do ponto de vista **demográfico e social**, a região enfrenta uma acentuada redução da população jovem, um envelhecimento progressivo, níveis de rendimento inferiores à média nacional e uma elevada taxa de risco de pobreza e exclusão social, associada a carências habitacionais e a um desemprego jovem particularmente expressivo. Para enfrentar estes desafios, o Madeira 2030 mobiliza, no âmbito da Prioridade 4, vários Objetivos Específicos (OE) orientados para a inclusão, o emprego e o apoio a grupos vulneráveis. O OE ESO4.1 promove o emprego e o empreendedorismo jovem, com especial enfoque nos jovens NEET, através de estágios, programas de formação, apoios à contratação e ao empreendedorismo. Já o OE ESO4.11 visa responder ao envelhecimento populacional, promovendo estilos de vida saudáveis, prevenção de doenças e redes de apoio inovadoras que favoreçam a integração social das pessoas idosas. O OE ESO4.8 dirige-se à inclusão ativa, contemplando formação qualificante para grupos desfavorecidos, programas de inserção socioprofissional e iniciativas de inovação e experimentação social, incluindo ações específicas para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade.
48. No domínio da **inovação e das qualificações**, o diagnóstico evidencia o baixo investimento em I&D, especialmente no setor empresarial, a escassez de recursos humanos qualificados em áreas estratégicas e a fraca valorização económica do conhecimento. O Programa responde a estas insuficiências através de ações de reforço da formação em contexto de trabalho e qualificação avançada (OE ESO4.6, ESO4.7 e RSO1.4), da inserção de doutorados em contexto não académico e da promoção da especialização inteligente e descoberta empreendedora, em alinhamento com

a Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3). Destaca-se ainda a necessidade de recolher dados sobre capacidade de I&D, adoção tecnológica e capacidade institucional, com ações que respondem à globalização, à indústria 4.0 e à transição climática.

49. Em matéria de **competitividade externa e coesão interna**, a RAM apresenta uma forte dependência de mercados turísticos específicos, uma predominância de microempresas com baixa sofisticação e escassa internacionalização e acesso a capital de risco. O Programa responde com medidas que visam superar as limitações estruturais da ultraperiferia (OP 1R – dotação específica RUP), incluindo compensações de sobrecustos operacionais, digitalização da administração pública e capacitação técnica das estruturas de gestão, um sistema de incentivos de apoio à internacionalização e a utilização de instrumentos financeiros no quadro do Objetivo Específico RSO1.3. Estas intervenções são essenciais para reduzir as limitações associadas à insularidade e para melhorar o desempenho regional em competitividade e coesão territorial.
50. No que respeita à **transição climática e sustentabilidade**, a Região enfrenta desafios como como perdas significativas no sistema hídrico, baixa eficiência energética, vulnerabilidade ambiental e necessidade de reabilitação de infraestruturas. O Programa prevê intervenções como a redução das perdas de água (OE RSO2.5), que atingem cerca de 58% da água distribuída, a promoção da economia circular no setor da água (OE RSO2.6), com reutilização de águas residuais e valorização de resíduos, e a proteção da biodiversidade e habitats naturais (OE RSO2.7), através da gestão ambiental em áreas protegidas, infraestruturas verdes e conservação dos espaços florestais. Estas medidas são essenciais para enfrentar os riscos associados às alterações climáticas, como erosão costeira, aluviões e incêndios florestais.
51. Por fim, no eixo da **governança e capacitação**, **é reconhecida a necessidade de reforçar a capacidade técnica e institucional, bem como de simplificar e modernizar a administração pública**. Estão previstas ações de digitalização, criação de sistemas integrados de informação e capacitação das equipas de gestão, fundamentais para garantir uma administração pública mais eficiente e orientada para resultados.
52. A **comparação entre o Madeira 14-20 e o Madeira 2030** (1.ª reprogramação de fevereiro de 2025) revela uma reorientação estratégica clara, com forte reforço da dimensão social. O OP4 – Madeira + Social aumenta de forma expressiva em valor absoluto e relativo, refletindo a prioridade atribuída às necessidades persistentes na inclusão, no emprego, na educação e na saúde. Embora os eixos ligados à inovação e competitividade (OP1) e à transição climática (OP2) registem uma ligeira diminuição do seu peso relativo, mantêm-se domínios estratégicos, com investimento financeiro crescente. A conectividade e mobilidade (OP3) mantém estabilidade (8%), e a Assistência Técnica reforça-se de 2% para 3%, sinalizando a necessidade acrescida de apoio à gestão, monitorização e implementação dos fundos. A proposta de reprogramação de outubro de 2025 aprofunda estas tendências, reforçando novamente a prioridade dada às áreas sociais, que passam a representar metade da dotação total.

Tabela 7. Necessidades identificadas no Madeira 2030, por Prioridade, Objetivo Específico e Tipologia de Ação

Necessidades Identificadas	Evidências / Dados Estatísticos	Prioridade	Objetivo Específico	Tipologias de Ação
Resposta ao envelhecimento e desenvolvimento da economia do cuidado	Índice de envelhecimento aumentou de 13,7% (2001) para cerca de 20% (2021); aumento da procura de cuidados de longa duração; pressão sobre os serviços sociais e de saúde; necessidade de reforço da rede de cuidados formais e informais	4A	ESO4.11	Envelhecimento ativo, estilos de vida saudável e prevenção de doenças (Fomento ao envelhecimento ativo e criação de redes de apoio com intervenções inovadoras e promotoras de integração social para as pessoas idosas)
Emprego jovem e integração de NEET	Taxa de desemprego jovem elevada; 39,4% dos DLD da RAM têm habilitações iguais ou inferiores ao 1.º ciclo	4B	ESO4.1	Apoios à contratação; Estágios profissionais; Programas de formação e emprego; Apoio a iniciativas de empreendedorismo por desempregados
Acesso à saúde em Porto Santo	Perda de mais de 6% da população entre 2011 e 2021; população flutuante atinge 30.000 no verão; ausência de consultas de especialidade; internamentos escassos; nova unidade de saúde planeada para 30% acima da população residente atual	4B	RSO4.5	Construção do novo Centro de Saúde do Porto Santo; Equipamentos e tecnologias para diagnóstico e terapêutica; Novos modelos de provisão e equipamentos digitais
Reforço da formação em contexto de trabalho e qualificação avançada	Estudo prospetivo das Qualificações da RAM (2021–2027); escassez de profissionais qualificados, incluindo formadores; destaque para áreas do digital, ciências informáticas, tecnologias, hotelaria e serviços diferenciados	4A	ESO4.7, ESO4.6, RSO1.4	Ensino profissional; Cursos de Aprendizagem; Formação de formadores; CTeSP; Bolsas; Projetos de I&D; Criação de núcleos de I&I; Projetos semente e spin-off; Redes e capacitação institucional RIS3
Inserção profissional de doutorados em contexto não académico	Pelo menos 25% das bolsas devem ser em contexto não académico; acompanhamento via Comité de Acompanhamento; indicador "Novos doutorados empregados em contexto não académico"	4A	ESO4.6	Formação avançada (Bolsas); Integração em contexto empresarial; Projetos de I&D aplicados
Promoção da especialização inteligente e descoberta empreendedora	Necessidade de recolher dados sobre capacidade de I&D, adoção tecnológica, capacidade institucional; ações devem responder à globalização, indústria 4.0 e transição climática; alinhamento com RIS3	1A	RSO1.4	Projetos de I&D; Consórcios com empresas e centros de inovação; Cadeias de valor e redes colaborativas; Concertação estratégica e coordenação de atores
Superação das limitações estruturais da ultraperiferia	Indicadores de Competitividade (88,55) e Coesão (88,93) abaixo da média nacional; custos adicionais de transporte e insularidade; necessidade de compensações estruturais	1R	RSO1.3	Compensação de sobrecustos operacionais
Redução das perdas de água para consumo humano	Perdas de água atingem 58% da água distribuída nos concelhos da RAM; situação ambientalmente insustentável; uso intensivo dos sistemas de captação	2A	RSO2.5	Renovação de redes de distribuição de água; Construção de redes de saneamento; Sistemas de monitorização e gestão de perdas
Promoção da economia circular no setor da água	Necessidade de atuar nos níveis superiores da hierarquia da água	2A	RSO2.6	Reutilização de águas residuais; Valorização de resíduos; Sensibilização para consumo sustentável
Proteção da biodiversidade e habitats naturais	Aumento de SIC/ZEC; melhoria do estatuto de conservação de espécies e habitats; 350 ha da Rede Natura 2000 com medidas de preservação	2A	RSO2.7	Gestão ambiental em áreas protegidas; Infraestruturas verdes; Valorização paisagística; Monitorização da qualidade do ar e ruído; Conservação dos espaços florestais

Fonte: Programa Regional da Madeira 2021-2027 (1ª reprogramação de fevereiro 2025)

Tabela 8. Nível de concentração financeira face ao histórico da dinâmica da região por OP

Eixo Prioritário (M1420)	Objetivo de Política (M2030)	Programação Financeira M1420 (€)	Dotação M1420 (%)	Programação Financeira M2030 (€)	Programação Financeira M2030 (%)	Variação (%)	Nível de Concentração Financeira	Dotação proposta em sede de reprogramação (outubro 2025)	Varição com proposta de reprogramação (%)	Nível de Concentração Financeira
1, 2, 3, 11	OP1 – Madeira + Inteligente	152 272 270,00 €	31%	193 597 098,00 €	25%	-6%	↓ Redução	24%	-7%	↓ Redução
4, 5, 13	OP2 – Madeira + Verde	96 297 875,00 €	20%	126 542 063,00 €	17%	-3%	↓ Redução	19%	-1%	↓ Redução
6	OP3 – Madeira + Conectada	40 855 099,00 €	8%	60 000 000,00 €	8%	0%	→ Estável	3%	-5%	↓ Redução
7, 8, 9, 14	OP4 – Madeira + Social	186 355 661,00 €	38%	350 860 839,00 €	46%	8%	↑ Aumento	50%	12%	↑ Aumento
-	OP5 – Madeira + Próxima dos Cidadãos	-	-	10 000 000,00 €	-	-	-	-	-	-
10	-	2 329 555,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-
12	AT – Assistência Técnica	8 666 400,00 €	2%	19 000 000,00 €	3%	1%	→ Estável	3%	1%	→ Estável
Total		486 776 860,00 €		760 000 000,00 €		-	-	-	-	-
Legenda: ↑ Aumento (+3 p.p.) → Estável (0 a ±2 p.p.) ↓ Redução (+ de-3 p.p.)										

Fonte: Programa Regional da Madeira 2021-2027 (1ª reprogramação de fevereiro 2025), Dados partilhados pela AG, Proposta de Reprogramação - Nota Justificativa, 24 outubro 2025

53. Neste contexto, importa considerar igualmente a perceção dos intervenientes no terreno. Os diversos atores consultados, incluindo os beneficiários, consideram que o Programa responde às principais necessidades dos grupos-alvo e do território. Entre os beneficiários com candidaturas aprovadas, 71% atribuem as classificações mais elevadas (5 e 6) à adequação das tipologias de operação às necessidades existentes, e 46% consideram essa adequação total.

Tabela 9. Adequação da tipologia de operação às necessidades existentes relativas a essa temática, segundo os beneficiários com candidaturas aprovadas (%)

	1 - Nada adequado	2	3	4	5	6 - Totalmente adequado	NS/ NR	Total
Adequação da tipologia de operação a que concorreu	0	0	17,1	12,2	24,4	46,3	0	100

Fonte: Inquérito aos beneficiários (N=41)

54. Contudo, apesar desta avaliação positiva, persistem lacunas relevantes, que limitam a capacidade de resposta integral, identificando-se áreas onde a intervenção poderia ser mais robusta ou mais ajustada às realidades identificadas no diagnóstico regional.

55. Entre as **áreas que requerem maior concentração de esforços**, destaca-se a **capacitação digital de microempresas**, uma necessidade assinalada na EREI 2021-2027, e particularmente evidente fora dos centros urbanos. Esta dimensão, embora transversal, não está explicitamente contemplada nos OE, o que sugere a necessidade de reforçar a articulação entre medidas de digitalização e apoio às microempresas. No entanto, é importante referir que as ações do Madeira 2030 são complementadas com as desenvolvidas no PRR, onde está contemplado o Investimento Empresas 4.0.

56. No domínio da **eficiência energética** em setores intensivos, como o turismo e os transportes, a Estratégia Clima Madeira identifica consumos elevados que exigem intervenções estruturais. Neste enquadramento, o OE RSO3.2, com uma dotação de 40M€ (FEDER), procurava responder parcialmente a esta necessidade, com medidas de substituição de embarcações e aposta em combustíveis não fósseis, alinhadas com o REPowerEU (no entanto, devido a questões técnicas, o exercício de reprogramação propõe a reafectação desta verba a outros fins). Simultaneamente, o programa integra um Sistema de Incentivos à Eficiência Energética nas Empresas, abrangendo também o setor do turismo, bem como mecanismos de discriminação positiva nos Sistemas de Incentivos ao Funcionamento para empresas que tenham promovido a digitalização e a eficiência energética. Acresce que estes domínios são complementados por medidas do PRR orientadas para a descarbonização dos transportes públicos e privados. Ainda assim, a ausência de ações específicas para o setor do turismo e a limitação da intervenção ao transporte marítimo sinalizam limitações na cobertura, apontando para a necessidade de reforçar este domínio.

57. A **inclusão ativa** é abordada no Objetivo Específico ESO4.7 do Programa Madeira 2030, com uma dotação de 14,6M€, financiada pelo FSE+. Este objetivo contempla ações destinadas a promover a aprendizagem ao longo da vida, com especial enfoque na melhoria de competências e requalificação, tendo em conta as exigências do mercado de trabalho e a necessidade de facilitar transições de carreira e mobilidade profissional. Entre as ações previstas, destacam-se o apoio à inclusão ativa de desempregados e grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência, jovens em risco e pessoas em situação de sem-abrigo, bem como a promoção da igualdade de oportunidades e da não discriminação. Esta resulta, de reforços significativos do Madeira 2030 na cobertura de grupos vulneráveis e territórios com necessidades específicas na reprogramação (fevereiro 2025), demonstrando uma maior coerência e proporcionalidade face ao diagnóstico inicial. O reforço evidencia a capacidade do Programa de se ajustar às alterações de contexto e de se articular com outros instrumentos, (como o PRR) para garantir uma resposta mais eficaz e integrada. A inclusão de novos grupos e o aprofundamento de TA demonstram que a estrutura do Programa está a dar resposta adequada às necessidades diagnosticadas dos grupos-alvo e dos territórios vulneráveis.

58. No entanto, apesar dos progressos registados nos últimos anos, **persistem níveis elevados de pobreza e exclusão social na RAM**. A taxa de risco de pobreza ou exclusão social registou uma descida de 28,1% em 2023 para 22,9% em 2024, bem como a taxa de privação material e social severa que

também registou uma melhoria, passando de 6,3% para 5,4% no mesmo período (cf. Relatório Revisão Intercalar). Embora esta redução seja significativa, os valores permanecem elevados, sinalizando a **necessidade de uma resposta mais robusta e estruturada**, tal como alertado no PDES – importância de conhecer em profundidade as condições de pobreza e exclusão social na Região. Neste âmbito, a CE defende uma abordagem transversal da pobreza, reconhecendo as suas múltiplas dimensões - acesso ao emprego, educação, saúde, habitação, alimentação, mobilidade, ferramentas digitais, energia e cultura - e sublinha a importância de políticas públicas que integrem estas dimensões de forma coordenada. A **continuidade das políticas públicas de habitação** é também destacada como um instrumento essencial de inclusão social, sobretudo para os agregados familiares que, apesar de terem rendimentos, não conseguem aceder a uma habitação condigna no mercado privado sem comprometer o seu orçamento familiar, situação que foi acautelada na proposta de reprogramação do M2030.

59. No que respeita ao **emprego jovem e à população NEET**, o Estudo prospetivo das Qualificações da RAM destaca taxas preocupantes de 31% de desemprego jovem e 16,7% de NEET. O OE ESO4.1, com 48M€ (FSE+), aborda esta problemática com medidas como bolsas de doutoramento não académico, formação modular e apoio à contratação. A resposta é robusta e bem alinhada com o diagnóstico regional, mas poderia beneficiar de um reforço da articulação com o setor empresarial e da promoção de percursos de formação dual, mais alinhados com as necessidades do mercado de trabalho.
60. Por outro lado, constata-se um conjunto de **áreas não cobertas ou insuficientemente tratadas**, que podem comprometer a coerência e a abrangência do Programa:
- **Saúde mental** – Embora destacada no Plano Regional de Saúde (PRS), esta área carece de medidas concretas no Programa Madeira 2030. O Objetivo Específico RSO4.5 aborda-a apenas de forma parcial, sem TA específicas que respondam às necessidades identificadas.
 - **Promoção da natalidade** – Apesar da preocupação com o envelhecimento demográfico, não se identificam medidas estruturadas para incentivar a parentalidade. A temática é referida indiretamente no contexto da conciliação entre vida profissional e familiar, enquadrada no OE ES04.8, com ações como o apoio à substituição por parentalidade (cf. Programa Regional da Madeira 2021-2027 (1ª reprogramação de fevereiro 2025), p. 174), mas não há medidas estruturadas para incentivo à natalidade. Esta é uma área identificada na abordagem integrada face aos desafios demográficos.
 - **Economia do cuidado** – Essencial para apoiar cuidadores informais num contexto de envelhecimento populacional, esta área está praticamente ausente do Programa. Existem apenas menções genéricas a cuidados de proximidade, sem medidas específicas ou TA dedicadas. Embora o PRR preveja estruturas de apoio social (cf. Programa Regional da Madeira 2021-2027 (1ª reprogramação de fevereiro 2025), p. 181), essa resposta não está refletida no Madeira 2030.
 - **Educação ambiental** – Tratada de forma pontual no OE RSO2.6, com ações de sensibilização e informação ambiental (cf. Programa Regional da Madeira 2021-2027 (1ª reprogramação de fevereiro 2025), p. 103), esta área carece de uma abordagem educativa transversal e estruturada que promova uma mudança sistémica em direção à sustentabilidade. A ausência de medidas integradas limita o seu potencial transformador para uma mudança sistémica.
 - **Bioeconomia** – Abordada como um dos domínios prioritários da Estratégia Regional de Especialização Inteligente da RAM (EREI RAM 2021–2027), com foco na sustentabilidade e na digitalização, carece de medidas operacionais e de uma dotação financeira clara no Programa Madeira 2030. A TA correspondente – projetos de I&D e valorização económica do conhecimento (cf. Programa Regional da Madeira 2021-2027 (1ª reprogramação de fevereiro 2025), p.59) – poderá não ser suficiente para garantir uma abordagem estruturada e eficaz.

⁵ Trata-se, no entanto, de uma área coberta pelo PRR com o sub-investimento Reforço das respostas na área da saúde mental e das demências associadas ao envelhecimento.



- **Economia azul** – Reconhecida como estratégica, esta área depende fortemente de financiamento externo, nomeadamente através do INTERREG, não dispondo de dotação própria no PRR, no Madeira 2030 o financiamento é limitado a dimensões I&DT.

Tabela 10. Adequação e proporcionalidade dos Objetivos Específicos face aos problemas diagnosticados

Problemas Identificados	OE	Tipologia de Ação	Nível de Adequação e Proporcionalidade	
Abandono escolar, escassez de profissionais	ESO4.1	Bolsas doutoramento não académico, formação modular, apoio à contratação	●	As medidas respondem diretamente ao abandono escolar e à escassez de profissionais qualificados, com forte dotação FSE+ e ações como bolsas de doutoramento não académico e formação modular. A resposta é robusta e bem alinhada com o diagnóstico regional, mas poderia beneficiar de um reforço da articulação com o setor empresarial e da promoção de percursos de formação dual, mais alinhados com as necessidades do mercado de trabalho.
Desigualdades no acesso, baixa participação de adultos	ESO4.6	Formação inicial e contínua, mobilidade, acessibilidade	●	Cobre todo o ciclo educativo, com foco em grupos vulneráveis e acessibilidade. A dotação é significativa e as tipologias de ação são abrangentes, incluindo mobilidade e formação contínua.
Pobreza, exclusão social	ESO4.7	Apoio à inclusão ativa, estruturas residenciais, inovação social	●	A resposta é estruturada e diversificada, com ações de inclusão ativa, inovação social e articulação com o PRR. Apesar da melhoria recente nos indicadores, os níveis de pobreza e exclusão social na RAM continuam elevados, evidenciando a necessidade de uma resposta mais robusta e territorializada.
Redução da vitalidade demográfica - decréscimo acentuado do escalão etário dos 0 aos 14 anos	ESO4.8	Participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação dos grupos vulneráveis	●	A temática é referida indiretamente no contexto da conciliação entre vida profissional e familiar, mas não há medidas estruturadas para incentivo à natalidade.
Redução da vitalidade demográfica - aumento da população acima de 65 anos	ESO4.4 ESO4.11	Promoção do envelhecimento ativo Envelhecimento ativo, estilos de vida saudável e prevenção de doenças	●	A economia do cuidado, essencial para apoiar cuidadores informais num contexto de envelhecimento populacional, está praticamente ausente do Programa. Existem apenas menções genéricas a cuidados de proximidade, sem medidas específicas ou TA dedicadas.
Falta de coordenação, plataformas colaborativas	RSO1.4	Consórcios RIS3, capacitação institucional, bolsas com externalidade	●	Alinhamento formal entre a RIS3 Madeira e o Programa Regional (tendo sido acutelada na fase de programação a participação da entidade responsável pela EREI), e estabelecidas medidas que favorecem a integração da EREI), no entanto, a integração efetiva entre estratégia, programação e execução apresenta limitações, com implementação fragmentada - dificuldades em alinhar os instrumentos de política pública às necessidades do tecido produtivo regional. A articulação com a Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENI) foi limitada.
Perdas de água, saneamento insuficiente	RSO2.5	Reabilitação de redes, saneamento, gestão hídrica digital	●	As intervenções são estruturais e alinhadas com os planos regionais (PRAM, PGRH), respondendo adequadamente às perdas de água e à baixa cobertura de saneamento. No entanto, é necessário acompanhar a continuidade dos investimentos em sistemas "em baixa" dado que a dimensão do problema pode justificar reforço adicional,
Baixa reciclagem, frota obsoleta	RSO2.6	Triagem, renovação de frota, educação ambiental	●	As ações previstas (triagem, renovação de frota) são pertinentes, mas dispersas. Falta uma componente forte de educação ambiental e inovação social para garantir impacto sistémico. Requer monitorização da execução para garantir impacto.
Pressões sobre ecossistemas, espécies em risco, necessidade de infraestruturas verdes	RSO2.7	Programas de conservação, trilhos, valorização paisagística	●	As ações propostas são coerentes com a Estratégia Clima Madeira e Natura 2000, com foco em conservação, valorização paisagística e trilhos.
Emissões ferry, falta de descarbonização	RSO3.2	Substituição de embarcação, combustíveis não fósseis	●	A ausência de ações específicas para o setor do turismo e limitações ao nível das intervenções nos transportes (marítimo e frotas terrestres).
Acesso desigual, morbilidade elevada	RSO4.5 (hospitalar)	Requalificação de hospitais e centros de saúde	●	A dotação de 19 M€ permite requalificar infraestruturas e reforçar serviços hospitalares e centros de saúde, respondendo diretamente à morbilidade elevada e ao acesso desigual.
Falta de cuidados domiciliários e saúde mental	RSO4.5 (comunitária)	Recomendado no PRS, mas sem medidas concretas	●	Embora a saúde comunitária seja reconhecida como prioridade no PRS, não há medidas concretas no Madeira 2030. A resposta é parcial e carece de operacionalização.
Déficit de capacidade institucional	TASO7.1	Capacitação técnica, sistemas de monitorização	●	A resposta é adequada e transversal, com foco na capacitação técnica e sistemas de monitorização, essenciais para a boa execução do Programa. Contudo, a erosão de competências na administração pública e exigências da execução simultânea de vários Programas justificam a necessidade de reforço neste âmbito devido à complexidade da gestão e exigência técnica.

Legenda: Nível de adequação e proporcionalidade dos OE face aos problemas diagnosticados: ● – elevado; ● – médio; ● – reduzido.

Fonte: Entrevistas, Programa Regional da Madeira 2021-2027 (1ª reprogramação de fevereiro 2025)

SubQA1.2. Identificar eventuais **alterações de contexto**, dinâmicas de evolução dos problemas e necessidades diagnosticados, ocorridos ou prospetivados, ou de informação nova sobre o contexto, que justifiquem a necessidade de alterações dos objetivos e/ou modo de intervenção do Programa e/ ou a reafetação de recursos.

61. O Programa Madeira 2030 atravessa um momento crítico de ajustamento, condicionado por alterações de contexto e por novas orientações estratégicas da Comissão Europeia (CE), que impõem alterações ao nível da lógica de intervenção e da afetação de recursos.
62. O arranque lento do Programa associado à instabilidade política regional, os atrasos na regulamentação específica regional, a sobreposição temporal com o PRR e o encerramento do Madeira 14-20, assumindo o Instituto de Desenvolvimento Regional a gestão destes Programas, a par da gestão do Sustentável 2030 e do Programa de Cooperação Madeira-Açores-Canárias, resultou na baixa execução do Programa e na sobrecarga da estrutura técnica e operacional do Programa, evidenciando a necessidade de reforçar a Assistência Técnica (AT), de forma a colmatar défices de capacidade administrativa e técnica e garantir uma gestão mais eficaz e célere dos fundos.
63. As novas prioridades da CE para 2025, no âmbito da política de coesão, vieram desafiar o Programa a refletir sobre a necessidade de reorientar prioridades para áreas como a habitação acessível, a transição energética e a gestão sustentável da água. Estas orientações, operacionalizadas através da revisão intercalar dos regulamentos do FEDER, Fundo de Coesão, FTJ e FSE+, podem, para além de responder a necessidades emergentes, introduzir maior flexibilidade na execução, incentivos financeiros e derrogações regulamentares (cf. Comissão Europeia, 2025).
64. No caso da Madeira, estas mudanças reforçam a pertinência da inclusão da habitação como área elegível (em articulação com a Estratégia Regional de Habitação).
65. A habitação (inicialmente excluída, por estar coberta pelo PRR), deverá ser integrada no Programa no contexto da reprogramação em curso, respondendo às novas prioridades da CE, revela-se hoje como uma das áreas mais críticas, com necessidades elevadas de investimento, agravadas pelos impactos do incêndio de 2024 e pelos défices estruturais no acesso à habitação.
66. Acresce que do ponto de vista económico, a Madeira enfrentou constrangimentos operacionais significativos, como a inflação no setor da construção (estimada em 40–50%), a escassez de operadores económicos e concursos públicos desertos. Estes fatores comprometeram a viabilidade de execução de projetos nos moldes inicialmente previstos (cf. Entrevista à AG), sendo necessária a inclusão de novas áreas, a revisão de metas físicas e indicadores, e o reforço das dotações em áreas críticas como habitação, água e resíduos, para assegurar a concretização do programa.
67. A reorientação das prioridades da CE permite agora a integração no Programa, deste novo objetivo, uma vez que subsiste uma necessidade significativa de reforço da oferta habitacional, decorrente das transformações nas dinâmicas familiares, das atuais condições do mercado imobiliário e da degradação estrutural de um número considerável de edifícios.
68. Em matéria ambiental, destacou-se ainda, de acordo com a auscultação à Autoridade de Gestão e a membros do Comité de Acompanhamento, a necessidade de reforçar as intervenções no domínio da conservação florestal, recuperação de ecossistemas e infraestruturas verdes, no âmbito do OE 2.7, refletindo a crescente urgência de medidas de prevenção e resiliência territorial, bem como de reforçar os investimentos na gestão sustentável da água, e criar um novo objetivo específico dedicado à racionalidade e resiliência das redes elétricas, em linha com as novas prioridades da CE.
69. No eixo da mobilidade sustentável, os desafios tecnológicos associados à descarbonização da linha marítima entre Madeira e Porto Santo colocaram desafios acrescidos à viabilidade técnica do investimento previsto no RSO 3.2. A indefinição quanto ao tipo de combustível não fóssil adequado para navegação em mar aberto poderá exigir uma reavaliação tecnológica e a adaptação do modo de intervenção, incluindo a possibilidade de recorrer a soluções como navios Dual Fuel. Caso não se encontrem soluções 100% verdes viáveis, poderá ser necessária uma reprogramação ou redefinição do investimento.

Tabela 11. Situações que se alteraram face ao desenho inicial ou informação nova sobre o contexto do Madeira 2030

Evolução / alteração de contexto	Implicações para Programa Madeira 2030	Necessidade de alterações e/ou reafecção de recursos
Novas orientações da Comissão Europeia (CE): novas prioridades⁶ <ul style="list-style-type: none"> Integração da habitação como área elegível com regras mais favoráveis (ex. n+3) 	Necessidade de reprogramação para incluir novas áreas de intervenção e ajustar prioridades	Criação de um objetivo específico (OE 4.7)
Alterações de contexto político e institucional <ul style="list-style-type: none"> Instabilidade política regional Atraso na aprovação de regulamentos (ex: FSE aprovado só em dez. 2023) Ausência de decisões políticas robustas 	Atraso na operacionalização do Programa e na execução de projetos estruturantes	Necessidade de reforço da Assistência Técnica (AT) para compensar défices de capacidade administrativa e técnica
Constrangimentos operacionais e de mercado <ul style="list-style-type: none"> Inflação no setor da construção (40–50%) Concursos públicos desertos Escassez de operadores económicos 	Aumento dos custos dos projetos e inviabilidade de execução nos moldes inicialmente previstos	Reforço de dotações em áreas críticas (ex. habitação, água, resíduos). Revisão de metas físicas e indicadores
Concorrência e sobreposição com o PRR vs. escassez de operadores certificados <ul style="list-style-type: none"> Especialização de investimentos entre PRR e Madeira 2030 criou lacunas 	Fragmentação da resposta pública; exclusão de áreas essenciais	Reequilibrar fronteiras entre Programas; reforçar articulação e complementaridade.
Desafios tecnológicos para cumprir os critérios de neutralidade carbónica exigidos pela CE <ul style="list-style-type: none"> Necessidade de descarbonização da linha marítima de passageiros e veículos entre Madeira e Porto Santo Indefinição tecnológica quanto ao tipo de combustível não fóssil com autonomia suficiente para navegação em mar aberto 	Ferry ambientalmente eficiente é enquadrado no RSO 3.2 – Mobilidade sustentável. Risco de inviabilidade técnica e necessidade de soluções alternativas (ex.: navios Dual Fuel).	Eventual necessidade de reavaliação tecnológica e eventual adaptação do modo de intervenção, caso não seja viável o uso exclusivo de combustíveis não fósseis. Eventual necessidade de reprogramação ou redefinição do investimento, caso não se encontrem soluções 100% verdes viáveis

Fonte: Programa Regional da Madeira 2021-2027 (1ª reprogramação de fevereiro 2025), Entrevista à AG, Relatório Revisão Intercalar (março 2025)

70. Esta análise sublinha a importância de uma reprogramação estratégica que permita reforçar a cobertura dos domínios emergentes e ajustar a mobilização de recursos às necessidades identificadas, promovendo uma resposta mais eficaz, coerente e sensível às especificidades territoriais.

Tabela 12. Nível de Cobertura e de Necessidade de Investimento por Domínio Emergente

Domínio Emergente	Nível de Cobertura		Nível de Necessidade de Investimento	
Habitação	Não coberto	A habitação foi inicialmente excluída do Madeira 2030 por estar coberta pelo PRR. No entanto, a Comissão Europeia reviu esta prioridade, permitindo agora a sua inclusão com regras mais favoráveis (ex. n+3).	Elevado	O incêndio de 2024 destruiu habitações, implicou realojamento urgente, simultaneamente, há défices estruturais no acesso à habitação na RAM, exigindo investimentos significativos e articulação com a Estratégia Regional de Habitação.
Conservação Florestal e Infraestruturas Verdes	Parcial	O OE 2.7 já contempla ações nesta área e está previsto o seu reforço. No entanto, a escala dos desafios climáticos exige uma intensificação das intervenções.	Elevado	A recuperação de ecossistemas e a prevenção de incêndios são essenciais para mitigar riscos futuros.

⁶ Habitação a Preços Acessíveis; Transição Energética e Descarbonização; Resposta a Catástrofes Naturais; Competitividade e Inovação; Gestão da Água e Resiliência Hídrica; Defesa e Segurança

Domínio Emergente	Nível de Cobertura		Nível de Necessidade de Investimento	
Reforço da Assistência Técnica (AT)	Parcial	A instabilidade política e os atrasos na regulamentação (ex: FSE aprovado apenas em dezembro de 2023) criaram défices de capacidade técnica e administrativa que ainda não foram plenamente compensados.	Moderado	O reforço da AT é essencial para garantir a execução eficaz do Programa, especialmente em áreas novas ou complexas.
Áreas Críticas com Aumento de Custos	Parcial	A inflação (40-50%) e a escassez de operadores levaram à revisão de metas e reforço de dotações, mas ainda há projetos inviabilizados nos moldes iniciais.	Elevado	Para garantir a execução de projetos essenciais (ex: habitação, água, resíduos), é necessário um reforço financeiro substancial.
Inviabilidade de intervenções (Mobilidade Sustentável - Ferry Verde)	Parcial	O ferry está enquadrado no RSO 3.2, mas enfrenta riscos de inviabilidade técnica devido à indefinição sobre combustíveis verdes viáveis para mar aberto.	Elevado	A transição para soluções tecnológicas sustentáveis (ex: navios Dual Fuel) pode exigir reprogramação e investimentos adicionais.
Legenda: <u>Nível de Cobertura</u> Total – Domínio emergente está totalmente coberto por medidas e recursos do Programa Parcial – Domínio está parcialmente coberto, com limitações na escala ou execução Não Coberto - Domínio não está contemplado no Programa nem possui medidas específicas <u>Nível de Necessidade de Investimento</u> Moderado – Requer reforço financeiro para melhorar a eficácia ou escalar intervenções Elevado – Necessidade urgente ou estrutural de investimento, associada a riscos, défices ou oportunidades críticas				

Fonte: Entrevistas, Programa Regional da Madeira 2021-2027 (1ª reprogramação de fevereiro 2025), Orientações CE (2024-2025)

71. As alterações de contexto e as necessidades emergentes identificadas no Madeira 2030, enquanto reforçam lacunas anteriormente mapeadas, introduzem novas prioridades que tornam necessários ajustamentos **estratégicos** e operacionais destinados a garantir a coerência interna, a eficácia e a capacidade de resposta do Programa perante a realidade atual da RAM. Estes ajustamentos, alinhados com as reflexões apresentadas no Relatório de Revisão Intercalar (março de 2025) e na Nota Justificativa da Proposta de Reprogramação (24 de outubro de 2025), organizam-se em três dimensões:

- **Criação de novos Objetivos Específicos e reintegração de domínios estratégicos como a habitação** - A redução da ambição do PRR na área da habitação (de 1121 para 805 fogos) e a persistência de carências habitacionais na RAM (estimadas em 3.300 situações de realojamento) justifica a integração da habitação no Madeira 2030, através da mobilização do RSO4.7. Esta decisão permitirá assegurar a continuidade da Estratégia Regional de Habitação no pós-PRR, com condições de cofinanciamento mais favoráveis e maior flexibilidade na execução. Neste contexto o investimento no reforço da resiliência das redes elétricas e na melhoria da mobilização de energias alternativas, assume também destaque relevante.
- **Reafectação de recursos entre prioridades** - Face à necessidade de acomodar novas prioridades, como a integração da habitação, propõe-se a reafectação de recursos financeiros entre Objetivos Específicos. Esta estratégia de reequilíbrio financeiro permitirá manter a coerência temática e regulamentar, sem comprometer os compromissos assumidos no âmbito do Semestre Europeu.
- **Reforço da assistência técnica e da capacitação institucional** - A execução simultânea de múltiplos instrumentos (PRR, encerramento do Madeira 2020, Madeira 2030), num contexto de instabilidade política e escassez de quadros técnicos, evidenciou a necessidade de reforçar a capacidade administrativa e técnica da AG e dos OI. Esta medida visa mitigar os défices de planeamento, articulação e execução identificados, **mas sobretudo em áreas como inovação, qualificação e gestão de fundos.**

QA2. As intervenções previstas no Programa revelam coerência entre si (em termos programáticos e na prática) para permitirem atingir os objetivos do Programa? Está a ser assegurada a utilização articulada dos diferentes instrumentos de financiamento existentes para as intervenções nas mesmas áreas da política pública que o Programa financia?

Síntese conclusiva

O Programa Madeira 2030 apresenta uma estrutura coerente e bem alinhada com os objetivos estratégicos da Região Autónoma da Madeira (RAM), tanto em termos programáticos como operacionais.

O Programa Madeira 2030 mobiliza OE alinhados com os principais desafios da RAM e coerentes entre si. No domínio da inovação e digitalização (OP1), promove-se a I&D, o apoio às PME e a capacitação institucional, em articulação com a RIS3 Madeira, sendo complementado pela prioridade RUP (OP1R), que responde aos constrangimentos da ultraperiferia. A transição verde (OP2) abrange eficiência energética, gestão da água e resíduos, biodiversidade e mobilidade sustentável, com alinhamento com o PAESC-RAM e o PNEC 2030. A mobilidade regional e externa (OP3) era tratada através de investimentos em portos e ferry sustentável (embora questões de dependência tecnológica, obriguem a repensar a abordagem). O OP4 concentra-se nos domínios sociais, com forte expressão financeira e alinhamento com o PEDS e o Pilar Social Europeu. O OP5 promove o desenvolvimento territorial integrado, mas com limitações na escala e articulação estratégica. A Assistência Técnica (AT) assegura a gestão e capacitação do Programa. No seu conjunto, os OE apresentam coerência com estratégias nacionais e europeias e articulam-se com outros instrumentos de financiamento, assegurando complementaridade programática.

A **coerência do Madeira 2030 é reforçada pela correspondência clara entre OE e TA**, e pelo alinhamento com estratégias nacionais e europeias, como o PDES, o PNEC 2030, a RIS3 e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. No entanto, **persistem desafios na execução**, como metas ambiciosas, riscos tecnológicos e fragilidades na articulação com a RIS3.

SubQA2.1. Concluir sobre a coerência entre Objetivos Específicos de cada Prioridade do Programa, quer em termos programáticos, quer na sua operacionalização, e sobre a coerência global do Programa.

72. A estrutura do Programa Madeira 2030 organiza-se por Objetivos Estratégicos (OP) e Objetivos Específicos (OE), com Tipologias de Ação (TA) e montantes financeiros definidos, adequados às necessidades estratégicas da RAM e coerentes entre si.
73. **A seleção dos OE revela uma leitura atenta dos desafios regionais e uma tentativa clara de alinhar a intervenção programática com os vetores prioritários de desenvolvimento**, como a inovação, a transição energética, a inclusão social, a mobilidade sustentável e a coesão territorial. Adicionalmente o programa demonstra uma coerência global significativa entre os seus objetivos estratégicos e tipologias.
74. O OP1 – Madeira + Inteligente, com um investimento de 133 milhões de euros, tem como Objetivos Específicos promover a inovação, a digitalização, o apoio às PME e o desenvolvimento de competências. As TA, que incluem I&D, infraestruturas científicas, valorização do conhecimento, digitalização empresarial, *smart cities*, serviços digitais na administração pública, internacionalização e capacitação institucional, são adequadas e coerentes entre si, **contribuindo para a modernização e diversificação económica, com forte alinhamento com a Estratégia de Especialização Inteligente da Madeira (RIS3), reforçando a I&D empresarial e a transição digital.**
75. Complementarmente, o OP1R – RUP, com 60,6 M€, responde às especificidades da ultraperiferia, apoiando as PME através da compensação de custos operacionais e incentivos à eficiência energética e digitalização, **mitigando os sobrecustos e limitações territoriais da Região.**
76. O OP2 – Madeira + Verde, com 126,5 M€, cobre áreas como energia, água, resíduos, biodiversidade, mobilidade e reconstrução. As TA incluem reabilitação energética, redes de saneamento, reutilização de águas residuais, valorização de resíduos, infraestruturas verdes e mobilidade limpa. Os Objetivos Específicos são coerentes e adequados para o alcance dos objetivos do Programa, encontrando-se alinhados com o PAESC-RAM e o PNEC 2030, e com uma resposta estruturada a eventos extremos.

77. O OP3 – Madeira + Conectada, com 60 M€, visa reforçar a mobilidade regional e a ligação da RAM às redes transeuropeias de transporte, respondendo a um dos principais estrangulamentos estruturais da ultraperiferia. As TA incluem a requalificação de portos, a aposta num ferry sustentável, a mobilidade elétrica e a intermodalidade, estando alinhadas com os objetivos do PIETRAM e da RTE-T. No entanto, o grau de coerência é considerado parcialmente adequado, uma vez que a definição de projetos assentou fortemente numa solução tecnológica ainda incerta (ferry não fóssil), cuja viabilidade técnica, custos operacionais e fiabilidade não estão plenamente consolidados). Acresce a ausência de alternativas complementares no desenho programático, o que limita a resiliência e a redundância estratégica da intervenção. Assim, embora coerente em termos de orientação política, o desenho revela fragilidades na sua capacidade de garantir, por si só, o alcance dos objetivos de conectividade externa e mobilidade sustentável da RAM.
78. O OP4 – Madeira + Social é o mais expressivo em termos financeiros, com 350,9 M€, e cobre domínios como saúde, cultura, emprego, competências, inclusão e habitação. As TA incluem infraestruturas de saúde, património cultural, formação, inserção socioprofissional, envelhecimento ativo, apoio alimentar e integração social. Os Objetivos Específicos são coerentes e adequados, refletindo uma cobertura abrangente e coerente com o PEDS, o Plano Regional de Emprego e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.
79. O OP5 – Madeira + Próxima dos Cidadãos, tem como objetivo promover o desenvolvimento territorial integrado, com foco na valorização dos territórios de proximidade e na coesão territorial. O Programa Madeira 2030 alocou uma percentagem financeira superior à exigida regulamentadamente (8%) para os ITI, e os Municípios abrangidos pelos ITI têm a possibilidade de aceder a outros avisos lançados no âmbito das diferentes prioridades do Programa, o que contribui para reforçar a resposta às suas necessidades territoriais. As tipologias de ação incluem projetos ITI, reabilitação de espaços públicos, valorização patrimonial e iniciativas locais, alinhando-se com os princípios da abordagem territorial do Programa.
80. A Assistência Técnica (AT), com 19 M€, apoia a gestão, capacitação e comunicação do Programa, através de ações de gestão estratégica, capacitação técnica, interoperabilidade e prevenção de fraude. Os Objetivos Específicos são coerentes e adequados, dado o alinhamento com o Roteiro de Capacitação e a importância crítica da AT para assegurar a execução eficiente e transparente do Programa.
81. **De forma transversal, os OE mobilizados no Programa Madeira 2030 revelam uma coerência global positiva face aos principais desafios da Região.** Áreas como a inovação e a transferência de conhecimento (RSO1.1, RSO1.3), a transição energética e climática (RSO2.1, RSO2.5, RSO2.6), a qualificação e inclusão (ESO4.1, ESO4.6, ESO4.8), a mobilidade e conectividade (RSO3.2), bem como a habitação e coesão territorial (RSO4.3, RSO5.1), estão devidamente contempladas, refletindo uma abordagem abrangente e coerente.
82. Ao nível da adequação entre objetivos e tipologias existe uma correspondência clara e estruturada entre os Objetivos Específicos e as Tipologias de Ação no âmbito do Madeira 2030, com indicadores associados e grupos-alvo definidos, o que reforça a coerência e a operacionalização das intervenções Programadas. As tipologias de ação abrangem áreas temáticas chave como a digitalização, eficiência energética, mobilidade, inclusão, educação, saúde e habitação, assegurando uma cobertura temática coerente com os desafios e prioridades da RAM (cf. [Anexo A.1.1](#)).
83. Entre os pontos fortes do Programa destaca-se a cobertura temática alargada dos OE, que permite uma resposta integrada a múltiplos desafios, e o forte alinhamento estratégico com o Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES), com as prioridades da Política de Coesão da União Europeia, bem como com os objetivos do Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, assegurando coerência com os principais referenciais de política pública nacionais e europeus. Contudo, e embora tenha sido acautelada na fase de programação a participação da entidade responsável pela EREI, e tenham sido estabelecidas medidas que favorecem a integração da EREI, a articulação ainda pouco consolidada, à data da avaliação, entre a RIS3 e a operacionalização dos OE ligados à inovação, pode comprometer a eficácia das intervenções neste domínio (cf. Entrevista ao OI – IDE, Entrevista à Unidade de Missão EREI).

Tabela 13. Grau de adequação dos Objetivos Específicos mobilizados para o alcance dos objetivos do Programa

OP	OE	Descrição OE	Principais Tipologias de Ação	Montante	Coerência entre OE	Grau de Adequação	Justificação
OP1 – Madeira + Inteligente	RSO1.1, RSO1.2, RSO1.3, RSO1.4	Inovação, digitalização, PME, competências	I&D, infraestruturas científicas, valorização do conhecimento, transferência de tecnologia, digitalização empresarial, <i>smart cities</i> , serviços digitais na AP, inovação produtiva, internacionalização, incubação, plataformas RIS3, capacitação institucional	133 000 000 €	Coerentes, risco de desalinhamento na implementação	Adequado	Desenho coerente e alinhado com RIS3 Madeira, reforço da I&D empresarial, transição digital e capacitação institucional. Tipologias bem distribuídas entre inovação, digitalização e capacitação institucional. Complementaridade entre RSO1.1, RSO1.3 e RSO1.4; entre RSO1. 2, RSO1.3 e RSO1.4; entre RSO1.3 e os outros OE; RSO1.4 promove coordenação/articulação entre os OE.
OP1R – RUP	RSO1.3 (RUP)	Apoio específico às PME em contexto ultraperiférico	Compensação de custos operacionais, apoios com base na eficiência energética e digitalização	60 597 098 €	Coerente com os OE do OP1	Adequado	Desenho coerente com os desafios específicos da ultraperiferia, focando-se no apoio às PME e na mitigação dos sobrecustos estruturais. As tipologias são bem direcionadas para aumentar a competitividade regional através da eficiência energética e digitalização. Complementa RSO1.3.
OP2 – Madeira + Verde	RSO2.1, RSO2.5, RSO2.6, RSO2.7, RSO2.8, RSO2.10	Energia, água, resíduos, biodiversidade, mobilidade, reconstrução	Reabilitação energética, eficiência energética, gestão de energia, redes de água e saneamento, reutilização de águas residuais, triagem e reciclagem, compostagem, valorização de resíduos, infraestruturas verdes, conservação da natureza Corredores BUS, material circulante limpo, interfaces, zonas pedonais, infraestruturas cicláveis	126 542 063 €	Coerentes	Adequado	Alinhamento com PAESC-RAM e PNEC 2030. Tipologias abrangentes e coerentes com os objetivos ambientais e climáticos. Complementaridade entre RSO2.1, RSO2.6 e RSO2.8; entre RSO2.5, RSO2.6 e RSO2.7; entre RSO2.7, RSO2.6 e RSO2.8.
OP3 – Madeira + Conectada	RSO3.1, RSO3.2	Mobilidade regional e intermodal, ferry sustentável	Requalificação de portos, reforço de infraestruturas, sistemas de energia alternativa, ferry não fóssil, mobilidade elétrica, intermodalidade	60 000 000 €	Coerentes	Parcialmente adequado	Desenho alinhado com o PIETRAM e os objetivos da RTE-T, respondendo à necessidade de reforçar a conectividade interna e externa da RAM. Tipologias propostas, como a mobilidade elétrica e a intermodalidade, são coerentes com os objetivos de descarbonização e modernização. No entanto, a forte dependência de uma solução tecnológica incerta (ferry sustentável) e a ausência de alternativas complementares limitam a robustez e a abrangência estratégica da intervenção.
OP4 – Madeira + Social	RSO4.3, RSO4.5, RSO4.6, ESO4.1, ESO4.4, ESO4.6, ESO4.7, ESO4.8, ESO4.11, ESO4.13	Saúde, cultura, emprego, competências, inclusão, habitação	Centro de saúde, equipamentos de diagnóstico, património cultural, serviços culturais e turísticos. Medidas de ativação, Garantia Jovem, formação contínua, educação inclusiva, formação vocacional, aprendizagem ao longo da vida, inserção socioprofissional, envelhecimento ativo, serviços sociais. Contratação jovem, estágios, formação e emprego, empreendedorismo jovem Distribuição de alimentos, assistência material, integração social	350 860 839 €	Coerentes	Adequado	Desenho robusto e coerente com os objetivos de inclusão social, emprego, saúde e educação, alinhando-se com o PEDS e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Tipologias diversificadas e cobrem de forma integrada os diferentes grupos-alvo e fases do ciclo de vida. Amplitude e articulação das intervenções reforçam a capacidade de resposta às necessidades sociais da RAM. Complementaridade entre vários OE: entre RSO4.5, ESO4.11 e ESO4.7; entre ESO4.1 "4.A", ESO4.7 e ESO4.8; entre ESO4.11, RSO4.5, ESO4.8 e ESO4.6.
OP5 – Madeira + Próxima dos Cidadãos	RSO5.1	Desenvolvimento territorial integrado	Projetos ITI, reabilitação de espaços públicos, valorização patrimonial, iniciativas locais	10 000 000 €	-	Adequado	Integra múltiplos domínios alinhados com os princípios de abordagem territorial.
AT – Assistência Técnica	AT	Gestão, capacitação, comunicação	Gestão estratégica, capacitação técnica, gestão operacional, acompanhamento, prevenção de fraude, interoperabilidade	19 000 000 €	-	Adequado	Desenho coerente com os requisitos de boa governação e implementação eficaz do Programa. Tipologias cobrem áreas críticas como capacitação, interoperabilidade, acompanhamento e prevenção de fraude. Adequação é reforçada pela ligação ao Roteiro de Capacitação e pela importância estratégica da gestão de qualidade.

Fonte: Programa Regional da Madeira 2021-2027 (1ª reprogramação de fevereiro 2025)

QA3. Existem complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições entre as intervenções do Programa e outras intervenções a atuar sobre o mesmo constrangimento ou território (nomeadamente relação entre Programas Temáticos e Regionais e entre estes e o PRR e outros instrumentos de política regional/setorial)?

Síntese Conclusiva

Conforme refere o Acordo de Parceria, "... a programação dos Fundos inscritos (FEDER, FSE+, Fundo de Coesão, FTJ e FEAMPA) está desenhada de forma a implementar a Estratégia Portugal 2030 (RCM 98/2020), em complementaridade com o apoio de outros instrumentos nacionais e europeus, nomeadamente com o PRR.", tendo sido salvaguardadas fronteiras (temáticas, territoriais e temporais) para evitar a sobreposição de financiamentos.

Esta dimensão de salvaguarda da gestão nacional e regional dos fundos, não tem nos beneficiários do Madeira 2030 uma leitura linear, e nalguns casos, a complementaridade temporal dos processos, nomeadamente com o PRR, retirou capacidade de iniciativa aos beneficiários (mobilização de recursos humanos e materiais), o que impactou com o normal arranque do programa Madeira 2030, contribuído para um arranque menos impactante do que em quadros anteriores.

Como podemos verificar na triangulação de informação recolhida, a complementaridade entre programas (sobretudo com PRR e Sustentável 2030) é potencialmente relevante (pela dimensão de capacidade de intervenção), mas tem limitações de eficiência na capacidade de resposta técnica e financeira dos beneficiários. Mais verbas não significa necessariamente maior capacidade de execução.

As sinergias apontadas na programação, são potencialmente relevantes, e o Programa demonstra uma articulação eficaz com outros instrumentos de financiamento, como o PRR, InvestEU, Horizonte Europa e Programas Temáticos, promovendo sinergias e especialização por domínio. Contudo, foram identificadas áreas onde se justifica ponderar sinergias e complementaridades com outros Programas, especialmente na eficiência energética, habitação, digitalização e gestão da água e resíduos.

Esta dimensão de articulação e complementaridade, criaram algum "ruído" inicial junto dos beneficiários, mas é hoje reconhecido (quando se aproxima a conclusão do PRR) que também geraram benefícios: na capacidade de iniciativa, na flexibilidade de enquadramento entre operações a reprogramar ou na possibilidade de assegurar operações não concluídas ou iniciadas no PRR, e que podem vir a ter acolhimento em sede do Programa Regional.

SubQA3.1. Concluir sobre o grau de complementaridade, grau de sinergia e grau de sobreposição.

84. Conforme refere o Acordo de Parceria, "...a programação dos Fundos inscritos (FEDER, FSE+, Fundo de Coesão, FTJ e FEAMPA) está desenhada de forma a implementar a Estratégia Portugal 2030 (RCM 98/2020), em complementaridade com o apoio de outros instrumentos nacionais e europeus, nomeadamente com o PRR.", **tendo sido salvaguardadas fronteiras (temáticas, territoriais e temporais) para evitar a sobreposição de financiamentos.** No mesmo contexto, o texto do Programa Madeira 2030, refere que "...é missão da AG assegurar as complementaridades e as fronteiras de atuação das diferentes fontes de financiamento europeias e potenciar sinergias de atuação, a verificar nos respetivos exercícios de avaliação e monitorização".
85. A análise dos instrumentos de suporte ao planeamento e dos dados recolhidos pela equipa de avaliação sobre o ciclo de vida dos projetos, evidencia que **estes princípios têm sido assegurados do ponto de vista operacional.** No entanto, esta garantia operacional, não deixou de ter impacto sobre a execução do programa e sobre a eficácia da ação das entidades e beneficiários do Madeira 2030.
86. Tendo em conta a informação recolhida no inquérito aos beneficiários, mas sobretudo nas entrevistas e Focus Group, fica claro que existe uma perceção de "aparente concorrência" entre algumas medidas, em particular com o PRR (Cf. Tabela 14 e 15), que, não configurando conflito de sobreposição de financiamento, **levou os beneficiários a centrar recursos técnicos, humanos e financeiros nos instrumentos que tinham um calendário mais curto e/ou taxas de financiamento mais interessantes (sobretudo os beneficiários empresariais), condicionando o natural desempenho do Madeira 2030, em particular na sua fase de arranque.**

Tabela 14. Perceção dos beneficiários Madeira 2030

Considera que existem outros instrumentos de financiamento que são complementares a este a que concorreu?	Contagem	Frequência
Não	75	46.58%
Sim, outras Tipologias de Intervenção do Madeira 2030	7	4.35%
Sim, em outros Programas do PT 2030 (ex.: Programas Temáticos)	3	1.86%
Sim, em Programas Europeus (ex.: Horizonte Europa)	2	1.24%
Sim, PRR	25	15.53%
Sim, em outros programas, fontes de financiamento	5	3.11%
NS/NR	52	32.30%
Total	161	

Fonte: Inquérito aos Beneficiários

Conclusões sobre Grau de Complementaridade

87. O Madeira 2030, a nível programático, evidencia uma **clara articulação com outras intervenções e instrumentos de financiamento europeus, nacionais** (como o PRR, o Sustentável 2030) **e regionais**, procurando assegurar a especialização das fontes de financiamento por domínio e **reforçando, assim, a coerência e a complementaridade das suas intervenções**. (cf. AnexoA.1).

88. Analisando esta complementaridade por prioridade:

- Na **Prioridade 1A**, a promoção da investigação, inovação e competitividade das PME articula-se com Programas como Horizonte Europa, Marie Skłodowska-Curie e LIFE, bem como com o PRR (Agendas Mobilizadoras) e com instrumentos do Banco Português de Fomento, criando um ecossistema robusto de apoio à inovação. A digitalização (RSO1.2) beneficia de sinergias com o PRR (C01, C19, C20), a Estratégia Digital Europeia e a Smart Islands Hub, promovendo uma transformação digital integrada. A competitividade empresarial (RSO1.3) é reforçada por instrumentos como o InvestEU, o FEAMPA e o PRR (C16). O desenvolvimento de competências (RSO1.4) está alinhado com a RIS3 RAM 2021–2027 e a Smart Specialisation Platform.
- A **Prioridade 1R**, focada nas Regiões Ultraperiféricas, reforça a coesão territorial através da articulação com o PO Madeira 2030, Programas de cooperação entre RUPs e o Horizonte Europa.
- Na **Prioridade 2A**, a transição verde é promovida com base em alinhamentos estratégicos: a eficiência energética (RSO2.1) com o PNEC 2030, o PRR, o Green Deal e o Fit for 55; a gestão da água (RSO2.5) com o PRAM, o PGRH e a Estratégia CLIMA-Madeira; a economia circular (RSO2.6) com o PERSU 2030 e a Estratégia Nacional de Resíduos; e a biodiversidade (RSO2.7) com a Estratégia Biodiversidade 2030, a rede Natura 2000 e a ENAR.
- A **Prioridade 2B** (RSO2.8) promove a mobilidade urbana sustentável em articulação com o PRR, o Green Deal e o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável.
- A **Prioridade 3A** reforça a conectividade e os transportes com base no PIETRAM, no PDES 2030, no REPowerEU e na iniciativa Porto Santo Fossil Free Island, promovendo a descarbonização e a mobilidade sustentável.
- A **Prioridade 4A** articula-se com o PRR (C1-SNS), o Plano Nacional de Saúde, a Estratégia Regional de Saúde da RAM, assegurando complementaridade nas áreas da saúde, turismo e inclusão social.
- A **Prioridade 4B** reforça o emprego jovem com iniciativas como a Garantia Jovem, a Iniciativa ALMA e a Estratégia Europeia para a Igualdade de Género. A Prioridade 4C (ESO4.13) articula-se com o PEARAM e a Estratégia Regional de Inclusão Social, promovendo a coesão social.
- A **Prioridade 5A** (RSO5.1) integra-se com o PRR nas áreas da cultura e da transição digital, bem como com estratégias locais e redes urbanas, promovendo o desenvolvimento territorial.

- Por fim, a **Prioridade 7A** assegura a assistência técnica com base no Plano Global de Avaliação 2030, na Estratégia de Comunicação e no Plano de Gestão de Riscos de Fraude, garantindo uma implementação eficaz e alinhada com os instrumentos de gestão do Programa.

Tabela 15. Programa Madeira 2030 e a Complementaridade com Outras Intervenções

Prioridade / OE	Complementaridade com Outras Intervenções
1A / RSO1.1	Horizonte Europa, Marie Skłodowska-Curie, LIFE, Erasmus+, PRR (Agendas Mobilizadoras), Banco Português de Fomento
1A / RSO1.2	PRR (C19, C01, C20), Smart Islands Hub, Estratégia Digital Europeia
1A / RSO1.3	PRR (C16), Banco Português de Fomento, InvestEU, FEAMPA
1A / RSO1.4	EREI RAM 2021–2027, Smart Specialisation Platform
1R / RSO1.3	PO Madeira 14–20, Horizonte Europa, Programas de cooperação entre RUPs
2A / RSO2.1	PNEC 2030, PRR, Green Deal, Fit for 55
2A / RSO2.5	PRAM, PGRH, Estratégia CLIMA-Madeira
2A / RSO2.6	PERSU 2030, Estratégia Nacional de Resíduos
2A / RSO2.7	Estratégia Biodiversidade 2030, Natura 2000, ENAR
2B / RSO2.8	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, PRR, Green Deal
3A / RSO3.1	PIETRAM, PDES 2030, Regulamento europeu sobre combustíveis renováveis
3A / RSO3.2	PIETRAM, Porto Santo Fossil Free Island, REPowerEU
4A / RSO4.5	PRR (C1 - SNS), Plano Nacional de Saúde, Estratégia Regional de Saúde RAM
4A / RSO4.6	Estratégia Regional de Cultura, Plano Estratégico para o Turismo da RAM, PRR – Cultura
4A / ESO4.1	Plano Regional do Emprego da RAM (PRE 2021–2030)
4A / ESO4.4	Estratégia Regional de Envelhecimento Ativo e Saúde Ocupacional
4A / ESO4.6	Estratégia Regional de Educação e Formação
4A / ESO4.7	Estratégia Regional de Competências e Digitalização
4A / ESO4.8	Estratégia Regional de Inclusão Social e Combate à Pobreza
4A / ESO4.11	Estratégia Regional de Saúde e Proteção Social
4B / ESO4.1	Garantia Jovem, Iniciativa ALMA, Estratégia Europeia para a Igualdade de Género
4C / ESO4.13	PEARAM, Estratégia Regional de Inclusão Social
4H / RSO 4.7. (*)	Promoção do acesso a habitação acessível em complemento temporal com o PRR C2
5A / RSO5.1	PRR (Cultura, Habitação, Transição Digital), Estratégias Locais de Desenvolvimento, Redes Urbanas, Smart Cities
7A / AT	Plano Global de Avaliação 2030, Estratégia de Comunicação, Plano de Gestão de Riscos de Fraude

Fonte: Programa Regional da Madeira 2021-2027 (1ª reprogramação de fevereiro 2025) e ((*) – Proposta de Reprogramação do Madeira 2030 de outubro 2025)

Conclusões sobre Grau de sinergia e/ou sobreposição

89. A constatação que, do ponto de vista programático, foram asseguradas complementaridades entre mecanismos e instrumentos de financiamento, não parece ter a mesma leitura quanto à eficácia do efeito de sinergia. Algumas entidades sinalizam que não tiveram conhecimento adequado para influenciar o processo de planeamento (apesar da ampla participação no âmbito da construção do PDES e na preparação do Madeira 2030) e no desenho dos projetos (muitas vezes só conhecem as particularidades de elegibilidades e focos em sede de aviso) e que em situações específicas ainda existem áreas com subcobertura de intervenções.
90. A eventual sobreposição de domínios de intervenção (garantindo uma lógica de “concorrência”) de objetivos, não deixa de ter impactos sobre o desempenho do programa Madeira 2030, na canibalização de recursos técnicos, humanos e financeiros e capacidade de execução (estas dimensões foram particularmente evidentes com domínios do PRR, com um horizonte temporal mais exigente e com taxas mais favoráveis para os orçamentos regionais).
91. Neste contexto, no que diz respeito à **articulação com o PRR e com Sustentável 2030**, a especialização das fontes de financiamento por domínio de intervenção é uma estratégia de resposta a este cenário, dado que permite delimitar com maior clareza as áreas de atuação de cada Programa. Deste modo, a RAM adotou uma **especialização no financiamento das diferentes** intervenções: as intervenções “em alta” no setor da água foram atribuídas ao PRR, enquanto os resíduos “em alta”, inicialmente previstos no Madeira 2030, foram transferidos para o Programa Sustentável 2030, através do Fundo de Coesão, RSO 2.6 (a partir de 1 de julho de 2025) (cf. Relatório Revisão Intercalar, p.10).
92. No entanto, em áreas onde os limites de intervenção são pouco claros, existem **riscos de competição e ineficiência**. Na **eficiência energética**, por exemplo, os edifícios de uso misto ou municipais

apresentam uma indefinição quanto à elegibilidade, uma vez que o PRR cobre edifícios residenciais, enquanto o Madeira 2030 se foca em edifícios públicos e empresas. Já na **gestão da água e resíduos**, a separação entre intervenções “em alta” (armazenamento e transporte, cobertos pelo PRR) e “em baixa” (distribuição e drenagem, apoiadas pelo Madeira 2030) revela-se difícil de operacionalizar esta lógica em sistemas integrados, onde as fronteiras técnicas e operacionais são menos evidentes (o que cria desequilíbrios de abordagem entre sistemas integrados e sistemas municipais).

93. Na **habitação**, a eventual entrada da Promoção do acesso a habitação acessível no Madeira 2030, por desafio da CE (já assumido na proposta de reprogramação), vem complementar a Componente 2 do PRR, dedicada à construção de habitação social, durante o período de vigência deste último.
94. A **digitalização** enfrenta riscos semelhantes, sobretudo em projetos transversais, onde a ausência de articulação clara entre setores compromete a eficácia dos investimentos (embora se assuma que a eventual “concorrência entre avisos” reforce a expectativa de melhor absorção do OP após o fim do PRR).

Tabela 16. Áreas de política – sinergias e risco de sobreposição entre o PRR e o Programa Madeira 2030

Área de Política	PRR	Madeira 2030
Economia circular e gestão de resíduos / recursos	Descarbonização e eficiência de recursos na indústria, resíduos e água (associadas à Transição Climática), com complementaridade reconhecida em relação à Estratégia Portugal 2030	Desafios ligados à economia circular (resíduos, água, biodiversidade) e complementaridade Sinergias: O PRR financia medidas “rápidas” de modernização de sistemas de resíduos e água; PACS e Madeira 2030 suportam investimentos estruturais de mais longo prazo e abordagens territoriais, inclusive após 2026
Descarbonização, energia, “indústria ecológica”	PRR prossegue projetos “flagship” e resposta à crise energética	Sinergias: Garante alargamento e continuidade, sobretudo em PME e empresas que necessitam de prazos mais dilatados
Habitação (*)	Construção de habitação social (C2)	Sinergias: Pós-PRR: reforço ou qualificação do parque habitacional público de habitação social previstas no âmbito da Estratégia Regional de Habitação, e nas respetivas Estratégias Locais de Habitação não sendo elegíveis os investimentos promovidos por beneficiários diretos na aceção adotado no Programa 1.º Direito; reforço ou qualificação do parque habitacional público para arrendamento a custos acessíveis (promovidos pelo IHM ou pelos municípios).
Sistemas energéticos inteligentes e transição energética	Cobre edifícios residenciais, reabilitação energética de edifícios, projetos de produção renovável (hidrogénio, solar, etc.), instalação de sistemas de gestão inteligente.	Cobre edifícios públicos e empresas; investimentos em produção renovável regional, reforço da rede e armazenamento local. Risco: edifícios de uso misto/municipais
Adaptação às alterações climáticas e gestão de riscos	Componentes ligadas a resiliência e adaptação, nomeadamente: intervenção em recursos hídricos, florestas, gestão de riscos, proteção do litoral e infraestruturas críticas – integradas na “Transição Climática” e “Resiliência”	Vulnerabilidade da RAM a incêndios, derrocadas, inundações e subida do nível do mar, referindo que serão mobilizadas intervenções para proteção do litoral, fortalecimento de zonas costeiras, gestão de riscos e soluções baseadas na natureza. Risco: asseguram continuidade, aprofundamento e expansão das soluções de adaptação e proteção, incluindo faseamento de projetos complexos
Digitalização	Educação e saúde	Administração pública e empresas; Risco em projetos transversais
Água e Resíduos	Intervenções “em alta” (armazenamento, transporte)	Intervenções “em baixa” (distribuição, drenagem); Risco em sistemas integrados

Fonte: Entrevistas, Análise documental, (*) Proposta de Reprogramação do Madeira 2030 de outubro 2025

Perceções relativas ao ecossistema dos fundos do Madeira 2030

95. Para além de das evidências documentais, a equipa de avaliação, recolheu perceções dos *stakeholders* do Madeira 2030. Estas perceções suportadas em questões reais, condicionam muitas vezes o processo de decisão e de afetação de esforços na priorização de operacionalização dos projetos. Nesse sentido, entendemos que seria importante sistematizar algumas destas questões, para apoiar a AG a melhorar os mecanismos de planeamento, envolvimento e comunicação.
96. Tendo por base os testemunhos recolhidos destacamos os seguintes elementos:

Dimensões positivas para os beneficiários

- As complementaridades asseguradas em sede de programação dos diferentes instrumentos, **permite aos beneficiários a continuidade ou o reforço das políticas em particular pós PRR** (“...criando menos risco de deixar objetivos a meio por falta de financiamento”);
- Maior coerência estratégica (mesmo objetivo, vários instrumentos), o que devidamente trabalhado, **permite construir portfólios de projetos coerentes** (e.g. energia, mobilidade, clima, qualificações), em vez de candidaturas avulsas e desconexas;
- Menor margem para reutilizar ideias (“...não pode simplesmente replicar candidaturas com as mesmas despesas, tem de se ajustar o âmbito (escala, fase, público-alvo) ou desenhar um novo projeto efetivamente complementar”);
- As **sinergias explícitas dão confiança ao beneficiário** de que “...não está a “inventar” complementaridades e se está a seguir um desenho estratégico assumido pelos próprios programas.”;

Dimensões de complexidade/risco para os beneficiários

- **Mais complexidade administrativa** (“...necessidade mapear as dimensões de projeto elegíveis a cada programa...”, “fornecer dados de outros financiamentos recebidos e esclarecimentos a várias AG...”, “mais trabalho de “engenharia financeira” e documental, sobretudo para quem não tem uma estrutura técnica grande...”);
- **Necessidade de melhor capacidade de planeamento interno** (“...temos de pensar o investimento em fases desde o início e compatibilizar calendários de candidaturas e de obras, limitações orçamentais e a capacidade interna de gestão de vários projetos ao mesmo tempo...”);
- Apesar de todos os mecanismos desenhados em sede de programação, a fase de operacionalização **revela alguns riscos de complexidade e fragmentação** – do ponto de vista de desenho, **o sistema depende muitas vezes de decisões “em sede de aviso” para definir fronteiras práticas** (quem entra no PRR, quem fica na Madeira 2030);
- **Risco de canibalização de pipeline – alguns projetos** que, em tese, poderiam ser Madeira 2030 acabam por tentar PRR pela perceção de maior notoriedade / envelope, podendo deixar “buracos” na carteira regional ou atrasar a concretização (particularmente sensível na eficiência energética e digitalização);
- No contexto da Investigação / inovação empresarial, apesar de ser clara a delimitação operacional das várias entidades (IDR, IDE, EREI), **do ponto de vista do promotor essa fronteira não é completamente nítida**, e sem uma boa coordenação **pode haver projetos “parecidos” a tentar ir a envelopes diferentes**.
- **Problema mais estrutural: complementaridade “no papel”, não na prática** (“...a complementaridade entre fundos só é operacionalizada após a conclusão dos projetos, o que na prática impede combinações ativas de diferentes instrumentos na mesma trajetória de investimento e desencoraja inovação. Isto transforma uma potencial sinergia em algo defensivo/burocrático: os sistemas são pensados para garantir que não há sobreposição formal, mas não para orquestrar complementaridades ativas ao longo do ciclo de investimento.”).
- **Sobreposição operacional (recursos humanos e sistemas)**, (“sobrecarga das equipas por terem de gerir, em simultâneo, Madeira 2030, PRR, Programa de Cooperação MAC, privação material, etc., com sistemas de informação ainda incompletos ou pouco integrados. Não é sobreposição de apoios ao beneficiário, mas uma sobreposição de exigências administrativas sobre as mesmas estruturas, que gera atrasos e reduz a capacidade de explorar sinergias reais (nomeadamente entre ISSM, IDR, IQ e IDE”);

QA4. Os procedimentos administrativos ao longo do ciclo de vida da operação, e os sistemas de informação em que se desenvolvem, revelam-se eficazes e eficientes?

Síntese Conclusiva

A evidência disponível aponta para um desempenho dos procedimentos administrativos e dos sistemas de informação em que estes se desenvolvem globalmente funcional, mas de eficiência moderada. Em termos gerais, estes permitem a correta instrução de candidaturas, acompanhamento da execução e processamento de pedidos de pagamento, mas com níveis de simplificação e de ajustamento à capacidade dos promotores que permanecem aquém do desejável, sobretudo nas operações de menor dimensão e entre beneficiários com menores recursos técnicos e administrativos.

Na fase de candidatura, os formulários, critérios e requisitos técnicos são, em geral, adequados à natureza das operações, enquanto os aspetos ligados à calendarização dos avisos, à carga burocrática e à usabilidade do SI surgem de forma recorrente como fatores críticos negativos. Em algumas tipologias de operação, nomeadamente nos apoios ao funcionamento (Alocação Específica da RUP), os procedimentos e exigências burocráticas são percecionados como desproporcionais face à natureza e montante dos apoios.

Na execução, os tempos de análise e decisão dos pedidos de pagamento são, em média, bem avaliados, mas a morosidade da instrução dos pedidos, a exigência de evidência documental e a impossibilidade de gestão da execução física do FSE+ dentro do SI, obrigando à adoção de soluções de contingência, limitam os ganhos de eficiência percebidos.

A adoção de metodologias de custos simplificados constitui um avanço relevante na racionalização dos procedimentos, em particular nos apoios à formação (FSE+), sendo maioritariamente percecionada como adequada e geradora de ganhos de eficiência na gestão financeira e na instrução de pedidos de pagamento.

SubQA4.1. Concluir sobre a facilidade de acesso (rapidez e simplicidade da utilização) aos formulários de candidatura e de pedidos de pagamento pelos utilizadores externos e sobre a disponibilidade e legibilidade da respetiva documentação de apoio à utilização.

97. No âmbito do Madeira 2030, o *front office* para os beneficiários é o Balcão dos Fundos, plataforma nacional através da qual são submetidos os formulários de candidatura e, progressivamente, os pedidos de pagamento. A informação introduzida pelos utilizadores externos neste balcão é posteriormente articulada com o ecossistema de sistemas de *backoffice*, que integra várias plataformas, em particular os sistemas SI3 (FEDER), AG+ (FSE+) e o SI Privação Material (em desenvolvimento), que suportam a análise das candidaturas, o registo das decisões, a emissão de pagamentos e a rastreabilidade das operações, comunicando ainda com o repositório único nacional gerido pela AD&C. Assim, a resposta a esta QA incide sobretudo sobre a experiência dos utilizadores no Balcão dos Fundos, tendo presente que os constrangimentos de integração ou de validação em *backoffice* se podem refletir diretamente na facilidade de acesso e utilização percebida pelos beneficiários.
98. Os resultados da auscultação a beneficiários (inquérito e *Focus Group*) apontam, em termos gerais, para uma avaliação tendencialmente positiva pelos utilizadores externos, tanto no acesso e submissão das candidaturas como de pedidos de pagamentos associados à fase de execução (pedidos de pagamento e pedidos de alteração), embora com margem ainda significativa para melhoria, sobretudo ao nível da simplificação do preenchimento dos formulários e interoperabilidade com outros sistemas (Tabela 17).
99. A maioria dos inquiridos considera a plataforma adequada, acessível e clara para a submissão das candidaturas, bem como de pedidos de pagamento. Contudo, observa-se uma proporção não negligenciável de utilizadores com dificuldades, em particular no preenchimento dos formulários de candidatura (>30%). No que respeita aos principais pontos negativos e/ou dificuldades na utilização dos formulários de candidatura, os beneficiários destacam a lentidão e bloqueio pontual da plataforma afetando a funcionalidade de gravação automática (sobretudo em alturas de pico de utilização); a exigência de informação redundante e/ou repetida em diferentes campos dos formulários, a morosidade do processo de preenchimento de campos como demonstrações financeiras, cujo mecanismo de importação a partir de Excel é extremamente propenso a erros, bem como a dificuldade no cálculo dos indicadores/metras de realização e resultado em sede de candidatura.

Tabela 17. Grau de satisfação dos beneficiários com a facilidade de acesso/utilização do SI

Fase	Dimensão avaliada	N válidos ¹	% aval. 4-6 (satisfeitos)	% aval. 1-3 (pouco/nada satisfeitos)	Média (1-6)
Candidatura	Adequação do processo de submissão online da candidatura	161	85,1%	14,9%	4,50
	Acessibilidade ao formulário de candidatura	160	77,5%	22,5%	4,44
	Simplicidade de preenchimento dos formulários de candidatura	160	68,8%	31,3%	4,24
Acompanhamento / Pedidos de Pagamento	Consulta do estado/situação dos projetos	140	86,43%	13,57%	4,39
	Processo de submissão de informação financeira do projeto	139	81,29%	18,71%	4,57
	Processo de submissão de informação física do projeto	135	85,19%	14,81%	4,52
	Adequação do processo de submissão online de pedidos de reembolso/pagamento	33	78,8%	21,2%	4,58
	Adequação do processo de submissão online de pedidos de alteração	19	68,4%	31,6%	4,16
	Fornecimento de indicadores de monitorização da execução financeira do projeto	137	76,6%	23,4%	4,35
	Fornecimento de indicadores de monitorização da execução física do projeto	135	76,3%	23,7%	4,34
Transversal – Sistema de Informação	Interoperabilidade com outros Sistema de informação (p.e. recolha de informação administrativa da SS e finanças ...)	125	72,0%	28,0%	4,22
	Processo de simplificação do acesso aos fundos	128	71,1%	28,9%	4,30
	Redução da carga burocrática	140	72,1%	27,9%	4,31
	Desmaterialização das candidaturas e projetos	140	73,6%	26,4%	4,44

¹ Exclui respostas NS/NR

Fonte: Inquérito aos beneficiários.

100. Na fase de acompanhamento e pedidos de pagamento, a clareza dos formulários de reembolso é bem avaliada pelos beneficiários, porém é frequentemente apontada a morosidade do processo de instrução dos formulários e respetivas evidências exigida pelas amostras geradas, devido ao volume de informação e duplicação de linhas que têm de ser carregadas ou inseridas manualmente.

101. Na dimensão transversal do sistema de informação, os resultados evidenciam uma perceção menos favorável do contributo do SI para a simplificação dos procedimentos. O padrão de resposta sugere que os beneficiários reconhecem ganhos efetivos face a modelos anteriores, em particular no plano da desmaterialização e da maior organização dos fluxos de informação. Porém, a persistência de um núcleo significativo de utilizadores pouco ou nada satisfeitos (26-29 % em todas as dimensões transversais), indica que a capacidade do sistema para reduzir de forma substantiva o esforço burocrático permanece limitada, sendo uma das principais falhas apontadas a inexistência de mecanismos de interoperabilidade com outras bases da administração pública.

102. No que respeita à documentação de suporte à candidatura (Tabela 18), a adequação da documentação formal existente (manuais de apoio ao utilizador, FAQ, normas e orientações técnicas, regulamentos e avisos) é globalmente bem avaliada. Apesar disso, há uma proporção considerável dos beneficiários inquiridos (entre 22-31%) que avaliam estes instrumentos abaixo de 4 (em 6), o que sugere margem relevante de melhoria na legibilidade e operacionalidade da documentação de apoio. As instruções para cálculo de indicadores de realização de resultado apresentam níveis de satisfação ligeiramente mais baixos, confirmando que esta é uma área relativamente mais complexa para os beneficiários.

103. Em contrapartida, a clareza das informações prestadas diretamente pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura é o aspeto mais bem avaliado deste bloco (cerca de 82% de avaliações positivas), sugerindo que o contacto direto complementa e, em parte, compensa as limitações da documentação escrita. Em linha com esta observação, o processo de auscultação revelou que os beneficiários-alvo de avisos-convite referem frequentemente maior facilidade de acesso e níveis de satisfação relativamente elevados com os formulários de candidatura. **A evidência recolhida nas entrevistas e Focus Group sugere que estas entidades, tipicamente organismos públicos, não só têm, em média, maior experiência e know-how acumulado na candidatura a Fundos Europeus, como beneficiam de um apoio direto e próximo por parte da AG na preparação das candidaturas (através de esclarecimentos, reuniões, alinhamento prévio de conteúdos, etc.). Esta proximidade tende a reduzir a incerteza quanto à instrução das candidaturas e contribui também para mitigar eventuais dificuldades de interpretação dos formulários e requisitos, originando uma experiência de utilização mais simples do que a observada em beneficiários que concorrem a avisos em regime concorrencial.**

Tabela 18. Grau de satisfação dos beneficiários com a documentação de suporte

Fase	Dimensão avaliada	N válidos ¹	% aval. 4-6 (satisfeitos)	% aval. 1-3 (pouco/nada satisfeitos)	Média (1-6)
Candidatura	Clareza das informações prestadas pela AG na fase de candidatura	160	81,9%	18,1%	4,49
	Clareza e conteúdos dos manuais de apoio ao utilizador	160	77,5%	22,5%	4,44
	Clareza do regulamento específico	161	73,3%	26,7%	4,35
	Clareza dos avisos de abertura de concurso	161	72,1%	28,0%	4,35
	Clareza do texto do Programa	161	73,9%	26,1%	4,34
	Clareza das normas e orientações técnicas	161	70,2%	29,8%	4,30
	Clareza das instruções para cálculo dos indicadores de realização e resultado na candidatura	160	69,4%	30,6%	4,18
Acompanhamento / Pedido de Pagamento	Adequação/clareza dos guias com Regras de Comunicação para beneficiários	38	81,6%	18,4%	4,47
	Adequação/clareza dos guias sobre dossiers técnico-pedagógicos das operações/relatórios de execução física	34	76,5%	23,5%	4,47
	Adequação/clareza dos guias sobre dossiers financeiros das operações	34	76,5%	23,5%	4,47
	Adequação/clareza dos manuais de procedimentos para utilizadores	36	83,3%	16,7%	4,50

¹ Exclui respostas NS/NR

Fonte: Inquérito aos beneficiários.

104. O grau de satisfação dos beneficiários inquiridos é também globalmente positivo no que respeita à documentação de suporte em fase de acompanhamento da operação, considerando os vários guias e manuais de procedimentos de pedidos de pagamento adequados e claros.

105. Ainda assim, a análise global da auscultação evidencia também um conjunto de constrangimentos e oportunidades de melhoria identificados por diferentes tipos de beneficiários. Com base nas respostas abertas ao inquérito e nas entrevistas e *Focus Group* realizados, são referidos vários tipos de necessidades de alteração/aperfeiçoamento dos Sistemas de Informação no que respeita à rapidez e simplicidade da utilização dos formulários de candidatura e de pedidos de pagamento, que se sistematizam na tabela seguinte.

Tabela 19. Tipologia de necessidades de alteração dos Sistemas de Informação (síntese qualitativa)

Tipologia de necessidade de alteração do SI	Descrição sintética/evidência
Estabilização técnica da plataforma (erros, falhas de funcionamento)	Os beneficiários referem a existência de falhas e constrangimentos técnicos pontuais (ex. bloqueios e lentidão, erros nos módulos de candidatura, dados não guardados ou não visíveis, erros no módulo de mensagens/pedidos de esclarecimento e ausência de notificações, etc.). Os técnicos da AG/OI reportam erros na sincronização de dados inter-sistemas e necessidades de melhor interoperabilidade e integração de dados.
Reforço de validações automáticas e campos obrigatórios	As entrevistas apontam a existência de candidaturas incompletas e dados em branco no Balcão dos Fundos/SI, sugerindo necessidade de mais validações automáticas e campos obrigatórios, para reduzir erros e retrabalho em <i>backoffice</i> . Os beneficiários auscultados sugerem ainda que a emissão de validações/alertas automáticos de elegibilidade aquando do preenchimento da candidatura seriam úteis para a decisão de prosseguir com a mesma.
Simplificação de preenchimento e eliminação de campos redundantes	Os beneficiários auscultados referem formulários extensos e com informação repetida, sugerindo a redução de campos e eliminação de pedidos de dados já existentes noutros sistemas, de forma a diminuir o tempo de preenchimento e o risco de erros. São também apontadas ineficiências no modo de preenchimento dos formulários de candidatura e de pedidos de pagamento, que não permitem o carregamento em bloco de grandes volumes de dados (por ex. demonstrações financeiras, listagens de formandos, comprovativos de despesa, etc.), apesar de isso ter sido possível no passado (Madeira 14-20).
Desenvolvimento/ativação de módulos de acompanhamento, indicadores e reanálise	Os sistemas de <i>backoffice</i> , em particular o SI3 (FEDER) ainda não cobre 100% das funcionalidades do Portugal 2020, com funcionalidades pendentes (indicadores físicos, relatórios finais, reanálise de pedidos de pagamento, módulos de controlo). No que respeita ao AG+, o IQ refere a inexistência de alertas automáticos de acompanhamento das operações (sistema "semáforo") e falta de acesso direto ao sistema de indicadores, indicando necessidade de reforçar os módulos de monitorização e acompanhamento.
Capacitação/apoio complementar associado aos SI	Do lado técnico, as entrevistas referem falta de formação contínua sobre o novo sistema de informação e dificuldades em acompanhar a evolução das funcionalidades. Do lado dos beneficiários, é referida a necessidade de mais sessões de informação e esclarecimento para o uso do Balcão dos Fundos, em especial por parte das empresas.

Fonte: Entrevistas, *Focus Group* e Inquérito a beneficiários.

SubQA4.2. *Concluir sobre a eficácia e eficiência dos procedimentos e dos requisitos a cumprir pelos beneficiários na garantia de **qualidade da instrução das candidaturas**, do **acompanhamento das operações** e dos **pedidos de pagamento**, tendo em conta o ajustamento do grau de exigência destes procedimentos (candidatura, acompanhamento das operações e pedidos de pagamento) à **dimensão e natureza das operações**, ao **grau de capacitação dos beneficiários** e ao **princípio de simplificação**.*

106. A resposta a esta subquestão assenta numa leitura fina do Programa, tendo em consideração não só as diferentes naturezas e dimensão das operações apoiadas pelo Madeira 2030, como a variedade de processos, sistemas e intervenientes, consoante a tipologia de operação. Assim, tomando a tipologia de operação como unidade principal de análise, e considerando as TO com expressão relevante em número de candidaturas e/ou volume financeiro, foi atribuído um grau de adequação dos processos de candidatura e de acompanhamento/pedidos de pagamento, numa escala de 1 a 4, construído a partir da triangulação entre o inquérito aos beneficiários, as entrevistas e os Focus Group (Tabela 20). Esta classificação considera simultaneamente a capacidade dos procedimentos em garantir a qualidade da instrução das candidaturas e da execução, a proporcionalidade dos requisitos face à dimensão e natureza das operações, o grau de capacitação típica dos beneficiários e o nível de concretização do princípio de simplificação, designadamente através da adoção de custos simplificados e da forma como o sistema de informação suporta (ou não) a redução de encargos administrativos.
107. No que respeita ao OE1, a análise por tipologia de operação aponta para um grau moderadamente alto de adequação dos procedimentos de candidatura nas tipologias de investimento empresarial, com os promotores a reconhecerem que os requisitos de candidatura e os critérios técnicos e de seleção são, em geral, adequados a projetos de investimento e alinhados com as necessidades de modernização e internacionalização das empresas. Os beneficiários reportam condicionantes relacionadas com a cadência de abertura de avisos de concurso no OE1, resultando numa perceção entre estes de que a abertura de avisos é ainda pouco previsível, não obstante a atualização quadrimestral do Plano Anual de Avisos disponível no site do Madeira 2030. Observam-se também condicionantes relacionadas com os prazos curtos para a instrução de candidaturas onde as exigências burocráticas são ainda elevadas. Já na TO Alocação específica RUP, dirigida a apoios de funcionamento, a adequação é classificada como moderada-baixa, refletindo a perceção de desproporção entre a natureza dos apoios (subsídio à exploração) e uma exigência burocrática e documental da candidatura típica de projetos de investimento com dimensão superior (apesar de se estarem apenas a aplicar os mecanismos exigíveis em termos Europeus e nacionais), o que gera esforço administrativo elevado em candidaturas de pequena dimensão. Não obstante, a procura observada para esta tipologia é elevada. Finalmente, nas operações de IC&DT, a complexidade dos procedimentos e requisitos em fase da candidatura, e alguma perceção de falta de definição e transparência no processo de avaliação técnica, são frequentemente apontados como desmotivadores para os investigadores (apesar dos mesmos se encontrarem expressos em sede de aviso). Não existe, nesta fase, evidência sobre os processos de acompanhamento das operações do OE1.
108. No OE2 esta análise incidiu sobre as operações associadas ao ciclo urbano da água em baixa, para as quais existem decisões. Em fase de candidatura, os beneficiários avaliam positivamente os requisitos técnicos e documentais exigidos, reconhecendo que, embora exigentes, são em geral coerentes com a complexidade das intervenções. Pela negativa, destaca-se, a elevada taxa de reprovação associada ao incumprimento de condições de elegibilidade nestas duas tipologias (42%) sugerindo dificuldades de interpretação dos requisitos e/ou um desajustamento entre o grau de exigência das condições de acesso e o nível de capacitação técnica de parte dos promotores.
109. No OE4, de um modo geral, os procedimentos e requisitos de candidaturas associados às medidas FSE+ de apoio ao emprego e formação são adequados e bem alinhados com a natureza e dimensão das operações. A introdução de metodologias de custos simplificados contribui para a simplificação e agilidade dos processos, conforme se detalhará na subquestão 4.3, e foi, regra geral, bem recebida pelos beneficiários, pese embora os custos unitários praticados sejam inferiores aos valores percecionados pelo mercado. Destaca-se ainda o papel do IQ, enquanto organismo intermédio, referido pelos beneficiários como um interlocutor próximo e tecnicamente disponível, cuja atuação contribui de forma relevante para mitigar a complexidade dos procedimentos e para tornar mais operacionais os processos de candidatura nas tipologias de formação e qualificação. Na fase de

acompanhamento e pedidos de pagamento, as dificuldades associadas ao sistema de informação tornam o quadro menos favorável: os beneficiários sublinham a morosidade dos processos de pedido de pagamento, a necessidade de carregamento individual e duplicado de documentos comprovantes, a ausência de funcionalidades de *upload* em lote e o facto de a execução física, em muitos casos, continuar a ser gerida fora do sistema de informação, o que reduz os ganhos de simplificação associados aos custos simplificados e afeta de forma particular as operações com elevado número de participantes (ex. formação). A situação é mais crítica na tipologia de combate à privação material, com atrasos na implementação do sistema de informação específico e a incerteza quanto ao circuito de pagamentos têm bloqueado a decisão sobre a candidatura e atrasado a execução da medida, levando a classificar a eficácia e eficiência dos procedimentos, neste caso, como baixa.

110. Esta análise por tipologia de operação é, de forma geral, corroborada pelos resultados dos inquéritos aos beneficiários, que confirma o quadro moderadamente positivo relativamente à eficácia e eficiência dos procedimentos e dos requisitos a cumprir pelos beneficiários:

- Nas dimensões relacionadas com a fase de candidatura, a maioria dos beneficiários inquiridos (78% a 86%) avalia os seguintes procedimentos e requisitos como adequados: processo de submissão online da candidatura (85,1%); elementos técnicos de fundamentação (80%); indicadores de Realização (80%); indicadores de Resultado (78,8%); metas (78%).
- Em contraste, os aspetos ligados à calendarização são bastante menos consensuais. O ritmo de lançamento dos concursos concentra apenas 55,1% de avaliações positivas, com 44,9% de inquiridos que o consideram pouco ou nada adequado. Também o intervalo entre ações de divulgação e prazo de submissão é considerado pouco ou nada adequado por 31,1% dos inquiridos, e o tempo de duração do aviso por 41,6%, confirmando que a previsibilidade e os prazos dos avisos são um dos pontos mais frágeis do processo. A dimensão "documentação exigida/carga burocrática" recolhe 62,1% de avaliações positivas, contra 37,9% negativas, o que confirma que a perceção de burocracia excessiva ainda é significativa. Nas respostas sobre dificuldades, cerca de 29% dos inquiridos indicam não ter tido dificuldades, mas os restantes referem explicitamente os requisitos formais e burocracia (27,9%), o preenchimento do formulário online (24,8%), o acesso ao formulário (20,5%), a interpretação da regulamentação (17,4%), a adequação da candidatura às condições de elegibilidade (16,8%) e o cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (16%).
- Na fase de acompanhamento e pedido de pagamento, os procedimentos são, em regra, bem avaliados pelos inquiridos: Processo de submissão de pedidos de reembolso (78,8% de avaliações positivas), pedidos de alteração (68,4%) e saldo final (73,7%); Tempo de análise de pedidos de reembolso (83,3%) e de alteração (73,7%); Pedidos de esclarecimentos da AG/OI (86,1%), Prazo de resposta da entidade (83,3%) e Prazo de reembolso (79,3%). Esta avaliação sugere que, formalmente, os processos funcionam, mas isso não elimina o esforço administrativo associado ao reporte em sistema de informação reportado pelos beneficiários nas entrevistas e *Focus Group*.

Tabela 20. Grau de adequação dos procedimentos administrativos, por fase do ciclo de vida da operação, TO, perfil da entidade beneficiário e dimensão da operação

TA/TOs		Natureza Benef.	Nº cand.	Dimensão média (cand.)	Grau de Adequação dos proced. administrativos		Fundamentação
					Candidatura	Acompanhamento / PP	
RSO1.1-01 - Criação de conhecimento científico e tecnológico	1001 - Investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT)	Pública / Privada (Inst. I&D)	16	1,4 M€	Moderado-alto		A instrução das candidaturas é percebida como tecnicamente adequada, mas marcada por prazos curtos, comunicação tardia dos avisos e metodologia de avaliação pouco clarificada, especialmente no que refere aos pareceres técnicos, o que gera incerteza e dificulta o alinhamento com prioridades regionais. A introdução da metodologia de Custos Unitários gerou dificuldades no apuramento da despesa elegível.
RSO1.3-01 - Investimento empresarial produtivo (RSO1.3)	1038 - Investimento Empresarial Produtivo (SI)	Empresas	167	1,2 M€	Moderado-alto	n.a.	Os promotores reconhecem que os requisitos de candidaturas, critérios técnicos e de seleção são em geral adequados a projetos de investimento e alinhados com necessidades de modernização empresarial/ internacionalização, o que suporta um grau de adequação relativamente elevado na candidatura. Beneficiários mais experientes e/ou suportados por consultores especializados têm maior facilidade na instrução das candidaturas. Contudo, os prazos de abertura de avisos por vezes muito curtos condicionam a procura, bem como exigência documental e condicionalismos (p.ex. obrigatoriedade de entradas de capital próprio) que são vistos como pouco ajustados à realidade de algumas empresas e aumentam o esforço administrativo na fase de candidatura. Os atrasos no processo de decisão nesta fase inicial, com avisos que chegaram a aguardar cerca de um ano até à decisão, condicionaram fortemente a programação de investimentos, aumentaram a incerteza dos promotores e reduziram a perceção de eficiência global dos procedimentos.
RSO1.3-02 - Qualificação e internacionalização das empresas	1059 - Projeto Individual (SI) – Internacionalização das empresas	Empresas	6	0,2 M€			
RSO1.3-04 - Alocação específica RUP (RSO1.3)	3018 - Alocação específica RUP	Empresas	1431	78 k €	Moderado-baixo		Os beneficiários consideram que a carga burocrática e os requisitos documentais são desproporcionais face ao montante e natureza de apoio ao funcionamento, incluindo por exemplo a referência ambígua à exigência de apresentação de plano de negócios, típicos de projetos de investimento e múltiplos pareceres/declarações com reduzido valor acrescentado, tendo em conta a natureza do apoio. Na execução, a manutenção desta lógica de controlo é percebida como exigindo esforço administrativo elevado para pequenas operações. Não obstante, esta TO observa elevada procura.
RSO2.5-02 - CUA - Ciclo Urbano da Água em baixa	2030 - Abastecimento água	Pública (Municípios /ARM)	10	1,8 M€	Moderado-alto	n.a.	Os requisitos do processo de candidatura são vistos como exigentes, mas coerentes com a complexidade da tipologia de operação. Destaca-se, no entanto, pela negativa, a elevada taxa de reprovação associada ao incumprimento de condições de elegibilidade nestas duas tipologias (42%) sugerindo dificuldades de interpretação e/ou um desajustamento entre o grau de exigência das condições de acesso e o nível de capacitação técnica de parte dos promotores, bem como margem para reforçar ações de esclarecimento e apoio na fase prévia à submissão. Os beneficiários sinalizam ainda que os desfasamentos temporais entre a programação financeira e o lançamento de avisos condicionam a execução das obras públicas num contexto de forte inflação no setor da construção, gerando dificuldades em ajustar orçamentos e reprogramar projetos, o que reduz a perceção de adequação dos procedimentos na fase de execução.
	2031 - Saneamento de Águas Residuais		9	0,9 M€			
ESO4.1-01 - Apoios ao emprego (ESO4.1) / ESO4.1-04 - Apoios ao emprego dos jovens (RA)	4001 - Estágios profissionais	Pública	4	5,4 M€	Alto	Moderado-baixo	O processo de candidatura é relativamente estabilizado. Predominam os avisos-convide a beneficiários com experiência e apoiados diretamente pela AG, o que favorece uma avaliação globalmente positiva. Na fase de acompanhamento, os procedimentos de pedidos de pagamento são descritos como muito morosos, exigindo upload individual de grande volume de documentos (fatura e pagamento em separado, ausência de opções de upload em lote). O sistema de informação ainda não suporta o acompanhamento da execução física, o que reduz a eficiência e a proporcionalidade dos controlos.
	4002 - Apoios à contratação		3	2 M€			
	4003 - Programas de formação e emprego		2	0,5 M€			

TA/TOs		Natureza Benef.	Nº cand.	Dimensão média (cand.)	Grau de Adequação dos proced. administrativos		Fundamentação
					Candidatura	Acompanhamento / PP	
ESO4.4-01 - Competências e qualificações no âmbito empresarial e da administração regional e local	4012 - Formação empresarial individual (SI)	Empresas	10	31 k€	Moderado-baixo	n.a.	Os procedimentos de candidatura e execução são considerados compreensíveis e geríveis pelas empresas. As principais reservas dizem respeito menos aos processos em si e mais à inadequação dos valores de financiamento/hora e à desatualização do catálogo de qualificações, que justificam em grande medida a baixa procura pelo instrumento e condicionam a eficácia da intervenção.
	4016 - Formação da Administração pública regional e local	Administração Pública	16	0,2 M€	Alto	Moderado-alto	As entidades públicas referem que os procedimentos de candidatura são claros e bem alinhados com as necessidades de capacitação da Administração Pública, beneficiando de custos simplificados e de um apoio próximo da AG, o que reduz a incerteza na instrução. Na execução, persistem algumas limitações associadas ao sistema de informação (velocidade, duplicação de registos), mas em geral os pedidos de pagamento e o acompanhamento são considerados funcionais e proporcionais.
ESO4.6-01 - Qualificação inicial (ESO4.6)	4021 - Cursos Profissionais	Pública / Privada	28	1,5 M€	Alto	Moderado-alto	Os beneficiários assinalam que o enquadramento das operações e os requisitos de candidatura são, em geral, claros e coerentes, avaliando muito positivamente o apoio prestado pela AG e, nos casos aplicáveis, pelo OI (IQ). A introdução de metodologia de custos simplificados é vista como uma simplificação processual positiva. No acompanhamento, porém, as dificuldades operacionais do SI (lentidão, ausência de importação em massa de dados, preenchimento manual de muitos campos, guias tardios) traduzem-se em carga administrativa elevada e processos pouco eficientes, sobretudo em projetos com muitos formandos.
	4022 - Cursos de Aprendizagem	Pública	4	0,6 M€			
ESO4.6-03 - Formação superior e avançada (ESO4.6)	4026 - Cursos Técnicos Superiores Profissionais	Pública / Privada	3	0,8 M€			
	4029 - Formação Avançada		1	3,5 M€			
ESO4.7-01 - (Re)Qualificação de adultos (ESO4.7)	4030 - Formações modulares certificadas	Empresas	26	0,4 M€	Alto	Moderado-alto	Entidades promotoras assinalam que os procedimentos são relativamente estáveis face ao passado, avaliando muito positivamente o apoio regular do organismo intermédio (IQ). As críticas focam-se sobretudo na baixa adequação dos valores/hora para formações especializadas; em termos processuais, candidaturas são vistas como acessíveis. Já no caso dos pedidos de pagamento é destacada a morosidade do preenchimento e duplicação de linhas.
ESO4.13-01 - Combate à privação material	4099 - Aquisição direta de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade	Pública	1	1,9 M€	Baixo	Baixo	Aviso-convite dirigido o OI (ISSM), com forte acompanhamento da AG, o que torna a candidatura relativamente simples. Contudo, o sistema de informação específico para a privação material não está ainda operacional e existem incertezas sobre o circuito de pagamentos, o que tem bloqueado a decisão sobre a candidatura apresentada e atrasado a execução da medida, por isso, avalia-se a adequação dos procedimentos, nesta fase, como baixa.

Legenda: Grau de adequação dos procedimentos administrativos: ● - Alto; ● - Moderado-alto; ● - Moderado-baixo; ● - Baixo; n.a. – não aplicável/sem evidência

SubQA4.3. Concluir sobre a adequação, eficácia e eficiência da utilização de metodologias de custos simplificados.

111. A adoção das metodologias de custos simplificados (OCS) constituiu uma novidade no período de programação do Madeira 2030, tendo por objetivo reduzir de forma mensurável a carga administrativa para beneficiários e AG/OI, acelerar reembolsos e concentrar recursos na prossecução de objetivos, dispensando a rastreabilidade de cada euro, em linha com as diretrizes da Comissão Europeia em matéria de simplificação. Assim, o programa Madeira 2030, através dos regulamentos específicos relevantes (Portaria n.º 1139/2023; Portaria n.º 300/2024) prevê a possibilidade de atribuição de apoios sob a forma de subvenções de opções de custos simplificados (OCS), quer no FSE+, quer no FEDER.

112. Até 30 de setembro de 2025, tinham sido lançados 37 avisos com metodologia de custos simplificados, abrangendo uma tipologia de operação FEDER (projetos de IC&DT) e 9 tipologias de operação FSE+, incluindo formação de trabalhadores e da administração pública, cursos profissionais, de aprendizagem, TeSP, formação avançada e Centros Qualifica. Predomina o uso de metodologias de custos unitários, à exceção da formação avançada e Centros Qualifica onde são utilizadas taxas fixas sobre custos reais.

Tabela 21. Tipologias de operação com metodologia de custos simplificados

Fundo	Tipologia de Operação	Tipo OCS	Indicador/unidade medida	Avisos Lançados (até 30.09.25)
FEDER	1001 – Investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT)	Custo Unitário	ETI/mês	M2030-2025-12
FSE+	4012 - Formação Empresarial Individual (SI)	Custo Unitário	Custo por hora de formação, por participante, em ações de formação	M2030-2025-01
	4016 - Formação da Administração pública regional e local	Custo Unitário	Custo por hora de formação, por participante, em ações de formação	M2030-2024-17; M2030-2025-11
	4021 - Cursos Profissionais	Custo Unitário	Custo unitário por participante/ano letivo	M2030-2024-04; M2030-2024-05; M2030-2024-06; M2030-2024-07; M2030-2024-08; M2030-2024-09; M2030-2024-22; M2030-2024-23; M2030-2024-38; M2030-2025-30; M2030-2025-31; M2030-2025-37
	4022 - Cursos de Aprendizagem	Custo Unitário	Custo unitário por formandos/mês	M2030-2024-01; M2030-2024-03; M2030-2024-35; M2030-2024-42; M2030-2025-35; M2030-2025-36
	4026 - Cursos Técnicos Superiores Profissionais (Cursos TeSP)	Custo Unitário	Custo unitário por aluno/ciclo de formação	M2030-2024-02; M2030-2024-25; M2030-2025-16
	4029 - Formação Avançada	Taxa Fixa	Custos elegíveis diretos da operação (taxa fixa 7%)	M2030-2024-11
	4030 - Formações Modulares certificadas	Custo Unitário	Horas de formação completas/participante	M2030-2025-06; M2030-2025-32
	4037 - Centros especializados em qualificação de adultos e processos de RVCC (Centros Qualifica)	Taxa Fixa	Custos diretos elegíveis com pessoal (taxa fixa 15%)	M2030-2024-18; M2030-2024-31; M2030-2025-08
	4046 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade	Custo Unitário	Custo unitário por hora de formação	M2030-2024-15; M2030-2024-16; M2030-2024-28; M2030-2024-29; M2030-2024-30; M2030-2025-18

Fonte: Avisos Madeira 2030.

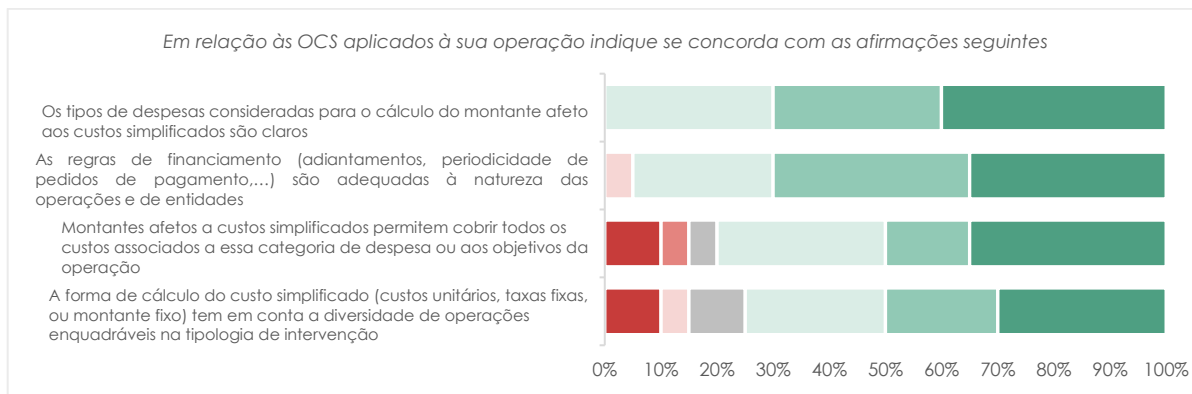
113. A evidência disponível indica que as metodologias de custos simplificados são, no seu conjunto, adequadas, eficazes e eficientes nas tipologias em que foram adotadas, com ganhos mais evidentes quando a opção recai sobre custos unitários.

114. No que respeita à adequação, o desenho da metodologia é percebido pelos beneficiários como maioritariamente claro. Das opiniões recolhidas por inquérito, 70% dos inquiridos⁷ concorda que os tipos de despesa considerados para o cálculo são claros e 70% avalia as regras de financiamento como adequadas à natureza das operações e das entidades. A adequação do método de cálculo

⁷ N=20, cobertura da amostra = 34,5% do universo de beneficiários com candidaturas apresentadas em OCS.

à diversidade de operações e a suficiência dos montantes suscitam, porém, avaliações mais divididas. A percepção generalizada dos beneficiários auscultados por entrevista e Focus Group é de que a aplicação das tabelas de custos unitários por formando/participante origina montantes de financiamento inferiores ao que resultaria da metodologia de custos reais, pese embora avaliem positivamente a medida face aos ganhos de eficiência e simplificação.

Figura 2. Percentagem de inquiridos que consideram a adoção de metodologias de custos simplificados adequada



Legenda: 1-Nada adequado | 2 | 3 | 4 | 5 | 6-Muito Adequado | NS/NR

Fonte: Inquérito aos beneficiários (N=20, cobertura da amostra = 34,5% do universo de beneficiários com candidaturas apresentadas em OCS)

115. Em termos de eficácia, a experiência reportada pelos beneficiários face ao regime de custos reais é consistentemente positiva. Entre 60% e 80% dos beneficiários auscultados via inquérito concorda que a candidatura é mais simples, tem menos documentos e que a gestão financeira e administrativa se torna menos exigente. O foco em resultados é percebido como mais evidente, com a maioria a assinalar candidaturas e análises mais orientadas para realizações e resultados, bem como uma redução de erros na imputação de despesa em sede de pedido de pagamento. A maior exigência de evidências de realização e resultado é apontada por uma parte dos respondentes, o que é expectável no contexto das OCS e não contradiz a percepção de simplificação. O deferimento mais rápido é reconhecido por menos de metade dos inquiridos, em linha com os dados objetivos que mostram ganhos limitados a este nível.

116. As principais dificuldades sentidas na aplicação da metodologia de custos simplificados apontadas pelos inquiridos incidem nos cálculos para imputação de despesas (55%) e na interpretação de conceitos e categorias de custo (45% em cada), sugerindo necessidades de capacitação específicas em OCS. Os resultados do inquérito evidenciam também uma baixa penetração das ações de informação e capacitação junto dos beneficiários-alvo: metade dos inquiridos não participou nem teve conhecimento de iniciativas de informação/capacitação em OCS, 30% teve conhecimento, mas não participou, e apenas 20% participou e considerou as ações muito úteis.

117. No que respeita à eficiência, os principais ganhos são reportados pelos beneficiários, que referem a redução da complexidade e tempo dispensado na instrução de pedidos de pagamento como uma das principais vantagens da utilização desta metodologia, principalmente na opção de custos unitários. Já no que se refere aos tempos médios de decisão dos pedidos de pagamento por parte da AG/OI, os ganhos são menos expressivos. O tempo médio agregado de decisão de pedidos de pagamento nas tipologias de custos unitários é de 14 dias úteis, apenas ligeiramente inferior aos 17 dias úteis observados em tipologias de operação similares em custos reais⁸, com variações por tipologia de operação entre 9 e 14 dias úteis. Já nas tipologias com utilização de taxas fixas o benefício associado à simplificação é ainda menos evidente.

⁸ Foi efetuada a comparação com as restantes tipologias de operação financiadas pelo FSE+ cujo financiamento assume a forma de subvenção de custos reais, e para as quais existiam pedidos de pagamento concluídos a 30.09.2025 (4001; 4002; 4003; 4005; 4045; 7001).

Tabela 22. Tempo médio de decisão dos pedidos de pagamento em metodologia de custos simplificados

Tipologia de Operação	Fundo	Tipologia OCS	Tempo médio de análise dos PP (nº dias úteis)
4016 - Formação da Administração pública regional e local	FSE+	Custos Unitários	10
4021 - Cursos Profissionais	FSE+	Custos Unitários	14
4022 - Cursos de Aprendizagem	FSE+	Custos Unitários	13
4026 - Cursos Técnicos Superiores Profissionais (Cursos TeSP)	FSE+	Custos Unitários	12
4046 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade	FSE+	Custos Unitários	9
4037 - Centros especializados em qualificação de adultos e processos de RVCC (Centros Qualifica)	FSE+	Taxa Fixa	26
<i>Tempo Médio de decisão dos pedidos de pagamento em OCS - Custos Unitários</i>			14
<i>Tempo Médio de decisão dos pedidos de pagamento em OCS - Taxa Fixa</i>			26
Tempo Médio de decisão dos pedidos de pagamento em OCS - Total			14
<i>Tempo Médio de decisão dos pedidos de pagamento em Custos Reais (restantes TO financiadas através do FSE+)</i>			17

Fonte: cálculos próprios com base nos dados fornecidos pela Autoridade de Gestão do Madeira 2030 e Organismos Intermédios.

QA5. O Programa está a ser capaz de mobilizar a procura desejada (em quantidade e qualidade), assegurando o alinhamento dos projetos candidatos com os objetivos do Programa e dos respetivos instrumentos de apoio, tendo em conta as características da procura potencial?

Síntese conclusiva

O Programa tem demonstrado capacidade de mobilizar a procura em termos quantitativos, com um número relativamente elevado de candidaturas submetidas, sobretudo no âmbito do FEDER. Contudo, este potencial está condicionado por um desfasamento conjuntural entre a procura e a capacidade de decisão. Do ponto de vista qualitativo, o Programa capta candidaturas robustas e alinhadas com os objetivos estratégicos, com médias de mérito elevadas e reprovações pouco expressivas.

Há evidência de fenómenos de autoexclusão por parte de entidades com projetos relevantes, motivados por fatores como a burocracia, a instabilidade política, a complexidade dos sistemas e a concorrência com o PRR. Adicionalmente, alguma irregularidade no ritmo de lançamento de avisos,, principalmente na fase inicial do Programa (em particular no âmbito do FEDER), e a curta duração dos períodos de candidatura, que afetam particularmente o setor empresarial, constituem fatores que limitam a plena captação da procura desejada. Simultaneamente, necessita-se de uma articulação mais estruturada entre a RIS3, o sistema científico, o sistema de qualificação e o tecido empresarial de forma a acelerar a criação de um ambiente favorável à emergência de projetos verdadeiramente inovadores.

Por fim, o nível de capacitação dos beneficiários revela-se determinante para a qualidade da procura. Entidades com experiência prévia em fundos europeus apresentam candidaturas mais robustas, enquanto promotores com menor capacidade técnica enfrentam dificuldades na instrução dos processos. O Roteiro de Capacitação do Ecosistema dos Fundos, embora relevante, ainda não cobre de forma sistemática todos os públicos-alvo, sendo necessário reforçar a sua abrangência, continuidade e adequação às necessidades específicas dos beneficiários.

SubQA5.1. Concluir sobre a eficácia do Programa na captação da procura desejada (em quantidade e qualidade – convergência com os objetivos do Programa). Concluir sobre os fatores determinantes dos níveis de procura registados, incluindo a eficácia da comunicação, a existência e o cumprimento do Plano de Avisos, a adequação das elegibilidades definidas, a facilidade de acesso/utilização e adequação dos sistemas de informação e dos procedimentos administrativos, o papel dos Organismos Intermédios, a utilização de custos simplificados e a operacionalização dos Instrumentos Territoriais, entre outros fatores.

118. O Programa Madeira 2030 evidencia uma capacidade significativa de mobilização da procura, quer em volume, quer em qualidade, mas encontra-se ainda condicionado por vários fatores que limitam a plena captação da procura desejada e o alinhamento com os seus objetivos estratégicos. Até 30 de setembro de 2025, tinham sido lançados 83 avisos, resultando na submissão de 1.731 candidaturas (excluindo desistências e anuladas), demonstrando o interesse dos promotores e a relevância das medidas programadas. Contudo, a taxa de decisão global de apenas 18,5% evidencia **um ritmo ainda muito lento no processo de decisão, o que poderá comprometer a eficácia e o ritmo de implementação do Programa**. Os dados apontam para um desfasamento significativo entre a procura e a capacidade de resposta do sistema de gestão e decisão, contribuindo para tal constrangimentos observados nos mecanismos de análise e aprovação, conforme se analisa na QA6.

Tabela 23. Total de avisos e decisões das candidaturas do Programa Madeira 2030

Total de Avisos	Submetidas (excluindo, desistidas e anuladas)	Em Análise	Decididas	Decisão (%)
83	1731	1411	320	18,5%

Fonte: Dados partilhados pela AG (M2030_30.09.2025_Candidaturas)

119. Este desfasamento é particularmente evidente no FEDER: apesar de concentrar 94% das candidaturas (1663 operações), apresenta uma taxa de execução de operações residual de 2,7%. Em contraste, o FSE+, responsável por apenas 6% das candidaturas (116 operações), revela 83% das

operações já em execução, beneficiando de maior estabilidade regulamentar e de continuidade nas políticas públicas financiadas (Tabela 25).

Tabela 24. Distribuição dos Avisos por Natureza, Fundo e Estado

Natureza do Aviso / Fundo	Estado do Aviso		Total de Avisos
	Aberto	Fechado	
FEDER	5	22	27
Concurso	2	12	14
Convite	3	10	13
FSE+	5	51	56
Concurso	2	16	18
Convite	3	35	38
Total Geral	10	73	83

Fonte: Dados partilhados pela AG

120. O **FSE+ concentra a maioria dos avisos lançados**, correspondendo a 67,5% (56 avisos), enquanto o FEDER representa 32,5% (27 avisos). Esta predominância resulta sobretudo do facto de a Regulamentação Específica do FSE+ ter sido publicada ainda em 2023, imediatamente antes da queda do Governo, permitindo o arranque célere da programação. Em contraste, a regulamentação do FEDER — tanto a geral como a relativa aos sistemas de incentivos — sofreu atrasos devido ao período de Governo em gestão, que impossibilitou a adoção dos atos necessários ao lançamento de avisos e à assunção de novos compromissos financeiros, particularmente relevantes na componente regional de projetos de maior dimensão. A maior estabilidade e continuidade das políticas públicas financiadas pelo FSE+, como o ensino profissional e as políticas de emprego, reforçou igualmente a capacidade de programação atempada deste Fundo (cf. Entrevista à AG).

121. Paralelamente, **o FEDER concentra a esmagadora maioria das candidaturas submetidas** ao Madeira 2030, totalizando 1663 operações, o que corresponde a cerca de 94% do conjunto de candidaturas. Uma parte muito significativa destas (84%) permanece no estado “Submetida”, evidenciando constrangimentos no processo de análise. Este bloqueio é particularmente visível nos avisos encerrados em janeiro e abril de 2025 (TO 3018 – Alocação Específica RUP), que representam 1263 das 1401 candidaturas ainda por decidir. Em contraste, o FSE+, com 116 operações, apresenta 60% das candidaturas já em execução, revelando maior fluidez na tramitação e capacidade de decisão.

Tabela 25. Tipologia de operação por estado da operação (candidatura)

Tipologia de Operação		Aceite pela Entidade	Anulada	Aprovada	Não aprovada	Desistida	Em Execução	Submetida	Total Geral
1001	Investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT)							16	16
1033	Infraestruturas, desmaterialização de processos internos, serviços Web/online aos cidadãos e empresas e cibersegurança							3	3
1038	Investimento Empresarial Produtivo (SI)	55	3	2		7	1	99	167
1044	Promoção do espírito empresarial e ecossistema de empreendedorismo						1		1
1059	Projeto Individual (SI) - Internacionalização das empresas	4						2	6
2004	EE na AP Local							1	1
2030	Abastecimento de água	2			2		6		10
2031	Saneamento de Águas Residuais	2			6		2		10
2039	Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade							1	1

Tipologia de Operação		Aceite pela Entidade	Anulada	Aprovada	Não aprovada	Desistida	Em Execução	Submetida	Total Geral
2044	Reforço e/ou modernização da rede de monitorização							1	1
2053	Sistemas de transporte sustentáveis							1	1
2060	Ações imateriais							3	3
3018	Alocação específica RUP	97		6		32	33	1263	1431
4001	Estágios profissionais						3	1	4
4002	Apoios à contratação						2	1	3
4003	Programas de formação e emprego						2		2
4005	Criação de emprego e microempreendedorismo						1		1
4012	Formação empresarial individual (SI)	7					3		10
4016	Formação da Administração pública regional e local	4				1	11		16
4021	Cursos Profissionais					2	25	1	28
4022	Cursos de Aprendizagem						4		4
4026	Cursos Técnicos Superiores Profissionais (Cursos TeSP)	1					2		3
4029	Formação Avançada	1							1
4030	Formações modulares certificadas	13			3	1	3	6	26
4037	Centros especializados em qualificação de adultos e processos de RVCC (Centros Qualifica)					2	3		5
4045	Programas de inserção socioprofissional						3		3
4046	Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade	1					3		4
4099	Aquisição direta de géneros alimentares na Região Autónoma da Madeira							1	1
4511	Infraestruturas de cuidados de saúde primários						1		1
4517	Património cultural (bens imóveis classificados como de interesse nacional ou de interesse público)							9	9
5013	Valorização do património cultural							2	2
7001	Funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão e monitorização (FSE+)						5		5
Total M2030	FEDER	160	3	8	8	39	44	1401	1663
	FSE+	27			3	6	70	10	116
	Total	187	3	8	11	45	114	1411	1779

Fonte: Dados partilhados pela AG (M2030_30.09.2025_Candidaturas)

122.A forte mobilização de candidaturas verifica-se em tipologias com histórico de financiamento e capacidade instalada - Alocação Específica RUP (1431 candidaturas), Investimento Empresarial Produtivo (167 candidaturas), Cursos Profissionais e Formações Modulares. Em contraste, algumas tipologias mais especializadas, como a Formação Empresarial Individual, registam menor adesão, refletindo que a maturidade e a familiaridade com os instrumentos condicionam a intensidade da procura.

123.**Em termos qualitativos, os dados disponíveis indicam que o Programa tem atraído candidaturas robustas e alinhadas com os objetivos estratégicos.** A média global de mérito das operações aprovadas é de 4,19, com destaque para o FSE+ (4,22) e para tipologias como Cursos de Aprendizagem (4,55) e Promoção do espírito empresarial (4,38), **que revelam consistência e qualidade elevada.** As reprovações são pouco expressivas (11 operações em 320), associadas a incumprimentos dos critérios de elegibilidade, e encontram-se concentradas em três TO (Saneamento de Águas residuais; Abastecimento de água; e Formações Modulares), o que reforça a ideia de que a procura, quando concretizada, é maioritariamente qualificada.

Tabela 26. Média e variância do mérito por Tipologia de Operação (apenas operações Aprovadas)*

TO	Média de Mérito	VarP de Mérito
FEDER	4,01	0,20
1044	4,38	0,00
2030	3,77	0,12
2031	4,39	0,15
4511	4,04	0,00
FSE+	4,22	0,15
4001	4,01	0,03
4002	4,00	0,01
4003	3,97	0,00
4005	3,92	0,00
4012	4,07	0,03
4016	4,26	0,17
4021	4,42	0,20
4022	4,55	0,01
4026	4,10	0,02
4029	3,85	0,00
4030	4,11	0,12
4037	3,97	0,37
4045	4,30	0,02
4046	4,29	0,00
7001	4,05	0,01
Total Geral	4,19	0,16

*A análise não considera as TO 1038; 1059; 3018, para as quais não foram disponibilizados dados

Fonte: Dados partilhados pela AG (M2030_30.09.2025_Candidaturas)

124. Entre os fatores determinantes dos níveis de procura registados, destacam-se os atrasos no **lançamento de avisos**, sobretudo na fase mais inicial do Programa, e a alterações ao plano anual de avisos indicativo, têm dificultado o planeamento das entidades. A execução do **Plano de Avisos** foi condicionada por atrasos regulamentares, sobretudo no FEDER, e pela instabilidade política de 2023, e o Plano arrancou com enfoque em avisos dirigidos a entidades com projetos maduros (muitos por convite), numa estratégia de aceleração da execução, com reflexo na redução da concorrência e diversidade da procura, limitando a entrada de novos promotores e abordagens inovadoras.

125. A **AG reconhece a preocupação com o lançamento de avisos mais diferenciados, sinalizando que a execução futura dependerá da capacidade de mobilizar novos projetos, especialmente em áreas mais complexas e estruturantes** (cf. Entrevista à AG), o que evidencia a urgência de dinamizar a procura, reforçar a articulação interinstitucional e estimular a geração de novos projetos, especialmente em áreas estratégicas como a inovação, a transição energética e a inclusão social.

Tabela 27. Grau de adequação dos elementos do processo de candidatura, segundo beneficiários (%)

	N válidos ¹	1 - Nada adequado	2	3	4	5	6 - Totalmente adequado	Total
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação da Tipologia de Operação e o prazo para submissão das candidaturas	161	3,7	6,8	20,5	44,1	17,4	7,5	100,0
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Concurso (desde a abertura até ao encerramento)	161	4,3	7,5	29,8	32,9	16,8	8,7	100,0
Ritmo de lançamento dos concursos	158	2,5	14,6	27,8	36,1	14,6	4,4	100,0
Documentação exigida/carga burocrática	161	3,1	9,3	25,5	29,8	13,7	18,6	100,0
Indicadores de Realização	160	1,9	3,1	15,0	41,9	21,9	16,3	100,0
Indicadores de Resultado	160	1,9	3,1	16,3	40,0	22,5	16,3	100,0
Metas	159	1,3	2,5	18,2	39,0	23,3	15,7	100,0
Elementos técnicos de fundamentação	160	0,6	2,5	16,9	43,1	16,3	20,6	100,0
Processo de submissão online da candidatura	161	0,6	2,5	11,8	39,1	23,0	23,0	100,0

¹ Exclui respostas NS/NR

Fonte: Inquérito aos beneficiários

126. A avaliação da adequação dos diferentes elementos do processo de candidatura revela, de forma global, uma perceção positiva por parte dos beneficiários, com a maior parte das classificações a situar-se nos níveis mais elevados da escala. Contudo, os **aspetos relacionados com a calendarização**, nomeadamente o intervalo entre ações de divulgação e o prazo de submissão, a duração dos avisos e o ritmo de lançamento dos concursos, **apresentam avaliações mais moderadas, revelando que os prazos são frequentemente percecionados como limitados ou pouco previsíveis**. Esta crítica é particularmente evidente no setor empresarial, que sublinha a falta de previsibilidade como o principal entrave à preparação de candidaturas.

127. Relativamente aos **procedimentos administrativos, à carga burocrática e aos sistemas de informação**, a maioria dos beneficiários considera adequados os elementos técnicos — indicadores, metas, fundamentação das candidaturas, simplicidade dos formulários e processo de submissão online. No entanto, a **complexidade dos procedimentos administrativos** associados ao Madeira 2030 tem sido apontada como um dos principais entraves à participação de entidades com menor capacidade técnica ou experiência prévia, nomeadamente pequenas e microempresas (cf. entrevista à ACIF). A documentação exigida/carga burocrática continua pesada para alguns promotores, especialmente micro e pequenas empresas; e requisitos como a apresentação de certidões já disponíveis na administração pública são percecionados como barreiras desnecessárias. De salientar que quando solicitados a avaliar a **documentação e os materiais de suporte** do Programa, os beneficiários avaliam de forma claramente positiva, exceto o volume de documentação exigida, que, embora globalmente bem avaliado, regista um número superior de classificações mais baixas (ver QA4.2). Esta perceção de burocracia excessiva pode estar a gerar desmobilização e cansaço entre os potenciais beneficiários, especialmente no setor privado.

128. A AG e os OI têm procurado mitigar os efeitos da complexidade procedimental através de apoio técnico direto e contínuo, nomeadamente com sessões de esclarecimento, reuniões prévias ao lançamento dos avisos e assistência na instrução das candidaturas (cf. Entrevista à AG, aos OI).

129. No que se refere às **elegibilidades e condições de financiamento**, os beneficiários avaliam de forma muito positiva os requisitos e parâmetros estabelecidos. As condições de elegibilidade das entidades beneficiárias e das operações, bem como os objetivos das Tipologias, surgem como alguns dos aspetos mais bem avaliados, com 90% de avaliações positivas, mostrando que os beneficiários consideram estes elementos bem alinhados com as necessidades e características das operações. Os critérios de seleção, embora também bem avaliados, revelam ligeiramente maior dispersão de respostas, evidenciando alguma variabilidade na perceção da sua adequação, sobretudo entre as empresas. As avaliações menos consensuais surgem na taxa de cofinanciamento, e no prazo máximo de realização da operação, elementos que decorrem da regulamentação europeia.

Embora globalmente bem apreciados, estes fatores geram constrangimentos pontuais, sobretudo para o setor empresarial.

Tabela 28. Grau de adequação dos elementos da tipologia de Operação, segundo beneficiários (%)

	N válidos ¹	1 - Nada adequado	2	3	4	5	6 - Totalmente adequado	Total
Objetivos definidos para a Tipologia	160	0,0	0,0	8,8	27,5	34,4	29,4	100,0
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	160	0,6	0,6	8,8	26,9	32,5	30,6	100,0
Condições de elegibilidade da Operação	160	0,0	0,0	9,4	37,5	23,1	30,0	100,0
Crítérios de seleção	159	0,0	1,9	15,7	35,2	20,8	26,4	100,0
Tipo de despesas elegíveis	160	0,6	3,1	14,4	23,8	35,6	22,5	100,0
Limites de despesas elegíveis	160	1,3	5,6	16,3	33,1	24,4	19,4	100,0
Formas de financiamento (custos reais/ custos simplificados)	159	0,6	1,9	20,8	30,2	21,4	25,2	100,0
Taxa de cofinanciamento	159	1,3	6,3	18,9	27,7	20,1	25,8	100,0
Montante máximo de financiamento	160	1,9	6,9	11,9	36,9	22,5	20,0	100,0
Prazo máximo de realização da operação	152	0,7	1,3	24,3	28,9	21,7	23,0	100,0

¹ Exclui respostas NS/NR

Fonte: Inquérito aos beneficiários

130. A **utilização de custos simplificados**, com montantes fixos e custos unitários, tem sido amplamente valorizada no âmbito do FSE+, sobretudo em áreas como o ensino profissional e os Centros Qualifica, por permitir acelerar a análise e os pagamentos, e reduzir a carga administrativa tanto para os beneficiários como para os organismos de gestão. A adoção deste mecanismo é vista como um elemento fundamental na perceção de simplicidade e melhoria do Madeira 2030 face ao período anterior.

131. Por fim, identificaram-se algumas **limitações à eficácia da comunicação, que tem sido avaliada como reativa e pouco estruturada**. Uma das limitações mais evidentes refere-se à insuficiência de recursos humanos afetos à área da comunicação, encontrando-se esta área claramente subdimensionada, contando apenas com um técnico a tempo inteiro. **Esta limitação tem comprometido a capacidade de planeamento, execução e monitorização de uma estratégia de comunicação mais proativa, eficaz e abrangente**, dificultando a articulação com os diferentes públicos-alvo do Programa. **Importa, no entanto, sinalizar a existência de boas práticas, como sessões de esclarecimento e apoio técnico próximo por parte dos organismos intermédios** (com referências positivas). De referir também que o reforço da implementação do Plano de Comunicação do Programa foi desde já reconhecido pela AG como uma clara prioridade a curto prazo (cf. Entrevista à AG).

132. Ainda assim **a estratégia de comunicação do Programa é globalmente bem avaliada pelos beneficiários, que consideram eficaz a divulgação dos objetivos do Programa, dos procedimentos de candidatura e do financiamento atribuído**. Persistem, contudo, alguns pontos críticos, nomeadamente a insuficiente divulgação das operações aprovadas e a necessidade de reforçar a atualidade dessa informação. Também a comunicação do Plano de Avisos e dos procedimentos de candidatura, embora avaliados de forma positiva, demonstram margem de melhoria ao nível da previsibilidade e da acessibilidade.

Tabela 29. Eficácia da estratégia de comunicação do Madeira 2030 na divulgação dos seguintes elementos do Programa ao público em geral, segundo os beneficiários (%)

	N válidos ¹	1 - Nada eficaz	2	3	4	5	6 - Muito eficaz	Total
Objetivos do Programa	161	0,0	0,6	9,9	28,6	31,1	29,8	100,0
Plano de avisos e abertura de candidaturas	161	0,6	3,7	12,4	31,1	40,4	11,8	100,0
Tipologia de entidades beneficiárias	161	0,0	0,6	11,8	29,8	36,6	21,1	100,0
Procedimentos de candidatura	160	0,0	1,9	15,0	26,3	25,6	31,3	100,0
Operações aprovadas	158	1,3	3,2	19,6	27,2	20,9	27,8	100,0
Financiamento atribuído	157	0,6	2,5	11,5	31,2	22,9	31,2	100,0

¹ Exclui respostas NS/NR

Fonte: Inquérito aos beneficiários

133. Os dados de monitorização do Plano de Comunicação reforçam estas apreciações, evidenciando bons resultados na presença digital via *website* e na organização de eventos e divulgação de notícias, mas mostrando um desempenho fraco nos canais digitais próprios (redes sociais e *newsletter*), na publicação regular da lista de operações aprovadas, na realização de campanhas de maior escala e na capacitação dos media.

SubQA5.2. Concluir sobre a adequação e eficácia das formas de apoio, das condições de elegibilidade e dos critérios de seleção na indução da procura desejada (quantitativa e qualitativa – entidades, projetos...).

134. A auscultação realizada no âmbito da avaliação evidencia uma **perceção generalizada de que o desenho técnico dos instrumentos do Programa Madeira 2030** - formas de apoio, condições de elegibilidade e critérios de seleção - é, **em termos formais, coerente com os objetivos estratégicos do Programa**. Contudo, a eficácia prática desses instrumentos na mobilização da procura apresenta limitações.

135. No que respeita às **formas de apoio**, o Programa assenta, até à data de corte, exclusivamente em subvenções, o que contribui para elevada atratividade e acessibilidade por parte de uma ampla diversidade de promotores, incluindo entidades com menor capacidade de autofinanciamento. Esta opção tem efeitos positivos na mobilização da procura, mas não basta para diversificar perfis de projetos ou estimular iniciativas mais inovadoras ou de maior risco, uma vez que os **instrumentos financeiros permanecem inativos** e são percecionados como pouco competitivos face à banca comercial (as entidades privadas afirmam que encontram no setor bancário soluções mais flexíveis, com custos de financiamento apenas marginalmente mais elevados).

136. As **condições de elegibilidade**, embora claras e coerentes com os objetivos programáticos, revelam-se exigentes na prática, gerando entraves particularmente visíveis entre PME, microentidades e promotores com menor capacidade técnica e administrativa. A redundância documental (como certidões que poderiam ser obtidas automaticamente pela administração pública, cumprindo o princípio de *only once*), a rigidez de alguns requisitos e a ausência de interoperabilidade entre sistemas contribuem para um esforço acrescido no processo de instrução da candidatura, frequentemente desproporcionado face à dimensão das operações. Esta carga burocrática, evidenciada na QA4, além de desincentivar a candidatura, contribui para a perceção de que o sistema é pouco eficiente e pouco adaptado à realidade empresarial local.

137. Outro entrave relevante refere-se às **limitações impostas pelos auxílios de Estado**, referido em particular no caso do apoio à formação empresarial. O IQ destaca que a formação empresarial individual teve pouca adesão, devido às restrições do RGIC, que limitam o financiamento a 50–70%. Esta limitação torna difícil a participação das empresas, mesmo quando existe responsabilidade e interesse das empresas em qualificar os seus recursos humanos (cf. Entrevista ao OI – IQ). Importa num contexto de recursos menos abundantes, sensibilizar as empresas a mobilizar financiamento para mudar estruturalmente a cultura empresarial.

138. Os **critérios de seleção têm sido alvo de um esforço sistemático de harmonização**, promovido pela AD&C. Esta uniformização tem permitido ganhos evidentes em termos de coerência entre Programas Operacionais, aplicação consistente por tipologia de intervenção e maior celeridade na análise e aprovação das candidaturas. No entanto, **esta uniformização tem também gerado constrangimentos, sobretudo no que diz respeito à capacidade de adaptação dos critérios às especificidades regionais da Madeira, enquanto região ultraperiférica**. Deste modo, **é necessário salvaguardar características e especificidades de uma região ultraperiférica** (cf. Entrevista à Unidade Técnica de Gestão), por forma, a garantir a coerência técnica, sem que os critérios se tornem excessivamente rígidos ou desajustados à realidade local (preocupação reconhecida pela AG). Há também perceções de que os critérios são, por vezes, demasiado técnicos ou pouco acessíveis para promotores com menor capacidade técnica (cf. Entrevista à ACIF).
139. A análise cruzada das entrevistas, da documentação e dos dados de procura evidencia que a adequação formal dos instrumentos não se traduz necessariamente numa indução equilibrada da procura, observando-se dois padrões principais:
- **Concentração da procura em áreas tradicionais**, associadas a histórico de financiamento e capacidade técnica instalada (ex. formação, emprego, inovação empresarial), traduzindo uma maior participação de entidades experientes e habituadas ao funcionamento dos fundos.
 - **Défices de procura em domínios técnicos ou emergentes**, como digitalização da administração local, ambiente (qualidade do ar) ou áreas inovadoras sem estrutura institucional consolidada, sugerindo défices de capacitação técnica por parte dos potenciais beneficiários, imaturidade dos projetos ou ausência de condições para a sua implementação.

SubQA5.3. Concluir em que medida os aspetos procedimentais/sistemas de informação, identificados na QA4, podem ser inibidores da mobilização e efetivação da procura desejada

140. A análise realizada na QA4 demonstra que os **procedimentos administrativos e os sistemas de informação do Madeira 2030 são globalmente funcionais, mas apresentam limitações** que têm impacto na mobilização e efetivação da procura desejada. Embora os formulários, requisitos técnicos e processos de submissão sejam, em termos gerais, considerados adequados, a experiência dos beneficiários revela um conjunto de constrangimentos que, cumulativamente, podem desincentivar a apresentação de candidaturas, reduzir a qualidade das propostas submetidas e afetar a capacidade de entidades menos capacitadas para aceder ao Programa.
141. A já mencionada **exigência de documentação redundante, a morosidade no preenchimento dos formulários e a elevada carga administrativa**, sobretudo nas operações de menor dimensão e nas micro e pequenas empresas, funcionam como barreiras à participação. Em tipologias como a Alocação Específica RUP ou em operações de formação com elevado número de participantes, os requisitos documentais são percecionados como desproporcionais face ao montante e natureza dos apoios. Estes fatores podem desincentivar potenciais beneficiários, sobretudo aqueles com menor capacidade administrativa e técnica, reduzindo a diversidade e amplitude da procura mobilizada.
142. Acresce que a **inexistência de mecanismos de interoperabilidade** com sistemas da administração pública obriga à apresentação de certidões e dados que poderiam ser automaticamente recolhidos. Esta redundância é repetidamente identificada pelos beneficiários como um desincentivo relevante, reforçando a perceção de que o sistema não está adaptado às necessidades reais das empresas e de outras entidades com menor capacidade administrativa.
143. As **fragilidades** também já assinaladas **na calendarização dos avisos** (prazos curtos e algumas alterações ao plano indicativo) amplificam o efeito dos constrangimentos procedimentais e dos SI. Quando o tempo disponível para preparação da candidatura é reduzido, a complexidade dos formulários, os erros ou lentidão do sistema e a necessidade de reunir documentação redundante tornam-se fatores críticos que podem levar à desistência ou impossibilidade de participação, especialmente entre empresas. A irregularidade do calendário penaliza ainda projetos mais inovadores ou estruturantes, que requerem preparação técnica mais aprofundada.

144. Por fim, os **constrangimentos técnicos reportados ao nível dos sistemas de informação** aumentam substancialmente o esforço necessário para preparar e submeter candidaturas, tendo impacto negativo na atratividade do Programa.

SubQA5.4. *Identificar eventuais desfasamentos relevantes entre a oferta (recursos financeiros e elegibilidades) e a procura e, se for o caso, causas para esses desfasamentos. Identificar a eventual existência de fenómenos de **autoexclusão de projetos** (empresas e/ou entidades com projetos relevantes, mas que optam por não se candidatar), e as razões para a sua ocorrência.*

145. O Programa Madeira 2030 evidencia alguns desfasamentos entre os recursos financeiros disponíveis e a procura efetiva, resultantes tanto de constrangimentos externos, como a inflação, instabilidade política, ou sobreposição com o PRR, como de limitações internas identificadas nas anteriores QA, nomeadamente a carga burocrática, a imprevisibilidade dos avisos, a rigidez procedimental e os défices de maturidade dos projetos.

146. Um dos casos mais evidentes refere-se ao **investimento público corpóreo, particularmente no setor da construção civil, onde a inflação atingiu níveis muito superiores à média (40–50% ao ano). Os projetos anteriormente desenhados com base em preços de 2021/2022 tornaram-se financeiramente inviáveis e vários concursos públicos ficaram desertos.** A AG reconhece que muitos dos indicadores contratualizados terão de ser revistos em baixa e que parte das metas definidas no início do Programa deixou de ser realista, sobretudo no que respeita a obras públicas. Estes desafios foram agravados pelos atrasos na regulamentação, e pela existência de sucessivos governos de gestão, que comprometeram a tomada de decisão e afetaram a maturidade dos projetos públicos, como já mencionado.

147. Outro desfasamento relevante ocorre na **formação empresarial**, cuja procura ficou muito aquém do esperado devido às **restrições impostas pelos auxílios de Estado**. As empresas enfrentam taxas de cofinanciamento entre 50% e 70%, o que reduz substancialmente o incentivo à participação. Embora estejam em avaliação soluções alternativas, como ações conjuntas promovidas por associações empresariais, estas ainda não produziram resultados concretos (cf. entrevista ao OI - IQ).

148. A **concorrência entre o Programa Madeira 2030 e o PRR** constituiu igualmente um fator de desalinhamento entre oferta e procura. A especialização dos investimentos, que é necessária para evitar riscos de duplo financiamento, levou a que áreas como habitação, energia, digitalização da educação ou abastecimento de água em alta fossem alocadas exclusivamente ao PRR, enquanto os resíduos em alta transitaram do Madeira 2030 para o Sustentável 2030. Esta redistribuição gerou alguma incerteza e confusão entre beneficiários, que muitas vezes não sabiam qual o Programa mais adequado para os seus projetos. A maior atratividade financeira do PRR, com taxas de cofinanciamento de 100%, reforçou ainda mais este desvio de procura.

Tabela 30. Desfasamentos relevantes entre oferta e procura

Domínio	Desfasamento	Causas Identificadas
Investimento público corpóreo (FEDER)	Avisos desertos, baixa execução	Inflação elevada (40–50%); défices de maturidade dos projetos; instabilidade institucional; receio de assumir compromissos em governo de gestão
Formação empresarial (FSE)	Baixa adesão	Limitações dos auxílios de Estado (RGIC), financiamento entre 50–70%, regras restritivas
Instrumentos financeiros	Pouca atratividade	Complexidade, burocracia, existência de alternativas bancárias mais flexíveis

Fonte: Entrevista à AG, aos OI, à ACIF, à AD&C

149. A análise das entrevistas e dos *Focus Group* sugere a presença de fenómenos de autoexclusão em diferentes segmentos do ecossistema regional. Muitos destes fatores correspondem diretamente às fragilidades identificadas nas anteriores QA.

150. No **setor empresarial**, a burocracia excessiva, os requisitos documentais redundantes, alguma **instabilidade na calendarização dos avisos, o tempo de duração do Aviso de Abertura de Concurso (desde a abertura até ao encerramento) e a dificuldade em obter os pareceres técnicos são fatores que desincentivam/obstaculizam a participação das empresas no Madeira 2030.** Por sua vez, os valores de apoio à formação de ativos são considerados demasiado baixos, o que limita a atratividade destas medidas. A impossibilidade de contratar entidades internacionais para

formação *online*, devido às regras em vigor, é vista como um entrave à inovação. Por outro lado, a aplicação das regras de auxílio de Estado, especialmente nos apoios às empresas, é referida como um fator que desincentiva a apresentação de candidaturas, devido às limitações impostas pelas regras do RGIC e dos *auxílios de minimis*.

151. Do lado das **entidades públicas**, a instabilidade política, com sucessivos governos de gestão, gerou um ambiente de incerteza. Durante este período, **houve alterações significativa nas estruturas de decisão das entidades públicas regionais, o que implicou um período de transição e de apropriação dos dossiês por parte dos novos responsáveis**. Esta instabilidade política e institucional teve impacto direto na capacidade de decisão e na confiança das entidades públicas, que muitas vezes optaram por não avançar com projetos estruturantes durante os períodos de governo de gestão, mesmo quando estes estavam previstos no PDES e aprovados pela Comissão Europeia.
152. A **insuficiência de capacitação técnica** em determinadas entidades foi identificada como um dos fatores que condicionam a apresentação de candidaturas no âmbito do Programa Madeira 2030, levando à autoexclusão. Esta limitação manifesta-se em múltiplas dimensões, desde a dificuldade na correta instrução dos processos até à ausência de condições mínimas de maturidade técnica dos projetos propostos. Um exemplo ilustrativo refere-se ao lançamento de um aviso para uma operação considerada tecnicamente pronta - a Casa da Música - que, no entanto, ficou vazio, evidenciando uma sobrevalorização do grau de preparação da iniciativa.
153. Por fim, há uma **falta de articulação entre a ciência, a RIS3, sistemas de qualificação e o sistema produtivo**. O atraso na ativação das plataformas de descoberta empreendedora, a fraca dinâmica do Conselho Regional de Inovação e a desarticulação entre entidades como o IDE, o IQ e a Unidade de Missão da EREI coloca em risco a capacidade de criação de projetos inovadores integrados alinhados com as prioridades regionais de especialização inteligente.

Tabela 31. Fenómenos de Autoexclusão de Projetos

Tipo de Entidade /Aviso	Exemplos de Autoexclusão	Causas Identificadas	Fonte
Empresas (PME)	Não se candidatam aos Sistemas de Incentivos (SI)	- Burocracia excessiva - Exigência documental elevada - Falta de previsibilidade nos avisos - Complexidade dos sistemas de informação	Entrevista à ACIF FG Beneficiários
Entidades Públicas	Não avançam com projetos estruturantes	- Receio de responsabilização em contexto de governo de gestão - Falta de segurança jurídica e política	Entrevista à AG FG Beneficiários
Sala de Concertos da Música	M2030-2024-21 (Aviso lançado, mas sem candidaturas apresentadas)	- Falta de maturidade dos projetos - Problemas internos de articulação e planeamento	Entrevista à AG
Projetos Inovadores	Desistência ou ausência de candidaturas	- Falta de articulação com a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) - Ausência de plataformas de descoberta empreendedora funcionais	Entrevista à Unidade de Missão EREI e à AG

Fonte: Entrevistas à AG, ACIF, AD&C e Unidade de Missão EREI

SubQA5.5. Concluir sobre a influência do nível de **capacitação dos beneficiários** na qualidade da procura. Concluir sobre o efeito da implementação do Roteiro de Capacitação do Ecossistema dos Fundos na capacitação dos beneficiários.

154. A evidência recolhida demonstra que o nível de capacitação dos beneficiários é um fator determinante da qualidade da procura no Programa Madeira 2030. A análise convergente dos inquéritos, das entrevistas, *Focus Group* e dos dados revela um padrão claro: as entidades tecnicamente mais capacitadas são aquelas que apresentam candidaturas mais robustas, maduras e alinhadas com os objetivos do Programa, enquanto os beneficiários com menor experiência enfrentam barreiras significativas que condicionam a sua participação e qualidade das propostas.
155. As **entidades com maior experiência na gestão de fundos europeus**, como algumas escolas profissionais e grandes beneficiários públicos, **demonstram uma capacidade superior para apresentar candidaturas bem estruturadas**, com objetivos claros, indicadores mensuráveis e planos de execução realistas. Esta constatação é reforçada pela AG, que sublinha que os projetos que avançaram mais rapidamente no Madeira 2030 foram precisamente aqueles promovidos por estas entidades, e que já apresentavam maturidade e estavam prontos para execução.

156. Por outro lado, os **beneficiários com menor capacitação técnica e institucional** (entre os quais alguns municípios, *start-ups* e entidades do setor da cultura) **revelam maiores dificuldades na interpretação de critérios, na utilização dos sistemas de informação, na definição de indicadores e na preparação documental**. Estas fragilidades, conforme mencionado anteriormente, contribuem para fenómenos de autoexclusão, candidaturas incompletas ou menor qualidade técnica dos projetos submetidos.
157. Foi também identificada uma assimetria significativa na capacitação técnica dos atores institucionais, com recursos humanos experientes em áreas tradicionais, mas com lacunas evidentes em domínios emergentes como a inovação, a reorientação estratégica e a adaptação a novas tipologias de intervenção. Esta realidade exige abordagens formativas diferenciadas e ajustadas às especificidades dos novos desafios programáticos (cf. Entrevista à AG).
158. Estão também neste grupo as entidades que submetem candidaturas a CTESP e às medidas de Qualificação de Pessoas com Deficiência e ou Incapacidade. Ambas as TO apresentam avisos não concorrenciais, ou porque são avisos-convite (Direção Regional de Educação), ou porque na Região só há uma entidade passível de se constituir como entidade beneficiária (Universidade da Madeira). Estas entidades são historicamente beneficiárias destas tipologias. Este histórico se é, por um lado, garantia de execução e de capacidade de resposta, nomeadamente aos requisitos técnico-administrativos e na capacidade de execução, também pode traduzir-se em menor agilidade para responder a partir destas TO a novas necessidades e problemáticas. Pode-se dizer que nestes casos a elevada maturidade institucional não é acompanhada na mesma medida pelo alinhamento estratégico. No caso dos CTesP verifica-se algum subaproveitamento do seu potencial enquanto eixo de ligação entre ensino superior, especialização inteligente e empregabilidade qualificada, situação que pode estar relacionada com as próprias dificuldades relacionadas com a EREI mencionadas em pontos anteriores. Já, a Direção Regional de Educação evidencia alguma "dependência da trajetória" que tem inibido a qualificação da sua oferta. Estas entidades beneficiariam de componentes de capacitação mais orientadas à relevância das TO no contexto da estratégia regional, criando condições para um reforço do contributo da sua intervenção para os objetivos do Programa.
159. **Estas evidências reforçam a necessidade de investir de forma estruturada na capacitação dos beneficiários, através de ações de formação, acompanhamento técnico, simplificação de procedimentos e reforço da articulação entre entidades gestoras e promotoras.**
160. Os dados dos inquéritos confirmam que o **apoio técnico prestado pela AG e pelos Organismos Intermédios (OI) constitui um mecanismo fundamental para a elaboração das candidaturas**, sendo globalmente bem avaliado.
161. A maioria dos beneficiários refere ter recebido algum tipo de apoio — sobretudo através de contactos telefónicos ou eletrónicos, sessões de esclarecimento e documentação de apoio — ainda que os apoios de natureza mais estratégica, como a articulação entre atores, o alinhamento com estratégias e planos setoriais ou a identificação de sinergias, sejam menos frequentes. As empresas recorrem mais aos contactos diretos e sessões de esclarecimento, enquanto as outras entidades recorrem de forma mais expressiva à documentação de apoio e ao contacto individualizado.
162. Quanto ao contacto direto com a AG ou o OI durante a fase de candidatura, apenas uma parte dos beneficiários o fez (AG – 39%; OI – 46%), avaliando de forma muito positiva o apoio prestado, e manifestando, a grande maioria, não ter tido dificuldades no contacto (AG – 75%; OI – 81%), embora alguns beneficiários tenham reportado demora nas respostas ou dificuldade de contacto em momentos específicos.
163. Embora a AG e os OI desempenhem um papel relevante através de apoio direto e ações informais de esclarecimento, esta abordagem permanece insuficiente face aos desafios identificados, exigindo um esforço mais estruturado e de maior escala.

Tabela 32. Apoio e capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a elaboração da candidatura prestados pela Autoridade de Gestão e/ou o Organismo Intermédio

	Total		Empresas		Outras entidades	
	N	%	N	%	N	%
Sim, através de sessões de esclarecimento	94	58,39%	92	64,34%	2	11,11%
Sim, através de contactos telefónicos e/ou eletrónicos	100	62,11%	84	58,74%	16	88,89%
Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)	54	33,54%	42	29,37%	12	66,67%
Sim, através de ferramentas de apoio à gestão dos projetos	14	8,70%	10	6,99%	4	22,22%
Sim, na articulação entre atores a envolver no projeto	8	4,97%	5	3,50%	3	16,67%
Sim, na articulação do projeto com estratégias e planos setoriais e princípios definidos no programa	3	1,86%	2	1,40%	1	5,56%
Sim, na identificação de complementaridades e sinergias com outras operações que potenciem os efeitos do projeto	5	3,11%	3	2,10%	2	11,11%
Sim, através de outras ações	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Não	8	4,97%	8	5,59%	0	0,00%
Total	161	-	143	-	18	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários

164. No plano estratégico, destaca-se a relevância do **Roteiro de Capacitação do Ecossistema dos Fundos**, concebido como instrumento estruturante para reforçar competências no âmbito dos Programas PT2030. Embora se foque sobretudo nas estruturas técnicas e institucionais da gestão, integra igualmente ações dirigidas aos beneficiários, com o objetivo de melhorar a qualidade da procura.

165. No âmbito do Roteiro, foram promovidas ou frequentadas diversas ações com o objetivo de reforçar a qualificação técnica das entidades envolvidas na gestão e operacionalização do Programa Madeira 2030. Entre os exemplos mencionados (cf. Entrevista à AG), destacam-se:

- Realização de uma formação sobre indicadores do FSE+, dirigida a técnicos da administração regional;
- Ação de capacitação para os assessores de imprensa dos departamentos do Governo Regional, no âmbito do plano de comunicação;
- Participação em eventos de divulgação com a *Europe Direct*, com o intuito de promover o conhecimento sobre a missão europeia;
- Frequência de uma formação em auxílios de Estado promovida pela AD&C, com a participação de técnicos da Madeira.

166. Contudo, foram identificadas **limitações ao nível destas ações**, tendo os entrevistados mencionado que: 1) estas ações ainda não chegaram a todos os públicos relevantes; 2) são pouco sistemáticas e não têm carácter regionalizado ou continuado; 3) falta uma plataforma de formação permanente, presencial ou online. Esta constatação evidencia a **necessidade de uma maior adequação das ações às necessidades específicas dos destinatários**, bem como de mecanismos de avaliação sistemática da sua eficácia.

167. Perante estas limitações, sinaliza-se como pertinente a intenção da AG do Madeira 2030 em desenvolver, em complementaridade, um **Roteiro de Capacitação do Ecossistema focado à escala regional**, sustentado num diagnóstico realizado através de inquérito às entidades envolvidas, com o objetivo de identificar áreas prioritárias de formação (cf. Entrevista à AG), e orientado para uma oferta contínua e adaptada às especificidades regionais.

168. Esta orientação é corroborada pelas entidades entrevistadas (cf. Entrevistas à AG, aos OI, Unidade Técnica de Gestão de Intervenções; beneficiários) que apontam para a necessidade de uma estratégia mais sistemática e estruturada de capacitação, que inclua:

- Formação contínua em áreas críticas como contratação pública, definição de indicadores, gestão de projetos e utilização dos sistemas de informação;

- Criação de equipas fixas de gestão de projetos nas entidades públicas, com o objetivo de garantir maior estabilidade, continuidade e qualidade na participação dos beneficiários.

169. Os beneficiários sublinham ainda a necessidade de:

- formação prática e baseada em simulações reais de candidaturas,
- guias operacionais de apoio à decisão,
- capacitação em contratação pública, definição de indicadores e gestão de projetos,
- formatos híbridos que facilitem a participação das autarquias e PME.

170. **O nível de capacitação dos beneficiários é um dos principais determinantes da qualidade da procura, influenciando não apenas a estruturação das candidaturas, mas também a sua distribuição setorial e territorial.** A evidência demonstra que o apoio da AG e dos OI constitui um mecanismo eficaz, mas insuficiente para colmatar défices estruturais que afetam sobretudo PME, municípios e entidades culturais.

171. O Roteiro de Capacitação tem proporcionado contributos relevantes, mas a sua implementação ainda é limitada em alcance, continuidade e adaptação regional. A evolução para um modelo regionalizado, sistemático e orientado à prática é essencial para elevar a qualidade da procura, reduzir fenómenos de autoexclusão e assegurar uma participação mais diversificada, qualificada e alinhada com os objetivos estratégicos do Madeira 2030.

QA6. O Programa está a ser capaz de selecionar os projetos que lhe garantem melhor cumprimento dos seus objetivos, em tempo útil?

Síntese conclusiva

A evidência disponível indica que o processo de seleção de candidaturas do Madeira 2030 se encontra numa fase intermédia de consolidação, com uma taxa de decisão ainda reduzida (cerca de 18,5% das candidaturas válidas) e forte recurso a avisos por convite, que concentram a seleção em projetos previamente identificados como estratégicos. Nos avisos concorrenciais, em particular nos concursos empresariais, observam-se tempos de decisão elevados e acumulação de candidaturas em análise, o que revela constrangimentos operacionais relevantes na capacidade de resposta, apesar de assente num modelo de governação e delegação formalmente claro.

As condições de elegibilidade apresentam, à escala do Programa, uma taxa global baixa de não aprovação por inadmissibilidade (3,4% das candidaturas decididas), sendo maioritariamente percecionadas como adequadas pelos beneficiários. Contudo, a concentração das reprovações em tipologias específicas e a perceção de carga burocrática elevada, em particular em operações de funcionamento (Alocação Específica da RUP), evidenciam desajustes de proporcionalidade e impactos na eficiência do processo, sem que se observe um efeito consistente de desmobilização seletiva da procura menos qualificada.

Quanto **aos critérios de seleção, o seu desenho surge alinhado com o modelo nacional e é, em geral, considerado claro e objetivo**, embora uma fração não negligenciável de inquiridos questione a adequação dos ponderadores e a capacidade efetiva de selecionar os melhores projetos. A inexistência, até ao momento, de decisões negativas por mérito insuficiente, incluindo em tipologias concorrenciais com forte mobilização de procura, indica que a utilização dos critérios como instrumento de discriminação e priorização de projetos com maior potencial de contributo permanece por demonstrar.

SubQA6.1. Concluir sobre a adequação do processo de seleção para garantir o apoio aos projetos com maior potencial de contributo para os objetivos do Programa. Concluir sobre os fatores determinantes, considerando, entre outros, os critérios e análise de admissibilidade e de mérito e respetivos prazos de decisão, o papel dos intervenientes nesse processo, de acordo com o modelo de governação e de delegação de competências.

172. Até ao momento, o processo de seleção do Madeira 2030 encontra-se numa fase ainda relativamente inicial de execução, com uma proporção ainda limitada de candidaturas já decididas. À data de 30 de setembro de 2025, tinham sido emitidas decisões sobre 320 candidaturas (309 aprovadas e 11 não aprovadas), permanecendo 1411 candidaturas em análise e 48 candidaturas desistidas ou anuladas. Em termos globais, isto traduz-se numa taxa de decisão de cerca de 18,5% das candidaturas válidas (320 em 1731 candidaturas, excluindo desistências e anulações), evidenciando que a dinâmica de decisão tem acompanhado de forma lenta a elevada mobilização de projetos. Assim, as 11 operações não aprovadas resultam, até à data, exclusivamente de situações de não elegibilidade, não se verificando ainda recusas em sede de apreciação de mérito, o que também coloca em destaque a necessidade de reforço da capacidade do processo de seleção para acompanhar o ritmo da procura e para garantir a priorização dos projetos de maior mérito para os objetivos do Programa.

173. Um aspeto distintivo é a predominância de avisos por convite, dirigidos a entidades públicas (executores de políticas públicas e OI), em que cada aviso se dirige a um beneficiário específico (resultando tipicamente num cenário de “um aviso, uma candidatura”). Até 30 de setembro de 2025, tinham sido lançados 83 avisos no âmbito do Programa (27 no FEDER e 56 no FSE+). A informação documental e as entrevistas com a Autoridade de Gestão e os Organismos Intermédios confirmam que se mantém um peso muito significativo dos avisos por convite (61,4%), em particular em tipologias de investimento público e em determinadas áreas do FSE+, ainda que coexistam avisos concorrenciais com volumes elevados de candidaturas. Nesses casos, existe normalmente uma articulação prévia com o beneficiário e definição antecipada das condições (regulamento e critérios) aplicáveis, garantindo que projetos considerados estratégicos ou maduros são apresentados e rapidamente aprovados. Este mecanismo tem a vantagem de agilizar a seleção de projetos já alinhados com os objetivos do Programa e com maior capacidade de execução, mas

pode limitar a concorrência e a diversidade de promotores, restringindo o potencial de inovação no processo de seleção.

174. Em contraste, vários avisos de natureza concorrencial, especialmente em domínios empresariais e de investimento infraestrutural, continuam a evidenciar tempos de análise de candidatura significativos, não obstante o reforço do número de decisões face à leitura efetuada no relatório intermédio de avaliação. À data de 30 de setembro de 2025, subsistiam quatro avisos FEDER fechados sem qualquer decisão após o prazo regulamentar – M2030-2025-5 (Recuperação de Património Histórico e Cultural), M2030-2025-12 (Investigação e inovação), M2030-2025-15 (Digitalização da Administração Pública Local – IT) e M2030-2025-17 (Valorização do Património Cultural – IT) – com tempos de análise entre 67 e 123 dias úteis, todos sob responsabilidade direta da Autoridade de Gestão. Alguns dos concursos mais concorrenciais destacados na fase intermédia (como Inovação 2030 e Funcionamento 2030 – Outros) iniciaram, entretanto, a emissão de decisões, mas a análise qualitativa confirma que o volume e a complexidade das candidaturas continuam a colocar pressão sobre a capacidade de tratamento e avaliação, permanecendo ainda um número muito elevado de operações sem decisão nestas medidas. Esta persistência de tempos elevados em determinados avisos concorrenciais evidencia desafios de natureza operacional no tratamento e avaliação destas candidaturas.

175. Os prazos médios de decisão das candidaturas aprovadas agravaram-se face à situação observada em maio de 2025 e continuam, em particular no FEDER e nos concursos concorrenciais, a ultrapassar a referência de 60 dias úteis. O tempo médio global de decisão ascende agora a 117 dias úteis, sendo de 122 dias no FEDER e de 50 dias no FSE+. Em termos de tipo de aviso, os convites apresentam um tempo médio de 46 dias úteis, enquanto os avisos concorrenciais se aproximam de 119 dias úteis, confirmando a maior exigência operacional associada a estes últimos.

Tabela 33. Tempo médio de decisão das candidaturas aprovadas

Nº médio de dias úteis para a emissão de decisão das candidaturas aprovadas após encerramento do Aviso*				
Total	Por Fundo		Por Tipo de Aviso	
	FEDER	FSE+	Convite	Concorrencial
55,5	122	50	46	119

Exclui Avisos da Assistência Técnica

Fonte: cálculos próprios com base nos dados fornecidos pela Autoridade de Gestão do Madeira 2030.

Tabela 34. Tempo de análise em avisos fechados sem decisões (a 30.09.2025)

Código Aviso	Designação	Fundo	AG/OI	Nº dias úteis sem decisão
M2030-2025-5	Recuperação de Património Histórico e Cultural	FEDER	AG	123
M2030-2025-12	Investigação e inovação	FEDER	AG	67
M2030-2025-15	Digitalização da Administração Pública Local – IT	FEDER	AG	72
M2030-2025-17	Valorização do Património Cultural – IT	FEDER	AG	75

Fonte: cálculos próprios com base nos dados fornecidos pela Autoridade de Gestão do Madeira 2030.

176. A taxa global de decisão corresponde a 18,5% das candidaturas válidas. Mesmo considerando a existência de 92 candidaturas cujo período de análise ainda se encontrava, à data de corte, dentro do tempo regulamentar de decisão (60 dias úteis), observa-se ainda assim um elevado número de candidaturas que permanecem sem decisão há mais de 60 dias úteis (1319 candidaturas). A baixa taxa de decisão, em cerca de três anos de implementação, reflete um processo que, até ao momento, tem dado resposta a uma parte ainda limitada das candidaturas recebidas, apesar do aumento significativo de decisões registado desde maio. Este contexto tem impacto na execução do Programa, uma vez que decisões menos céleres na aprovação das operações implicam um maior intervalo de tempo até ao arranque dos projetos e à concretização dos objetivos programáticos. É reconhecido que a manutenção deste ritmo pode condicionar a previsibilidade do Programa e a concretização atempada das metas estratégicas definidas. Neste

enquadramento, destaca-se a importância de reforçar a eficiência e previsibilidade do processo de seleção.

177. A existência de candidaturas desistidas ao longo do processo reforça a relevância de uma atenção contínua aos fatores que influenciam a permanência dos projetos no *pipeline* de avaliação. Até setembro de 2025, 48 candidaturas (cerca de 2,7% do total de operações submetidas) foram desistidas ou anuladas, concentrando-se maioritariamente em avisos empresariais sob responsabilidade do IDE. Apesar de não existir, no momento atual da avaliação, evidência sistemática sobre os motivos que levam à desistência, a informação recolhida sugere que a combinação de tempos de decisão prolongados, requisitos documentais exigentes e incerteza quanto ao desfecho pode contribuir para que alguns promotores optem por abandonar o processo. Este padrão reforça a importância de ajustar o processo de seleção para minimizar perdas de projetos com potencial, seja por motivos de demora, seja por obstáculos operacionais.
178. No que respeita aos critérios de admissibilidade e de mérito, estes encontram-se formalmente definidos nos regulamentos e avisos, alinhados com o modelo nacional (harmonizado pela AD&C) e em coerência com as tipologias de operação previstas. Essa uniformização dos critérios visa garantir objetividade e equidade na avaliação, facilitando a aplicação consistente entre regiões e tipologias. Contudo, importa notar que, apesar do registo de 11 operações não aprovadas, todas por motivos de não elegibilidade (em particular em formações modulares certificadas e em operações do ciclo urbano da água), a aplicação efetiva dos critérios de mérito em contexto concorrencial ainda não pôde ser plenamente aferida, dado que os principais concursos competitivos se encontram numa fase ainda relativamente inicial de decisão. Assim, a apreciação sobre a eficácia dos critérios de mérito na seleção dos projetos de maior mérito ficará mais clara à medida que as decisões sejam proferidas nos avisos concorrenciais.
179. Relativamente ao papel dos intervenientes no processo de seleção, este foi desenhado de acordo com um modelo de governação que delega competências nos Organismos Intermédios (OI) para a gestão de avisos e análise das candidaturas em tipologias de operação específicas, mantendo a Autoridade de Gestão (AG) a responsabilidade última pela decisão e pelo acompanhamento global. Na prática, este modelo tem sido implementado conforme previsto: os OI assumem a análise de admissibilidade e mérito das candidaturas nas respetivas áreas temáticas, enquanto a AG garante a articulação geral e valida as decisões, em alinhamento com os normativos. As entrevistas confirmam que as **linhas de competência estão estabelecidas e claras, havendo coordenação regular entre AG e OI**. No entanto, identificam-se limitações operacionais, sobretudo relacionadas com recursos humanos e cargas de trabalho elevadas, que condicionam a capacidade de análise e decisão dentro dos prazos desejáveis. A informação de execução evidencia padrões diferenciados entre intervenientes: a AG recebeu 86 candidaturas e decidiu cerca de 54% das candidaturas (46 operações decididas), concentrando a maioria das 11 operações não aprovadas; o IDE, responsável por 1604 candidaturas, decidiu cerca de 13% das candidaturas válidas (198 operações aprovadas e nenhuma não aprovada até à data), enquanto o IQ, com 89 candidaturas, apresenta uma taxa de decisão próxima de 92% (76 operações decididas, das quais 3 não aprovadas). Esta assimetria confirma que o principal volume de candidaturas em análise se concentra nos avisos empresariais sob responsabilidade do IDE, onde se registam também a quase totalidade das desistências, destacando-se o facto dos avisos onde o IDE é OI serem de natureza concorrencial, tendo tido elevada procura. As entrevistas confirmam que, nestes concursos, as equipas técnicas de análise enfrentam picos de trabalho que ultrapassam a sua capacidade instalada, tornando mais difícil garantir tempos de decisão compatíveis com as expectativas dos promotores.

SubQA6.2. *Concluir sobre a adequação das condições de elegibilidade (admissibilidade de candidaturas) para assegurar a eficácia (admitir os projetos que mais contribuem para os objetivos do Programa) e eficiência (desmobilizar procura não qualificada) do processo de seleção dos projetos a apoiar.*

180. As evidências disponíveis apontam para um grau reduzido de exclusão de candidaturas por incumprimento de condições de elegibilidade no Madeira 2030. Com base na informação de execução a 30 de setembro de 2025, registam-se 1779 candidaturas submetidas e 320 operações decididas, das quais 309 aprovadas e 11 não aprovadas. Este volume traduz uma taxa de não

aprovação por motivos de elegibilidade de cerca de 3,4% das candidaturas decididas e de aproximadamente 0,6% do total de candidaturas submetidas. Em termos globais, o desenho das condições de admissibilidade não tem, até ao momento, produzido um efeito de filtragem muito intenso da procura, nem gerado níveis elevados de rejeição formal de candidaturas.

181. A análise desagregada evidencia, contudo, alguns focos de maior pressão nas condições de elegibilidade. A totalidade das 11 operações não aprovadas concentra-se em três tipologias de operação: Formações Modulares Certificadas (TO 4030), Ciclo Urbano da Água em Baixa – Abastecimento de Água (TO 2030) e Ciclo Urbano da Água em Baixa – Saneamento de Águas Residuais (TO 2031). Na TO 4030, três candidaturas não elegíveis num universo de 26 submetidas correspondem a cerca de 11,5% das candidaturas apresentadas e a 15,8% das candidaturas decididas (19 decisões). No conjunto das TO 2030 e 2031 em baixa, oito candidaturas em 19 (cerca de 42%) foram consideradas não elegíveis, com particular incidência na TO 2031, onde aproximadamente dois terços das candidaturas decididas não reuniram as condições de admissibilidade. Estes padrões sugerem que, em tipologias com requisitos técnicos e regulatórios mais exigentes, as condições de elegibilidade assumem um papel efetivo de filtragem, mas também revelam potenciais desajustes entre as exigências formais e a capacidade dos promotores para as cumprir.
182. Nas restantes tipologias de operação, incluindo a Alocação Específica RUP (TO 3018), não se observam níveis significativos de rejeição por elegibilidade, apesar de se tratar de uma tipologia com grande volume de candidaturas (1431 submetidas e 136 aprovadas). A inexistência de reprovações formais por inadmissibilidade sugere que as condições de elegibilidade são, em regra, compreendidas e cumpridas pelos beneficiários ou que existe um trabalho prévio de aconselhamento que evita a submissão de candidaturas manifestamente não elegíveis. Em contrapartida, entrevistas e *Focus Group* apontam para a perceção de que **alguns requisitos documentais e procedimentais são relativamente pesados face à natureza e dimensão das operações, o que poderá afetar a eficiência administrativa sem, contudo, se traduzir em taxas elevadas de não elegibilidade.**
183. Os resultados do inquérito aos beneficiários corroboram a ideia de que, do ponto de vista dos utilizadores, **as condições de elegibilidade são, em geral, adequadas.** Na questão em que se avalia a adequação dos elementos da tipologia de operação, cerca de 89% dos respondentes atribuem uma avaliação positiva (valores 4 a 6 numa escala de 1 a 6) às “condições de elegibilidade da entidade beneficiária”, enquanto cerca de 10% exprimem uma avaliação negativa (valores 1 a 3). Para as “condições de elegibilidade da operação”, a proporção de avaliações positivas sobe para aproximadamente 90%, mantendo-se as avaliações negativas em torno dos 9%. Estes resultados evidenciam uma perceção globalmente favorável quanto à clareza e adequação das condições de elegibilidade, tanto ao nível das entidades como das operações apoiadas.
184. A mesma fonte revela, contudo, reservas mais significativas relativamente à carga burocrática associada ao processo de candidatura. Na avaliação dos elementos do processo (questão 11 do inquérito), a “documentação exigida/carga burocrática” obtém cerca de 62% de avaliações positivas (4 a 6) e aproximadamente 38% de avaliações negativas (1 a 3), proporção menos favorável do que a observada para outros elementos, como os indicadores de realização e de resultado ou o processo de submissão online. Em paralelo, a análise da documentação de suporte (questão 12) mostra que o “volume da documentação solicitada” é um dos aspetos com maior dispersão de respostas, sugerindo que parte dos beneficiários considera excessiva a exigência documental associada à admissibilidade das candidaturas.
185. Em conjunto, estes elementos apontam para um quadro em que as condições de elegibilidade estão, em termos de desenho, alinhadas com o modelo nacional de regulamentação e são percebidas como adequadas para assegurar que as operações elegíveis contribuem para os objetivos do Programa. A baixa taxa de reprovação por inadmissibilidade indica que, do ponto de vista da eficácia, **as condições de elegibilidade não constituem um entrave significativo à aprovação de projetos com potencial de contributo para os objetivos do Programa, embora o seu papel na procura menos qualificada seja relativamente limitado no conjunto do Programa, concentrando-se apenas em algumas tipologias mais complexas.** Do ponto de vista da eficiência, a evidência **sugere margem para simplificação e clarificação, em particular nas tipologias com maiores taxas de não elegibilidade** (CUA em baixa e formações modulares) e nas operações de

funcionamento com requisitos administrativos densos, de forma a reduzir encargos burocráticos desproporcionados sem comprometer o rigor na seleção das operações.

SubQA6.3. Concluir sobre a eficácia dos **critérios de seleção (considerando a natureza e número de critérios, a forma como se combinam entres si e os ponderadores que lhes estão associados) para concentrar os apoios nos projetos de maior potencial face aos objetivos do Programa.**

186. Os critérios de seleção do Madeira 2030 estão formalmente alinhados com o enquadramento nacional harmonizado pela AD&C e com a arquitetura de objetivos do Programa, sendo operacionalizados em grelhas de análise específicas por tipologia de operação. Esta configuração visa assegurar um quadro de avaliação estruturado, que cobre, de forma relativamente abrangente, dimensões como a relevância estratégica, a qualidade técnica, a capacidade de execução e o contributo para os resultados e indicadores do Programa. A análise documental confirma que a transposição dos critérios para as grelhas segue uma lógica consistente com o período 2014–2020, incorporando algumas afinações, mas sem alterações de rutura.
187. Do ponto de vista da perceção dos beneficiários, os resultados do inquérito apontam para uma avaliação maioritariamente positiva da clareza e adequação dos critérios. Na questão 10 (Tabela A.2, em anexo), cerca de 81% dos inquiridos avaliam como adequados (valores 4 a 6 numa escala de 1 a 6) os “critérios de seleção” da tipologia em que concorreram, contra apenas 17% de avaliações negativas (valores 1 a 3). Na questão 13 (Tabela A.5, em anexo), aproximadamente 80% dos respondentes consideram que os critérios são claros e 81% que são objetivos, enquanto cerca de 71% concordam que os ponderadores atribuídos são adequados. Cerca de 72% concordam ainda que “os critérios de seleção permitem a seleção dos melhores projetos”, face a aproximadamente 26% que exprimem algum grau de discordância. Este padrão sugere um quadro globalmente favorável, mas não unânime, quanto à eficácia e inteligibilidade dos critérios e dos respetivos ponderadores.
188. A operacionalização dos critérios através das grelhas de análise é, igualmente, bem avaliada por uma maioria, embora com reservas. Na questão 14 (Tabela A.6, em anexo), cerca de 78% dos inquiridos consideram as grelhas de aplicação dos critérios de análise “adequadas” ou “totalmente adequadas”, mas aproximadamente 21% manifestam avaliações negativas. Em contraste, a apreciação do “tempo de análise/aprovação da candidatura” é claramente menos consensual, apenas cerca de 62% avaliam positivamente esta dimensão, enquanto quase 37% a consideram pouco ou nada adequada. Embora a questão do tempo de decisão seja tratada sobretudo na SubQA 6.1, esta insatisfação afeta a perceção global de eficácia do processo de seleção, incluindo a forma como os critérios, na prática, se traduzem em decisões atempadas e previsíveis.
189. Quando se observa a evidência empírica sobre o padrão de decisões, constata-se, porém, que a capacidade efetiva dos critérios para discriminar e concentrar apoios nos projetos de maior potencial ainda não está plenamente demonstrada. Até 30 de setembro de 2025, o Programa registava 1779 candidaturas submetidas e 309 operações aprovadas, correspondendo a uma taxa global de aprovação de 17% face ao total de candidaturas, mas num contexto em que um número significativo de avisos concorrenciais permanece sem decisão. A amostra de candidaturas não aprovadas com decisão final é muito limitada e concentra-se, quase exclusivamente, em situações de incumprimento de condições de elegibilidade, não havendo, à data, evidência robusta de exclusão sistemática de projetos com base em apreciação de mérito comparativo. Este facto limita a possibilidade de aferir, de forma conclusiva, se os critérios de seleção estão a ser utilizados como instrumento efetivo de concentração de recursos nos projetos de maior qualidade.

QA7. O Programa está a ser capaz de acompanhar as operações de forma a potenciar a sua boa implementação com vista a alcançar os seus objetivos?

Síntese conclusiva

O estágio atual de execução do Madeira 2030, com grande parte das aprovações concentradas em 2025 e ainda poucas operações em execução, não permite uma avaliação plenamente robusta da eficácia global dos mecanismos de acompanhamento. Ainda assim, o facto de o modelo adotado não divergir de forma substantiva do utilizado em 2014-2020, associado à evidência disponível, fornece indícios consistentes de suficiência e eficácia dos mecanismos de acompanhamento, em particular na vertente financeira.

As verificações administrativas associadas aos pedidos de pagamento parecem garantir um fluxo regular de reembolsos e um controlo próximo da despesa nas operações em execução, com taxas muito elevadas de elegibilidade da despesa em pedido de pagamento, e ausência, nesta fase, de sinais de fragilidades de conceção dos mecanismos de acompanhamento financeiro.

Em contrapartida, a vertente de acompanhamento da execução física e de resultados apresenta um grau de maturidade significativamente inferior, com um número residual de verificações no local realizadas até à data, e ausência de mecanismos operacionais para monitorização periódica dos indicadores contratualizados, o que limita a capacidade do Programa para detetar precocemente desvios às metas definidas e para orientar, em tempo útil, a execução das operações.

No plano da eficiência, a maturidade ainda incompleta dos sistemas de informação, com funcionalidades críticas por estabilizar no que respeita ao acompanhamento, tem obrigado a um uso intensivo de soluções manuais e reduz a eficiência dos mecanismos de acompanhamento para suportar uma gestão mais automatizada, analítica e proativa.

SubQA7.1. Concluir sobre a suficiência, eficácia e eficiência dos mecanismos de acompanhamento dos projetos, para a deteção precoce de dificuldades de execução e apoio aos beneficiários para ultrapassar essas dificuldades.

190. O modelo de acompanhamento das operações do Madeira 2030 assenta numa tipologia de mecanismos de verificação de gestão que se concretizam essencialmente em **verificações administrativas aos pedidos de pagamento** e **verificações no local**, realizadas pela AG e pelos OI, quando aplicável. As verificações de gestão visam comprovar a realização efetiva dos investimentos, o pagamento das despesas declaradas e a conformidade com o Programa e com a legislação aplicável, sendo adequadamente suportadas por manuais de procedimentos da AG e dos OI e por orientações técnicas. Este enquadramento traduz uma lógica de continuidade com o período de programação anterior, com procedimentos e mecanismos de acompanhamento adotados que resultam largamente da evolução e adaptação regulamentar dos procedimentos seguidos no âmbito do Madeira 14-20, sendo a principal mudança a generalização da lógica de verificações de gestão baseadas no risco.

191. Os mecanismos de acompanhamento assentam nos sistemas de informação utilizados para a gestão dos apoios FEDER e FSE+ do Programa Madeira 2030, dependendo crucialmente destes para o registo, a tramitação e a rastreabilidade das verificações administrativas e das verificações no local, incluindo a afetação de técnicos, a segregação de funções e a pista de auditoria exigida na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Madeira 2030 e nos manuais de procedimentos. Contudo, a evidência das entrevistas revela que a maturidade destes sistemas é ainda inferior ao desejável para efeitos das funções de acompanhamento e verificação, afetando a eficiência dos procedimentos. A própria AG reconhece dificuldades na operacionalização total dos sistemas AG+ e SI3, estando o SI3 (FEDER) ainda a operar apenas parte das funcionalidades previstas e faltando, no caso do AG+ (FSE+), o módulo de monitorização da execução física.

192. No momento em análise, o Programa encontra-se ainda numa fase relativamente inicial de execução, com grande parte das aprovações concentradas em 2025 e uma carteira onde muitas das operações aprovadas ainda não desencadearam ciclos regulares de pedidos de pagamento, sobretudo no FEDER. A informação disponível revela, contudo, alguma tração da execução financeira das operações na componente FSE+, onde se registam 199 pedidos de pagamento

submetidos e uma taxa de execução financeira global das operações (medida pelo rácio entre fundo pago e fundo aprovado) de 59,6%.

193. Do ponto de vista da suficiência e eficácia, os **mecanismos de acompanhamento via pedidos de pagamento (PP)** mostram-se, no desenho e na prática, globalmente adequados para o acompanhamento das operações que já entraram em ciclo de execução. No cômputo global do Madeira 2030, 65 operações já registam pelo menos um PP (correspondendo a 21% das operações aprovadas a 30.09.2025). No FSE+, este rácio corresponde a 56,7%, e, no caso do FEDER, a 4,7%, o que se explica pelo elevado número de decisões emitidas próximo da data de corte e que, como tal, não entraram ainda na fase de acompanhamento.

194. O nº de operações sem PP após 6 meses da data de aprovação é negligenciável (9), e o nº de operações ainda em curso após data encerramento prevista (45, das quais 34 FEDER e 11 FSE+) reflete sobretudo operações cuja data de aprovação ocorreu muito após a data prevista (no caso do FEDER) e cuja reprogramação temporal não se encontra ainda formalizada, pelo que não se identificam, nesta fase desvios relevantes na duração média das operações aprovadas que sejam sugestivos de uma desadequação dos mecanismos de acompanhamento. A taxa média de elegibilidade da despesa em PP é muito elevada (99,1% global; 99,3% no FSE+), não se observando, nesta fase, sinais de desvios relevantes na execução financeira das operações em curso.

Tabela 35. Indicadores dos mecanismos de acompanhamento – pedidos de pagamento

	Total	FEDER	FSE+
Nº de Pedidos de pagamento (PP) submetidos ¹	209	10	199
Nº de operações com pelo menos um PP submetido	65	10	55
Nº médio de PP submetidos por operação	3,2	1,0	3,6
Despesa total submetida em PP (€)	88 373 968,47	15 931 866,94	71 442 101,53
Despesa validada em PP (€)	72 873 929,71	13 443 044,11	59 530 885,60
Taxa média de elegibilidade da despesa nos PP validados	99,1%	93,9%	99,31%

¹ Exclui pedidos de pagamento anulados.

Fonte: dados fornecidos pela Autoridade de Gestão do Madeira 2030.

195. Se, no caso do acompanhamento da execução financeira, **os mecanismos de acompanhamento se revelam, nesta fase, relativamente maduros, suficientes e eficazes**, já no que respeita ao acompanhamento da execução física e de resultados o grau de maturidade é claramente inferior. Embora os manuais de procedimentos prevejam planos anuais de verificações no local, baseados no risco, a baixa execução financeira das operações à data de referência limitou o número de verificações no local efetuadas até ao momento. A 30.09.2025, apenas existiam, no âmbito do FSE+ 6 verificações ao local concluídas e 6 em curso, o que impossibilita, nesta fase, uma avaliação robusta da eficácia destes mecanismos na deteção precoce de problemas de implementação e na validação da execução física das operações.

196. Paralelamente, e a par do que sucede transversalmente aos programas nacionais e regionais, observa-se uma **ausência de mecanismos robustos de acompanhamento em contínuo dos indicadores de realização e de resultado**, quer ao nível das operações, quer, conseqüentemente, de forma agregada por tipologia ou objetivo específico. Na prática, o reporte dos indicadores ocorre sobretudo em momentos associados aos pedidos de pagamento e, em muitos casos, apenas no final das operações, o que não é conducente a um bom acompanhamento das operações, nem à identificação atempada de desvios face às metas definidas em sede de candidatura. Esta lógica de reporte "a posteriori" fragiliza o uso dos indicadores como instrumento de gestão e reduz a capacidade da AG e dos OI para intervir preventivamente, orientando a execução. Importa, contudo, registar que este constrangimento é sistémico e reconhecido a nível nacional no âmbito da rede de articulação funcional, estando a ser objeto de resposta através do desenvolvimento, pela AD&C, de uma nova ferramenta baseada em formulários de monitorização periódica de indicadores, cuja implementação será determinante para reforçar, no futuro, a eficácia dos mecanismos de acompanhamento orientados para resultados. De notar que no caso do Madeira 2030 estas limitações têm sido mitigadas com mecanismos de monitorização interna da AG.

197. Os resultados do inquérito aos beneficiários confirmam uma perceção generalizada de que o acompanhamento durante a fase de execução, na perspetiva das interações com a Autoridade de Gestão e/ou Organismos Intermédios, é satisfatório:

- 67% dos inquiridos com operações em execução classificam o apoio prestado pela Autoridade de Gestão no acompanhamento da execução do projeto como adequado ou muito adequado (n=30, excluindo NS/NR);
- 77% dos inquiridos com operações em execução classificam o apoio prestado pelos Organismos Intermédios como adequado ou muito adequado (n=26, excluindo NS/NR);
- 85% dos respondentes não sente a necessidade de um maior acompanhamento pela Autoridade de Gestão (n=41) e 66,7% não sente necessidade de um maior acompanhamento pelos Organismos Intermédios na fase de execução (n=30).

QA8. O sistema de recolha, análise e tratamento de informação e indicadores do Programa e contratualizados permitem dar resposta adequada às necessidades de gestão, monitorização e avaliação do Programa?

Síntese conclusiva

O **sistema de recolha, análise e tratamento de informação e indicadores** do Programa Madeira 2030 revela um **grau de maturidade crescente e uma estrutura de base coerente com os requisitos da gestão orientada para resultados**. No entanto, o sistema **ainda enfrenta limitações significativas** que comprometem, em parte, a sua plena capacidade de responder de forma eficaz às exigências de gestão, monitorização e avaliação.

Ao **nível dos indicadores**, o sistema apresenta uma **cobertura abrangente, com um número globalmente equilibrado de indicadores de realização e de resultado, e uma articulação coerente com os objetivos estratégicos e específicos do Programa**. A maioria dos indicadores apresenta níveis satisfatórios de clareza, adequação e suficiência, permitindo acompanhar os principais domínios de intervenção. Contudo, verifica-se redundância de indicadores em alguns Objetivos Específicos, insuficiente capacidade de desagregação em OE com tipologias de intervenção muito diversificadas, e desigualdade na mobilização de indicadores em sede de aviso entre tipologias de operação. **A utilização de indicadores de acompanhamento é ainda pouco sistematizada e limitada a um número muito restrito de avisos, constituindo uma oportunidade com potencial para ser explorada para reforçar a granularidade da monitorização**.

Relativamente aos **sistemas de informação**, a sua implementação tem sido marcada por **constrangimentos técnicos e operacionais**, nomeadamente algumas falhas de sincronização entre sistemas, atrasos na disponibilização de funcionalidades críticas e limitações na capacidade de disponibilizar o acesso a informação específica, nomeadamente aos Organismos Intermediários. **A nova plataforma "Dados dos Fundos" representa uma evolução positiva no sistema de monitorização**, mas a sua adoção plena e a operacionalização dos mecanismos de monitorização de indicadores, em particular mecanismos que permitam a monitorização *ongoing* dos indicadores de realização e resultado, continuam, à data de corte, por concretizar.

SubQA8.1. Concluir sobre a adequação e suficiência dos indicadores de realização e de resultado definidos pelo Programa para monitorizar e avaliar o desempenho do Programa face aos objetivos que prossegue.

198. De forma a garantir uma eficaz monitorização e avaliação do desempenho do Programa, a definição dos indicadores de realização e de resultado deve assegurar coerência com os objetivos estratégicos e específicos, respeitando a lógica de Programação. A Programação dos Programas Regionais está centrada em prioridades amplas e intervenções muito diversificadas, pelo que a seleção dos indicadores é um exercício complexo que exige um esforço de equilíbrio entre uma cobertura alargada e um foco nas intervenções mais relevantes, tendo em conta a simplificação que é desejável no desenho dos Programas. Por outro lado, as orientações da CE remetem para a harmonização de indicadores entre Programas que partilham prioridades semelhantes, através de indicadores comuns, com vista a garantir o alinhamento e a comparabilidade da informação, princípio que presidiu à definição de indicadores de realização e resultado do Madeira 2030.

199. Tendo em consideração este contexto, os indicadores contratualizados para o Madeira 2030, para os quais foi disponibilizada a respetiva ficha de indicador, foram analisados com base em três dimensões fundamentais: **clareza**, relativa à precisão e inteligibilidade da sua formulação, incluindo a metodologia de cálculo; **adequação**, avaliada pela correspondência entre o indicador e o objetivo específico a que se refere; e **suficiência**, entendida como a capacidade do indicador refletir de forma pertinente e abrangente o essencial das realizações e resultados associados aos objetivos estratégicos e específicos. Adicionalmente foram ainda avaliados segundo estas dimensões, todos os indicadores de projeto/operação mobilizados nos avisos abertos até 30.09.2025. A matriz de suporte à avaliação dos indicadores de realização e resultado do Madeira 2030 é apresentada no Anexo A.7.1.1, contendo a respetiva síntese de avaliação por Objetivo Específico.

200. Relativamente aos indicadores de realização, o Programa, na versão atualmente em vigor, identifica indicadores para todas as prioridades e OE, num total de 35 indicadores de realização, integrando 25 indicadores comuns e 10 indicadores específicos, incluindo indicadores que servem

vários OE. Adicionalmente, nos avisos já abertos, observa-se a mobilização de 17 indicadores adicionais de realização das operações.

201. Relativamente aos indicadores de resultado, o Programa identifica 30 indicadores, integrando 19 indicadores comuns e 11 indicadores específicos. Foram ainda mobilizados, em avisos, 20 indicadores adicionais de resultados das operações.
202. O sistema de indicadores definido para o Madeira 2030 apresenta uma estrutura globalmente coerente e tecnicamente fundamentada, sendo, em grande medida, adequado à monitorização do desempenho do Programa face aos objetivos que prossegue. A maioria dos indicadores tem por base dados do Sistema de Informação do PT2030, e apresenta níveis satisfatórios de clareza, adequação aos objetivos e suficiência, permitindo acompanhar as realizações e resultados esperados nas diversas áreas de intervenção. No entanto, identificam-se algumas limitações que importa assinalar.
203. Embora o número global de indicadores seja razoavelmente equilibrado, observa-se redundância em alguns Objetivos Específicos, com indicadores que captam dimensões semelhantes sem que se justifique claramente a sua coexistência (como é o caso da mobilização dos indicadores "Empresas apoiadas" e "Empresas apoiadas através de subvenções" em OE cujas formas de apoio previstas são apenas subvenções).
204. Adicionalmente, **observa-se uma mobilização díspar de indicadores adicionais em avisos, com níveis de granularidade muito heterogéneos**, pelo que algumas tipologias de operação apresentam um número claramente excessivo de indicadores (por ex. SI Internacionalização das empresas).
205. Por outro lado, em Objetivos Específicos que integram tipologias de operação muito diversificadas, verificam-se situações em que os **indicadores definidos não permitem, por si só, distinguir de forma suficiente as realizações, bem como, por vezes, os resultados, associados a cada uma dessas tipologias**, comprometendo parcialmente a capacidade de aferir o contributo das intervenções para os objetivos do Programa.
206. Assinala-se ainda que, embora o sistema principal de indicadores seja robusto, a utilização de indicadores de acompanhamento continua limitada e com necessidade de sistematização, sendo esta muitas vezes a forma mais ágil de captar dimensões específicas das operações. Nos avisos abertos até 30.09.2025, registam-se apenas 7 avisos onde são definidos indicadores de acompanhamento, nos OE 1.3, 2.1 e 2.5 (conforme descrito no Anexo A.7.1.1).

SubQA8.2. Concluir sobre a adequação dos Sistemas de Informação, incluindo a integração entre Sistemas, para a recolha, disponibilização e acesso em tempo útil de informação, em quantidade e qualidade, que responda às necessidades de monitorização e de avaliação do Programa.

207. Os sistemas de informação que suportam a execução do Madeira 2030 são constituídos por um conjunto de sistemas interligados, estruturados em torno de um **hub de dados nacional**, que funciona como ponto único de consolidação e validação da informação. Toda a informação relevante tem obrigatoriamente de transitar por este *hub* para ser considerada válida no sistema nacional. A comunicação entre os sistemas operacionais e o *hub* é garantida por uma *framework* de interoperabilidade, gerida pela AD&C, que define os mecanismos técnicos de integração através de API. Esta *framework* estabelece regras e formatos comuns, com vista a assegurar a coerência, rastreabilidade e consistência dos dados ao longo de todo o ciclo de vida dos Programas, independentemente do sistema de origem.
208. Ao nível da gestão das operações do Madeira 2030 coexistem dois sistemas principais de *backoffice* consoante o fundo em causa: o **SI3**, utilizado para operações FEDER, e o **AG+**, utilizado para operações FSE+. Adicionalmente, o Sistema de Informação da Privação Material (**SI PM**) é utilizado no caso das medidas de combate à privação material.
209. O **SI3** é um sistema novo neste Quadro, desenvolvido em consórcio pelas Autoridades de Gestão do Madeira 2030, NORTE 2030 e Sustentável 2030, e que abrange, no caso do Madeira 2030, todas as operações FEDER, incluindo Sistemas de Incentivos. O SI3 permite a análise técnica de candidaturas e a emissão de decisões, bem como a contratualização, acompanhamento das operações e pedidos de pagamento. Adicionalmente está em fase final de implementação uma

funcionalidade de gestão de processos de contratação pública integrada neste sistema. A AG do Madeira 2030 tem elevada autonomia e capacidade de intervenção no desenvolvimento e customização do sistema SI3. O processo de desenvolvimento do SI3 tem ocorrido de forma faseada, revelando-se, no entanto, relativamente moroso e fragmentado. Segundo os testemunhos recolhidos, vários módulos críticos foram disponibilizados tardiamente ou ficaram indisponíveis durante longos períodos, mesmo após o início do Programa. Em alguns casos foram acionados mecanismos de contingência, recorrendo a ferramentas paralelas ao sistema, e apenas posteriormente vertidas para o sistema. Noutros casos, a análise de candidaturas ficou pendente da resolução de erros ou disponibilização de funcionalidades adicionais no módulo de análises. Adicionalmente, permanecem ainda por desenvolver algumas funcionalidades relevantes, como por exemplo, a reanálise de pedidos de pagamento ou suporte integrado para verificação no local.

210. O **AG+**, por sua vez, é o sistema comum utilizado por várias Autoridades de Gestão para a gestão das operações cofinanciadas pelo FSE+. O AG+ assegura funcionalidades equivalentes para o FSE+, incluindo a receção de candidaturas, a análise e decisão, o registo de execuções financeiras, bem como o reporte à AD&C. No entanto ressalva-se a menor autonomia da AG na configuração e resolução de incidentes relativamente a este sistema, tendo pontualmente exigido trabalho adicional em *backoffice* para corrigir inconformidades. São ainda reportadas dificuldades do OI (IQ, IP-RAM) em utilizar o sistema AG+ para o acompanhamento das candidaturas devido à falta de um módulo integrado que permita extrair diretamente dados de acompanhamento.
211. Relativamente ao **SI Privação Material**, este não se encontra ainda operacional no contexto do Madeira 2030.
212. O Madeira 2030 utiliza ainda os sistemas nacionais centralizados geridos pela AD&C, incluindo o **ADC+ e Framework** (parametrização de avisos e formulários) e o **Balcão dos Fundos** (*frontoffice* para submissão de candidaturas). O sistema ADC+ permite a parametrização prévia de tabelas de domínio num sistema comum a todas as Autoridades de Gestão, incluindo, por exemplo, tipologias de operação, critérios de seleção e indicadores, que são validados pela AD&C com vista à harmonização dos critérios e indicadores utilizados pelos diferentes PO. A jusante do processo, o ADC+ é ainda o sistema que centraliza as operações de pagamentos, e certificação.
213. Recentemente, a AD&C disponibilizou a plataforma de monitorização **Dados dos Fundos**, que constitui uma evolução relevante no ecossistema de sistemas de informação dos fundos europeus, introduzindo pela primeira vez uma ferramenta nacional dedicada à consulta estruturada e à exploração analítica dos dados de execução, que agrega informação sobre todos os Programas operacionais. Alimentada pelo *hub* de dados nacional, a plataforma permite às Autoridades de Gestão aceder a informação consolidada sobre a execução dos Programas, através de *dashboards* e relatórios configuráveis. Não obstante, permanecem por desenvolver algumas funcionalidades importantes desta ferramenta, nomeadamente no que respeita à monitorização de indicadores e metas. A este nível, a capacidade da plataforma é condicionada pela **ausência de mecanismos para monitorização contínua de indicadores físicos contratualizados**, o que impede o acompanhamento regular da performance das operações bem como a monitorização das metas associadas aos indicadores de realização, cujo reporte só ocorre aquando dos pedidos de pagamento. Esta lacuna será parcialmente colmatada pela introdução de uma nova ferramenta assente formulários de monitorização de indicadores promovida pela AD&C, que deverá ser implementada ainda no decorrer deste ano.
214. Em relação ao Portugal 2020, a arquitetura atual dos sistemas de informação introduziu uma mudança profunda de paradigma: passou-se de um sistema descentralizado, com lógica de integração bilateral entre plataformas, para um modelo centralizado, baseado em validação obrigatória através do *hub* de dados. Esta evolução trouxe ganhos evidentes em termos de padronização, coerência e rastreabilidade dos dados, mas também acrescentou complexidade técnica e operativa, sobretudo para as equipas regionais. A autonomia na parametrização aumentou em alguns aspetos (ex. avisos), mas a dependência de validações da AD&C e a rigidez da *framework* nacional limitaram a capacidade de resposta rápida.
215. Um dos principais constrangimentos técnicos sentidos pelas equipas do Madeira 2030 prende-se com as dificuldades recorrentes de **sincronização de dados entre os sistemas operacionais** (nomeadamente o SI3 e o AG+) e o **hub de dados nacional**. No caso do SI3, por exemplo, há registo de situações em que a informação introduzida no sistema foi rejeitada pelo *hub* sem mensagem de

erro explícita, obrigando a diagnósticos demorados entre equipas técnicas regionais e a AD&C. Como os dados do *hub* alimentam automaticamente outras plataformas, p.e. Dados dos Fundos, estas falhas de sincronização afetam diretamente a comparabilidade dos dados disponíveis nos vários sistemas e dificultam o reporte formal e a monitorização em tempo útil.

- 216.No arranque do Madeira 2030 observaram-se **atrasos significativos na disponibilização e implementação das ferramentas do sistema de informação**, o que teve impacto direto no calendário de lançamento dos avisos, na análise das operações e na capacidade de monitorização atempada.
- 217.O ADC+ apenas ficou totalmente operacional no segundo semestre de 2024. A indisponibilidade destes módulos dificultou o processo de parametrização de avisos no arranque do Programa, recorrendo a sistemas baseados em ficheiros *Excel* para a parametrização de indicadores e tipologias de operação, e com processos de validação demorados. **Acresce ainda que, na versão atual do sistema, nem todos os indicadores contratualizados do Madeira 2030 se encontram parametrizados**. Embora o processo de validação de indicadores seja agora mais célere, considera-se que esta omissão perpetua atrasos desnecessários na fase de lançamento de avisos.
- 218.O sistema SI3, conforme já referido, **assegura atualmente apenas cerca de 70% das funcionalidades anteriormente disponíveis no Portugal 2020**. Embora o sistema assegure os procedimentos associados à análise de candidaturas, pedidos de pagamento e pagamentos, e esteja a ser ultimado o módulo de análise de contratos, permanecem por implementar os módulos/funções de estornos e correções, pedidos de alteração, auditoria e relatórios finais, obrigando o recurso a soluções de contingência fora do sistema para assegurar os processos que não podem ser tramitados no SI3. Não obstante observar-se já uma maior estabilidade do sistema, o arranque do Programa foi também marcado pela instabilidade do sistema e erros de sincronização de dados. Na fase de arranque, em particular, foram identificadas falhas recorrentes na comunicação entre sistemas, resultantes de intervenções sistemáticas na infraestruturas nacional, que afetaram o funcionamento das API, comprometendo momentaneamente os fluxos de dados e exigindo ações corretivas locais. No entanto, importa sublinhar que estas situações são reconhecidas como próprias de uma fase de arranque e estabilização de sistemas complexos, sendo expectável que a frequência e o impacto destas disrupções diminuam significativamente à medida que a arquitetura do sistema e dos processos se consolidam, necessitando de menos intervenções.
- 219.A disponibilização da plataforma Dados dos Fundos só ocorreu em junho 2025, limitando o seu contributo durante as fases iniciais da execução do Madeira 2030. A adoção desta plataforma por parte das equipas da AG do Madeira 2030 também tem sido gradual, e verificam-se lacunas relevantes nos dados disponíveis no sistema Dados dos Fundos relativamente aos pagamentos, decorrentes, em parte, da inexistência ou inconsistência de informação no *hub* de dados, limitando atualmente a utilização da mesma enquanto instrumento de monitorização ativa e de apoio à decisão. Para além disso, enquanto os mecanismos de acompanhamento de indicadores e metas não estiverem implementados e articulados com a plataforma, o potencial pleno da Dados dos Fundos como ferramenta de gestão baseada em resultados permanece por concretizar. Ainda assim, a avaliação reconhece que se trata de uma solução em construção e que a sua consolidação deverá traduzir-se num reforço estrutural da capacidade de monitorização dos Programas.
- 220.Ao nível da articulação entre as equipas técnicas da AG responsáveis pela gestão de intervenções e as equipas técnicas responsáveis pelos sistemas de informação, a avaliação identifica um percurso evolutivo positivo. Na fase inicial do Programa, a necessidade de articulação entre os diferentes níveis (gestão, informática e suporte externo) introduziu complexidade adicional no processo de lançamento de avisos, nomeadamente ao nível da parametrização de avisos e formulários. Esta dependência entre equipas com diferentes responsabilidades e níveis de autonomia contribuiu, em alguns casos, para atrasos nos calendários operacionais, em particular na fase crítica de arranque. Contudo, os testemunhos recolhidos indicam que esses bloqueios iniciais foram sendo progressivamente ultrapassados, com um maior domínio funcional por parte das equipas de gestão de intervenções, nomeadamente na parametrização de avisos, o que contribuiu para uma maior celeridade de processos, sendo uma prática a reforçar.
- 221.De forma oposta, **identificam-se constrangimentos no acesso dos Organismos Intermédios** à plataforma Dados dos Fundos, por limitação de parametrização nacional que se estende a todos

os OI dos Programas do PT2030 por razões que se prendem com a sensibilidade dos dados. Embora seja de referir que a AG disponibiliza mensalmente uma monitorização da execução aos OI do Madeira 2030 para que estes tenham acesso regular a essa informação, considera-se uma limitação o facto de não estar previsto o acesso dos OI a informação em tempo real sobre a monitorização de indicadores de realização e resultado. Esta avaliação considera que esta restrição deve ser revista **em sede da coordenação técnica nacional** no sentido de promover o acesso dos OI à plataforma Dados dos Fundos, mediante a criação de perfis específicos, atendendo às competências dos mesmos e assegurando a proteção dos dados, assegurando assim maior transparência, partilha de responsabilidades e alinhamento de práticas entre todos os níveis da governação do Programa.

222. Por fim, a adequada utilização dos sistemas de informação requer competências técnicas específicas, que nem sempre se encontram plenamente instaladas nas equipas operacionais. As alterações introduzidas nos sistemas de informação exigem um **reforço claro da capacitação, tanto para as equipas das áreas técnicas como das áreas de gestão, monitorização e avaliação**. Embora tenham sido promovidas ações de capacitação pontuais, os testemunhos recolhidos indicam que estas não têm sido sistemáticas nem suficientemente adaptadas às necessidades reais dos utilizadores. A avaliação recomenda, por isso, o **reforço de um plano de capacitação e eventual reforço da equipa**, orientado para a prática, e articulado com os ciclos de desenvolvimento das próprias ferramentas, como condição necessária para garantir a apropriação plena dos sistemas por parte das equipas da AG e OI. Neste contexto o reforço da articulação com as Unidades de Gestão das Secretarias Regionais no acompanhamento da execução física dos projetos, pode reforçar estas capacidades no âmbito da esfera pública.

QA9. A estrutura de gestão do Programa, incluindo Organismos Intermédios, é adequada para o desempenho das funções que lhe estão atribuídas? O modelo de gestão e delegação de competências em organismos intermédios é adequado para a eficácia e eficiência do exercício das funções da Autoridade de Gestão do Programa?

Síntese conclusiva

A estrutura de gestão do Madeira 2030, incluindo a delegação de competências nos organismos intermédios, é globalmente adequada às funções que lhe estão atribuídas. A delegação de competências em entidades com mandato e especialização setorial (IDE para os incentivos às empresas, IQ para a formação e qualificação, ISSM para a privação material) **faz sentido à luz dos objetivos do Programa e traduz-se, no caso do IDE e do IQ, em ganhos claros de eficácia**, especialmente no que respeita a uma maior capacidade de mobilizar a procura desejada, maior adequação temática aos instrumentos e uma relação mais próxima com os beneficiários. No caso do ISSM, a delegação é coerente com a sua missão e experiência, mas permanece num plano sobretudo potencial, uma vez que até à data não se concretizou um exercício efetivo das suas funções de OI.

Observam-se alguns fatores limitadores que afetam a eficiência das funções delegadas, e que são sobretudo sistémicos e não resultantes do princípio da delegação em si. Em particular, a arquitetura e o grau de maturidade dos sistemas de informação (em particular o SI3, e, no caso da privação material, o SIPM ainda não funcional) tem constrangido a atuação dos OI. Em paralelo, a partilha de informação estratégica entre a Autoridade de Gestão e os organismos intermédios é ainda pouco sistemática. No que respeita à monitorização, não obstante o esforço de partilha mensal de informação de monitorização aos OI, considera-se a ausência de soluções que viabilizem uma partilha da informação de monitorização em tempo real a que a AG tem acesso (ex. Dados dos Fundos), resulta num risco potencial de perda de eficiência na gestão das tipologias de operação delegadas.

SubQA9.1. Concluir sobre a existência de ganhos de gestão operacional do Programa por via da delegação de competências contratualizada com os OI, identificando em que dimensões da implementação do Programa se manifestam ganhos de eficácia e eficiência (ex. capacidade de mobilizar procura desejada, seleção de projetos, acompanhamento da execução, entre outras), ou eventuais situações de perda de eficácia e/ou de eficiência.

223.A resposta a esta questão de avaliação é suportada na análise detalhada do modelo de delegação de competências contratualizada com os organismos intermédios, que é apresentada sob a forma de um estudo de caso sobre cada OI, no **Anexo A.5** deste Relatório.

224.A evidência recolhida permite concluir que o modelo de gestão e **delegação de competências nos organismos intermédios é, em termos estruturais, adequado ao perfil e às funções do Programa Madeira 2030, e que gera ganhos claros de eficácia em domínios relevantes da implementação.** No entanto, estes ganhos nem sempre se traduzem, de forma uniforme, em ganhos de eficiência, em grande medida devido a constrangimentos que não decorrem diretamente da delegação de competências em si (ex. arquitetura dos sistemas de informação e atrasos na sua implementação, atrasos no calendário de avisos, picos de procura, etc.).

225.No caso do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM (IDE), que atua como organismo intermédio num conjunto de tipologias de operação dirigidas às empresas no âmbito do OE1, **a delegação de competências está bem alinhada com a missão do IDE e o posicionamento do organismo em matéria de desenvolvimento empresarial, contribuindo de forma muito significativa para a mobilização de uma elevada procura por parte das empresas, em particular nas medidas de Inovação 2030 e Funcionamento 2030.** Há ganhos nítidos de eficácia na mobilização da procura e na adequação setorial do processo de seleção, apoiados numa equipa técnica com experiência acumulada em sistemas de incentivos às empresas. Contudo, no quadro do Madeira 2030, estes ganhos têm coexistido com alguma pressão sobre a eficiência, observando-se, nas tipologias de operação sob a competência do IDE, tempos médios de decisão elevados e um grande volume de operações em análise. Estes factos estão associados, por um lado, ao volume excecional de candidaturas, e, por outro, a limitações da arquitetura do novo sistema de informação (SI3).

Relativamente a este último, observa-se que o processo de desenvolvimento do SI3 e respetiva adaptação tem sido lento face às exigências do calendário de incentivos, e que a configuração atual do sistema não está ainda otimizada, obrigando, por exemplo, a recorrer a procedimentos paralelos ao sistema no processo de análise e seleção de candidaturas.⁹

226.No caso do Instituto para a Qualificação, IP-RAM (IQ), a delegação de competências num conjunto de tipologias de operação no âmbito do OE4, revela-se particularmente favorável, tanto do ponto de vista da eficácia como da eficiência. O organismo beneficia da sua especialização em qualificação e formação, experiência prévia na gestão de apoios do Fundo Social Europeu e tipologias desenhadas com custos unitários e critérios relativamente objetivos. Em resultado, o IQ apresenta uma elevada rapidez nas decisões sobre candidaturas face à média do Programa, níveis de execução e pagamentos já num estágio avançado face ao período de programação, e uma avaliação muito positiva dos beneficiários quanto à acessibilidade e à adequação do apoio técnico do OI.¹⁰ Assim, conclui-se que a delegação se traduz em ganhos concretos de gestão operacional, não havendo evidência de perdas de eficiência associadas à delegação em si.

227.No caso do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM (ISSM), a avaliação, nesta fase, deve ser mais prudente. O quadro do Madeira 2030 marca o primeiro exercício do ISSM enquanto organismo intermédio do Programa Regional, com procedimentos ainda em construção. Em termos conceptuais, a escolha do ISSM como OI para a privação material é coerente com a sua missão, a sua rede de parceiros e a experiência prévia na gestão de apoios a pessoas em situação de privação material. A estrutura de apoio técnico prevista seria, em teoria, adequada, porém não corresponde à realidade, com o ISSM a reportar necessidades de reforço da equipa técnica e formação adicional para garantir as funções delegadas. À data da avaliação não existem evidências empíricas de ganhos (ou perdas) de eficácia e eficiência associados à delegação, porque o modelo não chegou a entrar em funcionamento. O único aviso lançado na dimensão da privação material configura o ISSM como beneficiário e não como OI, não há operações em execução na qualidade de organismo intermédio, e a candidatura apresentada permanece sem decisão. Contribuem para esta situação bloqueios relevantes, nomeadamente, o atraso na operacionalização do sistema de informação específico (SI Privação Material), bem como alguma indefinição de aspetos procedimentais críticos no eixo da privação material (ex. relativamente ao circuito de pagamentos).¹¹

228.O quadro seguinte sistematiza as dimensões da implementação do programa onde se manifestam ganhos de eficácia e eficiência, e respetivos níveis, por OI:

Tabela 36. Dimensões em que se manifestam ganhos de eficácia e eficiência, por OI

Dimensão	IDE	IQ	ISSM
Mobilização da procura (público-alvo)	●●●	●●●	●●●
Adequação temática / qualidade do processo de seleção	●●●	●●●	●●●
Celeridade da decisão	●●●	●●●	●●●
Acompanhamento da execução e pagamentos	●●●	●●●	●●●
Relação com beneficiários / apoio técnico	●●●	●●●	●●●
Monitorização	●●●	●●●	●●●

Legenda: ●●● observam-se ganhos claros de eficácia e eficiência; ●●● observam-se ganhos moderados ou parciais de eficácia e eficiência; ●●● observa-se risco potencial de perda de eficácia ou eficiência; ●●● sem evidência.

229.De uma forma transversal, importa ainda sublinhar que o modelo de gestão do Madeira 2030, no que concerne às tipologias onde existe a intervenção de um organismo intermédio, assenta numa separação relativamente marcada entre funções mais estratégicas, concentradas na Autoridade

⁹ Estudo de Caso [A.5.1. Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IDE, IP-RAM.](#)

¹⁰ Estudo de Caso [A.5.2. Instituto para a Qualificação, IP-RAM.](#)

¹¹ Estudo de Caso [A.5.3. Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM.](#)

de Gestão, e funções mais operacionais, delegadas nos organismos intermédios. Esta opção é coerente com o papel de coordenação da AG, contudo, em algumas áreas de fronteira funcional, essa segregação tem gerado tensões sobre a eficiência do modelo de delegação, particularmente no que toca à partilha de informação de monitorização, que ocorre mensalmente, não existindo mecanismos de partilha em tempo real, bem como no acesso às informações e conhecimento gerado no contexto das redes de articulação funcional, sendo que apenas em casos pontuais os OI participam nas mesmas a convite da respetiva coordenação. No entanto, esta avaliação destaca positivamente o esforço da AG para reforçar o envolvimento dos OI em algumas dimensões estratégicas, designadamente na elaboração do Programa nas respetivas áreas que seriam delegadas, assim como na preparação da regulamentação específica, na definição de critérios de seleção e indicadores, e no planeamento do Plano Anual de Avisos, esforço esse que é reconhecido, ainda que parcialmente, pelos próprios organismos intermédios. Porém, recomenda-se a criação de mecanismos mais estruturados de partilha de informação, quer seja através do acesso dos OI a dados de monitorização em tempo real, quer através da continuação do esforço de integração mais sistemática dos OI em momentos de discussão técnica, garantindo que o conhecimento setorial e de proximidade que detêm é mobilizado não apenas na execução, mas também na melhoria contínua do modelo de intervenção.

QA10. O modelo de governação implementado tem contribuído para a eficácia e eficiência na gestão do Programa?

Síntese conclusiva

O modelo de governação do Madeira 2030 tem contribuído de forma globalmente positiva para a eficácia da gestão do Programa, assegurando robustez institucional, transparência e coerência procedimental, mas evidencia limitações operacionais que condicionam ganhos mais consistentes, sobretudo na articulação estratégica e na agilidade de processos-chave.

O Comité de Acompanhamento apresenta uma evolução favorável: mantém abrangência institucional e cobertura temática elevadas, com melhorias na composição (2025) no sentido de maior racionalidade e melhor equilíbrio, e evidencia um contributo efetivo elevado para a implementação e eficácia do Programa (em particular no plano deliberativo, consultivo-estratégico e de capacitação). Persistem, contudo, constrangimentos estruturais e organizacionais relacionados com a dimensão do grupo, densidade das agendas, participação desigual e insuficiente continuidade entre reuniões que limitam a profundidade do debate técnico e o potencial do CA como instância contínua de acompanhamento.

No plano nacional, as Redes de Articulação Funcional têm sido determinantes para a estabilização do modelo institucional e procedimental do Portugal 2030, contribuindo para harmonização de instrumentos (indicadores, critérios, reporte) e para a coerência entre Programas. Porém, o seu contributo para a eficiência operacional do Madeira 2030 é mais ambivalente: os processos de articulação e validação centralizada, embora necessários, introduziram custos de agilidade, com efeitos particularmente visíveis no plano de avisos. Além disso, a participação concentrada nas AG e a devolução pouco estruturada dos resultados e das orientações dos trabalhos das redes para os níveis operacionais tendem a reduzir o potencial das redes enquanto mecanismos de aprendizagem institucional alargada.

Em síntese, o modelo de governação apresenta condições sólidas de eficácia (governação formal, deliberação, transparência e estabilização de instrumentos), mas a sua contribuição para a eficiência depende do reforço de mecanismos de continuidade e especialização (no CA) e de maior inclusão, devolução e orientação (nas redes), de modo a reduzir assimetrias, aumentar a previsibilidade e mitigar impactos na agilidade da implementação.

SubQA10.1. Concluir sobre a adequação do funcionamento e contributo do Comité de Acompanhamento na sua função de apoio à implementação e à eficácia do Programa. Concluir sobre a adequação do **envolvimento dos stakeholders do ponto de vista do seu perfil e da forma de envolvimento, identificando os ganhos decorrentes desse envolvimento ou os prejuízos da sua ausência.**

230. O Comité de Acompanhamento (CA) do Madeira 2030 foi criado pela Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 161/2023, tendo como função assegurar o acompanhamento do desempenho do Programa, tal como estabelecido no Modelo de Governação do Portugal 2030. Tendo em conta as especificidades da autonomia regional, coube às regiões autónomas adequar o modelo de governação, sem prejuízo das competências das autoridades nacionais.

231. A legislação europeia impõe o princípio da parceria na constituição dos CA, prevendo a mobilização equilibrada de entidades nacionais, regionais e locais com responsabilidades de execução, organismos intermédios e parceiros, incluindo sociedade civil nas áreas abrangidas pelos Fundos.

232. A composição do CA, definida em 2023, assegurava uma representação institucional ampla, **das áreas de política pública cobertas pelo Programa**. Integrava mais de 40 entidades com direito a voto: administração regional, organismos intermédios, parceiros económicos e sociais, ensino superior e sociedade civil. A diversidade institucional era elevada, mas existiam **duplicações e sobreposições (incluindo entidades com dois representantes)**, com potencial impacto na eficácia deliberativa e na participação e que contribuía para algum **desequilíbrio de representação**.

233. A **cobertura temática era globalmente equilibrada**, com todas as áreas representadas, embora com **desequilíbrio de peso e sub-representação de áreas transversais**, nomeadamente no que concerne a representantes da sociedade civil, p.e. nas áreas da igualdade e cultura.

234. Em termos de **abrangência institucional, estavam presentes as tipologias institucionais relevantes** e as entidades exigidas pela regulamentação: a autoridade de gestão e coordenação nacional, garantindo a articulação com o Portugal 2030, a administração regional direta e indireta, cobrindo as diferentes áreas setoriais de governação regional, os parceiros económicos e sociais, incluindo associações empresariais, confederações e centrais sindicais, entidades de representação territorial e local (AMRAM e ANAFRE) e instituições de ensino e I&D (Universidade da Madeira e Conselho Regional de Inovação), sociedade civil, através de IPSS, ONG e outras organizações.
235. Observava-se, contudo (no arranque do programa), uma **sobre representação da administração regional** com a presença de secretarias regionais, direções regionais e outros organismos da administração regional com competência contíguas, em especial nas áreas abrangidas por condições habilitadoras. Assim, cerca de 2/3 dos membros eram da administração regional enquanto a **participação de atores não-governamentais fora dos parceiros sociais tradicionais era limitada**.
236. A Resolução n.º 46/2025 do Governo Regional da Madeira alterou a composição do CA, ajustando-a às mudanças orgânicas pós-eleitorais e às recomendações da Comissão Europeia, visando racionalizar a representação das diferentes áreas de governação regional e equilibrar a representação entre administração/governo e sociedade civil e organizações representativas dos beneficiários diretos. A revisão traduz **uma resposta às necessidades detetadas, melhorando a composição, mitigando duplicações e lacunas de representação, reduzindo o número de representantes e reforçando o papel de entidades representativas da sociedade civil em áreas sub-representadas, como a cultura, e a representação territorial ao introduzir as entidades representantes dos territórios abrangidos pelos ITI**.
237. O CA evoluiu de uma estrutura formalmente abrangente, mas redundante (2023) para uma estrutura mais consistente (2025). Persistem, porém, sobreposições entre tutela política e organismos setoriais, permanecendo **um excesso de representação da administração e do governo regional que mitigada poderia conduzir a uma redução da dimensão do CA o que potencia a sua eficiência e eficácia**. Estas sobreposições podem ser ilustradas pelos seguintes exemplos:
- Secretaria Regional da Educação, Ciência e Tecnologia + Unidade de Implementação da EREI + Instituto para a Qualificação, IP-RAM;
 - Secretaria Regional da Inclusão, Trabalho e Juventude + Direção Regional da Cidadania e Assuntos Sociais + Instituto de Segurança Social da Madeira, ISSM, IP-RAM;
 - Secretaria Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente + Direção Regional do Ambiente e Mar + Direção Regional das Pescas;
 - Secretaria Regional da Saúde e Proteção Civil + Direção Regional de Saúde;
 - Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas + Instituto de Mobilidade e Transportes, IP-RAM+ Investimentos Habitacionais da Madeira, EPRAM.
238. Na representação de entidades da sociedade civil, verifica-se **duplicação nos parceiros sociais** (CES-RAM, associações empresariais, sindicatos), garantindo presença de todos, mas gerando redundâncias.
239. A tabela seguinte sintetiza a **análise do perfil de stakeholders** do CA, considerando os representantes efetivos com direito a voto e a evolução ocorrida entre 2023 e 2025.

Tabela 37. Avaliação da Composição do Comité de Acompanhamento

Indicador	Grau	Justificação
Abrangência institucional	Alto	Todas as tipologias institucionais previstas na regulamentação estão presentes. A revisão de 2025 preserva a diversidade institucional, reforça a dimensão territorial e a representação da sociedade civil.
Equilíbrio temático	Alto	Cobertura integral de áreas; menor sobreposição temática; melhor cobertura de áreas transversais.
Coerência da representação	Médio-alto	Foram atenuadas redundâncias e sobreposição entre OI e entidades da administração ou do governo das mesmas áreas, mas persistem sobreposições. Foi aumentada a representação dos parceiros sociais com a inclusão do CES-RAM, o que resulta nalguma redundância de representação dos parceiros sociais.
Adequação do perfil de stakeholders	Médio-alto	Mantém-se a predominância da administração, embora tenha aumentado a diversificação de entidades, sobretudo no que se refere a representação da sociedade civil.
Potencial de contributo para a eficácia do Programa	Alto	Representatividade formal assegurada, estrutura mais funcional, reforço do potencial de acompanhamento do Programa com a inclusão de atores de representação territorial, melhoria das condições de eficácia da participação.

Legenda: **Alto** significa que responde plenamente ao indicador | **Médio-alto** significa que responde ao indicador, mas há aspetos que ainda poderiam ser melhorados | = significa que entre 2023 e 2025 se mantiveram as características | **↑** significa que se registou uma melhoria entre 2023 e 2025.

240. Quanto ao **funcionamento** o regulamento interno do CA define regras claras, incluindo periodicidade mínima (uma reunião anual ordinária e reuniões extraordinárias quando necessário), regras de quórum, deveres de conduta e gestão de conflitos de interesse e as competências. Contudo, o **número muito elevado de representantes foi identificado como um risco de eficácia** que levou à revisão da composição anteriormente mencionada.

241. No **plano formal o funcionamento do CA é adequado**: as regras estão definidas, a periodicidade anual das reuniões é cumprida, existem canais estabelecidos de comunicação e partilha de documentação assentes numa plataforma eletrónica, são efetuadas consultas escritas, quando necessário, e podem ser criados grupos de trabalho. Persistem **desafios operacionais** relacionados com a assiduidade e a participação efetiva dos diferentes membros nas reuniões, tendo-se registado uma redução progressiva da participação. A AG aplicou um questionário aos membros do CA, antes da revisão de 2025, com o objetivo de auscultar a sua posição relativamente ao funcionamento deste órgão e de como a colaboração entre os membros e o dinamismo de participação poderiam ser incrementados. Os resultados apontam para a satisfação com os canais de comunicação e disponibilidade da AG, para a necessidade de reforçar **mecanismos de envolvimento dos membros do CA e de articulação entre a AG e o CA**: continuidade de atividades entre reuniões; debate técnico em grupos temáticos, incluindo para os domínios transversais; capacitação dos membros; comunicação mais continuada; e, maior antecedência no envio da documentação para permitir reuniões preparatórias do CA.¹²

242. Em sequência destas recomendações **tem sido efetuado um esforço de melhoria**. Foi reforçado o uso de apresentações temáticas e visitas a projetos associadas às reuniões do CA. A criação de grupos temáticos permanece por implementar e deverá ser equilibrada para não sobrecarregar os membros. Os mecanismos previstos parecem suficientes, importa, porém, operacionalizá-los melhor, em especial grupos temáticos e capacitação (ambos previstos no regulamento).

243. Os **contributos do CA** para a implementação e eficácia do Programa estão previstos no regulamento interno do Comité e na regulamentação subjacente ao Programa. A concretização desses contributos é passível de verificação através das atas das 4 reuniões realizadas até à data e da informação constante nas consultas escritas efetuadas aos membros do CA. **O CA tem tido, sobretudo, um contributo consultivo e deliberativo para apoio à implementação do Programa**, nomeadamente por via da aprovação dos critérios de seleção, do acompanhamento da execução, do parecer sobre as propostas de reprogramação e da discussão relativa a prioridades temáticas. Foram registadas propostas concretas dos membros, como a criação de subgrupos temáticos por prioridade e contributos para melhor integração entre programas (Madeira 2030,

¹² Cf. Ata da 3.ª Reunião do Comité de acompanhamento do Madeira 2030.

Pessoas 2030, PRR). O CA é, ainda, um veículo de articulação entre AG, OI e CE, sendo reconhecido como espaço de diálogo estratégico.

244. Para uma análise mais avaliativa desta dimensão foi estabelecida uma tipologia de contributos que foram pontuados a partir da evidência recolhida¹³, utilizando um critério para a quantificação do nível de contributo do CA para cada um dos 6 tipos estabelecidos, operacionalizado numa escala de 0 a 4¹⁴, que resultou no seguinte:

Tabela 38. Grau de contributo do CA para a implementação e eficácia do Programa por tipo de contributo

Tipo de Contributo	Grau	Evidência
Deliberativo e Formal	4	Aprovação do regulamento, critérios de seleção e alterações à composição do CA.
Consultivo e Estratégico	3	Discussão e parecer sobre reprogramação, <i>mid term review</i> , estratégia climática e RIS3, apoiando a reorientação de prioridades e o alinhamento do Programa às alterações de contexto.
Técnico e Operacional	3	Acompanhamento do plano de avisos, das condições habilitadoras, das operações de importância estratégica, análise de pontos de situação.
Coordenação interinstitucional	3	Articulação AG, OI e CE e outros instrumentos como PRR, mas a iniciativa é sobretudo da AG.
Aprendizagem e Capacitação	3	Sessões relativas ao DNSH, sustentabilidade e visitas a projetos.
Transparência	4	Disponibilização de informação sobre o Programa e abertura a observadores externos, bem como por via da participação de convidados para abordagem de temas específicos.

245. Podemos concluir que **o contributo do CA é muito relevante no plano deliberativo**, com margens de progressão nas restantes dimensões, condicionadas pela dimensão do grupo e pela densidade das reuniões.

246. Com base na quantificação apresentada na tabela anterior foi calculado um indicador que designámos por **Índice de Contributo Efetivo do Comité de Acompanhamento**¹⁵ que sintetiza a avaliação efetuada e que resultou num índice de 75%, o que constitui um **contributo elevado**¹⁶ do CA para o Programa.

247. O grau de satisfação¹⁷ dos membros do CA com os mecanismos de envolvimento e articulação existentes pode ser analisado a partir da organização destes mecanismos numa tipologia apresentada na tabela seguinte. A classificação de satisfação atribuída aos diferentes mecanismos de articulação foi depois transformada num índice que facilita a leitura agregada¹⁸. Essa classificação foi atribuída a partir da evidência recolhida. O **índice de satisfação com os mecanismos de articulação do CA** é de 84%, o que constitui um **grau de satisfação elevado**¹⁹.

Tabela 39. Grau de satisfação dos membros do CA com os mecanismos de articulação implementados

Tipo de Mecanismos de Articulação	Grau	Evidência
Formal de governação	5	Os instrumentos que estruturam o funcionamento institucional do Comité: convocatórias, ordens de trabalhos, aprovação de regulamento, quórum, atas e validação formal de decisões, são adequados. Os membros do CA (incluindo CE e AD&C) elogiaram a organização e clareza

¹³ Documental (Regulamento, Atas, Consultas escritas), entrevistas a AG e Membros do CA, *Focus Group* a Membros do CA.

¹⁴ Escala de contributo do CA para a eficácia e implementação do Programa: 0- contributo inexistente | 1 – Pontual verificado através de comentário ou sugestão | 2 – Regular verificado através do registo formal em ata, ainda que sem impacto visível | 3 – significativo verificado através de proposta de parecer que resulta em ajustes à implementação do programa | 4 – determinante sempre que o contributo é traduzido numa alteração concreta em documentos regulamentares e estratégicos.

¹⁵ Indicador: Índice de Contributo Efetivo do Comité de Acompanhamento para a Implementação do Programa = (soma dos valores atribuídos a cada um dos 6 tipos de contributo/24) x100.

¹⁶ <40% — Baixo contributo | 40–70% — Contributo moderado | 70% — Contributo elevado.

¹⁷ Aferido a partir da utilização da seguinte escala: 1 – nível de satisfação reduzida | 2 – nível de satisfação limitada | 3 – nível de satisfação moderada | 4 – nível de satisfação positivo | 5 – nível de satisfação elevado. A valoração resulta da interpretação construída a partir de três fontes de evidência direta e indireta, de natureza qualitativa e documental, nomeadamente o regulamento e a resolução que constitui o CA, as atas do CA que constituem evidência narrativa, as consultas escritas realizadas, as entrevistas aos membros do CA e o *Focus Group* realizado a membros do CA. Foram considerados os aspetos formais e as evidências do seu cumprimento, os registos de intervenções com apreciações, expressões de condordância, reconhecimento de boas práticas, sugestões de melhoria e críticas dos membros do CA.

¹⁸ Indicador: Índice de Satisfação com os Mecanismos de articulação do CA Programa = (soma dos valores atribuídos a cada um dos 5 tipos de mecanismo/25) x100.

¹⁹ <40% — Baixa satisfação | 40–70% — Média Satisfação | 70% — Elevada satisfação

Tipo de Mecanismos de Articulação	Grau	Evidência
		procedimental. Foi identificada uma fragilidade: substituições frequentes de representantes afetaram a continuidade do trabalho. Esta fragilidade decorreu da situação política regional na fase inicial do PO e foi, entretanto, ultrapassada.
Informativos e de prestação de contas	4	As apresentações e relatórios de execução (física, financeira) e outros documentos como o plano de avisos, condições habilitadoras, plano de avaliação e operações de importância estratégica, que a AG submete ao CA, funcionam como o principal canal de informação e <i>accountability</i> . Todas as atas incluem ponto de situação da execução do Programa. Algumas reuniões incluem apresentações específicas. A CE e AD&C elogiaram a qualidade da informação, sugerindo formato mais sintético e <i>dashboards</i> acessíveis. Os membros do CA reconhecem a transparência e qualidade técnica, mas há pedidos de relatórios mais resumidos e de maior antecedência na partilha de documentos, ainda que a sua disponibilização seja efetuada no prazo legal previsto.
Participativos e consultivos	4	Incluem as formas de envolvimento dos membros na formulação de pareceres, auscultação e recolha de contributos: consultas escritas, o questionário aplicado, discussão de propostas de reprogramação e recolha de contributos para temas horizontais (ex. sustentabilidade, DNSH). Os membros valorizam o envolvimento e inovação metodológica ("mudança de paradigma"), mas apontam limites à discussão técnica devido ao elevado número de participantes.
Colaborativos e interinstitucionais	3	Abrangem as formas de articulação entre a AG e outros atores: OI, parceiros regionais e nacionais (AD&C, CE), e outros programas (PRR, Pessoas 2030). A inclusão dos ITI no CA reforça a participação e colaboração. Há evidências de partilha de informação e coordenação com OI e de articulação com o PRR. As entrevistas aos OI reforçam a importância do CA como espaço de coordenação, embora ainda de natureza predominantemente informativa. Os membros valorizam a presença de múltiplos parceiros, mas reconhecem dificuldade em promover a participação devido à extensão do grupo e limitação de tempo de intervenção.
Capacitação e aprendizagem	5	Incluem ações de sensibilização e formação integradas nas reuniões do CA: sessões temáticas, apresentações técnicas, e visitas a projetos apoiados (como previsto pela AG). Contribuem para aumentar a capacidade analítica e o entendimento técnico dos membros. Os membros do CA reconhecem a utilidade formativa destes momentos da reunião e a importância da proximidade ao terreno, valorizando o contacto direto com as operações.

248. **As dificuldades e barreiras identificadas ao funcionamento do CA** podem ser sintetizadas em torno de 5 dimensões:

- **Estrutural** relativa à dimensão e composição do CA: o tamanho excessivo limita a qualidade do debate, reduz o tempo de discussão técnica e impede o aprofundamento de temas complexos; a duplicação de representação de áreas temáticas pode gerar sobreposição de contributos e menor diversidade de perspetivas; a dificuldade de fixação de membros, com recurso a substituições, afeta a continuidade do trabalho e a capacidade de acompanhamento das deliberações, impedindo a consolidação de conhecimento e reduzindo o impacto das iniciativas de capacitação que poderiam contribuir para uma maior participação nas discussões especializadas.

249. **Organizacional** associada ao funcionamento e dinâmica interna: a periodicidade anual das reuniões ordinárias é insuficiente para acompanhar a execução e, sobretudo, as dinâmicas de reprogramação, gerando agendas muito densas e extensas, acabando por privilegiar a prestação de contas sobre a discussão substantiva, reduzindo o espaço para contributos pela limitação do tempo de intervenção dos membros. É certo que, à luz do regulamento interno, é possível realizar mais reuniões (**e tal aconteceu**)...

250. **Procedimental** associada aos instrumentos e métodos de trabalho: os prazos de disponibilização da informação preparatória do CA são considerados curtos pelos participantes, ainda que em cumprimento do definido legalmente, o que diminui a capacidade de análise prévia e de participação informada; a ausência de grupos temáticos limita a capacidade de discussão técnica por prioridade temática, reduzindo o potencial de contributo estratégico do CA; a falta de mecanismos de acompanhamento entre reuniões dilui a relevância do CA no ciclo de vida do Programa.

- **Relacional** associada à comunicação e formas de envolvimento dos membros: participação muito desigual entre membros, o que reflete a disparidade da capacidade institucional para a discussão dos temas e uma confiança diferenciada no processo de parceria, subjacente à filosofia dos CA; comunicação predominantemente unidirecional AG-CA o que indicia uma cultura de reporte mais do que de co construção e limita o contributo coletivo; envolvimento *de facto* fraco da sociedade civil e dos parceiros.

- **Técnica** relativa às temáticas tratadas e às ferramentas de suporte: o acompanhamento da execução tem sido prejudicado pelas dificuldades associadas ao funcionamento dos SI, afetando a capacidade de análise dos membros do CA; a capacitação desigual dos membros afeta a qualidade dos contributos e do debate; e a ausência de mecanismos estruturados de comunicação e trabalho entre reuniões prejudica o acompanhamento do Programa.

251. Conclui-se que **o CA do Madeira 2030 apresenta abrangência institucional e cobertura temática plenas, mas a eficácia da participação** é condicionada pela concentração de entidades públicas e pela duplicação de representações setoriais, conjugando secretarias regionais e organismos de administração das mesmas áreas setoriais.
252. Os **mecanismos** procedimentais garantem **transparência**, mas carecem de continuidade e especialização temática, o que limita o papel do CA como instância de acompanhamento.
253. Os **mecanismos de articulação entre a AG e o CA têm vindo, no entanto, a evoluir de um modelo formal e informativo para um modelo mais participativo, colaborativo e formativo**. Contudo, a dimensão informativa continua prevalente e a comunicação permanece assimétrica, com escassa apropriação por parte dos parceiros não institucionais.
254. Os **mecanismos de articulação mais eficazes são os formais e de capacitação**, garantindo governação do Programa e promovendo apropriação técnica por parte dos membros do CA. As fragilidades concentram-se na densidade e operacionalização dos mecanismos colaborativos, que poderiam gerar maior participação. O contexto de proximidade da RAM mitiga estas fragilidades uma vez que o contacto entre AG, OI e outros parceiros é frequente, ainda que de forma não estruturada.
255. Em síntese, o CA do Madeira 2030 é **adequado formal e funcionalmente, responde às necessidades de governação do Programa e tem um contributo estratégico relevante**. Tem sido procurado um aprofundamento dos mecanismos de articulação e envolvimento dos parceiros. Para maximizar o apoio à eficácia do Programa importa racionalizar a representação, instituir grupos temáticos, reforçar a capacitação e estabelecer canais de trabalho que assegurem continuidade entre reuniões e maior densidade técnica dos contributos.

SubQA10.2. Concluir sobre o contributo das Redes de Articulação funcional em que o Programa participa para a capacitação institucional dos intervenientes e para a eficácia e eficiência da gestão do Programa, designadamente por via da articulação entre Autoridades de Gestão, incluindo os OI, nomeadamente na definição de plano de avisos para apresentação de candidaturas e no desenvolvimento e implementação de outros instrumentos de gestão.

256. O Decreto-Lei n.º 5/ 2023, de 25 de janeiro estabelece o **modelo de governação** do Portugal 2030 que assenta numa **arquitetura multinível**, coordenada a nível nacional, que procura compatibilizar a autonomia das AG dos PO com a necessidade de coerência estratégica, harmonização procedimental e robustez dos sistemas de gestão, monitorização e controlo. Neste modelo, **a AD&C assume a função de coordenação técnica e sistémica**, assegurando a articulação entre Programas, Fundos e níveis territoriais, bem como a interface com a Comissão Europeia.
257. É neste contexto que se inserem as **Redes de Articulação Funcional**, concebidas como **instrumentos transversais de governação, complementares aos mecanismos formais de decisão, e orientadas para a coordenação operacional, capacitação institucional e aprendizagem coletiva** no contexto do ecossistema dos Fundos. Conforme explicitado no Roteiro para a Capacitação do Ecossistema dos Fundos da Política de Coesão 2021-2027, as redes são entendidas como comunidades de prática, mobilizando AG e entidades de coordenação nacional em torno de domínios funcionais críticos da implementação dos Fundos, assumindo, por vezes, geometria variável no contexto dos trabalhos que desenvolvem. Foram, assim, concebidas para apoiar a execução dos programas, promover a boa governação dos fundos e reforçar a coerência, eficácia e eficiência da gestão.
258. No âmbito do Portugal 2030 encontram-se formalmente instituídas as seguintes Redes de Articulação Funcional: Rede de coordenação; Rede de monitorização e avaliação; Rede de comunicação; Rede de capacitação e qualificação da procura; Rede de inovação e transição digital; Rede de ação climática e sustentabilidade; Rede de demografia, qualificações e inclusão; e Rede das

dinâmicas regionais. Estas redes constituem espaços privilegiados de coordenação funcional para a uniformização de conceitos, indicadores, critérios de seleção, avisos, processos de monitorização, avaliação e comunicação, reduzindo riscos de descoordenação em contextos complexos de implementação e assegurando comparabilidade da informação e partilha de soluções.

259. O Roteiro para a Capacitação atribui às redes **um papel explícito no reforço das capacidades do ecossistema de gestão dos Fundos** ao promover a partilha de experiências, a difusão de boas práticas e a apropriação de novos referenciais técnicos (ex.: teoria da mudança, novos sistemas de monitorização, indicadores) num contexto de crescente complexidade da Política de Coesão.
260. As redes são, assim, concebidas como **instâncias intermédias de articulação funcional**, destinadas a antecipar constrangimentos de implementação, apoiar a operacionalização dos instrumentos de gestão e favorecer a articulação entre Programas, nomeadamente na definição de orientações comuns, na calendarização de processos-chave e na estabilização do plano de avisos.
261. As entrevistas realizadas à AD&C confirmam esta ambição ao posicionarem as redes como críticas para garantir coerência, conformidade e alinhamento dos processos de implementação. É igualmente reconhecido que, em alguns domínios, como os relacionados com os processos associados à definição e validação dos avisos, esta articulação possa comportar custos operacionais em termos de tempo, com impacto na capacidade de aceleração global da implementação.
262. Neste quadro, **espera-se que a participação das AG nas Redes de Articulação Funcional contribua ativamente para a eficácia e eficiência da gestão do Programa, reforçando a previsibilidade, a coordenação e a qualidade dos instrumentos de implementação**. A análise do contributo das redes deve, assim, ser entendida à luz desta ambição do modelo de governação do Portugal 2030: avaliar em que medida funcionaram efetivamente como dispositivos de capacitação e articulação operacional.
263. O Programa Madeira 2030 está formalmente representado no conjunto das Redes de Articulação Funcional, ainda que com níveis de participação diferenciados consoante a rede e o respetivo domínio temático. A definição dos participantes decorre das regras de funcionamento das redes e da coordenação assegurada pela AD&C, com indicação dos representantes por parte dos Programas. A AG representa o Programa, designadamente, na Rede de coordenação, na Rede de monitorização e avaliação, na Rede de comunicação, na Rede de capacitação e qualificação da procura e em algumas redes temáticas. **Esta participação é descrita como intensa e tecnicamente exigente, orientada para a resposta a exigências nacionais e europeias, e condicionada por pressões operacionais associadas à abertura de avisos, a processos de reprogramação e à evolução dos sistemas de informação**.
264. **Os níveis de representação e participação apresentam-se como elementos críticos**. Se, por um lado, a participação exclusiva da AG resulta numa perceção de fraca participação dos OI, com efeitos na apropriação das orientações produzidas e na difusão do conhecimento gerado, por outro lado, a ausência da AG em algumas redes temáticas pode limitar a capacidade de influência do Programa nos respetivos domínios. A evidência aponta, assim, para a **necessidade de reequacionar a composição de algumas redes, de modo a reforçar a partilha, a eficácia e o impacto do trabalho desenvolvido em rede**. Em termos operacionais, poderá justificar-se a participação de alguns OI em redes temáticas (IQ) e a presença da AG em redes temáticas críticas para a execução (Rede de inovação e transição digital).
265. Para alguns OI, a não participação direta nas redes **é percecionada** como penalizadora, nomeadamente no acesso à informação e na compreensão dos processos. Da evidência recolhida resulta igualmente uma perceção de fraca devolução estruturada das decisões/orientações das redes aos níveis mais operacionais. Esta perceção decorre do facto de em períodos de programação anteriores essa participação ter sido maior e expressa-se em considerações como *“é muito importante participarmos nessas redes”* ou *“sempre foi tradição participarmos (...) o OI não só não está presente como depois não tem acesso à informação”* (entrevistas aos OI). Sendo certo que uma participação alargada com representação dos OI, uma vez que se trata de redes nacionais, é pouco viável dada a dimensão de representação que envolveria e o nível de representação não depende da AG, mas sim das autoridades nacionais que coordenam a rede, a

centralidade de alguns OI, nomeadamente no contexto da RAM, sugere a vantagem de poder haver uma instância estruturada de partilha de conhecimento e informação a nível regional.

266. **Os mecanismos de articulação implementados** assentam em reuniões técnicas de rede, processos de validação centralizada (indicadores e critérios de seleção) e acesso partilhado a informação comum. As plataformas digitais, em particular grupos de trabalho no Teams, para partilha de documentos e comunicação contínua, permitem continuidade de trabalho e a articulação entre Programas para lá das reuniões formais.
267. Estes mecanismos são adequados do ponto de vista da robustez institucional que asseguram, mas, em alguns casos, penalizam a agilidade. Um exemplo são os processos de validação e acreditação de indicadores, essenciais no contexto da rede de monitorização e avaliação, que condicionaram o lançamento de avisos e contribuíram para atrasos. Embora estes processos sejam reconhecidos como necessários para evitar incoerências sistémicas, a sua consolidação ocorreu numa fase inicial do Programa em que os custos em termos de agilidade foram mais evidentes.
268. Por outro lado, os mecanismos de articulação, apesar de assegurarem coerência técnica, revelam-se pouco inclusivos e limitados na promoção de aprendizagem organizacional mais alargada. A articulação ocorre sobretudo ao nível central e técnico, a participação dos OI é variável consoante os domínios e a informação produzida nas redes é disseminada de forma pouco estruturada para os níveis mais operacionais.
269. A evidência recolhida através das entrevistas e dos *Focus Group* demonstra que o valor acrescentado das Redes de Articulação Funcional varia significativamente consoante o domínio. A AG destaca, em particular, a relevância da Rede de coordenação, que assumiu um papel central na construção e estabilização do modelo de operacionalização do Programa, sobretudo na fase inicial do seu ciclo de vida. Esta rede contribuiu para a definição de orientações e prazos estruturantes do Portugal 2030, para a uniformização de procedimentos e para o alinhamento da interpretação normativa entre Programas.
270. A Rede de coordenação funciona como instância central de coordenação técnico-operacional, com reuniões regulares e capacidade de adaptação a necessidades específicas, incluindo a realização de momentos de articulação mais focalizados para tratamento de problemas concretos. Tem influência relevante nas decisões de gestão, através do alinhamento de orientações, prazos e procedimentos comuns.
271. O funcionamento das redes tem sido essencial para a coordenação integrada do Portugal 2030, embora algumas enfrentem desafios estruturais, designadamente as que apresentam maior densidade técnica, como a Rede de monitorização e avaliação ou algumas redes temáticas. Nestes casos, à complexidade técnica acresce, por vezes, menor clareza funcional.
272. No caso específico da Rede de monitorização e avaliação, a tecnicidade dos temas tratados tende a favorecer a dimensão da avaliação em detrimento da monitorização, segundo os *stakeholders*, o que pode justificar uma reflexão futura sobre a autonomização funcional destas vertentes. Não obstante, o trabalho desenvolvido na harmonização de indicadores e na consolidação dos sistemas de reporte tem-se revelado estruturante. Neste contexto, a autonomização de uma rede dedicada à monitorização pode valorizar a articulação com os OI do Madeira 2030 em particular os que têm produção de informação.
273. A relevância do tema da monitorização, associada ao desenvolvimento de ferramentas de dados e a constatação de que estas não são plenamente aproveitadas pelas equipas técnicas por falta de formação e de conhecimento das suas potencialidades, será mais um elemento a justificar a autonomização da monitorização numa rede própria com uma orientação formativa.
274. O grau de satisfação com o output das redes é diferenciado. Verifica-se uma satisfação mais baixa com as redes enquanto dispositivos formais, percecionadas em alguns casos como abstratas e excessivamente técnicas, em particular na Rede de monitorização e avaliação. Em contrapartida, estas são valorizadas como espaços de esclarecimento e alinhamento, ainda que com impacto limitado na resolução de problemas operacionais concretos.
275. Do ponto de vista da AG e da AD&C, estas estruturas funcionaram como dispositivos de capacitação institucional, reforçando a robustez do sistema e mitigando riscos de inconsistência entre Programas. Contudo, estes processos privilegiaram uma lógica de controlo, harmonização e

conformidade, com efeitos menos imediatos ao nível da agilidade operacional de que são exemplos os processos relativos aos avisos, seleção de indicadores e critérios de seleção que tiveram um impacto significativo no arranque do PO numa fase em que os procedimentos de articulação ainda estavam a ser consolidados.

276. Para além do plano de avisos, as redes tiveram também contributo relevante na estabilização de instrumentos de gestão como a harmonização de indicadores e tipologias, a uniformização de critérios de seleção e a consolidação de procedimentos e sistemas de reporte.

277. Da evidência recolhida resulta que as estruturas e processos de articulação criados são coerentes com o modelo de governação do Portugal 2030 e reconhecidos como necessários, mas orientados sobretudo para a estabilização do sistema, com impacto diferido na eficiência da gestão do Programa. A eficácia das redes varia consoante o domínio funcional, sendo mais elevada na coordenação geral e mais limitada nas redes técnicas especializadas.

278. A tabela seguinte sintetiza as principais barreiras à articulação identificadas ao longo das entrevistas e dos *Focus Group*, bem como os seus impactos na capacitação institucional e na gestão do Programa, articulando com orientações para a melhoria do funcionamento das redes.

Tabela 40. Tipologia de barreiras à articulação funcional e impactos no Programa

Tipo de Barreiras à articulação	Síntese da evidência empírica recolhida	Impacto no programa
Institucionais e de governação	Centralização da articulação nas AG e na AD&C Papel pouco claro das redes face aos órgãos formais Fracas integração dos OI	Redes funcionam sobretudo como dispositivos de controlo e harmonização e têm reduzido efeito multiplicador nos níveis operacionais
Participação e representatividade	Participação elevada da AG Participação pontual dos OI	Limitação da diversidade de perspetivas Fracas antecipação de constrangimentos de execução
Comunicação e devolução da informação	Ausência de sínteses operacionais Ausência de mecanismos formais de devolução de informação	Fracas apropriação institucional Dificuldades de alinhamento entre níveis estratégico e operacional
Técnicas	Elevada densidade técnica de algumas redes	Sobrecarga das equipas Dificuldade em traduzir decisões técnicas em orientações operacionais
Estratégicas e temporais	Funcionamento reativo Fracas utilização das redes para planeamento Utilização limitada das redes como espaços de antecipação estratégica	Contributo limitado para a eficácia e eficiência da gestão
Capacitação institucional	Défices de formação prática Rotatividade de representantes Número limitado de reuniões	Dependência de poucos interlocutores-chave
Contextuais e territoriais	Especificidades regionais pouco refletidas	Articulação percecionada como distante Adaptação limitada às necessidades do Madeira 2030

279. Em síntese, as dificuldades de articulação decorrem do modo como as redes são mobilizadas, estão concentradas na transição entre a coerência sistémica alcançada e a eficácia operacional o que afeta o contributo das redes para a melhoria da eficiência de gestão. As barreiras identificadas concentram-se sobretudo nas redes mais críticas para a eficácia e eficiência da gestão (Rede de coordenação e a Rede de monitorização e avaliação), enquanto as redes temáticas revelam dificuldades sobretudo ao nível da participação, apropriação e adaptação às especificidades regionais. A Rede das dinâmicas regionais surge como espaço potencialmente estratégico, ainda pouco mobilizado para antecipação e planeamento, e a Rede de capacitação e qualificação da procura apresenta elevado potencial, mas impacto ainda incipiente no Madeira 2030.

280. Conclui-se que as Redes de Articulação Funcional previstas no modelo de governação do Portugal 2030 contribuíram de forma significativa para a capacitação institucional sistémica e para a estabilização do modelo de gestão, em particular através da Rede de coordenação. Porém, esse contributo não se traduziu plenamente em ganhos de eficácia e eficiência operacional do Programa Madeira 2030, nomeadamente: na articulação estratégica entre AG, OI e outros Programas; na definição e estabilização do plano de avisos e na antecipação de constrangimentos de execução.



281. A evidência sustenta, assim, a necessidade de reforçar e reconfigurar os mecanismos de interação das redes, orientando-as para uma maior articulação dos resultados com os OI, uma devolução estruturada da informação e uma utilização mais ativa das redes como instrumentos de articulação temática e planeamento, alinhando o seu funcionamento com as ambições do modelo de governação do Portugal 2030 e potenciando o seu contributo para a eficácia e eficiência da gestão dos Programas.

QA11. A implementação do Programa (ritmo de compromisso e de execução física e financeira e qualidade/adequação dos projetos aprovados) até ao momento, em cada uma das áreas de intervenção, permite assegurar o cumprimento das metas e dos objetivos do Programa?

Síntese conclusiva

O número de avisos abertos e decididos, o número de operações em execução e as taxas de execução financeira são ainda relativamente baixas revelando **a imaturidade do Programa no contexto do seu ciclo de vida**, explicada por fatores relacionados com “**os processos dos Fundos**” associados a dificuldades no arranque causadas pelo desenvolvimento *ongoing* dos sistemas de informação, conjugadas com uma difícil gestão dos recursos técnicos num contexto de sobreposição de operações complexas (arranque Madeira 2030, fecho do 2020 e execução do PRR) e, ainda, por **fatores externos relacionados com o contexto político** de impasse que marcou este período na RAM e que teve impactos significativos nos processos de decisão aos mais variados níveis, justificando inclusivamente uma menor maturidade de projetos de interesse estratégico do que o que seria expectável.

Foram desenvolvidas estratégias de mitigação que implicaram uma gestão estratégica da abertura dos avisos, não só imprimindo maior velocidade, mas privilegiando avisos convite para operações com elevado potencial de execução. É fundamental o mesmo tipo de ação estratégica de mitigação dirigido aos processos de análise a aprovação de candidaturas e de certificação de despesa. Do mesmo modo a reprogramação em aprovação ao privilegiar áreas-chave para a COM e projetos com maior potencial de alavancagem da execução revela ser indispensável à recuperação da execução do Programa.

Podemos concluir que a **execução do Programa não está a decorrer de acordo com o planeado**, aspeto que se manifesta na **dificuldade de cumprimento da regra n+3** na contagem intercalar de 2025, sobretudo no que se refere ao FEDER, em virtude da baixa execução, baixo número de operações aprovadas a que acresce um atraso muito significativo na certificação de despesa. Não obstante, em face do histórico de períodos de Programação anteriores, de uma **performance bastante positiva do FSE+ antecipa-se, neste fundo, o cumprimento e mesmo a superação da meta para a regra n+3 no final do ano de 2025. O mesmo não é possível de afirmar relativamente ao FEDER (solução mitigada em sede de reprogramação)**. Contudo, é possível que o FSE+, com esforço de execução e de certificação de despesa, venha a contribuir significativamente para a minimização da perspetiva de incumprimento da meta global (FEDER + FSE+).

Em virtude do atraso na disponibilização do módulo de monitorização do sistema de informação (que irá permitir reportes físicos) e do atraso de execução, **existem limitações na verificação do cumprimento das metas para os indicadores de realização e de resultado**. Em face dos avisos abertos, das operações em execução, das respetivas condições de elegibilidade e do tipo de entidade promotora foi possível estabelecer cenários de cumprimento para os objetivos intermédios das metas para os indicadores de realização: (i) **otimistas para o cumprimento dos objetivos intermédios** relativos ao OE1.2. (Digitalização AP), OE 2.5. (Ciclo urbano da Água), OE 4.1. (Apoios ao Emprego), 4.4. (Qualificação da administração pública), 4.6. (Cursos Profissionais) e 4.8. (Inserção Socioprofissional de grupos vulneráveis), para além do cumprimento dos objetivos para a AT; (ii) **pessimistas**, sobretudo no que se refere ao OE 1.1., 2.6., 2.7., 2.8 e, ainda, no que se refere à formação avançada.

SubQA11.1. Concluir, atendendo ao ritmo de implementação do Programa e das operações, sobre o **realismo das metas de execução financeira (incluindo n+3) e das metas definidas ao nível de cada um dos Objetivos Específicos do Programa e sobre as perspetivas de atingir essas metas, traduzidas pelos indicadores de realização e resultado. Explicitar as causas (fatores internos e externos) para perspetivas de desempenho eventualmente diferenciadas, quer para as áreas de intervenção com melhores perspetivas de cumprimento das metas, quer para as áreas de intervenção em que se perspetivam maiores dificuldades, incluindo constrangimentos inesperados na implementação das operações. Nos fatores externos, explicitar em que medida os custos de contexto (exigências legais nacionais, procedimentos administrativos, ...) condicionam (em ritmo e qualidade) a apresentação de candidaturas e a execução dos projetos aprovados.**

282. Desde o início do período de Programação, **registaram-se atrasos significativos na implementação do Programa, nomeadamente no arranque operacional e na regulamentação específica regional, devido a um conjunto de constrangimentos**, em muito associados à instabilidade política, à sobreposição com o encerramento do período de Programação anterior e com outros instrumentos como o PRR, que têm comprometido a execução do Programa quer por via das dificuldades de gestão dos recursos técnicos associados quer da concorrência entre instrumentos (cf. Tabela 11). Este último aspeto teve como consequência, p.e., um aumento da procura regional no mercado da construção civil que inflacionou custos e traduziu-se dificuldades de resposta da oferta afetando sobretudo a execução de tipologias de intervenção FEDER que envolvem dimensões de investimento em infraestruturas.

283. Verificam-se igualmente **dificuldades operacionais relacionadas com os “processos dos Fundos”** de âmbito nacional ou suprarregional. O mais relevante, pelo impacto significativo que tem nas dinâmicas de execução, está associado ao desenvolvimento dos sistemas de informação que ainda se encontra em curso. Na fase inicial da Programa foram verificadas dificuldades associadas aos processos de parametrização dos avisos (indicadores e critérios de seleção) que justificam o atraso na abertura de avisos, entretanto ultrapassados, mas que impactaram efetivamente a dinâmica de execução do Programa. Persistem, porém, outras dificuldades relativas aos sistemas de informação que afetam quer a capacidade de monitorização quer a capacidade de certificação de despesa com impactos sobre o reporte de execução física e sobre o volume de despesa certificada o que afeta, sobretudo, a capacidade de cumprimento da regra n+3, cujo cálculo é efetuado tendo como base a despesa certificada e reportada à COM. A dificuldade de cumprimento do critério de certificação de despesa não se encontrava, à data de corte para esta avaliação, ultrapassada, na medida em que a despesa FEDER continuava sem certificação. Assim, parece-nos indispensável a flexibilização desta regra, eventualmente considerando despesa validada enquanto os problemas com os SI não se encontrarem ultrapassados.

284. As metas de execução financeira para o Programa, nomeadamente as que se referem à **regra n+3** traduzem-se num compromisso de executar e certificar até 31.12.2025 um montante de 105M€, o que neste cenário se revela exigente. A distribuição anual prevista é 35M€ em 2024 e 70M€ em 2025, dos quais 16,5M€ e 42M€ FEDER e 18,5M€ e 28M€ FSE+, respetivamente. De acordo com a 3ª reunião do Comité de Acompanhamento (junho de 2024) o cumprimento dessas metas exigiria um Plano de Ação que passava por acelerar quer a abertura de avisos quer a execução financeira dos projetos aprovados, o que implicaria uma monitorização próxima desses projetos. De facto, verificou-se uma aceleração da abertura de avisos ao longo do ano de 2025 e o acompanhamento de projetos com maior peso nas dotações orçamentais permitiu consolidar uma proposta de reprogramação que procura responder também ao desafio da execução e à superação da meta n+3.

285. Os avisos abertos até 30.09.2025 cresceram expressivamente face ao período homólogo de 2024 (de 33 para 83), registando-se um crescimento ainda mais expressivo no que concerne a avisos FEDER (de 6 para 27). Se considerarmos os registos a 30.05.2025 verifica-se um crescimento global de 28% do número de avisos abertos e de 42% no caso do FEDER, sinalizando o esforço que tem sido efetuado para superar os constrangimentos sentidos nesta primeira fase de execução do Programa.

286. A **execução financeira** dos projetos aprovados foi igualmente incrementada, tendo duplicado em 30.09.2025 face a 31.12.2024 (de 3% para 8%), registando-se um incremento de 2 p.p. face a 31.05.2025. Contudo, este crescimento fica sobretudo a dever-se à execução do FSE+, uma vez que

o arranque dos projetos FEDER é mais lento (entre 31.12.2024 e 30.09.2025 a execução FEDER passou de 1% para 3%). A 30.09.2025 o FSE+ registava uma taxa de execução das operações de 16%.

287. O arranque mais lento da execução FEDER que normalmente comporta projetos de elevado montante, cuja execução contribui significativamente para as taxas globais de execução, introduz uma particular centralidade aos mecanismos de **monitorização** não só das operações aprovadas, mas também dos projetos estratégicos que foram mapeados em sede de Programação. Do ponto de vista da monitorização a informação recolhida nas entrevistas permite constatar que há uma monitorização próxima das grandes operações ou das **operações de importância estratégica** que mobilizam Fundos significativos. No caso do FEDER estão em causa, nomeadamente a ETAR do Funchal 2º Fase, a Unidade Local de Saúde de Porto Santo e a operação relacionada com o Ciclo Urbano da Água em baixa. Esta monitorização implica, nomeadamente um reporte da execução destas operações em sede de Comité de Acompanhamento. Verifica-se, neste âmbito, uma intervenção forte do IDR proporcionada pelo contexto de proximidade que a Região favorece e foi encarado como elemento fundamental para informar o processo de reprogramação, que se encontra em fase de aprovação.
288. Acresce que o cumprimento das metas estabelecidas implica acelerar não só a abertura de avisos, a execução dos projetos aprovados, processos de acompanhamento muito próximos, nomeadamente dos projetos com maior relevância em termos de potencial de execução financeira, mas também acelerar quer o ritmo de aprovação de candidaturas, o que tem vindo a acontecer ainda que em dimensão não suficiente, quer os processos de certificação de despesa que se encontram muito atrasados.
289. A 30.09.2025 a **taxa de aprovação de candidaturas** situava-se nos 17%, 77% se considerarmos apenas candidaturas ao OP4 e Assistência Técnica e 13% em FEDER (cf. Anexo A.1.3.3.). Em 31.05.2025 os valores registados eram 6%, 65% e 2%, respetivamente. O aumento do ritmo de abertura de avisos FEDER ainda não conseguiu ser acompanhado por igual capacidade de análise e aprovação de candidaturas, cujo grande número incide sobre avisos concorrenciais no âmbito da Prioridade 1 objetivo específico 1.3., que apresenta 12% de candidaturas aprovadas. Porém, importa registar que este indicador teve um aumento de 10 p.p. entre 31.05-2025 e 30.09.2025. Apesar do esforço que tem vindo a ser realizado o prazo médio de decisão de candidaturas permanece elevado, sobretudo no caso do FEDER, ainda que se tenha reduzido face à situação reportada a 31.05.2025. É, assim, imperativo garantir um reforço de recursos no âmbito do IDE para **agilizar os processos de análise e decisão sobre as candidaturas**, à semelhança do Plano de Ação traçado para aceleração do processo de abertura de avisos decidido na 3ª reunião do Comité de Acompanhamento.
290. Por outro lado, a certificação de despesa tem sofrido atrasos resultantes dos processos de implementação e, em particular, dos níveis de desenvolvimento dos sistemas de informação. No FSE+ as dificuldades estão ultrapassadas e a despesa está a ser certificada, beneficiando de maior agilidade em virtude da adoção de custos simplificados, permanecendo, porém, um volume ainda significativo de despesa por certificar. No FEDER aspetos formais impediram a certificação plena de despesa, e à data de corte, ainda não foram ultrapassadas. Acrescem as dificuldades remanescentes de integração entre sistemas que prejudicam o fluxo de certificação de despesa. Porém, tendo em conta o volume de despesa FEDER a certificar, admite-se que resolvidos os problemas técnicos seja possível recuperar este atraso.
291. Neste momento, a despesa certificada, em face dos condicionalismos descritos apresenta valores bastante baixos, impedindo a aferição da taxa de cumprimento das metas da regra n+3. Por essa razão utilizamos a informação relativa a despesa validada (Fundo) e despesa paga (Fundo) para uma aproximação ao indicador "**taxa de cumprimento da meta n+3**" e verificamos que em dezembro de 2024 a taxa de cumprimento da meta global para esse ano se situaria entre os 69% e os 73%, respetivamente. Esta performance deve-se, sobretudo, ao comportamento do FSE+ que terá ultrapassado a meta para 2024, enquanto o FEDER em virtude do número muito limitado de operações em execução tem um desempenho irrelevante. Estes dados colocam sob pressão a execução de 2025.
292. Considerando os dados a 30 de setembro de 2025, mantém-se o sentido de urgência no que respeita ao FEDER. Utilizando o mesmo critério para cálculo verificamos que a taxa de cumprimento da meta global se situa entre os 59% e os 67% se considerarmos despesa validada (Fundo) e despesa

paga (Fundo), respetivamente. Tendo em conta que a despesa certificada é residual, o cumprimento da meta n+3 vai exigir um esforço significativo, mas também alguma flexibilização das regras de verificação de cumprimento.

293. Se observarmos a **performance por Fundo** verificamos que a situação em que se encontra a execução do FEDER é efetivamente muito preocupante, registando cerca de 20% da meta global, sendo que estes valores estarão sobreavaliados em virtude das condicionantes aos cálculos que mencionámos. Já o FSE+ encontra-se numa situação bastante mais favorável sendo expectável o cumprimento da meta e mesmo a sua superação, tendo em conta os valores de Fundo validado e pago, o facto da certificação de despesa ser mais célere em virtude da utilização extensiva da metodologia de custos simplificados, que os bloqueios do sistema de informação ao processo de certificação de despesa estão ultrapassados e, por fim, por se tratarem geralmente de operações que, pela sua natureza e das entidades beneficiárias, têm uma execução mais célere e contínua.
294. Assim, mesmo considerando que o FEDER envolve algumas operações de elevado montante financeiro parece-nos **pouco realista a meta traçada para o cálculo da regra n+3, pelo que a reprogramação proposta é também por esta razão muito oportuna**. Os avisos FEDER encerrados até 30 de setembro de 2025 envolviam uma dotação de Fundo de cerca de 167M€, que contrasta com os 129.3M€ registados a 31.05.2025. Destes 22 avisos apenas 9 tinham candidaturas aprovadas e destas o montante de Fundo aprovado é de cerca de 48,8M€, cerca de 84% do valor da despesa a certificar, até ao final de 2025, para efeitos do cumprimento da meta n+3. Não obstante, o progresso é notável face ao registado em maio que correspondia a 42% da despesa a certificar. Importa realçar que os projetos FEDER têm habitualmente uma execução mais lenta, (mesmo admitindo que possa ser recuperada despesa elegível de períodos que remontam a 2021, p.e.), na medida em que envolve investimentos de natureza infraestrutural, sendo que neste caso os projetos aprovados mais relevantes são precisamente desta natureza: a construção da Unidade Local de Saúde de Porto Santo e a Recuperação e Ampliação da ETAR do Funchal.
295. Admitindo a aprovação de mais operações durante o último trimestre do ano a viabilidade de cumprimento da meta mantém-se problemática pelo que será necessário a adoção de medidas extraordinárias para acelerar o investimento público à semelhança das adotadas pela CIC na sua Deliberação 7/2025/PL. Paralelamente, a reprogramação proposta que mobiliza os desafios da nova política de coesão propostos pela COM, é fundamental para reforçar a possibilidade de cumprimento da regra n+3. Contudo, mantém-se a necessidade de outros mecanismos de acelerar a execução.
296. É certo que esta dinâmica lenta de execução dos anos iniciais do ciclo de Programação não é novidade. No ciclo anterior a execução também foi iniciada no ano 2, à semelhança do que aconteceu agora, e as taxas de execução no final desse ano (2015) são idênticas às registadas em 31.12.2024, ainda que o contributo dos Fundos para esse resultado esteja invertido, i.e., no ciclo anterior era maior o contributo do FEDER enquanto no atual é do FSE+. Como o FEDER tem uma execução mais lenta a situação atual reveste-se de maior complexidade.
297. Em síntese podemos afirmar que **a meta n+3 (nas condições estabelecidas a 30 de setembro de 2025), para FEDER será dificilmente cumprida**, a meta global poderá estar em condições de ser cumprida em virtude do potencial de execução revelado pelo FSE+ que superará muito provavelmente a meta traçada para esse Fundo. Esta perspetiva depende da aceleração dos processos de certificação de despesa FSE+.

Tabela 41. Execução de Fundo e Metas da regra n+3 (31.12.2024 e 30.09.2025)

Execução Fundos	31.12.2024 (M€)		31.05.2025 (M€)			30.09.2025 (M€)	
	Fundo Validado	Fundo Pago	Fundo Validado	Fundo Pago	Fundo certificado	Fundo Validado	Fundo Pago
FSE+	21.255.000	25.560.000	34.715.478	46.108.008	12.867.488	50.288.351	59.403.258
FEDER	2.744.000	0	8.859.089	8.341.346	0	11.426.588	10.630.320
Total	23.998.000	25.560.000	43.574.567	54.449.354	12.867.488	61.714.939	70.033.578
Compromisso n+3 (2024)			Compromisso n+3 (2025)			Total compromisso n+3 (2024+2025)	
	Meta (M€)	Taxa de cumprimento ¹	Meta (M€)	Taxa de cumprimento ¹		Meta total período (M€)	Taxa de cumprimento ¹
				31.05.2025	30.09.2025		
FSE+ n+3	18.500.000	115%	28.000.000	166%	179%	46.500.000	108%
FEDER n+3	16.500.000	17%	42.000.000	21%	27%	58.500.000	20%
Total n+3	35.000.000	69%	70.000.000	78%	88%	105.000.000	59%

¹ Calculada considerando o Fundo validado. 1.05.2025 e 30.09.2025.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela AG, IDR_Fundos_Fundo CGF_Pt2030_31_12_2024, Ponto Sit Aprov Exec, FSE+ (BI), M2030_31.05.2025, + M2030_30.09.2025 VF, _ M2030_Desp.Cert.OP_30-09-2025, Power BI FEDER.

298. As **taxas de execução financeira por Objetivo Estratégico** a 30.09.2025 são nesta fase do ciclo de vida do Programa ainda muito baixas, excetuando-se deste cenário a componente de Assistência Técnica (39%). Os objetivos estratégicos o OP1, OP3 e OP5 não apresentam execução em virtude de não terem avisos abertos (OP3), decididos (OP5) ou operações com execução registada em virtude de as candidaturas terem sido aprovadas após maio de 2025 (OP1). O OP4 onde se situa o FSE+ é o que apresenta melhores indicadores (cf. Tabela A.1.3.2.).

299. O **arranque e operacionalização do Madeira 2030 tem sido condicionado**, como temos vindo a afirmar, por um **conjunto de constrangimentos operacionais e conjunturais**, entre os quais se destacam:

- instabilidade política (atos eleitorais e ausência de orçamento regional) durante um período significativo desta fase de lançamento e operacionalização do Programa;
- atrasos significativos na aprovação dos regulamentos específicos, em muito devido à instabilidade política, e a procedimentos relativos à parametrização dos avisos que dificultaram, numa fase inicial de adaptação aos novos sistemas de informação, a execução e a contratualização das operações;
- sistemas de informação em desenvolvimento, com disponibilização de novas funcionalidades e ferramentas ao longo do tempo, tornando-se obstáculos à eficiência da gestão, devido à sua rigidez, funcionalidades ainda não disponibilizadas e falhas na interoperabilidade;
- encerramento do anterior quadro comunitário e execução do PRR em simultâneo com o lançamento do Madeira 2030;
- recursos humanos disponíveis insuficientes: limitações de pessoal, agravadas pela acumulação de funções com outros Programas, como o PRR, o que compromete a capacidade de resposta e acompanhamento eficaz;
- dificuldades de responder atempadamente aos processos de análise de candidaturas em avisos concorrenciais com elevada procura.

300. Este cenário justifica algum investimento adicional em reforço técnico, mecanismos de interoperabilidade entre sistemas e governação partilhada que estão em curso, mas necessitam de ser agilizados.

301. Os fatores apresentados explicam globalmente a **baixa execução financeira do Programa** que se situa em 8%, com taxa de compromisso de 20% e pagamentos de 9%, refletindo um arranque ainda incipiente da implementação, sobretudo no FEDER, cuja execução é de apenas 3%, face aos 16% do FSE+.

302. Este nível de **imaturidade do Programa** no que concerne à sua implementação e execução, conjugada com o facto de existirem processos ainda não implementados, como é o caso dos procedimentos de recolha de informação de execução física para efeitos de monitorização resulta, por um lado, na inexistência de informação relativa a execução física, cujo módulo ainda não está disponível em SI e, por outro lado, em indicadores globais de monitorização financeira e operacional que não permitem, nesta fase, traçar comparações conclusivas relativamente a desempenhos diferenciados (cf. Anexo A.1.3.2).

303. Porém, é possível afirmar, face aos dados, que:

- no domínio do **Emprego, Qualificações e Inclusão Social (FSE+)**, o Programa apresenta uma capacidade de resposta, face às circunstâncias difíceis de partida, que permite antever maior facilidade na execução e de concretização de metas traçadas uma vez que apresenta uma diversidade de tipologias de intervenção já em execução. **O FSE+ revela-se mais eficaz nesta fase**, beneficiando da operacionalização de medidas de política pública de continuidade e de operadores com experiência consolidada. A proposta de reprogramação que vai no sentido de reforço do OP4 é assim plenamente justificada.
- o domínio da **Inovação e Competitividade** apresenta dificuldades operacionais, nesta fase associadas à decisão sobre as candidaturas, que podem comprometer as metas de execução. Efetivamente, o FEDER enfrenta desafios operacionais e conjunturais, nomeadamente na tramitação administrativa, na articulação interinstitucional e na complexidade dos procedimentos. Apesar da melhoria registada nos processos de decisão sobre candidaturas, a eficácia ainda não é suficiente para permitir ultrapassar os atrasos de partida.

304. Na análise da relação entre recursos Programados, candidaturas apresentadas e desempenho operacional, observa-se:

FEDER:

- a prioridade 1R (RSO1.3) apresenta um volume muito elevado de candidaturas (1431), mas com baixa decisão (136 aprovadas), refletindo uma taxa de compromisso de 17%, sem execução ou pagamentos registados;
- a prioridade 2A (RSO2.5), com 20 candidaturas apresentadas e 12 aprovadas, regista taxas de compromisso, execução e pagamentos de 41%, 15% e 15%, respetivamente;
- as prioridades como 1A, 2B e 5A, apesar de Programação financeira significativa, apresentam níveis residuais (1A) ou nulos de compromisso e execução.

FSE+:

- o desempenho do FSE+ revela maior alinhamento entre Programação e execução, com 116 candidaturas apresentadas e 97 aprovadas, o fundo apresenta taxas globais de compromisso, execução e pagamentos de 31%, 16% e 19%, respetivamente;
- destacam-se os objetivos ESO4.5., ESO4.6, ESO4.7. 4BESO4.1 com níveis elevados de compromisso e progressão na execução, com 63%, 44%, 33% e 30% respetivamente, refletindo maior maturidade das intervenções e maior capacidade de absorção por parte dos beneficiários;
- observam-se objetivos com baixa execução, como os ESO4.4. e ESO4.7, que, apesar de terem candidaturas aprovadas, apresentam muito baixa ou nenhuma execução.

305. No que concerne às **metas estabelecidas para cada um dos Objetivos Específicos** a inexistência de dados de monitorização das realizações e resultados impossibilita, nesta fase, a aferição das taxas de execução física. Contudo, se tivermos em conta a execução por Tipologia de Operação, considerando os avisos encerrados, as operações aprovadas e o Fundo executado poderemos sinalizar as dificuldades de cumprimento das **metas para os diferentes indicadores de realização** com metas intermédias estabelecidas para 2024 (cf. Anexo 8.8.3).

306. O exercício resulta no mapeamento de metas com cenário de execução negativo e incumprimento da meta intermédia (■), a merecer atenção possibilitando o cumprimento (■) e um cenário otimista que antevê o cumprimento da meta (■), do qual importa destacar:

- **metas intermédias não cumpridas** porque os avisos para tipologias de operação relativas ao OE abriram tardiamente e ainda não existem operações aprovadas (1.1, 2.1., 2.6, 2.7 e 2.8);

- **metas intermédias não cumpridas** porque as operações aprovadas não registam execução e não é expectável que possa ser mobilizada execução anterior à data de aprovação de candidatura (p.e. OE 4.6. Formação Avançada - Doutoramentos) face às dinâmicas de execução (neste caso o concurso para bolsas de doutoramento lançado pela ARDITI tem um prazo de decisão não compatível com o cumprimento da meta intermédia);
- **metas intermédias não cumpridas** porque os avisos abriram já em 2025, o período de elegibilidade não permite abranger 2024 (OE 4.7. Formações Modulares certificadas);
- **metas intermédias passíveis de cumprimento**, na medida em que existem operações em aprovação, aprovadas com e sem execução, mas que em face de admissão de períodos de elegibilidade anteriores e de um reforço dos processos de decisão sobre as candidaturas poderão vir a cumprir (OE 1.3. e 1R e OE 2.1. - Eficiência Energética na AP);
- **metas intermédias passíveis de cumprimento**, ainda que com alguma dificuldade, na medida em que existem operações aprovadas, regista-se alguma execução, mas que em face de admissão de períodos de elegibilidade anteriores (1 de janeiro de 2024) e de um reforço dos processos de execução poderão vir a cumprir (OE 1.4. - Formação na Administração Pública);
- **metas intermédias cumpridas**, na medida em que existem operações em aprovação, aprovadas com e sem execução, mas que face à tipologia, ao tipo de entidade e aos períodos de elegibilidade bastante anteriores à submissão de candidatura (2021 e 2022), como é o caso do OE 4.1., indicador comum 02 e indicador específico 021 (Estágios Profissionais – Jovens e Apoios à Contratação - Desempregados, Cursos Profissionais p.e.), e 4.8 - Programas de Inserção socioprofissional, indicador comum 07 (Estágios Profissionais Administração Pública) e OE 7.1., do OE 1.2. (Digitalização da Administração Pública) e do OE 2.5., permitem antever o cumprimento;
- **no caso dos ITI** a contratualização dos dois Instrumentos já em 2025 não permitiu o cumprimento da meta intermédia para o indicador comum 075, porém o lançamento do aviso para a TO Valorização do Património Cultural com elegibilidade que antecede a 2021 poderá permitir o cumprimento da meta, o que exige alguma aceleração do processo de decisão sobre a única candidatura existente. Em face do carácter negocial destes instrumentos e do facto de a decisão sobre que ITI ter sido tomada em fase anterior ao lançamento dos convites, admite-se a possibilidade de aceitação do cumprimento da meta intermédia.

Tabela 42 Cenário de execução das metas contratualizadas para os Indicadores de realização*

PI	OE	Identificador	Indicador de Realização	Objetivo Intermediário (2024)	Meta 2029	Proposta Reprogramação Meta 2029	Cenário de execução
1A	1.1.	RCO01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	4	45		—
		RCO02	Empresas apoiadas através de subvenções	4	45		—
		RCO05	Novas Empresas Apoiadas	11	53		—
		RCO06	Investigadores que trabalham em instalações de investigação apoiadas	37	85	185	—
		RCO10	Empresas em cooperação com organizações de investigação	2	19	-	—
	1.2.	RCO01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	23	227	-	—
		RCO02	Empresas apoiadas através de subvenções	23	227	-	—
		RCO14	Instituições públicas apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais	2	10	-	+
	1.3.	RCO01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	22	254	234	▬
		RCO02	Empresas apoiadas através de subvenções	19	196	176	▬
		RCO03	Empresas apoiadas através de instrumentos financeiros	6	116	-	▬
1R	RCO01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	100	1950	-	▬	
	RCO02	Empresas apoiadas através de subvenções	100	1950	-	▬	
2A	2.1.	RCO01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	8	82	-	—
		RCO02	Empresas apoiadas através de subvenções	8	82	-	—
		RCO19	Edifícios públicos com desempenho energético melhorado (m2)	11323	56617	-	▬
	2.5.	RCO30	Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, dos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	16	164	-	+
		RCO31	Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, da rede pública de recolha de águas residuais	3	26	-	+
	2.6.	RCO119	Resíduos preparados para reutilização	2350	11663	6566	—
	2.7.	RCO36	Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas	5	20	-	—
RCO37		Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	1 725	8 624	-	—	
2B	2.8.	RCO57	Capacidade do material circulante respeitador do ambiente para transporte público coletivo	1 367	6 835	-	—
	4.a)	EECO02	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	910	4 530	-	+
	4.d)	EECO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	4360	43615	-	+
	4.f)	EES021	Participantes apoiados nos Cursos Profissionais	473	4721	-	+
			Participantes apoiados nos Cursos Profissionais (UP)	132	1319	-	+
		EES002	Participantes apoiados em Bolsas de Doutoramento	25	55	-	—
		EES031	Participantes apoiados em Bolsas de Doutoramento em Ambiente Não Académico	6	14	-	—
	4.g)	EES003	Participações em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência	6 495	64950	-	—
	4.h)	EECO02	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	850	4270	4074	+
	4.k)	EES020	Pessoas abrangidas por respostas sociais de natureza não institucional.	4 137	4500	-	—
	4B	4.a)	EECO07	Jovens entre os 18 e os 29 anos	890	4450	-
5A	5.1.	RCO74	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	110 946	110 946	195 721	▬

PI	OE	Identificador	Indicador de Realização	Objetivo Intermédio (2024)	Meta 2029	Proposta Reprogramação Meta 2029	Cenário de execução
		RCO75	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	2	2	-	■
7A	7.1.	ATESO01	Verificações no local realizadas	50	120	-	+
		ATESO03	Ações de informação, divulgação e publicitação do Programa	35	98	-	+
		ATESO04	Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT	60	60	69	+

*Foram excluídos os indicadores sem metas intermédias.

Legenda: ■ negativo, incumprimento | ■ em execução, passível de cumprimento, a merecer atenção | + em execução, provável cumprimento

307. A reprogramação proposta incluiu algumas alterações pontuais às metas traçadas para alguns dos indicadores listados na tabela acima. Essas metas são geralmente revistas em baixa, com algumas exceções das quais a mais relevante é a relativa ao indicador da população abrangida pelos ITI. **Sendo aprovada a reprogramação o Programa garante melhores condições de cumprimento das metas previstas. Não obstante, será necessário acelerar o ritmo de execução.**

QA12. Estão a ser atingidos os objetivos traçados para cada ITI?

Síntese conclusiva

O **quadro de intervenção** contratualizado para os 2 ITI é, em ambos os casos, **adequado face aos objetivos da abordagem integrada preconizada no Madeira 2030, permitindo apoiar operações em diferentes domínios, com contributo para aqueles objetivos e potenciando intervenções multidimensionais e integradas**. Os ITI serão executados através de operações municipais, da responsabilidade de cada município. No ITI Funchal, a ausência de parcerias e operações intermunicipais em domínios onde estas permitiriam ganhos de eficácia e eficiência resulta, em grande parte, de dificuldades acrescidas de gestão e da ausência de uma entidade coordenadora intermunicipal ao nível sub-regional.

Apesar dos processos participados de discussão na preparação dos Planos de Ação, a **articulação com atores setoriais na programação e implementação das operações ficou aquém das expectativas**, limitando sinergias entre níveis de governação, relevância estratégica e impacto das operações. No **ITI Funchal, destaca-se, contudo, a articulação intermunicipal e com atores da mobilidade e transportes, em particular o IMT, I.P. – RAM**, na articulação dos PAMUS municipais entre si e com o PAMUS regional e no desenvolvimento de estudos de suporte à programação das operações. No **ITI Porto Santo, salienta-se a necessidade de aprofundar a articulação com a DRA e o IFCN, I.P. – RAM**, para reforçar a relevância estratégica dos projetos no domínio da conservação da natureza, biodiversidade e património natural.

Os municípios de menor dimensão enfrentam maiores dificuldades na implementação deste instrumento, novo na Região. As **entidades coordenadoras**, Municípios do Funchal e do Porto Santo, **apresentam níveis de capacitação técnica e administrativa diferenciados**, carecendo o ITI Porto Santo de maior apoio e acompanhamento, nomeadamente por parte da Autoridade de Gestão.

Os **indicadores** que constam dos contratos **são, em geral, adequados, mas insuficientes para autonomizar a avaliação dos efeitos esperados e para o acompanhamento da execução em tempo útil**. Os Avisos deverão incluir outros indicadores que reforcem a eficácia da monitorização e avaliação.

A operacionalização dos ITI através de Planos de Ação municipais, enquanto abordagens bottom-up, revela-se muito adequada para a concretização do princípio da subsidiariedade, pelo protagonismo dos municípios (e outros atores locais) na identificação de necessidades e na orientação estratégica e programática dos investimentos, constituindo uma oportunidade para acrescer a autonomia municipal e afirmar o nível de governação local. Permite também uma maior absorção de fundos europeus pelos municípios, com impacto na redução das disparidades territoriais, sobretudo no caso do ITI Porto Santo.

SubQA12.1. Concluir sobre a adequação do instrumento para alcançar os objetivos traçados.

308.No âmbito do PO Madeira 2030, foram contratualizados, pela primeira vez, dois Instrumentos Territoriais Integrados, com a perspetiva de responder aos desafios do desenvolvimento urbano e funcional, para os quais foi disponibilizada uma dotação financeira de 34 M€. Estes instrumentos serão operacionalizados através de Planos de Ação que, através de uma abordagem integrada, permitam responder às necessidades e potencialidades do território identificadas.

309.Os ITI contratualizados são os seguintes:

- ITI Funchal (ITI Centro Urbano): abrange a Área Funcional Urbana do Funchal, constituída pelo concelho do Funchal e concelhos adjacentes Santa Cruz e Câmara de Lobos. Encontra-se suportado no Plano de Ação aprovado pela AG em 31/01/2025 e foi contratualizado em março de 2025 com a dotação de 24 M€.
- ITI Porto Santo (ITI Cidades, Vilas e Subúrbios): abrange o Concelho de Porto Santo. Encontra-se suportado no Plano de Ação aprovado pela AG em 28/02/2025 e foi contratualizado em março de 2025, com a dotação de 10 M€.

310.Até 30 de setembro, a data de referência do presente Relatório, foram lançados 3 Avisos destinados a operações no âmbito do ITI Funchal, tendo sido submetidas 6 candidaturas ainda sem decisão de aprovação, 5 do município do Funchal e 1 do município de Santa Cruz. No caso do ITI de Porto Santo, até aquela data, não foi aberto qualquer Aviso.

Tabela 43. Fundo Programado, Avisos e respetiva dotação a concurso e candidaturas submetidas, por Objetivo específico e Tipologia de Intervenção

Objetivo Específico / Tipologia de Intervenção	Fundo Programado FEDER (€)	Aviso	Destinatário	Dotação a Concurso (€)	Candidaturas submetidas
OE 1.2 / TI - Digitalização na Administração pública regional e local.	3.500.000	M2030-2025-15 - Digitalização da Administração Pública Local-IT	Municípios Funchal e Sta. Cruz	2.526.122	Sistema de Informação Geográfica do Funchal
					Centro integrado de Gestão Municipal Autónoma do Funchal Santa Cruz Digital
OE 2.6 - TI - Gestão de resíduos urbanos: sub-investimentos em baixa.	6.300.000	-	-	-	-
OE 2.7- TI - Conservação da natureza, biodiversidade e património natural.	1.200.000	-	-	-	-
OE 2.8- TI - Mobilidade sustentável.	9.400.000,	M2030-2025-20 - Reforço da Mobilidade Urbana Sustentável - IT	Municípios Funchal	2.550.000	Funchal +: Mobilidade sustentável
OE 5.1 - TI - Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos.	1.7000.000	-	-	-	-
OE 5.1 - TI - Património cultural e natural.	1.900.000	M2030-2025-17 – Valorização do Património Cultural	Município do Funchal	1.200.000	Bienal de Arte e Design do Funchal
					Funchal Arte
Total	24.000.000			6.276.122	

Fonte: Avisos para apresentação de candidaturas no âmbito do ITI; Base de dados M2030- 30-09-2025 – Candidaturas.

ITI Funchal

(i) Adequação do quadro de intervenção do ITI contratualizado face aos objetivos do PO Madeira 2030

- 311.O Quadro de intervenção contratualizado para o ITI Funchal - Objetivos Específicos e Tipologias de Intervenção, é adequado face à quase totalidade dos Objetivos e Áreas de Intervenção traçados no PO Madeira 2030 permitindo para dotar o território alvo – a principal área urbana do Funchal, de condições diferenciadas de atratividade e competitividade.
- 312.No entanto, a sua definição resultou de opções dos municípios envolvidos, no sentido da concentração temática e dos recursos nos principais desafios comuns e prioridades de intervenção no território do ITI, que não foram totalmente coincidentes com o previsto do Madeira 2030 e no Aviso para apresentação do Plano de Ação.
- 313.As TI contratualizadas apresentam alterações face ao previsto no PO Madeira 2030 e ao Aviso para apresentação do Plano de Ação. A decisão de não contratualização das TI do Objetivo Específico 5.1 - TI Reabilitação e Regeneração Urbanas e TI Produtos Turísticos sub-regionais, acompanhada da redução da dotação para este Objetivo Específico (-48,6%), refletem a opção dos municípios no sentido de concentrar a intervenção e recursos principalmente na mobilidade urbana sustentável, área com grande potencial e oportunidade para intervenções concertadas em torno de um desafio e objetivos comuns, mas também na gestão de resíduos urbanos e digitalização de serviços aos cidadãos.
- 314.Estas opções, reduziram a centralidade atribuída ao OE 5.1 no âmbito deste Instrumento, focado no desenvolvimento urbano integrado e sustentável (social, económico, ambiental e cultural) e limitou a sua operacionalização que, na RAM, tem lugar apenas no âmbito dos ITI.
- 315.O Quadro de Intervenção contratualizado revela-se assim inadequado face ao Objetivo Combate à pobreza e exclusão socio-espacial em contexto urbano e deixará também fora do ITI investimentos na Regeneração urbana de áreas desfavorecidas, área de intervenção contemplada pelo Madeira 2030, mas que mereceu menos interesse por parte dos municípios, justificado em parte pelo acesso, fora do ITI, aos apoios através de instrumentos financeiros. Outros apoios serão canalizados através de operações de organismos do Governo Regional com incidência em todo o território da Região incluindo aqueles na área da habitação, no âmbito do PO Madeira.
- 316.No que respeita aos restantes Objetivos, o Quadro de Intervenção revela-se adequado, na medida em as TI mobilizadas permitem apoiar um conjunto de operações com contributo esperado para o seu alcance, principalmente para o Objetivo Promoção da competitividade da Área Urbana do

Funchal. No entanto, este contributo será variável, em função do perfil e relevância das operações a apoiar em cada uma das TI mobilizadas.

317.A Tabela seguinte evidencia o grau de adequação e relevância dos Objetivos e TI contratualizados face aos Objetivos traçados pelo Madeira 2030 para este ITI, tendo em conta os projetos do Plano de Ação.

Tabela 44. Adequação e grau de relevância do Quadro de Intervenção do ITI Funchal aos objetivos do PO Madeira 2030

Quadro de intervenção – Objetivos Específicos e TI mobilizados	PO Madeira 2030 – Objetivos traçados para o ITI Funchal			
	Promoção da competitividade da Área Urbana Funcional do Funchal, visando a sua sustentabilidade;	Dinamização de ativos territoriais que fixem e atraiam pessoas e investimentos	Combate à pobreza e exclusão socio-espacial em contexto urbano;	Promoção da descarbonização e da adaptação às alterações climáticas
RSO 1.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas. TI - Digitalização para a eficiência de serviços aos cidadãos.	●●			●
RSO 2.6 Promover a transição para uma economia circular eficiente na utilização dos recursos TI - Gestão de resíduos urbanos: sub-investimentos em baixa.	●●			
RSO 2.7 Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição. TI - Conservação da natureza, biodiversidade e património natural.	●	●		●
RSO 2.8 Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono TI - Mobilidade sustentável.	●●●			●
RSO 5.1 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas.	TI Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos	●	●	●
	TI Património natural e cultural	●	●●	

Legenda: Adequação e grau de relevância do Quadro de Intervenção face aos Objetivos do PO Madeira 2030, tendo em conta os projetos do Plano de Ação: ● Adequado e pouco relevante; ●● Adequado e relevante; ●●● Adequado e muito relevante .

Fonte: PO Madeira 2030. Contrato assinado Entre a Autoridade de Gestão e o Município do Funchal. Plano de Ação para o ITI Funchal.

318.A Tipologia de Intervenção Mobilidade sustentável revela-se bastante adequada face aos Objetivos Promoção da competitividade da Área urbana funcional do Funchal e Promoção da descarbonização e face às Áreas estratégicas de intervenção Mobilidade sustentável e Ambiente urbano. A mobilidade urbana constitui atualmente o principal desafio e uma prioridade no território alvo do ITI – a principal área urbana da Ilha, caracterizada pela concentração de equipamentos e atividades de âmbito regional, incremento dos fluxos turísticos e incremento do tráfego rodoviário. Tendo em conta o Plano de Ação aprovado, as operações a apoiar no âmbito desta tipologia, irão contribuir para a melhoria do ambiente urbano e das condições de circulação, para a articulação e conectividade territorial e mobilidade multimodal, com impacto em todo o território do ITI.

319.Destaca-se também a adequação das Tipologias de Intervenção Gestão de resíduos urbanos e Digitalização na administração pública regional e local face aos Objetivos e Áreas de intervenção definidos, nomeadamente a Promoção da competitividade e sustentabilidade do território, a Melhoria do ambiente urbano e a Eficácia e eficiência dos serviços públicos municipais, e também com contributo esperado para a melhoria da mobilidade urbana através do projeto de digitalização do sistema de transportes públicos semaforização. O PO Madeira 2030 refere especificamente necessidades adicionais na gestão dos resíduos urbanos, no território do ITI. As operações apoiadas nestas tipologias, incidem na recolha seletiva de resíduos urbanos, criação de centro de compostagem de material orgânico e incremento e melhoria da eficácia e eficiência

dos serviços digitais a cidadãos e empresas através de soluções inteligentes em diversas áreas de intervenção (comunicação entre município, cidadãos e empresas na utilização de serviços municipais, circulação rodoviária, recolha de lixo, saúde, entre outras).

320. A Tipologia de Intervenção Conservação da natureza, biodiversidade e património natural, revela-se adequada face aos Objetivos Promoção da descarbonização e da adaptação às alterações climáticas, Dinamização de ativos territoriais e valorização do potencial endógeno com potencial impacto no turismo e atividades sociais e à Área de intervenção estratégica Valorização dos ativos ambientais enquanto vantagens diferenciadoras do território. No entanto, tendo em conta o Plano de Ação aprovado, é neste domínio que o ITI terá menor impacto. As 2 operações a apoiar no âmbito desta tipologia terão um contributo reduzido e circunscrito ao território do município do Funchal, o que revela o menor interesse dos Municípios por esta tipologia, sendo também resultado do não envolvimento de atores regionais com competências neste domínio, como DRA e do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM.
321. A Tipologia de Intervenção Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos, é também adequada face aos Objetivos e Áreas de intervenção sinalizadas, principalmente para a Melhoria do ambiente urbano e para a Valorização e atratividade de ativos territoriais. No entanto, o Plano de Ação prevê apenas e operações de qualificação urbanística – Regeneração do Varadouro no concelho de Câmara de Lobos e Requalificação urbanística e paisagística do centro histórico do Monte, lugar de importância turística, cultural e ambiental.
322. A tipologia Património cultural e natural, revela-se bastante adequada face ao Objetivo Valorização do potencial endógeno, designadamente, no turismo, comércio e restantes serviços, bem como nas atividades culturais e sociais e face à Área estratégica de intervenção Valorização de ativos culturais, patrimoniais e ambientais enquanto vantagens diferenciadoras do território. As operações a apoiar no âmbito desta tipologia, incidem sobre a valorização de um equipamento cultural com valor patrimonial relevante e na dinamização e valorização de eventos culturais de âmbito supramunicipal com impacto no reforço da identidade cultural. A opção de não contratualizar a Tipologia de intervenção do OE 5.1 Produtos turísticos sub-regionais (IT), reduz o contributo potencial e a relevância do Instrumento para a dinamização dos ativos culturais, patrimoniais e ambientais, no turismo e no comércio. O Projeto Roteiros turísticos do Funchal, inicialmente pensado para integrar o Plano de Ação e que teria sinergias com os projetos a apoiar nesta Tipologia, deverá ser apoiado fora do ITI, no âmbito do Programa Horizonte Europa 2021-27.

(ii) Adequação do quadro de intervenção do ITI contratualizado, face aos Eixos Estruturantes de intervenção do Plano de Ação do ITI

323. O Quadro de Intervenção contratualizado é também adequado face aos Eixos Estruturantes em torno dos quais se desenvolveu o Plano de Ação, na medida em que permite apoiar operações alinhadas e com contributo para todos os Eixos Estruturantes. No entanto a relevância de cada uma das TI mobilizadas é variável em função dos projetos do Plano de Ação apoiados e da dotação financeira atribuída a cada uma delas.
324. Tendo em conta o foco do Plano de Ação na Mobilidade sustentável, o ITI revela-se mais adequado e relevante face ao Eixo 1 – Mobilidade sustentável e articulação territorial, o principal desafio identificado no território do ITI e também face ao Eixo 2.
325. No caso do Eixo 3, não obstante a adequação das TI mobilizadas, tendo em conta os projetos do Plano de Ação e os contributos esperados, a relevância do Quadro de Intervenção será menor.

Tabela 45. Adequação e grau de relevância do Quadro de Intervenção do ITI Funchal face aos Eixos Estruturantes de intervenção do Plano de Ação do ITI

Quadro de intervenção – Objetivos Específicos e TI mobilizados	Eixo 1 Mobilidade Sustentável e Articulação Territorial	Eixo 2- Competitividad e Urbana e Inteligência Territorial	Eixo 3 - Sustentabilidade e Resiliência
RSO 1.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas. TI - Digitalização para a eficiência de serviços aos cidadãos.	●	●●	●
RSO 2.6 Promover a transição para uma economia circular eficiente na utilização dos recursos TI - Gestão de resíduos urbanos: sub-investimentos em baixa.		●●	●●
RSO 2.7 Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição. TI - Conservação da natureza, biodiversidade e património natural.		●	●
RSO 2.8 Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono TI - Mobilidade sustentável.	●●●	●●	●
RSO 5.1 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas.	TI Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos	●	●
	TI Património natural e cultural	●	

Legenda: Adequação e grau de relevância do Quadro de Intervenção face aos Eixos Estratégicos do ITI, tendo em conta os projetos do Plano de Ação: ● Adequado e pouco relevante; ●● Adequado e relevante; ●●● Adequado e muito relevante

Adequado e muito relevante

Fonte: Plano de Ação do ITI; Contrato assinado Entre a Autoridade de Gestão e o Município do Funchal. Plano de Ação para o ITI Funchal.

326. Não obstante a adequação, na generalidade, do Quadro de intervenção do ITI, o alcance dos Objetivos não se esgota neste Instrumento, havendo oportunidades de financiamento de outros projetos que concorrem para a estratégia do ITI, quer no Madeira 2030, quer noutros programas comunitários. Foram identificados outros projetos dos municípios envolvidos, que não é possível apoiar através do ITI, mas que são complementares daqueles apoiados no âmbito deste instrumento, com valor estratégico face aos Objetivos traçados no Madeira 2030 e aos Eixos de intervenção que corporizam a Estratégia do ITI. A título de exemplo, podem referir-se os seguintes:

- Conservação e Recuperação do Teatro Municipal do Funchal, através de candidatura do município ao Madeira 2030 no âmbito do OE 4, Aviso M2030-2025-5 – Recuperação do Património Histórico e cultural. Este projeto, é complementar do projeto apoiado no âmbito deste Instrumento Recuperação e preservação dos tetos decorativos deste mesmo Teatro.
- Eficiente – Edifício da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, apoiado pelo Madeira 2030 através de candidatura no âmbito do Aviso M2030-2025-21 – Eficiência energética em Infraestruturas Públicas – Administração Pública Local.
- Projeto Roteiros Digitais do Funchal, inicialmente pensado para ser desenvolvido em parceria com Administração dos Portos da região Autónoma de Madeira e a Secretaria Regional de Turismo e Cultura no âmbito do ITI – TI Produtos turísticos sub-regionais não contratualizada. O Município pretende candidatar este projeto ao Programa Horizonte Europa 2021-27.
- Outros projetos na área da mobilidade sustentável. O município do Funchal é parceiro num conjunto de projetos apoiados no âmbito do Programa Horizonte Europa 2021-27, nas áreas da logística e modos suaves, que permitem robustecer a intervenção do Município neste domínio.
- Outros projetos na área da cultura e da qualificação de espaços públicos, eficiência energética e refuncionalização de equipamentos coletivos, que os municípios irão procurar executar recorrendo a recursos próprios ou outras fontes de financiamento, incluindo o Madeira 2030.

ITI Porto Santo

(i) Adequação do Quadro de Intervenção do ITI contratualizado, face aos desafios e objetivos definidos no PO Madeira 2030

327.O PO Madeira 2030, preconiza para este ITI uma abordagem integrada focada num conjunto de Desafios e Objetivos, alinhada com o Plano de Ação da Reserva da Biosfera promovida pelo Município e pelo Governo Regional da Madeira, com o apoio da UNESCO e com a estratégia Porto Santo Fossil Free Island, referenciais para o desenvolvimento sustentável da Ilha.

328.Os Objetivos Específicos e Tipologias de Intervenção mobilizados, revelam-se adequados face aos Desafios e Objetivos enunciados no PO Madeira 2030 para a Ilha de Porto Santo, na medida em que permitem apoiar um conjunto de operações que concorrem para o seu alcance, embora o nível de contributo para cada um deles seja diferenciado e dependente, em grande medida, do perfil e relevância estratégica dos projetos que vierem a ser apoiados. O processo de revisão do Plano de Ação, nomeadamente dos projetos a apoiar em cada uma das TI, deverá clarificar a medida do seu contributo e o grau de adequação para o alcance dos Objetivos traçados.

329.No caso da TI Conservação da natureza, biodiversidade e património natural, apesar da sua adequação face ao Objetivo Melhoria da performance ambiental e da elevada dotação financeira que lhe foi atribuída (40% da dotação global), que reflete o reconhecimento da sua relevância, nota-se a ausência de projetos elegíveis, alinhados com os seus objetivos, o que compromete os resultados esperados neste domínio e a sua relevância para o alcance deste Objetivo. No âmbito da revisão do Plano de Ação, importa assegurar a existência de projetos com características que permitam o seu enquadramento nesta TI em articulação com a DRA e o IFCN, I.P.- RAM.

330.A Tabela seguinte evidencia a adequação dos Objetivos e TI contratualizados face aos Objetivos traçados pelo Madeira 2030 para este ITI, embora a medida do contributo para a sua obtenção seja ainda incerta.

Tabela 46. Adequação do Quadro de intervenção do ITI Porto Santo face aos desafios e objetivos definidos no PO Madeira 2030

Quadro de intervenção do ITI contratualizado (Objetivos Específicos e tipologias de Intervenção mobilizadas)		PO Madeira 2030 - Objetivos traçados para o ITI Porto Santo			
		Melhoria da performance ambiental	Aumento do bem-estar social dos visitantes e residentes	Reforço da identidade cultural	Melhoria do clima económico
RSO 2.1 Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa TI - Eficiência energética na AP regional e local.		●			
RSO 2.7 Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, TI - Conservação da natureza, biodiversidade e património natural.		●			
RSO 2.8 Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono TI - Mobilidade sustentável.		●	●		
RSO 5.1 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas.	TI Património natural e cultural.		●	●	●
	TI Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos	●	●	●	●
	TI Reabilitação e Regeneração urbanas		●	●	●
	TI Produtos turísticos sub-regionais e locais.		●	●	●

Legenda: ● Adequado

Fonte: PO Madeira 2030. Contrato assinado entre a Autoridade de Gestão do PO Madeira 2030 e o município de Porto Santo.

331.Face aos Desafios Dotação de equipamentos e infraestruturas, Diversificação económica e Integração económica nos mercados, as TI contratualizadas poderão ser menos adequadas.

332. O Quadro de Intervenção contratualizado é também adequado face aos objetivos traçados na EIDT Porto Santo 2030, elaborada para a programação dos investimentos em Porto Santo no âmbito do quadro de apoio comunitário 2021-27, principalmente do Madeira 2030 e dos Programas Temáticos do Portugal 2030. No entanto, face à sua abrangência temática, que ultrapassa o âmbito do ITI, os contributos deste Instrumento serão mais limitados.

333. Importa referir que o alcance dos objetivos traçados na abordagem preconizada no Madeira 2030 para este ITI não se esgota neste Instrumento, tendo sido identificados os projetos a desenvolver por outros atores, no âmbito de outros Programas do Portugal 2030, nomeadamente os Programas Temáticos, que contribuem para o seu alcance:

- Proteção e Recuperação da Totalidade do Cordão Dunar;
- Alargamento da Reflorestação da Ilha do Porto Santo;
- Criação de um Circuito Pedonal pelas Veredas do Porto Santo (IFCN);
- Centro de Investigação de Biologia Marinha;
- Alargamento e Internacionalização da Marina do Porto Santo;
- Infraestruturação do Molhe para Acolhimento de Cruzeiros;
- Recuperação e Ampliação das Represas e Sistema de Captação de Água;
- Aumento da Rede de Distribuição de Águas Agrícolas;
- Construção de uma Nova Aerogare no Aeroporto do Porto Santo;
- Construção de uma Galeria de Captação de Águas para a Dessalinizadora do Porto Santo.

SubQA12.2. Concluir sobre a adequação dos recursos financeiros e físicos para alcançar os objetivos.

ITI Funchal

(i) Adequação dos recursos financeiros

334. O apoio financeiro contratualizado para a implementação do Plano de Ação do ITI Funchal, sob a forma de subvenção, corresponde a 24 M€ FEDER, montante previsto no Aviso Convite para a apresentação do Plano de Ação do ITI, e posteriormente contratualizado.

335. A proposta inicial do Plano de Ação do ITI foi objeto de negociação entre a Entidade Coordenadora do ITI e a AG do Madeira 2030 em abril de 2024. Na sequência deste passo, o Plano sofreu ajustamentos, no sentido da adequação dos projetos identificados à dotação financeira fixada pelo PO Madeira 2030.

336. Quanto à distribuição da dotação pelos Objetivos Específicos e Tipologias de Intervenção mobilizados, a distribuição indicativa da dotação global disponibilizada pela AG por Objetivos Específicos e Tipologias de Intervenção, que constava no Aviso para apresentação do Plano de Ação do ITI publicado em setembro de 2024, sofreu alterações em sede de contratualização deste Instrumento.

337. Estas alterações, já referidas no ponto anterior, visaram uma melhor adequação dos recursos financeiros às opções e prioridades de investimento dos municípios:

- O reforço da dotação financeira do Objetivo Específico 2.8 / TI Mobilidade sustentável em 56,7%. Este Objetivo passou a representar 39,2% da dotação global, o que reflete a relevância e prioridade atribuídas ao que é considerado o principal desafio na Área Funcional Urbana do Funchal pelos três municípios e o elemento central na articulação deste território. Ainda assim, a dotação contratualizada neste OE/TI, foi considerada insuficiente face aos desafios e necessidades de intervenção nesta área.
- O reforço da dotação financeira para o Objetivo Específico 2.6 / TI Gestão dos resíduos urbanos – sub-investimentos em baixa, em 57,5%. Este Objetivo passou a representar 26,3% da dotação global. Esta alteração reflete a relevância das intervenções nesta tipologia, nos municípios do Funchal e de Santa Cruz.

- A redução da dotação para o Objetivo Específico 2.7 / TI Conservação da natureza, biodiversidade e património natural, em 70%. Este Objetivo passou a representar apenas 5% da dotação global.
- A redução da dotação para o Objetivo Específico 5.1 em 48,6% que passou a representar 15% da dotação global.

Tabela 47. Dotação financeira para a implementação do Plano de Ação do ITI Funchal

Objetivo Específico	Tipologia de Intervenção	Dotação financeira (FEDER)		
		Dotação Indicativa (Aviso Convite para apresentação do PA do ITI Funchal)	Dotação contratualizada	Var%
		M €	M €	%
RSO 1.2	Digitalização para a eficiência de serviços aos cidadãos	3,0	3,5	16,7
RSO 2.6	Gestão de resíduos urbanos: sub-investimentos em baixa.	4,0	6,3	57,5
RSO 2.7	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural.	4,0	1,2	-70,0
RSO 2.8	Mobilidade sustentável	6,0	9,4	56,7
RSO 5.1	Reabilitação e regeneração urbanas (IT)	7,0	0,0	-48,6
	Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos (IT)		1,7	
	Património cultural e natural (IT)		1,9	
	Produtos turísticos sub-regionais (IT)		0,0	
Total		24,0	24,0	0,0

Fonte: Aviso M2030-2024-26 - Convite para apresentação do Plano de Ação para a Operacionalização do ITI Funchal do Madeira 2030; Contrato para a implementação de Investimentos Territoriais Integrados, celebrado entre a AG do Madeira 2030 e o Município do Funchal (Câmara de Lobos e Sta. Cruz), enquanto Entidade Coordenadora do ITI Funchal.

338.A distribuição da dotação por município, de acordo com o previsto no Plano de Ação aprovado, é a seguinte: município do Funchal 69,6%, município de Câmara de Lobos 18,7% e município de Santa Cruz 11,7%. Esta distribuição reflete a centralidade do município do Funchal no território do ITI e na execução deste instrumento e a sua maior capacidade de execução técnica e financeira.

(ii) Adequação dos recursos físicos

339.Os municípios envolvidos no ITI apresentam diferentes níveis de capacitação técnica, o que se reflete na sua capacidade de resposta / de execução, face a um instrumento novo e exigente em termos de capacidade técnica e administrativa.

340.O município do Funchal dispõe de um Gabinete dedicado à Gestão dos fundos europeus, com 2 pessoas afetas à gestão do ITI com vasta experiência em matérias relacionadas com a captação e execução de fundos europeus, apoiadas pelo Gabinete de apoio jurídico. O município, reconhece ter as condições necessárias para desempenhar as funções que lhe estão atribuídas enquanto Entidade Coordenadora.

341.Os municípios de Santa Cruz e Câmara de Lobos, confrontam-se com a sua menor maturidade organizacional e menor capacidade técnica e administrativa em matérias relevantes para a condução de processos de captação e gestão dos fundos europeus, como a aplicação das regras europeias em geral, obrigações legais e financeiras e contratação pública, em que reconhecem que seria útil o acesso a ações de formação dirigidas aos municípios. No caso de Santa Cruz, o município recorre desde 2017 à contratação externa de serviços para a gestão de fundos e projetos. O município de Câmara de Lobos, apesar do reforço, nos últimos anos, dos recursos técnicos e humanos, recorre também pontualmente à contratação externa de serviços.

ITI Porto Santo

(i) Adequação dos recursos financeiros

342.A execução do ITI representa um grande desafio para o Município de Porto Santo, face à sua capacidade técnica e financeira e capacidade de absorção dos fundos que, no quadro comunitário de apoio anterior, foi insignificante.

343.O apoio financeiro contratualizado para a implementação do ITI Porto Santo, sob a forma de subvenção, corresponde a 10 M€ FEDER, tal como previsto no Aviso para apresentação do Plano de Ação.

344.Quanto à distribuição da dotação disponibilizada, pelos Objetivos e Tipologias de Intervenção, verificou-se apenas uma alteração face ao Aviso, que corresponde à transferência de 200.000,00€ da TI Mobilidade Sustentável para a TI Conservação da Natureza, biodiversidade e património natural, cuja dotação foi reforçada em 5%.

345.Esta Tipologia de Intervenção apresenta a dotação mais elevada (4,2M€), que corresponde a 40% da dotação global. No entanto, face à ausência de projetos, no Plano de Ação com características que permitam a sua elegibilidade nesta TI, a sua adequação dos recursos financeiros mobilizados encontra-se dependente da reorientação para projetos alinhados com os objetivos desta TI e com maior relevância estratégica.

Tabela 48. Dotação financeira para a implementação do Plano de Ação do ITI Porto Santo

Objetivo Específico	Tipologia de Intervenção	Dotação financeira (FEDER)		
		Dotação Indicativa (Aviso Convite para apresentação do PA do ITI Porto Santo)	Dotação contratualizada	Var %
		M €	M €	%
RSO 2.1	Eficiência energética na Administração Pública Regional e Local	1,0	1,0	0,0
RSO 2.7	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural.	4,0	4,2	5,0
RSO 2.8	Mobilidade sustentável	2,0	1,8	-10,0
RSO 5.1	Reabilitação e regeneração urbanas (IT)	3,0	0,7	0,0
	Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos (IT)		0,1	
	Património cultural e natural (IT)		1,9	
	Produtos turísticos sub-regionais (IT)		0,3	
Total		10,0	10,0	0,0

Fonte: Aviso M2030-2024-27- Convite para apresentação do Plano de Ação para a operacionalização do ITI Porto Santo; Contrato para a implementação de Investimentos Territoriais Integrados, celebrado entre a AG do PO Madeira 2030 e o município de Porto Santo.

(ii) Adequação dos recursos físicos

346.O Município de Porto Santo confrontou-se, na fase inicial de implementação do ITI, com um quadro técnico reduzido, reduzida capacidade técnica e administrativa e necessidade de contratar novos técnicos, o que gerou dificuldades e, em parte, o atraso no arranque dos trabalhos.

347.Neste momento, encontra-se criada a estrutura de recursos humanos integrada por técnicos trabalhadores da Câmara Municipal para a implementação do ITI, O Grupo integra os seguintes elementos que asseguram as funções afetas ao município, previstas no Contrato:

- Técnica Coordenadora da Divisão de Obras, Ambiente e Serviços Urbanos, com as seguintes funções: supervisionar todas as atividades; garantir o cumprimento dos objetivos do financiamento; fazer a interface com o IDR – Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM e outros parceiros; liderar o acompanhamento diário dos projetos financiados; garantir que os prazos sejam cumpridos; fazer relatórios de progresso e resolver eventuais problemas que surgirem.

- Técnica da Divisão de Finanças, Património e Aprovisionamento, com as seguintes funções: controle orçamental; prestação de contas, fluxo de pagamentos e análise financeira dos projetos; elaboração de relatórios financeiros.
- Técnica da Área funcional Património Imaterial, da Unidade de Educação, Ação Social, Cultura, Juventude e Desporto, com as seguintes funções: apoiar a conceção e execução dos projetos culturais financiados pela ITI, garantindo a coerência cultural das propostas com os objetivos do Madeira 2030; articulação entre a componente técnica (infraestrutural) e a dimensão imaterial (conteúdos, usos, atividades, comunidades); acompanhar tecnicamente as obras e intervenções culturais, verificando o cumprimento dos princípios de salvaguarda patrimonial e de valorização cultural definidos nas candidaturas.
- Técnica da Área funcional Multimédia, da Unidade de Educação, Ação Social, Cultura, Juventude e Desporto, com as seguintes funções: elaborar e implementar o plano de comunicação da ITI Porto Santo, em conformidade com as orientações do programa Madeira 2030; gestão de Imagem e Identidade Visual; divulgar os resultados e progressos das operações financiadas, assegurando uma comunicação clara, acessível e visualmente apelativa; organizar eventos públicos, conferências ou sessões informativas para dar visibilidade aos projetos e às suas metas.
- Técnico da Divisão de Obras, Ambiente e Serviços Urbanos, com as seguintes funções: acompanhamento Técnico e Operacional das obras cofinanciadas no âmbito da ITI Porto Santo, desde a fase de conceção até à execução e conclusão; monitorizar o cumprimento dos prazos e especificações técnicas definidos nos projetos aprovados; verificar a conformidade das empreitadas com a legislação aplicável, nomeadamente no domínio da contratação pública e normas ambientais e de segurança.

348. O município reconhece, face à novidade deste instrumento, a sua menor experiência e preparação para a programação, execução e acompanhamento do ITI. Teria sido útil o reforço das competências do corpo técnico em áreas como a contratação pública, a gestão de projetos, a captação e gestão de fundos comunitários, a aplicação das regras comunitárias em geral, a elaboração dos pedidos de pagamento e a elaboração de candidaturas.

SubQA12.3. Concluir sobre a adequação dos indicadores de realização e resultado definidos.

ITI Funchal

349. A Tabela 49 apresenta o quadro de indicadores e metas que constam do Contrato assinado entre o município do Funchal enquanto Entidade Coordenadora do ITI e a Autoridade de Gestão do PO Madeira 2030, para monitorização e avaliação das realizações e resultados do ITI. Este quadro, apresenta algumas alterações face aos indicadores que constavam no Aviso para a apresentação do Plano de Ação do ITI. As alterações identificadas, que visaram a melhor adequação dos indicadores às intenções de investimento apresentadas no Plano de Ação, são as seguintes:

- Foram retirados os seguintes indicadores de realização:
 - Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração.
 - Capacidade do material circulante respeitador de ambiente por transporte público coletivo.
- Foram acrescentados os seguintes indicadores:
 - Cidades ou vilas com sistemas de transporte urbano digitalizados (novos ou melhorados).
 - Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas.

Tabela 49. Indicadores de realização e de resultados contratualizados no âmbito do ITI Funchal

OE	Tipo de Indicador	Código	Designação	Unidade de medida	Meta intermédia (2024)	Meta proposta (2029)
RSO1.2	Realização	RCO14 (ITI)	Instituições públicas apoiadas p/ desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais	Instituições Públicas	2	2
	Resultado	RCR11 (ITI)	Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos, novos e melhorados	Utilizadores/ano	14.000	20.776
RSO2.6	Realização	RCO119 (ITI)	Resíduos preparados para reutilização	Toneladas/ano	2.200	4.560
	Resultado	RCR103 (ITI)	Resíduos objeto de recolha seletiva	Toneladas/ano	1.900	2.914
RSO2.7	Realização	RCO36 (ITI)	Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas	Hectares	0	1
	Resultado	RCR95 (ITI)	População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas	Pessoas	23.285	107.562
RSO2.8	Realização	RCR60 (ITI)	Cidades ou vilas com sistema de transporte urbano digitalizados (novos ou melhorados)	Cidades e vilas	3	4
	Resultado	RCR62 (ITI)	Utilizadores anuais de transportes públicos novos ou modernizados	Utilizadores/ano	825	1.406
RSO5.1	Realização	RCO74 (ITI)	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Pessoas	190.563	190.563
		RCO75 (ITI)	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contribuições para as Estratégias	1	1
		RCO114 (ITI)	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas	Nº Metro Quadrados (m ²)	0	6.661
		RCO77 (ITI)	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	Sítios culturais e turísticos	2	4
	Resultado	RCR77 (ITI)	Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	Visitantes/ano	7.500	20.000

Fonte: Contrato assinado entre a Autoridade de Gestão do PO Madeira 2030 e o Município do Funchal (Anexo1).

350. Não obstante a sua adequação, os indicadores contratualizados no âmbito do ITI, são insuficientes para a monitorização e avaliação dos efeitos esperados no território alvo e para o acompanhamento da execução, permitindo identificar desvios face ao previsto nas candidaturas.

351. Nos Avisos para apresentação de candidaturas, deverão ser incluídos indicadores mais adequados ao tipo de operações em causa, permitindo autonomizar os indicadores do ITI e acrescer a eficácia do processo de monitorização e avaliação.

352. No caso da TI Mobilidade Sustentável, o quadro de indicadores foi reforçado através de novos indicadores contemplados no Aviso M2030-2025-20 - Reforço da Mobilidade Urbana Sustentável – IT, destinado ao município do Funchal, mais adequados ao tipo de ações / investimentos elegíveis:

- Indicador de realização: RP060 Espaços pedonais requalificados e expandidos para promover a mobilidade pedonal (m²).

- Indicador de acompanhamento: RPA007 Infraestruturas que promovem a mobilidade suave (Nº).

- Indicador de acompanhamento: RPA008 Equipamentos que promovem a mobilidade suave (Nº)

353. Tendo em conta os investimentos previstos no âmbito do ITI no domínio da mobilidade urbana, nota-se a ausência de indicadores que permitam medir a evolução dos tempos de deslocação no território alvo do ITI e das deslocações em transporte motorizado individual, uma vez que a sua redução é um dos efeitos esperados por via da melhoria do sistema de transportes públicos. A ausência de sistemas de recolha de dados sobre a mobilidade, constitui um fator limitativo da monitorização e avaliação dos efeitos das operações a implementar no âmbito do ITI. No entanto, estão em curso iniciativas como a realização de inquéritos e estudos por parte da empresa que está a realizar os PAMUS para os municípios envolvidos no ITI e a criação de um sistema de dados envolvendo estes e o IMT, IP-RAM, que irão melhorar as condições para a monitorização neste domínio.

354. No caso dos outros 2 Avisos já lançados – M2030-2025-15 – Digitalização da Administração Pública Local -IT e M2030.2025-17-Valorização do Património Cultural - IT, não foram contemplados outros / novos indicadores.

355.No caso da TI Gestão de resíduos urbanos: sub-investimentos em baixa, nota-se a ausência de indicadores de realização como o número de ecopontos instalados, número de compostores instalados, número de viaturas elétricas adquiridas para limpeza urbana, número de campanhas de sensibilização realizadas e população abrangida, que permitam avaliar a execução face ao programado e uma melhor aferição dos resultados esperados.

356.O município do Funchal elaborou o Manual de Procedimentos, que prevê a recolha de informação junto dos beneficiários, sobre a execução dos projetos. Este procedimento, deverá garantir a recolha de indicadores de acompanhamento com a periodicidade adequada ao prazo de execução dos projetos, que permitam identificar desvios relativamente ao proposto em sede de candidatura, em tempo útil.

ITI Porto Santo

357.A Tabela 50 apresenta os indicadores que constam do Contrato assinado entre o município de Porto Santo enquanto Entidade Coordenadora do ITI e a Autoridade de Gestão do PO Madeira 2030. Este quadro de indicadores, apresenta algumas alterações face aos indicadores propostos em sede de Aviso para a apresentação do Plano de Ação do ITI.

358.Essas alterações, que visaram a sua melhor adequação às intenções de investimento sinalizadas no Plano de Ação, são as seguintes:

- Foram retirados os seguintes indicadores de realização:
 - Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas.
 - Capacidade do material circulante respeitador de ambiente por transporte público coletivo.
- Foram acrescentados os seguintes indicadores:
 - Cidades ou vilas com sistemas de transporte urbano digitalizados (novos ou melhorados).
 - Número de sítios culturais e turísticos apoiados.

Tabela 50. Indicadores de realização e de resultados contratualizados no âmbito do ITI Porto Santo

OE	Tipo de Indicador	Código	Designação	Unidade de medida	Valor de referência	Meta intermédia (2024)	Meta proposta (2029)
RSO2.1	Realização	RCO19 (ITI)	Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	Metros quadrados (m ²)	na	1.250	2.894
	Resultado	RCR26 (ITI)	Consumo anual de energia primária	MWH/ano	67.882	50.911,5	40.000,0
RSO2.7	Realização	RCO37 (ITI)	Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	Hectares		0	337
	Resultado	RCR95 (ITI)	População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas	Pessoas		5.158	5.158
RSO2.8	Realização	RCR60 (ITI)	Cidades ou vilas com sistema de transporte urbano digitalizados (novos ou melhorados)	Nº		3	4
	Resultado	RCR62 (ITI)	Utilizadores anuais de transportes públicos novos ou modernizados	Utilizadores/ano		7.000	7.456
RSO5.1	Realização	RCO74 (ITI)	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Pessoas		5.158	5.158
		RCO75 (ITI)	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contribuições para as Estratégias		1	1
		RCO77 (ITI)	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	Sítios culturais e turísticos		20	29
	Resultado	RCR77 (ITI)	Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	Visitantes/ano		55.000	59.826

Fonte: Contrato assinado entre a Autoridade de Gestão do PO Madeira 2030 e o Município de Porto Santo

359.Não obstante a adequação da maior parte dos indicadores contratualizados no âmbito do ITI, verificam-se as seguintes situações:

- Inadequação do indicador "Superfície dos Sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração", uma vez que não está prevista qualquer intervenção em áreas com esta classificação, no âmbito do ITI.
- Ausência de indicador de realização que permita quantificar áreas verdes e espaços públicos abertos intervencionados.

- Os indicadores Utilizadores anuais de transportes públicos novos ou modernizados e Cidades ou Vilas com sistemas de transportes urbano digitalizados (novos ou modernizados) revelam-se pouco adequados para a monitorização e avaliação da execução do ITI, uma vez que o Plano de Ação não contempla qualquer projeto de aquisição, modernização ou digitalização de transportes públicos. O Município apenas é responsável pelo transporte escolar não sendo evidente no Plano de Ação qualquer projeto que envolva a modernização ou renovação destes transportes.

360. Os indicadores contratualizados no âmbito do ITI, são insuficientes para a monitorização e avaliação dos efeitos esperados no território alvo e para o acompanhamento da execução, não permitindo identificar desvios face ao programado, em tempo útil. Nos Avisos para apresentação de candidaturas, deverão ser incluídos indicadores mais adequados ao tipo de operações em causa, permitindo autonomizar os indicadores do ITI e acrescer a eficácia do processo de monitorização e avaliação.

361. O Município de Porto Santo está a elaborar o Manual de Procedimentos para a implementação do ITI, que irá incluir um Anexo dedicado à monitorização, onde deverá ser definido o quadro de indicadores adequado à monitorização e avaliação, e os mecanismos para a recolha de informação junto dos beneficiários sobre a execução dos projetos. Este procedimento, deverá garantir a recolha de indicadores de acompanhamento em fases distintas da execução das operações, permitindo identificar desvios relativamente ao proposto em sede de candidatura, em tempo útil.

SubQA12.4. Concluir sobre a adequação da Estratégia de cada ITI (Funchal e Porto Santo), em termos da Programação das ações integradas, da articulação com os planos sectoriais e dos princípios definidos ao nível do Programa.

ITI Funchal

362. No âmbito do Plano de Ação do ITI do Funchal, foi elaborada a estratégia orientadora da operacionalização da abordagem integrada preconizada no PO Madeira 2030 para este ITI, resultado de um trabalho de reflexão conjunta e de concertação entre os municípios. Esta Estratégia definiu 3 Eixos estruturantes que representam as dimensões estratégicas e prioridades de intervenção para o território da Área Funcional Urbana do Funchal, ancorados na identificação de desafios comuns e numa visão integrada do território, em torno dos quais foi desenhado o Plano de Ação, de carácter multidimensional, que contempla um conjunto de projetos com enquadramento em diferentes tipologias de intervenção, com contributos e impacto esperado nas diferentes dimensões estratégicas refletidas nos seguintes Eixos o que evidencia o seu carácter integrado (cf. Tabela 45):

- Eixo 1- Mobilidade Sustentável e Articulação Territorial;
- Eixo 2 - Competitividade Urbana e Inteligência Territorial e
- Eixo 3 - Sustentabilidade e Resiliência
- Eixo transversal – Processos digitais

363. O alinhamento da Estratégia e do Plano de Ação com os planos e estratégias setoriais, foi potenciado, na fase de preparação do Plano de Ação, pela partilha de documentos de planeamento e programáticos das diferentes áreas de governação bem como pela auscultação de entidades responsáveis pelos planos setoriais. A Estratégia de intervenção do ITI encontra-se alinhada com a matriz de objetivos principais do Plano de Desenvolvimento Económico e Social da RAM, para o horizonte 2030. Encontra-se também alinhada com os seguintes planos territoriais e setoriais: PROT RAM (2018), Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) municipais – PDM do Funchal, de Câmara de Lobos e de Santa Cruz, Planos de Ação para a Mobilidade Sustentável (PAMUS) elaborados para a RAM e para o município do Funchal (2018 e 2019, respetivamente), Estratégia do Setor do Turismo 2022- 2027, Plano Integrado Estratégico de Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM) – 2021/2027, PGRH Madeira 2022-27 e Plano de Gestão Florestal. Os objetivos e medidas preconizados nestes instrumentos, foram considerados na definição da Estratégia e do Plano de Ação.

364. É na área de intervenção Mobilidade urbana, que o grau de complementaridade e as sinergias entre as operações do Plano de Ação e a articulação deste com os planos setoriais municipais e regional é mais efetiva. O processo de elaboração dos PAMUS municipais (de revisão, no caso do Funchal) no âmbito do ITI, desencadeou uma estreita colaboração e trabalho conjunto entre os 3

municípios, entre estes e o IMT, I.P.-RAM, no sentido de garantir a melhor articulação intermunicipal dos planos e projetos, e entre estes e o PAMUS regional, atualmente em processo de revisão. Esta articulação, deverá potenciar os efeitos da intervenção de diferentes níveis de governação no território do ITI.

365. O carácter integrado e o alinhamento das operações apoiadas com os referenciais estratégicos setoriais, serão avaliados no âmbito do processo de seleção das Candidaturas, através dos critérios de seleção contemplados no Avisos, em função das evidências apresentadas e da pontuação que lhe é atribuída. Os 3 Avisos já abertos destinados a operações no âmbito do ITI, contemplam os seguintes critérios de seleção:

- Critério de seleção "Abordagem integrada, complementaridade e sinergias", contemplado nos 3 Avisos nas áreas da Mobilidade urbana sustentável, Digitalização da Administração Pública local e Valorização do património cultural.
- Critério de seleção "Adequação do projeto aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa" (designadamente, o grau de alinhamento e coerência da operação com os referenciais estratégicos mencionados), contemplado nos Avisos da Mobilidade urbana sustentável e da Digitalização da Administração Pública local.
- Critério de seleção "Contributo para a criação e integração de novos públicos", contemplado no Aviso da Valorização do património cultural. Este critério permite avaliar a adequação dos projetos apoiados aos objetivos da Estratégia para o Turismo na RAM 2022-27, tais como: o aumento do número de turistas, a diversificação da oferta destinada à criação de novos produtos de oferta turística ou para a integração de novos públicos, para a redução da sazonalidade e introdução de soluções inovadoras.

366. No contexto do Portugal 2030, foram enquadrados outros princípios como possíveis condicionantes para aprovação de operações. O alinhamento do ITI com esses princípios definidos ao nível do Programa, deverá ser avaliado em sede de decisão de aprovação das operações através de critérios de seleção e/ou outras condições a estabelecer nos Avisos para submissão de candidaturas, nos casos em que se aplicam. Nos 3 Avisos publicados são observados critérios de seleção ou a exigência de evidências ou documentos adicionais que permitam avaliar o cumprimento dos princípios aplicáveis:

- Nova Iniciativa Europeia Bauhaus (soluções inclusivas, acessíveis, atraentes e sustentáveis). O contributo do ITI para os seus princípios, deverá ser avaliado no caso das operações com incidência na qualificação de espaços públicos, designadamente aquelas apoiadas no âmbito das TI Mobilidade Urbana Sustentável e Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos. O Avisos M2030-2025-20 – Reforço da Mobilidade Urbana Sustentável – IT destinado ao Município do Funchal, definiu critérios de seleção para medir o contributo das operações para este Princípio. Também o Aviso M2030-2025-17 Valorização do Património Cultural – IT, refere que, sempre que aplicável, as ações previstas devem contemplar uma autoavaliação que sustente o alinhamento com as dimensões da Sustentabilidade, Estética e Inclusão da Nova Bauhaus Europeia (NEB).
- Princípios Europeus de Qualidade para Intervenções Financiadas pela UE com potencial impacto no património cultural (elaborado pelo ICOMOS no âmbito do mandato da Comissão do Ano Europeu do Património Cultural 2018), através das operações de âmbito cultural apoiadas na TI Património cultural e natural. O Aviso M2030-2025-17 Valorização do Património Cultural – IT, refere que as operações devem, sempre que aplicável, seguir as boas práticas constantes nos "Princípios europeus de qualidade para intervenções financiadas pela UE com potencial impacto no Património Cultural", da ICOMOS. No entanto, não são definidos critérios e seleção.
- Princípio DNSH – Do No Significant Harm, um dos critérios para assegurar a sustentabilidade ambiental das operações apoiadas. O cumprimento deste Princípio, passa pela apresentação, no âmbito da candidatura das operações em que tal se justifica, de uma Declaração de compromisso do beneficiário. Os Avisos M2030-2025-20 – Reforço da Mobilidade Urbana Sustentável - IT e M2030-2025-15 – Digitalização da Administração Pública Local – IT, exigem esta Declaração. No Aviso M2030-2025-17 Valorização do Património Cultural – IT, não é exigida esta Declaração, mas é definido o critério de seleção Grau de incorporação de medidas que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental.

- Princípio da Igualdade de oportunidades. Os 3 Avisos publicados no âmbito do ITI Funchal, contemplam, entre os documentos necessários à apresentação das candidaturas, o preenchimento da *check list* Igualdade de Oportunidades.

ITI Porto Santo

367.O ITI Porto Santo, consiste num conjunto de projetos indicativos organizados em torno dos OE e TI mobilizados, o que lhe confere um carácter multidimensional, sendo possível identificar a convergência de contributos dos projetos de diferentes áreas de intervenção para a concretização da abordagem integrada preconizada no PO Madeira 2030 para este ITI (cf. Tabela 4).

368.No entanto, o ITI Porto Santo, carece de uma orientação estratégica clara, através de objetivos opções e prioridades que traduzam o seu foco enquanto Instrumento de operacionalização da abordagem integrada preconizada no PO Madeira 2030, o que tornaria mais eficaz o processo de programação integrada dos projetos, visando o seu alcance.

369.O processo de elaboração do Plano de Ação envolveu a participação de atores de várias áreas de intervenção maioritariamente atores locais e a recolha de pareceres junto de atores regionais destacando-se os seguintes em áreas setoriais de intervenção do ITI: o parecer da Empresa de Eletricidade da Madeira ,S.A., que reconhece o alinhamento do Plano de Ação no que respeita à eficiência energética e mobilidade sustentável, com a estratégia regional e com a visão desta Entidade e o Parecer da Secretaria Regional de Turismo e Cultura, que valoriza os contributos dos projetos do Plano de Ação para objetivos de política deste setor e sugere a inclusão de projetos que reforcem o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social. Existem também referências à consulta de documentos de orientação estratégica de âmbito local e regional, como por exemplo, a Estratégia de Turismo 2021-27.

370.No entanto, na programação dos projetos e no Plano de Ação não é evidenciada a articulação com estratégias setoriais, sendo que esta deverá ser aprofundada nas várias Tipologias de Intervenção.

371.O alinhamento das operações com as políticas setoriais, será avaliado em sede do processo de apreciação e seleção das candidaturas, através da introdução de critérios de seleção nos Avisos para apresentação de candidaturas, mediante as evidências apresentadas.

372.O alinhamento do ITI com os princípios que, no contexto do Portugal 2030 e do Madeira 2030, foram enquadrados como condicionantes para aprovação de operações, deverá ser avaliado em sede de decisão de aprovação das operações através de critérios de seleção e/ou outras condições, a estabelecer nos Avisos que vierem a ser publicados para submissão de candidaturas, nos casos em que se aplicam.

SubQA12.5. Concluir da adequação do processo de articulação entre diferentes atores envolvidos na concretização estratégica, das ITI bem como as sinergias com outras iniciativas que reforcem a estratégia?

ITI Funchal

373.Os atores envolvidos na implementação do Plano de Ação são os 3 municípios do Funchal, Câmara de Lobos e Santa Cruz. Não foram identificados projetos em que estejam envolvidas outras entidades locais ou regionais.

374.O processo de articulação entre os municípios e entre estes e outros atores responsáveis pela execução de estratégias setoriais com incidência no território do ITI e iniciativas complementares dos projetos dos municípios, constitui um novo desafio.

375.No Relatório - Elaboração do Plano de Ação do Instrumento Territorial Integrado para o Funchal (janeiro de 2024), é feita a recomendação no sentido de melhorar a articulação entre atores e operações, tendo em conta a sua importância para o alcance dos objetivos, principalmente naquelas que concorrem para o Eixo 1 – Mobilidade Sustentável e articulação territorial e também para o Eixo 2 – competitividade urbana e inteligência territorial.

376. Face à novidade deste Instrumento na Região, os municípios reconhecem alguma impreparação e dificuldades administrativas na construção de articulações entre atores, principalmente de diferentes níveis de governação, e respetivas operações, bem como a reduzida experiência na constituição de parcerias. A ausência de uma entidade coordenadora intermunicipal (com correspondência ao nível de governação sub-regional), contribuiu também para o surgimento de operações intermunicipais em domínios de intervenção em que haveria ganhos de eficácia e eficiência na resposta a interesses comuns (mobilidade urbana, digitalização, cultura...).

Articulação intermunicipal

377. No caso do ITI Funchal, a articulação dos 3 municípios entre si, é suportada através:

- do processo de elaboração do Plano de Ação intermunicipal para o território alvo, que levou, pela primeira vez, os municípios envolvidos a pensar o território da Área urbana funcional do Funchal de forma integrada, a partilhar informação e a trabalhar em conjunto na identificação de desafios e interesses comuns, e a definir prioridades e opções para o território, uma importante mais-valia deste Instrumento.
- da criação da Unidade de Concertação para a tomada de decisões visando a implementação do ITI, constituída por um membro representante de cada município, e coordenada pelo município do Funchal.

378. Na fase de implementação do ITI, a mobilidade urbana sustentável, identificada como o principal desafio e prioridade para o território, surge como a área de intervenção em que a articulação entre os municípios é mais efetiva, pela necessidade de resolver problemas comuns agravados pelo crescimento do turismo e das deslocações intermunicipais na principal área urbana da Ilha. Apesar da ausência de um plano e projetos intermunicipais e da opção pela elaboração de PAMUS municipais, os municípios têm trabalhado em conjunto, sendo a articulação entre si facilitada pelo facto de os planos estarem a ser realizados pela mesma empresa que, simultaneamente, está a desenvolver estudos no terreno de suporte à sua elaboração.

379. A articulação entre os 3 municípios envolvidos é também assegurada pela Unidade de Articulação, órgão criado para a tomada de decisões sobre a operacionalização e execução do ITI, constituído por um membro representante de cada município e coordenada pelo Município do Funchal, a Entidade Coordenadora do ITI. Desde a aprovação deste Instrumento, foram realizadas três reuniões. A identificação de operações em condições de candidatura e o calendário de abertura de Avisos no âmbito do ITI foram objeto destas reuniões, com vista à sua articulação com a Autoridade de Gestão, tendo em conta o grau de preparação e oportunidade para os municípios. A próxima reunião terá como objetivo o ponto de situação do ITI, avaliar a necessidade de lançar novos Avisos e de uma eventual revisão do Plano de Ação.

Articulação com atores setoriais

380. No que respeita à articulação entre os municípios e outros atores setoriais, é também na área da mobilidade que ela se revela mais efetiva. Na fase de elaboração do Plano de Ação, foram realizadas reuniões com entidades com intervenção no sistema de transportes. Mais recentemente, na fase de implementação do ITI, destaca-se a estreita articulação com o IMT, I.P.-RAM, no processo de elaboração dos PAMUS de Santa Cruz e Câmara de Lobos (o município do Funchal encontra-se ainda a elaborar o Caderno de Encargos para a elaboração do respetivo PAMUS), através de reuniões técnicas, partilha de informação e acompanhamento dos estudos e levantamentos que estão a ser realizados em colaboração com os municípios e com a participação da empresa que está a elaborar os PAMUS municipais, no sentido de colmatar a ausência de dados de suporte à elaboração dos planos e definição de medidas a implementar pelos municípios. Algumas operações do ITI como a criação de interface e digitalização do sistema de transportes, envolve também a articulação com operadores.

381. Os municípios reconhecem que a articulação entre municípios noutras áreas poderia ter ido mais longe. Na área da cultura, a criação de parcerias intermunicipais teria sido muito positiva. Foram também identificados projetos que teria sido interessante desenvolver com outros parceiros no Funchal (o projeto de criação de roteiro turístico envolvendo a APRAM e um projeto de corredores verdes envolvendo o Governo Regional), mas que não avançaram. No caso do projeto de

reabilitação do Teatro Municipal do Funchal, dado o seu valor arquitetónico, tem havido a preocupação de envolver a Direção Regional da Cultura no seu acompanhamento.

382.No caso do ITI Funchal, não foi definido um modelo de participação, abrangendo os principais *stakeholders*, como indicado no Contrato celebrado com a AG do Madeira 2030 para a implementação do ITI.

383.A articulação entre a Entidade Coordenadora do ITI Funchal e a AG do Programa, é suportada nas responsabilidades e funções que lhes foram atribuídas, no Contrato celebrado entre estas entidades e nos mecanismos previstos para o seu exercício, assumindo a AG do Programa as responsabilidades de lançamento dos Avisos, entidade pagadora e a decisão de aprovação das operações. O Município do Funchal elaborou o Manual de Procedimentos, que foi enviado à Autoridade de Gestão, aguardando a sua aprovação.

ITI Porto Santo

384.O município de Porto Santo será o principal ator na concretização do Plano de Ação, já que as operações previstas são, quase exclusivamente, da sua responsabilidade.

385.A articulação com outros atores na fase que precedeu a elaboração do Plano de Ação envolveu, através da realização de *workshops*, a auscultação de vários atores, maioritariamente locais, e permitiu a recolha de contributos para o este Plano.

386.A participação de atores setoriais responsáveis pelas estratégias e políticas setoriais com incidência na Ilha, foi muito limitada como referido anteriormente, e circunscrita aos pareceres da Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. e da Secretaria Regional dado Turismo e cultura.

387.Quanto ao envolvimento efetivo de outros atores na concretização das operações foram identificados apenas os seguintes casos de intenção de constituição de parcerias: envolvimento da Sociedade de Desenvolvimento de Porto Santo no projeto de eficiência energética no Club House e Campo de Golfe do Porto Santo, sob a sua gestão; envolvimento da APRAM no projeto de Criação do Centro de Observação do Mar, a instalar na sua área de jurisdição. Não foram identificadas evidências de envolvimento de atores responsáveis pela implementação de políticas setoriais na Ilha.

388.Importa salientar o interesse de promover a articulação com atores setoriais, nas áreas de intervenção do ITI, em particular na TI Conservação da natureza, biodiversidade e património natural, tendo em conta a importância atribuída a esta temática no ITI, como a Direção Regional do Ambiente e Mar e o com o IFCN, I.P.- RAM, no sentido de acrescer o seu alinhamento com os objetivos desta TI e a sua relevância estratégica face aos objetivos da intervenção preconizada no PO Madeira 2030.

389.Tal como previsto no Plano de Ação do ITI e no Contrato assinado entre o município de Porto Santo e a Autoridade de Gestão do PO Madeira 2030, está em curso a criação do Conselho Estratégico, órgão que terá como função o acompanhamento ativo do ITI, a partir da informação que lhe será disponibilizada pelo Grupo de Trabalho. Embora ainda não formalmente constituído, este órgão deverá integrar as seguintes entidades que serão, desta forma, envolvidas na implementação do ITI:

- Município do Porto Santo;
- Reserva da Biosfera da ilha do Porto Santo;
- Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo;
- Fundação de Nossa Senhora da Piedade;
- Junta de Freguesia do Porto Santo;
- Casa do Povo de Nossa Senhora da Piedade;
- Associação de Indústria, Comércio e Turismo do Porto Santo;
- RM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.; EEM;
- Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A.;
- APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Departamento do Governo Regional da Madeira com a tutela do Porto Santo;
- Direção Regional do Ambiente e Mar;
- Direção Regional da Cultura;
- IFCN – Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM;
- AREAM - Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira;



- Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia do Porto Santo;
- Associação Grupo de Folclore do Porto Santo.
- ACOPORAMA ADL

QA13. Em que medida a eficácia e a eficiência das intervenções apoiadas pelo Programa são potenciadas pelo facto de serem financiadas por Fundos Europeus? Quais os principais fatores indutores desse valor acrescentado? Quais as áreas de intervenção do Programa em que o valor acrescentado europeu é mais expressivo e qual a natureza desse valor acrescentado (efeitos de volume, de âmbito e/ou de processo)?

Síntese conclusiva

No momento em que ocorre esta Avaliação, perante a insuficiência de informação para avaliar o valor acrescentado europeu, nomeadamente os efeitos decorrentes da utilização dos Fundos comunitários europeus no âmbito do Madeira 2030, e os fatores críticos para o alcance dos Objetivos de Política e Prioridades assumidos pelo Programa, a resposta à Questão de Avaliação, assenta numa leitura qualitativa, tendo em conta o quadro de programação do Madeira 2030 e os resultados do Inquérito às Entidades promotoras no âmbito desta Avaliação.

O Inquérito realizado no âmbito da presente Avaliação, dirigido a entidades que apresentaram candidaturas ao Madeira 2030 (aprovadas e não aprovadas), maioritariamente empresas, revela que **o apoio do Madeira 2030, permitiu: aumentar a dimensão e a ambição dos projetos; viabilizar componentes de investimento que não seriam possíveis com fundos próprios e/ou financiamento privado comprovando assim a importância dos FEIL na alavancagem do investimento; melhorar o perfil e a qualidade do projeto; reforçar a adequação do projeto às prioridades de desenvolvimento local ou regional; e acrescer o contributo do projeto para os objetivos específicos do Programa.**

A adoção, pela primeira vez, no Madeira 2030, do Instrumento Territorial Integrado, enquanto instrumento de operacionalização do Programa, permitiu, uma maior absorção de fundos europeus pelos municípios envolvidos nos ITI contratualizados, com impacto esperado na redução das disparidades territoriais de desenvolvimento na Região, principalmente no caso do Porto Santo, face à sua dupla insularidade. Simultaneamente, através do protagonismo atribuído aos municípios na liderança do processo de elaboração e implementação dos Planos de Ação para os territórios-alvo e, no caso do Funchal, do trabalho conjunto dos municípios, este Instrumento contribuiu para a alteração de paradigma na governação e gestão dos territórios alvo, anteriormente liderada por atores setoriais, principalmente da administração regional e para a concretização do princípio da subsidiariedade.

SubQA13.1. Concluir sobre a existência de **efeitos de volume** (alavancagem do investimento nacional) decorrentes da utilização dos fundos europeus.

390. Os Fundos Europeus revestem-se da maior importância para a concretização das políticas de coesão social e territorial e de promoção da competitividade de uma região duplamente periférica, alinhadas com as novas Agendas, os Objetivos de Política e Prioridades europeias, tendo em conta a necessidade de resolver estrangulamentos que limitam a redução das assimetrias territoriais na Região e os efeitos da condição de região ultraperiférica.

391. A distribuição dos recursos financeiros por Objetivos de Política e Prioridades e os ajustamentos efetuados no âmbito da Proposta de Reprogramação do Madeira 2030 (outubro de 2025), evidenciam a orientação dos recursos financeiros disponibilizados, influenciando e acelerando desta forma a mobilização dos atores e o foco do investimento regional, em termos de volume e de âmbito, destacando-se o seguinte:

- A maior concentração dos recursos financeiros disponibilizados no Objetivo de Política Madeira + Social (50%), destacando-se, principalmente, a sua mobilização para: **a promoção do emprego; a inclusão ativa, em particular dos grupos desfavorecidos; a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade; e, na sequência da Proposta de reprogramação, para a habitação acessível e sustentável, prioridade no contexto da política de coesão europeia e das políticas nacional e regional.**
- O reforço da concentração dos recursos financeiros no Objetivo de Política Madeira + verde, com a segunda maior parcela dos recursos disponibilizados (19%) e que envolve os

investimentos relacionados com a ação climática, transição energética e mobilidade urbana sustentável, evidenciando a importância atribuída às alterações climáticas e à descarbonização. Destaca-se o reforço, em sede de reprogramação, dos apoios disponíveis para os investimentos em matéria de acesso e gestão sustentável da água, resiliência hídrica e de segurança energética.

- A concentração dos recursos no Objetivo de Política Madeira + inteligente, com a terceira maior parcela dos recursos disponibilizados (16%), com particular incidência no crescimento sustentável, na competitividade e emprego nas PME e no reforço das capacidades de investigação, inovação e adoção de tecnologias avançadas.

392. A focalização na orientação do investimento para a ação climática é também comprovada pelo enquadramento, no contexto do Portugal 2030, do Princípio "Do No Significant Harm" (DNSH - Não prejudicar significativamente o ambiente), um dos critérios adotados pelo Madeira 2030 para assegurar a sustentabilidade ambiental das operações apoiadas. Em coerência com este Princípio, foi adotado o *tagging climático* na classificação de despesas, para garantir que os Fundos são usados para investimentos sustentáveis, alinhados com os objetivos ambientais, e que mais dinheiro é direcionado para a ação climática, como exigido por regulamentos europeus e os objetivos ambientais. O Madeira 2030 associa 30% das despesas FEDER a domínios de Intervenção que contribuam para a ação climática, de acordo com o estabelecido no Acordo de Parceria do Portugal 2030.

393. A adoção, por parte do Madeira 2030 do Instrumento Territorial Integrado, enquanto instrumento de operacionalização do Programa, permitiu, através da contratação de uma subvenção global, disponibilizar uma dotação financeira para os municípios promovendo assim a maior absorção, por parte destes, dos fundos europeus disponibilizados pelo Programa, com impacto esperado na redução das assimetrias territoriais de desenvolvimento na Região. O efeito de volume traduzido na alavancagem de investimento municipal, é mais relevante no caso do ITI de Porto Santo, face à menor capacidade técnica e financeira do município e à sua condição de dupla insularidade. A título de referência, no quadro comunitário anterior, o município teve apenas uma operação apoiada pelo Madeira 2020.

394. Os resultados do Inquérito realizado no âmbito da presente Avaliação, dirigido a entidades que apresentaram candidaturas ao Madeira 2030 (aprovadas e não aprovadas), maioritariamente empresas (88,8%), revelam que o apoio do Madeira 2030, permitiu aumentar a dimensão e a ambição dos projetos, já que, numa escala de 1 - Discordo totalmente a 6 - Concordo totalmente, 46,3% das entidades manifestaram um elevado nível de concordância com este efeito (5 e 6) e apenas 3,7% discordam (1 e 2). Revelam também que o apoio do Programa permitiu viabilizar componentes de investimento que não seriam possíveis com fundos próprios e/ou financiamento privado, comprovando assim a importância dos FEIL na alavancagem do investimento por parte dos atores regionais, principalmente empresas.

Tabela 51. Efeito da opção pelo apoio de fundos europeus do Madeira 2030, na perspetiva das entidades beneficiárias

Efeitos	Nível de concordância												Total respostas		NS/NR	Total
	1		2		3		4		5		6					
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº
Aumentou a dimensão e ambição do projeto	2	1,5	4	2,9	24	17,6	43	31,6	25	18,4	38	27,9	136	100,0	25	161
Viabilizou componentes de investimento que não seriam possíveis com fundos próprios e/ou financiamento privado	0	0,0	3	2,2	24	17,5	45	32,8	40	29,2	25	18,2	137	100,0	24	161

Legenda: Nível de concordância: 1 - Discordo totalmente a 6 - Concordo totalmente.

Fonte: Inquérito por questionário a entidades que apresentaram candidaturas (aprovadas e não aprovadas) ao Madeira 2030, promovido no âmbito da Avaliação da operacionalização do Programa Madeira 2030.

395. Entre as entidades promotoras de candidaturas não aprovadas ou que, encontrando-se em análise, vierem a ter decisão de não aprovação (108, das quais 103 são empresas), 58 (53,7%) admitiram que não têm intenção de avançar com os projetos, o que revela a importância do apoio do Programa para a concretização das suas intenções de investimento e para a alavancagem de investimento na Região.

SubQA13.2. Concluir sobre a existência de efeitos de processo (formas de intervir, incluindo formas de mobilização dos atores) decorrentes da utilização dos fundos europeus.

396. Os resultados do Inquérito realizado no âmbito da presente Avaliação, revelam algumas referências, ainda que em número reduzido, ao apoio prestado pela AG e/ou pelo Organismo Intermédio, no âmbito da elaboração das candidaturas, no que respeita a matérias que potenciam os efeitos dos projetos tais como: a articulação entre atores a envolver no projeto (5,0%); a identificação de complementaridades e sinergias com outras operações, potenciadoras dos efeitos esperados dos projetos (3,1%); e a articulação dos projetos com estratégias e planos setoriais e princípios definidos no Programa (1,9%); ferramentas e apoio à gestão dos projetos (8,7%)

397. Revelam também que o apoio do Madeira 2030 permitiu melhorar o perfil e a qualidade dos projetos, a sua adequação às prioridades de desenvolvimento local ou regional e aos objetivos do Programa Madeira 2030, acrescentando assim a sua relevância estratégica e o seu potencial de eficácia. As entidades promotoras, manifestaram um nível de concordância elevado com cada um destes efeitos

398. As entidades pronunciaram-se quanto aos efeitos do apoio, através do Madeira 2030, para a execução dos respetivos projetos, da seguinte forma, utilizado uma escala de 1 - Discordo totalmente a 6 - Concordo totalmente:

- Permitiu melhorar o perfil e a qualidade do projeto – 46,3% das entidades manifestaram um elevado nível de concordância com este efeito (6 e 5), sendo que, apenas 3,7% discordam deste efeito.
- Reforçou a adequação do projeto às prioridades de desenvolvimento local ou regional – 48,2% das entidades manifestaram um elevado nível de concordância com este efeito (6 e 5), sendo que, apenas 2,9% discordam deste efeito.
- Acreceu o contributo do projeto para os objetivos específicos do Programa – 43,6% das entidades manifestaram um elevado nível de concordância com este efeito (6 e 5), sendo que, apenas 2,7% discordam deste efeito.

Tabela 52. Efeito da opção pelo apoio de fundos europeus do Madeira 2030, na perspetiva das entidades beneficiárias

Efeitos	Nível de concordância												Total respostas		NS/ NR	Total
	1		2		3		4		5		6					
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº
Permitiu melhorar o perfil e a qualidade do projeto	1	0,7	4	2,9	20	14,7	48	35,3	24	17,6	39	28,7	136	100,0	25	161
Acreceu o contributo do projeto para os objetivos específicos do Programa	0	0,0	4	2,7	21	14,1	59	39,6	26	17,4	39	26,2	149	100,0	12	161
Reforçou a adequação do projeto às prioridades de desenvolvimento local ou regional	0	0,0	4	2,9	20	14,6	47	34,3	38	27,7	28	20,4	137	100,0	24	161

Legenda: Nível de concordância: 1 - Discordo totalmente a 6 - Concordo totalmente.

Fonte: Inquérito por questionário a entidades que apresentaram candidaturas (aprovadas e não aprovadas) ao Madeira 2030, promovido no âmbito da Avaliação da operacionalização do Programa Madeira 2030.

399. Foi ainda referido pelas entidades respondentes, que o apoio de fundos europeus do Madeira 2030 teve outros contributos relevantes para a qualidade e eficácia das operações apoiadas. Duas

empresas referiram que o apoio do Madeira 2030, permitiu manter postos de trabalho (1) e aceder a recursos e apoio especializado, reforçando a qualidade e a viabilidade do projeto (1). Outros 4 promotores concretizaram estes contributos, referindo o seguinte: o apoio, a ser recebido, irá permitir investir no projeto de crescimento da entidade, refletindo-se, nomeadamente, no aumento do seu volume de negócios (1); contribuiu para a viabilidade financeira da entidade, uma vez permitiu executar o projeto sem restrições financeira (1); o financiamento comunitário do projeto de Assistência Técnica contribui para a melhoria dos instrumentos de apoio às decisões de gestão e eficácia na aplicação do Programa Regional Madeira 2030 (1); grande preponderância para a igualdade de oportunidades, em busca de uma maior coesão social, esperando-se assim, uma melhoria direta no bem-estar da sociedade em geral (1).

400. **A adoção, pela primeira vez, do Instrumento Territorial Integrado, para além do efeito de volume (alavancagem de investimento), teve outro tipo de efeitos, nomeadamente induzir mecanismos para a alteração de paradigma na governação e gestão dos territórios alvo,** (anteriormente com alguma dependência dos atores setoriais, principalmente da administração regional), através do maior protagonismo atribuído dos municípios.
401. Destaca-se como importante mais-valia deste Instrumento, enquanto abordagem *bottom-up*, o processo participado de elaboração dos Planos de Ação dos 2 ITI contratualizados, para os respetivos territórios, resultado da exploração das necessidades de intervenção e das opções dos atores locais. No caso do ITI Funchal, foi bastante relevante o trabalho conjunto dos 3 municípios para a identificação de desafios comuns, do qual resultou a definição de uma estratégia comum e a orientação do investimento disponibilizado no âmbito do ITI para as prioridades identificadas pelos municípios envolvidos. O Instrumento tem um importante contributo para a concretização do princípio da subsidiariedade, na medida em que constitui uma oportunidade para acrescer a autonomia dos municípios, e afirmar o nível de governação local.

6. Conclusões e Recomendações

402. Neste capítulo são sintetizadas as **conclusões do estudo**, as quais estão organizadas por questão de avaliação:

#	Conclusão
QA1. Adequação de objetivos e tipologias do Programa às necessidades dos grupos-alvo e território	
C01	O Programa Madeira 2030 apresenta uma estrutura de objetivos e tipologias globalmente adequada e proporcional às necessidades diagnosticadas dos grupos-alvo e do território , com reforços significativos em áreas como inclusão social, emprego jovem, qualificação e saúde. A reprogramação proposta em outubro de 2025 vai permitir uma maior articulação com os desafios regionais e com as prioridades europeias, nomeadamente através do reforço do OP4. Também a articulação com o PRR (em domínios como a economia circular, habitação, alterações climáticas, água ou energia) permitiu, globalmente, uma maior coerência da resposta conjunta face ao diagnóstico inicial.
C02	Contudo, persistem algumas lacunas relevantes em domínios como economia do cuidado, bio economia e educação ambiental, que comprometem a resposta integrada e territorializada do Programa. Algumas destas áreas foram inicialmente excluídas por estarem cobertas por outros instrumentos, mas revelam hoje necessidades elevadas de investimento . A habitação , por exemplo, foi inicialmente excluída por estar coberta pelo PRR, mas a sua integração parcial no Madeira 2030 (RSO4.7) justifica-se face à escala do problema regional e à luz das novas orientações da política de Coesão. A este processo, acrescem ainda alterações de contexto, e alterações em fatores externos (como os incêndios ocorridos em 2024 ou o forte crescimento da inflação), que afeta particularmente o setor da construção, e justificam a necessidade de ajustamentos estratégicos e operacionais para garantir a coerência e capacidade de resposta do Programa face à realidade atual da RAM.
QA2. Coerência entre as intervenções previstas no Programa e os objetivos	
C03	O Programa Madeira 2030 apresenta uma estrutura coerente entre Objetivos Específicos e Tipologias de Ação, com forte alinhamento estratégico face aos desafios da RAM . A maioria dos Objetivos de Política revela um grau de adequação elevado, embora subsistam fragilidades nos OP3 (Mobilidade) e OP5 (Desenvolvimento Territorial), cuja operacionalização permanece limitada (mitigadas no contexto da reprogramação proposta).
QA3. Coerência externa do Programa	
C04	A articulação com outros instrumentos de financiamento, como o PRR, InvestEU e Sustentável 2030, é positiva , promovendo complementaridade e especialização temática. No entanto, verificam-se áreas com potencial de "concorrência", como eficiência energética, digitalização, inovação e gestão da água, tendo impacto na execução, na capacidade de gestão de recursos (técnicos, humanos e financeiros), no desempenho do programa (sobretudo até 2026) e na absorção de fundos .
C05	Não se observam sinais de duplo financiamento do mesmo projeto, mas sim complementaridade ou sobreposição temática e "concorrência" entre programas (sobretudo PRR vs Madeira 2030) em domínios como eficiência energética, digitalização e instrumentos financeiros, o que eventualmente pode diminuir a eficiência global dos recursos se não for acompanhado por uma coordenação forte.
QA4. Eficácia dos procedimentos administrativos	
C06	Os procedimentos administrativos ao longo do ciclo de vida da operação são globalmente eficazes, observando-se, porém, margem para um funcionamento mais eficiente . Os procedimentos administrativos e os sistemas de informação em que estes se desenvolvem, permitem, em geral, uma instrução correta das candidaturas, o acompanhamento das operações e o processamento de pagamentos, mas com carga burocrática e morosidade acima do desejável, ainda que por vezes decorrentes da aplicação da legislação europeia e nacional, afetando sobretudo operações de menor dimensão e beneficiários com menor capacidade técnica.
C07	A experiência no Balcão dos Fundos é maioritariamente positiva, mas ainda se observam falhas relevantes . A maioria dos beneficiários considera os formulários acessíveis e claros, quer na candidatura quer nos pedidos de pagamento, mas cerca de 30% reporta dificuldades, associadas a lentidão/bloqueios da plataforma, redundâncias de informação requerida e processos de preenchimento pouco eficientes (por ex. em pedido de pagamento).
C08	A documentação de suporte (manuais, normas, regulamentos) é globalmente considerada adequada . O apoio direto e próximo da AG e dos OI é um fator crítico para mitigar as dificuldades, em particular em avisos-convite .
C09	Em termos de eficácia e eficiência dos procedimentos administrativos, por tipologia de operação , destacam-se como casos de desajustamento mais problemáticos: (i) a desproporção entre a exigência

#	Conclusão
	burocrática e a natureza/montante dos apoios na Alocação específica RUP (Funcionamento 2030), que impõem um esforço administrativo elevado a operações de pequena dimensão (apesar de se estar a implementar as obrigações estabelecidas a nível europeu e nacional); (ii) a situação da medida de combate à privação material, em que a inexistência de um sistema de informação plenamente operacional tem bloqueado a decisão sobre a candidatura em análise; e (iii) as limitações do Sistema de Informação no acompanhamento da execução física em operações FSE+, e (iv) a morosidade no preenchimento de pedidos de pagamento.
C10	A adoção de metodologias de custos simplificados constitui um avanço relevante na racionalização dos procedimentos, em particular nos apoios à formação (FSE+), sendo maioritariamente percecionada como adequada e geradora de ganhos de eficiência na gestão financeira e na instrução de pedidos de pagamento. Persistem, porém, reservas quanto à suficiência dos montantes (custos unitários abaixo dos valores percecionados como reais) e dificuldades na interpretação de conceitos e cálculo das despesas , num contexto em que a capacitação específica em OCS ainda atinge poucos beneficiários.
QA5. Capacidade de mobilização da procura desejada	
C11	O Programa tem demonstrado capacidade de mobilizar a procura em termos quantitativos , com um número relativamente elevado de candidaturas submetidas, sobretudo no âmbito do FEDER. No entanto, a taxa de decisão, ainda reduzida, revela algum um desfazamento (nesta fase inicial do programa) entre a procura e a capacidade de resposta do sistema de gestão, o que compromete a eficácia e previsibilidade do Programa. Do ponto de vista qualitativo, o Programa capta candidaturas robustas e alinhadas com os objetivos estratégicos, com médias de mérito elevadas e reprovações pouco expressivas.
C12	Falta maior articulação entre a RIS3, o sistema científico, o sistema de qualificação e o tecido empresarial, o que pode dificultar a emergência de projetos inovadores ou antecipar respostas a necessidades de competências futuras do ecossistema da Região.
C13	As formas de apoio adotadas no Programa Madeira 2030 são globalmente adequadas relevam a predominância das subvenções, correspondendo à única forma de apoio mobilizada até ao momento (o que garante maior acessibilidade financeira para os promotores, cobertura de uma diversidade de públicos-alvo, incluindo entidades públicas, privadas e do setor social, e atratividade elevada, especialmente para entidades com menor capacidade de autofinanciamento). Os instrumentos financeiros ainda não se encontram em execução.
C14	Os critérios de admissibilidade e seleção são globalmente adequados , porém registam-se alguns constrangimentos impostos por estes à mobilização da procura, particularmente no caso de entidades com menor experiência no concurso a fundos europeus.
C15	Há evidência de fenómenos de autoexclusão por parte de entidades com projetos relevantes, motivados por fatores como a burocracia, a instabilidade política, a complexidade dos sistemas e a potencial "concorrência" (temporal) com o PRR.
C16	A existência, na fase de arranque, de alguma irregularidade no lançamento dos avisos, bem como a duração por vezes curta dos períodos de candidatura, que afetam particularmente o setor empresarial, constituem fatores que limitaram a plena captação da procura desejada.
C17	O nível de capacitação dos beneficiários aparentemente revela-se determinante para a qualidade da procura . Entidades com experiência prévia em fundos europeus apresentam candidaturas mais robustas, enquanto promotores com menor capacidade técnica enfrentam dificuldades na instrução dos processos. O Roteiro de Capacitação do Ecossistema dos Fundos, embora relevante, ainda não cobre de forma sistemática todos os públicos-alvo, sendo necessário reforçar a sua abrangência, continuidade e adequação às necessidades específicas dos beneficiários da Região.
C18	A estratégia de comunicação do Programa que tem sido implementada de forma reativa e pouco estruturada . Uma das limitações mais evidentes refere-se à insuficiência de recursos humanos afetos à área da comunicação, encontrando-se esta área claramente subdimensionada, contando apenas com um técnico a tempo inteiro. Importa, no entanto, sinalizar a existência de boas práticas, como sessões de esclarecimento e apoio técnico próximo por parte dos organismos intermédios (com referências positivas).
QA6. Eficácia do processo de seleção de projetos	
C19	No estágio atual de execução do Madeira 2030, a principal "âncora" de alinhamento das operações aprovadas com os objetivos do Programa resulta do forte recurso a avisos-convite, que direcionam apoios para projetos previamente identificados como estratégicos . Já nos avisos concorrenciais , a combinação de uma baixa taxa de decisão, com o nº elevado de processos em análise e tempos de decisão prolongados, tem limitado a capacidade de selecionar e financiar atempadamente os projetos com maior mérito e relevância para o Programa.

#	Conclusão
C20	A taxa de não aprovação por inadmissibilidade é muito baixa (3,4%), o que significa que praticamente todas as candidaturas que entram no sistema com mérito formal , mesmo em tipologias de operação onde os beneficiários percebem a carga burocrática como elevada.
C21	Os critérios de seleção estão formalmente alinhados com o modelo nacional e, são, em geral, percebidos pelos beneficiários como claros e adequados . No entanto, o facto de não existir, até ao momento, qualquer decisão negativa por mérito insuficiente , mesmo em tipologias concorrenciais com forte procura, mostra que a sua função de seleção e priorização de projetos com maior potencial de contributo para os objetivos do programa ainda não se tem comprovado na prática.
QA7. Eficácia e eficiência do processo de acompanhamento das operações	
C22	O estágio atual de execução do Madeira 2030, com grande parte das aprovações concentradas em 2025 e ainda poucas operações em execução, não permite uma avaliação plenamente robusta da eficácia global dos mecanismos de acompanhamento . Ainda assim, o facto de o modelo adotado não divergir de forma substantiva do utilizado em 2014-2020, associado à evidência disponível, fornece indícios consistentes de suficiência e eficácia dos mecanismos de acompanhamento, em particular, na vertente financeira , onde as verificações administrativas associadas aos pedidos de pagamento parecem garantir um fluxo regular de reembolsos e um controlo próximo da despesa nas operações em execução, particularmente no FSE+, em fase mais avançada de execução, com taxas muito elevadas de elegibilidade da despesa em pedido de pagamento. Assim, não se observam, nesta fase, sinais de fragilidades de conceção dos mecanismos de acompanhamento financeiro .
C23	Em contrapartida, a vertente de acompanhamento da execução física e de resultados apresenta um grau de maturidade significativamente inferior , com um número ainda pouco expressivo de verificações no local realizadas até à data, em função das operações em curso, e ausência de mecanismos operacionais para monitorização periódica dos indicadores contratualizados, o que, atualmente, limita a capacidade do Programa para detetar precocemente desvios às metas definidas e para orientar, em tempo útil, a execução das operações. Situação que tem sido mitigada por controle interno da AG.
C24	No plano da eficiência , a maturidade ainda incompleta dos sistemas de informação, com funcionalidades críticas por estabilizar no que respeita ao acompanhamento, tem obrigado a um uso intensivo de soluções manuais e reduz a eficiência dos mecanismos de acompanhamento para suportar uma gestão mais automatizada, analítica e proativa.
QA8. Eficácia do sistema de recolha, análise e tratamento de informação e indicadores para a gestão, monitorização e avaliação do Programa	
C25	O sistema de indicadores definido para o Madeira 2030 apresenta uma estrutura globalmente coerente e fundamentada , sendo, em grande medida, adequado à monitorização do desempenho do Programa face aos objetivos que prossegue. A maioria dos indicadores apresenta níveis satisfatórios de clareza, adequação aos objetivos e suficiência (salvo situações pontuais que poderiam ser alvo de melhoramentos, sinalizadas nesta avaliação) e permitem acompanhar as realizações e resultados esperados nas diversas áreas de intervenção. As principais limitações que subsistem no sistema de indicadores, prendem-se sobretudo ao nível dos indicadores de aviso , observando-se disparidades elevadas entre o número e granularidade de indicadores em diferentes TO, e uma subutilização de indicadores de acompanhamento.
C26	O sistema de monitorização de indicadores assenta nos dados provenientes do SI PT2030, que é alimentado pela informação recolhida junto dos beneficiários . Atualmente, a recolha de informação sobre indicadores de realização e resultado das operações ocorre apenas no momento de pedido de pagamento e/ou conclusão das operações, conforme as TO, o que limita a capacidade de monitorização ongoing do desempenho do Programa (mitigada por processos de acompanhamento interno). Não obstante reconhece-se a intenção de implementação, por parte da AD&C em articulação com os restantes Programas, de uma ferramenta de recolha junto dos beneficiários de indicadores de execução das operações, que poderá contribuir para colmatar esta limitação.
C27	A implementação dos Sistemas de Informação que suportam a gestão e a monitorização do Programa tem sido marcada por constrangimentos técnicos e operacionais significativos , nomeadamente falhas de sincronização entre sistemas e atrasos na disponibilização de funcionalidades críticas. Apesar da evolução positiva e da expectativa de estabilização dos sistemas passada a fase crítica de arranque, continuam a verificar-se esforços reativos para colmatar lacunas que deveriam ter sido antecipadas numa fase anterior.
C28	A nova plataforma "Dados dos Fundos" representa uma evolução positiva no sistema de monitorização , mas a sua disponibilização foi tardia e a sua adoção gradual, não se extraindo ainda todas as potencialidades da mesma enquanto instrumento de monitorização ativa e de apoio à decisão. Adicionalmente, importa assinalar que, de momento, por decisão da coordenação técnica nacional, apenas as Autoridades de Gestão têm acesso a esta plataforma .

#	Conclusão
C29	As alterações nos sistemas de informação e o desenvolvimento de novos sistemas exigem competências específicas que nem sempre estão presentes nas equipas operacionais ; as ações de formação têm sido pontuais e pouco adaptadas, sendo necessário um plano de capacitação mais estruturado e contínuo.
QA9. Eficácia do modelo de gestão e delegação de competências	
C30	A estrutura de gestão do Madeira 2030, incluindo a delegação de competências nos organismos intermédios, é globalmente adequada às funções que lhe estão atribuídas . A delegação de competências em entidades com mandato e especialização setorial (IDE para os incentivos às empresas, IQ para a formação e qualificação, ISSM para a privação material) faz sentido à luz dos objetivos do Programa e traduz-se, no caso do IDE e do IQ, em ganhos claros de eficácia , especialmente no que respeita a uma maior capacidade de mobilizar a procura desejada, maior adequação temática aos instrumentos e uma relação mais próxima com os beneficiários .
C31	No caso do ISSM , a delegação de competências é coerente com a sua missão e experiência , mas permanece num plano sobretudo potencial, uma vez que até à data de corte, não se concretizou um exercício efetivo das suas funções de OI (devido a limitações com sistema de informação específico).
C32	Observam-se alguns fatores limitadores da eficiência das funções delegadas, e que resultam sobretudo de fatores sistémicos e não do princípio da delegação em si . Em particular, a arquitetura e o grau de maturidade dos sistemas de informação (em particular o SI3, e, no caso da privação material, o SIPM ainda não funcional) tem constringido a atuação dos OIs. A procura acima do expectável pelas tipologias de incentivos às empresas (Inovação 2030 e Funcionamento 2030) tem também sido um fator de pressão sobre a eficiência do OI (IDE).
C33	Não existem mecanismos que garantam a partilha de informação estratégica de monitorização entre a Autoridade de Gestão e os organismos intermédios em tempo real , o que, não obstante o esforço da AG em trabalhar a informação que é partilhada mensalmente, resulta numa assimetria de informação e, como tal, num risco potencial de perda de eficiência na gestão das tipologias de operação delegadas.
QA10. Eficácia do modelo de governação (envolvimento de stakeholders)	
C34	O CA cumprir os requisitos formais e assegura abrangência institucional e cobertura temática plenas , mas apesar da revisão efetuada em 2025, mantém sobre-representação da administração regional e duplicações , entre tutelas e organismos setoriais o que pode condicionar a eficácia da participação.
C35	O CA contribui para a implementação e eficácia do programa sobretudo na sua função deliberativa , mas existem margens de progressão nos contributos que pode dar em termos de acompanhamento e coordenação interinstitucional .
C36	O funcionamento formal do CA é adequado , porém a participação efetiva é muito desigual entre os membros em resultado da dimensão do Comité, da extensão da agenda das reuniões, da dificuldade de preparação prévia dos diferentes níveis de capacitação dos membros, o que pode prejudicar o debate técnico. Os mecanismos de articulação de stakeholders previstos e implementados são suficientes , mas são necessários aprofundamentos nomeadamente no que se refere à operacionalização de grupos temáticos, à consolidação dos mecanismos de capacitação e a um maior acesso a informação no contexto das consultas prévias.
C37	A função acompanhamento do CA é ainda insuficiente , não havendo prática de acompanhamento entre reuniões, que pode ser superado pela implementação de grupos temáticos. O contexto de proximidade na RAM gera contactos sistemáticos entre as diferentes entidades, mas não substitui mecanismos estruturados de articulação inter-reuniões.
C38	As Redes de Articulação Funcional contribuíram para a construção e estabilização do modelo institucional e procedimental do Portugal 2030, assegurando coerência e harmonização dos principais instrumentos de gestão , com um contributo mais evidente ao nível sistémico e na fase inicial de operacionalização do Programa Madeira 2030, em particular através da Rede de coordenação e da Rede de monitorização e avaliação. O contributo das redes para a eficácia e eficiência da gestão do Programa revelou-se diferenciado por domínio: elevado na estabilização de instrumentos transversais (indicadores, critérios de seleção, sistemas de reporte), mas mais limitado na articulação estratégica e operacional do plano de avisos, onde os processos de validação centralizada, embora necessários para garantir coerência, introduziram custos relevantes em termos de agilidade e tempos de implementação.
C39	No contexto Nacional a participação predominantemente concentrada nas AG, associada à integração pontual dos OI, reduziu o potencial de algumas redes, sobretudo as que têm dimensões mais técnicas, enquanto instrumentos de capacitação institucional alargada .

#	Conclusão
	As Redes de Articulação Funcional têm funcionado sobretudo numa lógica de conformidade e harmonização , mais do que como espaços de planeamento e articulação temática entre Programas , o que condicionou o seu contributo direto para a melhoria sustentada da eficiência operacional.
QA11. Ritmo de implementação do Programa	
C40	O processo de avaliação decorreu com o Programa ainda numa fase inicial de execução que prejudicou a análise do potencial de cumprimento quer da regra n+3 quer do potencial de cumprimento dos objetivos traçados para as metas. Acresce que, em outubro foi apresentada uma proposta de reprogramação que, sendo aprovada, altera as perspetivas de evolução da execução do Programa. O que se pode concluir é que o Programa esteve até ao final do 1º trimestre de 2025 em ritmo lento que se pautou por OE sem avisos abertos, avisos ainda sem decisão sobre candidatura e um conjunto de operações em execução sobretudo associadas a avisos convite e/ou a tipologias orientadas a financiamento de instrumentos de política de continuidade, sobretudo no âmbito do FSE+. Esta situação foi sendo corrigida ao longo do ano, mas o aumento do ritmo nas várias componentes de implementação do Programa ainda não permitiu corrigir os atrasos.
C41	Este difícil arranque do Programa justifica-se por um conjunto de fatores externos não antecipável: o ciclo político de impasse na RAM que prejudicou os processos de tomada de decisão, processos orçamentais regionais e implicou bloqueios institucionais. Mas também igualmente por um conjunto de fatores internos, nomeadamente: (i) a sobreposição temporal entre o fecho do PO Madeira 2020, a execução do PRR e o arranque do Madeira 2030 que afetam quer a mobilização dos recursos técnicos da AG e demais entidades associadas à execução, mas também a própria mobilização da procura conforme explicitado na QA5;(ii) o desenvolvimento tardio dos “processos dos Fundos”, em particular dos sistemas de informação afetou processos-chave como o lançamento dos avisos, a certificação de despesa e a monitorização. O Plano de Ação implementado para aumentar o ritmo de lançamento de avisos teve bons resultados no 1º e 2º semestre de 2025, o que permite antever um aumento sistemático da dinâmica de execução.
C42	Considerando os dados de programação financeira inicial aprovada, na medida em que a proposta de reprogramação se encontra em análise, as perspetivas de cumprimento da regra n+3 para 2025 são diferentes consoante os Fundos, o FSE+ deverá ultrapassar a meta, enquanto o FEDER se encontra numa situação mais preocupante e sem um aumento substancial da capacidade de execução não se vislumbra a possibilidade de cumprimento. Observando a regra n+3 pelos valores globais, i.e., sem distinção de Fundos, podemos antecipar que o bom comportamento do FSE+ poderá permitir uma aproximação ao objetivo dos 105M€, desde que a certificação de despesa venha a ser agilizada ou que se verifique uma flexibilização da regra passando a considerar-se despesa validada. Atualmente os valores de certificação de despesa são baixos e incidem apenas sobre FSE+ colocando alguma incerteza adicional.
C43	As taxas de execução financeira sendo baixas estão em linha com o histórico do período de Programação anterior. A inexistência de dados de execução física, em parte devido à menor maturidade das operações, mas também à ainda não disponibilização do módulo de monitorização no sistema de informação, não permite uma análise do potencial de cumprimento das metas. Porém, face ao número de candidaturas em análise, aprovadas e em execução, aos valores definidos para os objetivos intermédios para os indicadores de realização, aos períodos de elegibilidade definidos para alguns avisos, antecipa-se a possibilidade de cumprimento destas metas para alguns OE , sobretudo associados ao FSE+, mas também ao FEDER, nomeadamente os relativos às TI CUA, à digitalização dos organismos públicos. Em sentido inverso parece mais duvidoso o cumprimento das metas intermédias nos domínios da formação avançada, da inovação empresarial e genericamente dos apoios às empresas e do domínio dos resíduos. Noutros casos perspetiva-se que com ações orientadas à alavancagem da execução pode ser possível garantir o cumprimento das metas.
QA12. Implementação do Instrumento Territorial Integrado (ITI)	
C44	Tendo em conta a novidade do Instrumento na Região, os municípios , principalmente aqueles com funções de coordenação, reconhecem que não estavam suficientemente capacitados para a sua implementação. As dificuldades sentiram-se principalmente na co-construção de operações multi escala e de articulações com atores setoriais e respetivas estratégias. Uma preparação prévia destes processos em articulação com o IDR pode assegurar uma maior relevância estratégica das operações apoiadas e potenciando, desta forma, efeitos sinérgicos e a ampliação dos impactos no território.
C45	O Plano de Ação do ITI do Porto Santo apresenta debilidades ao nível da estruturação e clareza designadamente no que respeita: à definição de um quadro estratégico que torne perceptível as opções do município e o seu foco face à abordagem estratégica preconizada no PO Madeira 2030 para este ITI; à relevância estratégica dos projetos identificados; ao enquadramento e elegibilidade dos projetos nas TI mobilizadas para este ITI, principalmente no caso da TI Conservação da natureza, biodiversidade e património natural.

#	Conclusão
C46	O ITI de Porto Santo, face à menor experiência do município enquanto entidade coordenadora, do processo de implementação deste Instrumento, carece de maior acompanhamento por parte da AG do Programa.
C47	Os municípios de menor dimensão (como é o caso do Porto Santo, mas também Câmara de Lobos e Santa Cruz) confrontam-se com maiores dificuldades na implementação deste Instrumento face à sua menor experiência na captação e gestão de fundos comunitários, menor capacidade técnica e maturidade administrativa . Os municípios reconhecem a sua maior impreparação em matérias relevantes tais como a aplicação das regras comunitárias em geral, obrigações legais e financeiras, elaboração de pedidos de pagamento, elaboração de candidaturas, gestão de projetos e contratação pública.
C48	Os indicadores que constam dos contratos assinados entre as Entidades Coordenadoras dos ITI e a Autoridade de Gestão do Madeira 2030, são, na sua maioria, adequados , salvo raras exceções identificadas no ITI de Porto Santo, embora insuficientes para uma avaliação autónoma e mais eficaz dos efeitos esperados deste Instrumentos e para o acompanhamento e monitorização da sua execução em tempo útil .
QA13. Valor Acrescentado Europeu	
C49	Embora, no momento atual de execução do Madeira 2030, seja prematuro concluir sobre o valor acrescentado europeu dos apoios, os resultados do inquérito sugerem que poderá existir um efeito de volume significativo associado ao Madeira 2030, traduzido na alavancagem do investimento privado, sobretudo empresarial , uma vez que uma proporção elevada das entidades considera que o apoio irá permitir aumentar a dimensão e a ambição dos projetos e viabilizar componentes de investimento que não seriam concretizáveis com recursos próprios ou financiamento privado; adicionalmente, mais de metade dos promotores com candidaturas não aprovadas admite não avançar com os projetos sem o apoio, reforçando o carácter decisivo dos FEEI na mobilização do investimento regional.
C50	No que respeita aos efeitos de processo , as respostas ao inquérito indicam que os fundos europeus contribuíram sobretudo para a melhoria da qualidade, do perfil e da adequação estratégica dos projetos às prioridades de desenvolvimento local e regional e aos objetivos do Programa, ainda que com referências menos expressivas ao apoio direto da AG ou dos Organismos Intermediários em matérias de articulação entre atores, sinergias entre operações e alinhamento estratégico, sugerindo efeitos de processo positivos mais centrados no resultado final dos projetos do que nos mecanismos de acompanhamento e capacitação durante a sua conceção.
C51	A aplicação pela primeira vez do Instrumento Territorial Integrado introduziu um efeito de processo estrutural , ao alterar o modelo de governação territorial, reforçando o protagonismo dos municípios e uma lógica <i>bottom-up</i> , assente em processos participados de definição de estratégias e prioridades de investimento; este efeito é particularmente relevante no reforço da subsidiariedade, da autonomia local e da coordenação intermunicipal, constituindo uma mudança face a abordagens anteriormente mais setoriais e centralizadas.

403. De seguida, apresentam-se **as recomendações da avaliação**:

Recomendações sobre a Programação e Coerência Estratégica:

R01	Finalizar a reprogramação do Programa		
Fundamentação	As alterações de contexto, necessidades emergentes e constrangimentos à operacionalização em alguns dos objetivos estratégicos, a definição de novas prioridades pela CE, justificam um conjunto de ajustamentos estratégicos e operacionais à Programação do Madeira 2030, encontrando no exercício de reprogramação em curso uma janela de oportunidade para reforçar a coerência, eficácia e capacidade de resposta do Programa face à realidade atual da RAM.		
Operacionalização	<p>A proposta de reprogramação, apresentada à CE a 24 de outubro de 2025 reflete já as recomendações do Relatório Intermédio desta avaliação, nomeadamente, que os ajustamentos ao Programa deverão endereçar as seguintes dimensões:</p> <p>R1.1 - Criação de novos Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • A redução da ambição do PRR na área da habitação (de 1121 para 805 fogos) e a persistência de carências habitacionais na RAM (estimadas em 3.300 situações de realojamento) justifica a reintegração da habitação no Madeira 2030, através da mobilização do RSO4.7. Esta decisão permitirá assegurar a continuidade da Estratégia Regional de Habitação no pós-PRR, com condições de cofinanciamento mais favoráveis e maior flexibilidade na execução. • A Região deve reforçar a sua resiliência no domínio energético e na capacidade de produção maximizando a utilização de fontes de energia renovável. Perante a impossibilidade objetiva de se ligar ou reforçar a articulação com redes do Continente, deve reforçar a otimização de ativos apostando no reforço das interligações elétricas, através de mobilização de RSO2.11. <p>R1.2 - Reafectação de recursos entre prioridades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Face à necessidade de acomodar novas prioridades, como a habitação, ou a água, propõe-se a reafectação de recursos financeiros entre Objetivos, libertando assim margem orçamental no Madeira 2030. Sinaliza-se também a eventual necessidade de reprogramação ou redefinição do investimento previsto no RSO3.2, caso não se encontrem soluções 100% verdes viáveis. Recomenda-se, ainda, o reforço de dotações em áreas críticas afetadas por sobrecustos de construção. • Reforçar a operacionalização dos Objetivos Estratégicos com adequação parcial (OP3 e OP5), através do ajustamento de metas, reprogramação de verbas e reforço da capacidade de execução. <p>Assim, importa concluir o exercício de reprogramação, garantindo a coerência estratégica do Programa, a adequação dos recursos às prioridades emergentes e a maximização da sua eficácia e capacidade de execução no contexto específico da RAM.</p>		
Conclusões de Base	C02, C03 e C40		
Destinatário	Destinatário principal: AG (IDR) Destinatário secundário: DG Regio		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses
	X		

R02	Reforçar a articulação estratégica e funcional entre Programas		
Fundamentação	Verificam-se áreas com potencial de “concorrência entre programas (sobretudo PRR vs Madeira 2030) em domínios como eficiência energética, digitalização e instrumentos financeiros, o que eventualmente pode diminuir a eficiência global dos recursos.		
Operacionalização	R2.1 - Manter e aprofundar a especialização das fontes de financiamento por domínio de intervenção, reforçando mecanismos de coordenação inter programas. R2.2 - Clarificar fronteiras de elegibilidade entre Programas e reforçar a articulação para evitar ineficiências , nomeadamente com o Sustentável 2030. R2.3 - Melhorar a articulação com os beneficiários (ações de capacitação e envolvimento no planeamento) para reforçar as estratégias de planeamento das políticas nos diferentes instrumentos.		
Conclusões de Base	C04 e C05		
Destinatário	Destinatário principal: AG (IDR)		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses
		X	

Recomendações sobre a Execução e Operacionalização do Programa:

R03	Desenvolver um Plano de Ação que permita alavancar a execução do Programa		
Fundamentação	<p>O Programa tem demonstrado capacidade de mobilizar a procura em termos quantitativos, com um número relativamente elevado de candidaturas submetidas, sobretudo no âmbito do FEDER. No entanto, a taxa de decisão, ainda reduzida, revela um desfasamento entre a procura e a capacidade de resposta do sistema de gestão, o que compromete a eficácia e previsibilidade do Programa.</p> <p>Destacam-se como casos de desajustamento mais problemáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) a desproporção entre a exigência burocrática e a natureza/montante dos apoios na Alocação específica RUP (Funcionamento 2030), que impõem um esforço administrativo elevado a operações de pequena dimensão sem carácter de investimento; (ii) a situação da medida de combate à privação material, em que a inexistência de um sistema de informação plenamente operacional tem bloqueado a decisão sobre a candidatura em análise; e (iii) as limitações do Sistema de Informação no acompanhamento da execução física em operações FSE+, e (iv) a morosidade no preenchimento de pedidos de pagamento. 		
Operacionalização	R3.1 - Implementação de uma ação de reforço de recursos orientada à agilização do processo de decisão sobre candidaturas pendentes relativas ao OE 1A e 1R; R3.2 - Incremento do ritmo de certificação de despesa.		
Conclusões de Base	C9, C10, C11, C42 e C43		
Destinatário	Destinatário principal: AG (IDR) Destinatário secundário: OI, AD&C		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses
		X	

R04	Reforçar a previsibilidade e a regularidade do calendário de avisos, de modo a melhorar a captação da procura		
Fundamentação	<p>Registaram-se evidências de fenómenos de “autoexclusão, motivados por fatores como a burocracia, a instabilidade política (tempos de decisão), a complexidade dos sistemas e a potencial “concorrência” (temporal) com outros programas (particularmente o PRR).</p> <p>A irregularidade no ritmo de lançamento de avisos (não dependente na totalidade da ação da AG), a curta duração dos períodos de candidatura e a reduzida previsibilidade (que afetam particularmente o setor empresarial), constituem fatores que limitam a plena captação da procura desejada.</p>		
Operacionalização	<p>R4.1 - Promover maior regularidade no ritmo de lançamento de avisos, evitando concentrações ou hiatos prolongados, em especial nos sistemas de incentivos às empresas.</p> <p>R4.2 - Assegurar períodos de candidatura com duração adequada à complexidade das tipologias, reduzindo o risco de exclusão de projetos com potencial;</p> <p>R4.3 - Reforçar a divulgação do Plano Anual de Avisos e reforçar o seu cumprimento.</p>		
Conclusões de Base	C15, C16 e C41		
Destinatário	<p>Destinatário principal: AG (IDR)</p> <p>Destinatário secundário: OI, AD&C</p>		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses
		X	

R05	Promover articulação estratégica na dinamização plataformas de descoberta empreendedora e reforçar o Conselho Regional de Inovação		
Fundamentação	<p>A competitividade regional e o impacto sobre o desenvolvimento da Região, passa por assegurar uma RIS3 dinâmica e “viva”, com capacidade de antecipar necessidades e de acolher domínios emergentes, articulando ciclos de formação, capacitação e atração de talento aos domínios apoiados pelo programa nos domínios de especialização.</p>		
Operacionalização	<p>R5.1 - Dinamizar de forma coordenada e contínua as plataformas de descoberta empreendedora enquanto espaços de articulação entre empresas, centros de investigação, instituições de ensino superior e entidades públicas, com o objetivo de identificar oportunidades de investimento inovador alinhadas com a Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3). Para tal, é necessário assegurar o envolvimento ativo de todos os atores relevantes do ecossistema regional e criar condições operacionais para a sua participação regular, através de mecanismos de facilitação, mediação e acompanhamento técnico.</p> <p>R5.2 - Assegurar mecanismos de acompanhamento ao trabalho das Plataformas que garantam um Plano de Ação operacional em tempo de poder apoiar o estímulo da procura dirigida (eventuais avisos temáticos).</p> <p>R5.3 - Reforço do papel do Conselho Regional de Inovação, enquanto instância de governança estratégica da RIS3, garantindo o seu funcionamento efetivo, a renovação dos seus membros e a sua articulação com os processos de Programação e seleção de projetos no âmbito do Madeira 2030.</p>		
Conclusões de Base	C12		
Destinatário	<p>Destinatário principal: Unidade de Missão da EREI</p> <p>Destinatário secundário: AG (IDR)</p>		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses
		X	

Recomendações sobre a Simplificação de Processos e Sistemas de Informação

R06	Reduzir a carga burocrática dos processos de candidatura		
Fundamentação	Apesar de reconhecido pelos beneficiários como globalmente adequados os procedimentos e os mecanismos do Madeira 2030, existe uma percentagem relevante de beneficiários, que no ciclo de vida dos projetos, identifica um peso e complexidade relevante de questões burocráticas e excesso de pedido de documentação, que pode influenciar a decisão de candidatura.		
Operacionalização	<p>R6.1 - Avaliar, de forma articulada com o Órgão de Coordenação Nacional, oportunidades para a simplificação dos processos de candidatura online, incluindo funcionalidades do Balcão do Fundos, com vista a eliminar exigências redundantes e processos de preenchimento pouco eficientes, sobretudo quando a informação já se encontra disponível na Administração Pública.</p> <p>R6.2 - Avaliar a viabilidade de um processo de submissão mais simplificado, particularmente para pequenas entidades e projetos de menor dimensão.</p>		
Conclusões de Base	C06, C07, C09, C10, C14 e C19		
Destinatário	<p>Destinatário principal: AD&C</p> <p>Destinatário secundário: AG (IDR), OIs</p>		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses
		X	

R07	Rever os critérios de admissibilidade e exigências de informação em sede de candidatura na tipologia de operação Alocação Específica da RUP (medidas Funcionamento 2030)		
Fundamentação	Tendo em conta as evidências recolhidas pela equipa de avaliação, a taxa de complexidade e o peso burocrático associado à medida (incluindo o processo de análise e decisão) não tem proporcionalidade com os resultados da medida.		
Operacionalização	<p>R7.1 - Promover o ajuste dos requisitos da candidatura à natureza de subsídio à exploração, e desencorajando-se a exigência de elementos típicos de apoios ao investimento (ex. plano de negócios).</p> <p>R7.2 - Equacionar vantagens de ajustar a metodologia de custos simplificados</p>		
Conclusões de Base	C09, C10, C14 e C16		
Destinatário	<p>Destinatário principal: AG (IDR)</p> <p>Destinatário secundário: OI - IDE</p>		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses
		X	

R08	Reforçar a operacionalidade dos Sistemas de Informação		
Fundamentação	O Sistema de Informação com limitações naturais na fase de arranque do programa, tem vindo a registar progressos relevantes, mas mantém lacunas de desenvolvimento e operacionalidade que ainda limitam a eficácia e eficiência do Programa e do suporte à gestão.		
Operacionalização	<p>R8.1 - Acelerar a consolidação funcional das plataformas do sistema de informação, antecipando as necessidades (em particular no desenvolvimento do SI3), por forma a evitar atrasos adicionais ao longo do ciclo de vida de gestão das operações e dependência de soluções paralelas fora do sistema.</p> <p>R8.2 - Equacionar a mobilização de Inteligência Artificial para simplificar tempos de análise e reduzir incidências de erro.</p> <p>R8.3 - Reforçar a articulação entre as áreas de negócio e as áreas de sistema, conferindo maior autonomia às áreas de negócio nos processos de operacionalização.</p> <p>R8.4 - Agir proactivamente no sentido de desbloquear a operacionalização do Sistema de Informação da Privação Material (SIPM), assegurando a sua plena funcionalidade e integração no ciclo de gestão das operações.</p>		
Conclusões de Base	C06, C07, C22, C23, C24, C25, C26 e C27		
Destinatário	Destinatário principal: AG (IDR) Destinatário secundário: AD&C		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses
		X	

R09	Desenvolver e implementar um plano de capacitação em sistemas de informação e monitorização, alinhado com as necessidades dos utilizadores		
Fundamentação	A monitorização e o acesso a granularidade de informação é um elemento estruturante para a decisão e gestão, mas também para o envolvimento do ecossistema de fundos regional e para a transparência do processo. Maior utilização de informação, implica atores mais capacitados. As lacunas identificadas justificam um reforço de intervenção nestas dimensões.		
Operacionalização	<p>R9.1 - Integrar, no plano de capacitação, um plano de formação estruturado, prático e regular, especificamente focado nos sistemas de informação que suportam a gestão e monitorização do Programa. Este plano deve ser adaptado às funções das diferentes equipas (gestão, técnica, monitorização, Unidades de Gestão e Organismos Intermédios) e articulado com os ciclos de desenvolvimento e atualização dos próprios sistemas.</p>		
Conclusões de Base	C17, C23, C25, C27 e C29		
Destinatário	Destinatário principal: AG (IDR) Destinatário secundário: AD&C, OIs		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses
		X	

Recomendação sobre a Comunicação e Capacitação dos Beneficiários

R10	Reforçar a comunicação institucional do Programa		
Fundamentação	Implementar uma estratégia de comunicação proativa, segmentada por públicos-alvo e sustentada em campanhas multicanal, que vá além da mera divulgação reativa dos avisos. Esta estratégia deve integrar ações dirigidas a tipologias com baixa procura, bem como reforçar a notoriedade do Programa Madeira 2030 junto de públicos e territórios menos mobilizados.		
Operacionalização	Em termos operacionais, recomenda-se: R10.1 - A utilização plena do <i>microsite</i> Madeira 2030 como repositório acessível e atualizado de informação sobre avisos, projetos e indicadores; R10.2 - A dinamização de campanhas específicas em meios com maior penetração, como redes sociais, televisão regional e imprensa local; R10.3 - A valorização e mediatização de casos de sucesso e operações estratégicas Adicionalmente, recomenda-se: R10.4 - O reforço da equipa de comunicação da AG; R10.5 - A articulação estreita com os OI, em particular o IDE, para garantir uma comunicação mais eficaz com o tecido empresarial regional; R10.6 - A institucionalização de mecanismos de avaliação periódica da eficácia da comunicação, com recolha de indicadores e feedback dos destinatários.		
Conclusões de Base	C18		
Destinatário	Destinatário principal: AG (IDR) Destinatário secundário: OIs		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses X

R11	Reforçar a capacitação dos beneficiários		
Fundamentação	No contexto dos esforços no sentido de definir um Roteiro de Capacitação do Ecosistema Regional, implementar uma estratégia de capacitação mais robusta, contínua e adaptada às necessidades específicas dos diferentes perfis de beneficiários com vista a aumentar a qualidade da procura e a capacidade de execução das operações.		
Operacionalização	Em termos operacionais, recomenda-se: R11.1 - Acelerar a implementação do Roteiro de Capacitação regional, transformando-o num plano regular e sistemático, com ações dirigidas a entidades públicas e privadas. O plano deve incluir formação prática (ajustada ao ecossistema regional) e segmentada, priorizando temas críticos como contratação pública, gestão de projetos e indicadores, regras de elegibilidade e estruturação de candidaturas, utilização dos sistemas de informação e metodologias de custos simplificados; R11.2 - Articular as ações de capacitação com as fases operacionais dos avisos, promovendo, de forma alargada a todos os avisos, sessões de esclarecimento e apoio técnico direto a fase pré-aviso e ações de acompanhamento durante a submissão e execução dos projetos; R11.3 - Reforçar proactivamente o apoio nos territórios com menor capacidade institucional, incluindo o reforço da capacitação técnica dos municípios envolvidos nas ITI em matérias relevantes nos processos de captação e gestão dos apoios comunitários, como a aplicação das regras comunitárias em geral, obrigações legais e financeiras, elaboração de candidaturas e gestão de projetos e contratação pública, através da inclusão de ações de formação dirigidas aos municípios no Roteiro para a Capacitação do Ecosistema dos Fundos.		
Conclusões de Base	C17, C28, C29, C33, C39 e C48		
Destinatário	Destinatário principal: AG (IDR) Destinatário secundário: OIs		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses X	Longo Prazo Até 18 meses

Recomendações sobre a Monitorização

R12	Implementar melhorias no sistema de indicadores		
Fundamentação	<p>O sistema de indicadores definido para o Madeira 2030 apresenta uma estrutura globalmente coerente e fundamentada, sendo, em grande medida, adequado à monitorização do desempenho do Programa face aos objetivos que prossegue. Mas persistem limitações no sistema de indicadores, observando-se disparidades e questões de granularidade em diferentes TO, e uma subutilização de indicadores de acompanhamento.</p> <p>O sistema de monitorização de indicadores assenta nos dados provenientes do SI PT2030, que é alimentado pela informação recolhida junto dos beneficiários. Atualmente, a recolha de informação sobre indicadores de realização e resultado das operações ocorre apenas no momento de pedido de pagamento e/ou conclusão das operações, conforme as TO, o que limita a capacidade de monitorização ongoing do desempenho do Programa (mitigada por processos de acompanhamento interno).</p>		
Operacionalização	<p>R12.1 - Promover uma maior uniformização na definição e granularidade dos indicadores ao nível dos avisos entre as diferentes Tipologias de Operação, evitando disparidades e nº excessivo de indicadores de realização e resultado.</p> <p>R12.2 - Promover a utilização de indicadores de acompanhamento onde se verifique a necessidade de maior granularidade dos indicadores.</p> <p>R12.3 - Reforçar a bateria de indicadores de resultado dos ITI, com vista a maior adequação e cobertura, e ao acréscimo da eficácia da monitorização e avaliação destes Instrumentos, utilizado os Avisos.</p> <p>R12.4 - No caso do ITI de Porto Santo, retirar os Indicadores "Superfície dos Sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração", "Utilizadores anuais de transportes públicos novos ou modernizados" e Cidades ou Vilas com sistemas de transporte urbano digitalizado", caso na sequência da revisão do Plano de Ação se mantenha a ausência de operações das quais decorram estes resultados.</p> <p>R12.5 - Reforço de articulação dos mecanismos de recolha e reporte com as Unidades de Gestão, para apoio ao processo de planeamento entre instrumentos de estratégia e operacionalização dos projetos prioritários.</p>		
Conclusões de Base	C25, C26, C27, C28 e C48		
Destinatário	<p>Destinatário principal: AG (IDR)</p> <p>Destinatário secundário: Ols, Municípios do Funchal e Porto Santo, enquanto AU dos ITI</p>		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses
		X	

R13	Antecipar e diversificar os momentos de recolha de dados de monitorização		
Fundamentação	O apoio à decisão, requiere um conjunto de informação com maior granularidade e capacidades de antecipar riscos.		
Operacionalização	<p>R13.1 - Rever os processos de recolha de informação sobre indicadores de realização e resultado, em articulação com as ferramentas que estão a ser desenvolvidas pela AD&C, promovendo, sempre que possível, a recolha de informação sobre indicadores e metas em fases intermédias de execução das operações. Esta prática permitirá uma monitorização mais dinâmica e uma atuação atempada em caso de desvios face às metas estabelecidas.</p> <p>R13.2 - Ponderar a utilização da Inteligência Artificial para ensaios preditivos, antecipando riscos e necessidades de intervenção.</p>		
Conclusões de Base	C25, C26, C27, C28 e C43		
Destinatário	<p>Destinatário principal: AD&C e AG (IDR)</p> <p>Destinatário secundário:</p>		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses
		X	

Recomendações sobre o Modelo de Governação

R14	Manter o modelo de delegação de competências em OI, atuando sobre pontos críticos		
Fundamentação	A estrutura de gestão do Madeira 2030, incluindo a delegação de competências nos organismos intermédios, é globalmente adequada às funções que lhe estão atribuídas. Observam-se, no entanto, alguns fatores limitadores da eficiência das funções delegadas, e que resultam sobretudo de fatores sistémicos (nomeadamente perda de capacidades de recursos e de intervenção na esfera das políticas), e não do princípio da delegação em si. Em particular, a arquitetura e o grau de maturidade dos sistemas de informação (em particular o SI3, e, no caso da privação material, o SIPM ainda não funcional) tem constrangido a atuação dos OI.		
Operacionalização	<p>R14.1 - Criar as condições operacionais que permitam a concretização efetiva das funções delegadas no ISSM, assegurando a plena funcionalidade dos sistemas de informação necessários ao exercício do papel de OI;</p> <p>R14.2 - Reforçar a capacidade de resposta do IDE em ocorrências de picos de procura acima do expectável, nomeadamente através de ajustamentos organizacionais (plano para mobilização de RH) e/ou otimização de processos (por ex. recurso a ferramentas de IA para tarefas de verificação preliminar e apoio ao cumprimento da admissibilidade).</p>		
Conclusões de Base	C30, C31 e C32		
Destinatário	Destinatário principal: AD&C Destinatário secundário: OI		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses
		X	

R15	Reforçar os mecanismos de partilha de informação estratégica, monitorização e aprendizagem institucional entre a AG e os OI, aprofundando a lógica de gestão partilhada do Programa		
Fundamentação	O reforço da eficácia e eficiência do programa, conta com Organismos Intermédios dinâmicos e alinhados com a reposta aos estrangulamentos das políticas regionais, capazes de estimular melhores projetos e com maior impacto.		
Operacionalização	<p>R15.1 - Promover, junto da AD&C, o alargamento do acesso dos Organismos Intermédios aos sistemas de monitorização, designadamente à plataforma Dados dos Fundos.</p> <p>R15.2 - Assegurar uma devolução mais sistemática aos OI do conhecimento produzido nas Redes de Articulação Funcional de carácter técnico, de modo a potenciar o seu contributo para a capacitação institucional e o alinhamento de práticas entre os diferentes níveis de governação do Programa.</p>		
Conclusões de Base	C30, C31, C32, C33 e C39		
Destinatário	Destinatário principal: AD&C Destinatário secundário: AG (IDR)		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses
		X	

R16	Reforçar a utilidade estratégica do CA		
Fundamentação	O CA tem funções regulamentares e formais e é estruturante para a transparência e prestação de contas do Programa. Nestes domínios o funcionamento do CA tem sido completamente adequado. A AG tem estimulado, em diferentes geometrias a dinâmica do mesmo, nem sempre com resultados plenamente satisfatórios. Importa manter o teste de soluções para um envolvimento mais participado dos seus participantes. Foi à luz desta preocupação, que se tentou no âmbito da avaliação, encontrar propostas para melhoria da sua intervenção.		
Operacionalização	<p>Reforçar o equilíbrio funcional e temático do Comité de Acompanhamento</p> <p>R16.1 - Reduzir a dimensão do CA, racionalizando a representação evitando, sempre que possível, a representação das áreas de governo regional por via das secretarias regionais e dos serviços da administração regional tutelados.</p> <p>R16.2 - Repensar a representação dos parceiros sociais que estão representados pelo órgão tripartido CES e ao mesmo tempo pelas estruturas de representação empresarial e sindical. Ao mesmo tempo procurar reforçar a participação da sociedade civil e dos beneficiários diretos, integrando organizações da área da igualdade e inclusão.</p> <p>R16.3 - Estabilizar a representação eventualmente com a implementação da lógica de mandatos fixos.</p> <p>Reforço Operacional</p> <p>R16.4 - Implementar mecanismos de participação temática, nomeadamente por via dos grupos de trabalho organizados por prioridade de investimento e incluindo as temáticas transversais, de modo a aprofundar as práticas de colaboração e gerar contributos mais técnicos nas reuniões plenárias por via das reuniões temáticas preparatórias (preferencialmente em modelo virtual).</p> <p>R16.5 - Consolidar um calendário de capacitação dos membros do CA e momentos de trabalho entre reuniões de CA.</p>		
Conclusões de Base	C34, C35, C36 e C37		
Destinatário	Destinatário principal: AG (IDR) Destinatário secundário:		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses
		X	

Recomendações sobre a operacionalização do Instrumento Territorial Integrado

R17	Melhorar a Governança da ITI		
Fundamentação	<p>A mobilização de um novo instrumento, conforme o texto do programa, reforçava um conjunto de ambições territoriais, não no que se poderia gerar de diferente, mas na forma como podemos gerar sinergias e projetos com impacto alargado. Colocar responsabilidade no Municípios para encontrar escolhas partilhadas, com impacto multiescala (no caso do Funchal) ou com impacto estratégico (no caso do Porto Santo) reforçou as expectativas e a ambição em torno dos resultados de processo e de operacionalização. A equipa de avaliação, procurou sobretudo, identificar dimensões de melhoria para o quadro atual e para intervenções futuras.</p>		
Operacionalização	<p>R17.1 - Valorizar a proatividade da AG no acompanhamento da revisão do Plano de Ação do ITI de Porto Santo, de modo a assegurar o acompanhamento da sua implementação, incluindo o apoio ao município na elaboração dos procedimentos inerentes a este processo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recomenda-se, nomeadamente, a presença do IDR no Conselho Estratégico, órgão de acompanhamento do ITI; <p>R17.2 - Definir o modelo de participação, dinâmico e inclusivo, abrangendo os principais <i>stakeholders</i> a envolver no acompanhamento da implementação do ITI.</p> <p>R17.3 - Em futuros exercícios de implementação do Instrumento Territorial integrado, importa promover a capacitação dos municípios enquanto principais beneficiários dos ITI, desde logo, no momento inicial que precede a elaboração dos respetivos Planos de Ação. O Plano deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conter um conjunto de operações a apoiar cuja pertinência e relevância estratégica deve ser evidenciada face ao quadro estratégico / de objetivos definido para o ITI. • Devem ser incentivados pela AG, mecanismos que promovam a articulação entre atores, incluindo de diferentes níveis de governação, e as respetivas intervenções no território alvo, no sentido de potenciar complementaridades e sinergias, maior eficácia e eficiência das intervenções. • Deve ser valorizada a intervenção da AG no sentido de validar a adequação e qualidade do Plano de Ação, tendo em conta as dimensões e expectativas acima referidas 		
Conclusões de Base	C44, C45, C46 e C47		
Destinatário	<p>Destinatário principal: AG (IDR) Destinatário secundário: Entidade Coordenadoras do ITI</p>		
Implementação	Curto Prazo (0-4 meses)	Médio Prazo Até 12 meses	Longo Prazo Até 18 meses
		X	X

7. Referências Bibliográficas e Eletrónicas

Avisos publicados

Comissão Europeia (2025). COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT AND THE COUNCIL A modernised Cohesion policy: The mid-term review [[Comunicação da CE](#)]

Contratos de delegação de competências da Autoridade de Gestão do Programa Regional da Madeira 2021-2027 nos Organismos Intermédios

Contratos para a Implementação de Investimentos Territoriais Integrados, celebrados com o Município do Funchal e o Município do Porto Santo

Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa, manuais de procedimentos e documentos de orientação técnica

Estratégia Clima Madeira_2020-2039 [[Estratégia Clima-Madeira](#)]

Estratégia de Resíduos Urbanos da RAM [[PAERU](#)]

Estrutura e orgânica da Autoridade de Gestão nos Organismos Intermédios, incluindo os quadros de pessoal técnico

Estudo prospetivo das Qualificações da RAM_2021-2027 [[Estudo Qualificações - RAM](#)]

Guia do Beneficiário dos Sistemas de Incentivos no âmbito do Programa Regional da Madeira 2021 - 2027 (Madeira 2030) [[Guia](#)]

Plano Anual de Avisos do Portugal 2030 [[Plano Anual Avisos PT2030](#)]

Plano de Ação para a Mobilidade Sustentável da Região Autónoma da Madeira [[PAMUS](#)]

Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira 2030 (PDES Madeira 2030) [[PDES Madeira 2030](#)]

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Arquipélago da Madeira (PGRH-Madeira): 2022- 2027

Plano Estratégico de Comunicação do Madeira 2030 [[PEC2030](#)]

Plano Integrado e Estratégico de Transportes da Região Autónoma da Madeira [[PIETRAM 2021-2027](#)]

Plano Regional de Emprego período de 2021-2027 [[PRE 2021-2027](#)]

Plano Regional de Saúde 2030 [[PRS 2021-2030](#)]

Programa Regional da Madeira 2021-2027 (1ª reprogramação de fevereiro 2025) [[Programa M2030](#)]

Regulamento interno do Comité de Acompanhamento, consultas escritas e atas das reuniões [[Regulamento](#)]

Relatórios de Monitorização do Madeira 14-20

Relatórios de Monitorização do Madeira 2030

Relatório de REVISÃO INTERCALAR 2025 - Relatório de enquadramento (maço 2025 com aditamentos de junho 2025)

RIS3_2021-2027 [[RIS-MAdeira 2021-2027](#)]

Roteiro de Capacitação do Ecossistema dos Fundos da Política da Coesão para o Período 2021-2027 [[Roteiro Capacitação](#)]

Teoria da Ação do Programa e Teoria da Programação

8. Anexos

A.1 Síntese do Programa Madeira 2030 e execução a 30.09.2025

A.1.1 Programa Madeira 2030 por Prioridade, Objetivo Específico, Tipologias de Ação, Indicadores de Realização, Indicadores de Resultado, Complementaridade com Outras Intervenções, Principais Grupos-Alvo e Montante (€)

Prioridade	Objetivo Específico	Tipologias de Ação	Indicadores de Realização	Indicadores de Resultado	Complementaridade com Outras Intervenções	Principais Grupos-Alvo	Montante (€)
1A	RSO1.1 – Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de I&D - Infraestruturas científicas - Valorização económica do conhecimento - Transferência de tecnologia 	RCO01 – Empresas apoiadas (micro, pequenas, médias, grandes) RCO02 – Empresas apoiadas através de subvenções RCO05 – Novas empresas apoiadas RCO06 – Investigadores que trabalham em instalações de investigação apoiadas RCO07 – Organizações de investigação que participam em projetos de investigação conjunta RCO10 – Empresas em cooperação com organizações de investigação	RCR02 – Investimentos privados combinados com apoio público RCR03 – PME introdutoras de inovação de produtos ou de processos RCR102 – Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas	Horizonte Europa, Marie Skłodowska-Curie, LIFE, Erasmus+, PRR (Agendas Mobilizadoras), Banco Português de Fomento	Empresas, entidades do SRI, setor público e privado de I&D	40.000.000 €
1A	RSO1.2 – Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, organismos de investigação e autoridades públicas	<ul style="list-style-type: none"> - Digitalização empresarial - Smart cities - Serviços digitais na AP 	RCO01 – Empresas apoiadas RCO02 – Empresas apoiadas através de subvenções RCO14 – Instituições públicas apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais	RCR11 – Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados RCR12 – Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais novos e melhorados desenvolvidos por empresas	PRR (C19, C01, C20), Smart Islands Hub, Estratégia Digital Europeia	Administração Pública Regional e Local, setor empresarial	8.000.000 €

1A	RSO1.3 – Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME	<ul style="list-style-type: none"> - Inovação produtiva - Internacionalização - Incubação e ecossistemas 	RCO01 – Empresas apoiadas RCO02 – Empresas apoiadas através de subvenções RCO03 – Empresas apoiadas através de instrumentos financeiros RCO15 – Capacidade de incubação criada	RCR01 – Postos de trabalho criados em entidades apoiadas RCR03 – PME introdutoras de inovação de produtos ou de processos	PRR (C16), Banco Português de Fomento, InvestEU, FEAMPA	PME, empreendedores	80.000.000 €
1A	RSO1.4 – Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> - Plataformas RIS3 - Capacitação institucional - Planeamento e redes colaborativas 	RCO16 – Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora	RSR03 – Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora	EREI RAM 2021–2027, Smart Specialisation Platform	Entidades do SRI, Administração Pública, setor empresarial	5.000.000 €
1R	RSO1.3 – Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos	<ul style="list-style-type: none"> - Compensação de custos operacionais adicionais (transporte, insularidade, dimensão do mercado, topografia) - Apoios diferenciados com base na eficiência energética e digitalização 	RCO01 – Empresas apoiadas RCO02 – Empresas apoiadas através de subvenções	RCR01 – Postos de trabalho criados em entidades apoiadas RSR16 – Peso do incentivo aprovado no volume de negócios anual	PO Madeira 14–20 (experiência anterior), Horizonte Europa, Programas de cooperação entre RUPs	Empresas regionais dos setores: indústria, comércio, energia, ambiente, serviços, construção, transportes, armazenagem, turismo, TIC, saúde, educação	60.597.098 €
2A	RSO2.1 – Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de GEE	<ul style="list-style-type: none"> - Reabilitação energética de edifícios públicos e privados - Eficiência energética em empresas - Sistemas de gestão de energia 	RCO01 – Empresas apoiadas RCO02 – Empresas apoiadas através de subvenções RCO19 – Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	RCR26 – Consumo anual de energia primária	PNEC 2030, PRR, Green Deal, Fit for 55	Administração Pública, empresas	17.000.000 €
2A	RSO2.5 – Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água	<ul style="list-style-type: none"> - Reabilitação de redes de distribuição - Expansão de redes de saneamento - Reutilização de águas residuais 	RCO30 – Comprimento das condutas de água melhoradas RCO31 – Comprimento das condutas de águas residuais melhoradas	RCR41 – População ligada a redes de abastecimento de água RCR42 – População ligada a redes de tratamento de águas residuais RCR43 – Perdas de água nos sistemas de distribuição	PRAM, PGRH, Estratégia CLIMA-Madeira	População residente e visitante, setor empresarial, AP	45.000.000 €
2A	RSO2.6 – Promover a transição para uma economia circular	<ul style="list-style-type: none"> - Triagem e reciclagem de resíduos - Reutilização e compostagem - Valorização de resíduos industriais 	RCO119 – Resíduos preparados para reutilização	RCR103 – Resíduos objeto de recolha seletiva	PERSU 2030, Estratégia Nacional de Resíduos	Municípios, empresas, operadores de resíduos	16.000.000 €

2A	RSO2.7 – Reforçar a proteção da natureza e biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> - Infraestruturas verdes - Conservação da Rede Natura 2000 - Monitorização da qualidade do ar e ruído 	RCO36 – Infraestruturas verdes apoiadas RCO37 – Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção	RCR50 – População beneficiada por medidas relativas à qualidade do ar RCR95 – População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas	Estratégia Biodiversidade 2030, Natura 2000, ENAR	População residente, visitantes, AP	28.000.000 €
2B	RSO2.8 – Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável	<ul style="list-style-type: none"> - Corredores BUS - Material circulante limpo - Interfaces e zonas pedonais - Infraestruturas cicláveis 	RCO57 – Capacidade do material circulante respeitador do ambiente	RCR62 – Utilizadores anuais de transportes públicos novos ou modernizados	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável PRR Green Deal	Cidadãos Operadores de transporte Municípios	20.542.063 €
3A	RSO3.1 Desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação dos portos do Caniçal e Porto Santo - Reabilitação de molhes, reforço de infraestruturas e equipamentos - Implementação de sistemas de abastecimento com fontes de energia alternativas 	RSO09 - Portos Marítimos RTE-T Intervencionados	RSR14 - Transporte de Mercadorias por via marítima	<ul style="list-style-type: none"> - Alinhamento com o PIETRAM e PDES 2030 - Conformidade com o regulamento europeu sobre combustíveis renováveis no transporte marítimo 	<ul style="list-style-type: none"> - Operadores portuários - Empresas de transporte marítimo - População residente e visitantes 	20.000.000 €
3A	RSO3.2 Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal	<ul style="list-style-type: none"> - Renovação da ligação marítima entre Madeira e Porto Santo com embarcação movida a energias não fósseis - Promoção da mobilidade elétrica e modos suaves - Apoio à intermodalidade e bilhética digital 	RSO10 – Embarcações de transporte público movidas a fontes de energia mais limpas	<ul style="list-style-type: none"> RCR29 – Emissões estimadas de gases com efeito de estufa RSR15 – Utilizadores anuais do novo Ferry apoiado 	<ul style="list-style-type: none"> - Alinhamento com o PIETRAM e Programa Porto Santo Fossil Free Island - Contributo para metas REPowerEU 	<ul style="list-style-type: none"> - População residente - Visitantes - Operadores de transporte 	40.000.000 €
4A (FEDER)	RSO4.5 – Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade	<ul style="list-style-type: none"> - Construção do novo Centro de Saúde do Porto Santo - Equipamentos e tecnologias para diagnóstico e terapêutica - Novos modelos de provisão e equipamentos digitais 	RCO69 – Capacidade das instalações de cuidados de saúde	RCR73 – Utilizadores anuais das instalações de saúde apoiadas	PRR – Componente C1 (SNS), Plano Nacional de Saúde, Estratégia Regional de Saúde RAM	População residente, profissionais de saúde	19.000.000 €
4A (FEDER)	RSO4.6 – Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do património cultural - Serviços culturais e turísticos - Edifícios energeticamente eficientes 	RCO77 – Número de sítios culturais e turísticos apoiados	RCR77 – Visitantes anuais dos sítios apoiados	Estratégia Regional de Cultura, Plano Estratégico para o Turismo da RAM, PRR – Cultura	População residente, visitantes, operadores culturais e turísticos	32.000.000 €
4A (FSE+)	ESO4.1 – Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego	<ul style="list-style-type: none"> - Medidas de ativação - Garantia Jovem - Apoio ao emprego por conta própria e economia social 	EEO02 – Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	EEO05 – Participantes com emprego, seis meses depois de terminada a participação	Plano Regional do Emprego da RAM (PRE 2021–2030)	Jovens NEET, desempregados de longa duração, inativos	48 000 000€

4A (FSE+)	ESO4.4 – Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	<ul style="list-style-type: none"> - Formação contínua - Promoção do envelhecimento ativo - Ambientes de trabalho saudáveis 	EECO05 – Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	EESR30 – Participantes (nos RHAQ) com ensino superior empregados 6 meses depois de terminada a participação EESR21 – Trabalhadores que se consideram mais aptos após a frequência da formação	Estratégia Regional de Envelhecimento Ativo e Saúde Ocupacional	Ativos empregados, Recursos humanos com formação superior (CITE 5 ou superior), Trabalhadores da administração pública	12 000 000€
4A (FSE+)	ESO4.6 – Promover a igualdade de acesso e a conclusão de percursos de educação e formação	<ul style="list-style-type: none"> - Educação inclusiva - Formação vocacional - Ensino superior e aprendizagem de adultos 	EESO21 – Participantes apoiados nos Cursos Profissionais EESO02 – Participantes apoiados em bolsas de doutoramento EESO31 - Participantes apoiados em Bolsas de Doutoramento em Ambiente Não Académico	EESR22- Diplomados, no tempo próprio, em cursos de formação de dupla certificação EESR04 – Doutoramentos concluídos (no tempo próprio)	Estratégia Regional de Educação e Formação	Jovens (15-29 anos) Adultos Empregados, Adultos Desempregados, Inativos	90 360 839€
4A (FSE+)	ESO4.7 – Promover a aprendizagem ao longo da vida	<ul style="list-style-type: none"> - Formação modular; - Ações Capacitar - Centros Qualifica - Formação digital 	EESO03 – Participações em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência	EESR06 – Participações certificadas em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência	Estratégia Regional de Competências e Digitalização	Adultos empregados, Adultos desempregados, Adultos empregados com baixas qualificações, Adultos desempregados com baixas qualificações, Inativos	14 600 000 €
4A (FSE+)	ESO4.8 – Favorecer a inclusão ativa	<ul style="list-style-type: none"> - Formação de base qualificante - Educação e formação de grupos mais desfavorecidos - Programas de inserção socioprofissional - Inovação social 	EECO02 – Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	EECR05 – Participantes com emprego, seis meses depois de terminada a sua participação	Estratégia Regional de Inclusão Social e Combate à Pobreza	Grupos vulneráveis e desfavorecidos (o Beneficiários do rendimento social de inserção, Desempregados de longa duração, Desempregados com baixas qualificações, Famílias em situação vulnerável, Organizações da sociedade civil, Pessoas com deficiência e incapacidade)	65 900 000 €

4A (FSE+)	ESO4.11 – Reforçar o acesso a serviços de qualidade e modernizar os sistemas de proteção social	<ul style="list-style-type: none"> - Igualdade de acesso a serviços de educação e desenvolvimento de competências - Envelhecimento ativo, estilos de vida saudável e prevenção de doenças - Aumentar a qualidade e diversificar a provisão de serviços - Aumentar a qualidade e diversificar a provisão de serviços 	EESO20 – Pessoas abrangidas por respostas sociais de natureza não institucional	EESR19 – Capacidade de intervenção das entidades junto de pessoas vulneráveis	Estratégia Regional de Saúde e Proteção Social	Crianças, idosos, pessoas com deficiência, famílias vulneráveis	15 000 000€
4B (FSE+)	ESO4.1 – Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens	<ul style="list-style-type: none"> - Apoios à contratação de jovens desempregados - Estágios profissionais - Programas de formação e emprego para a transição para o mercado de trabalho - Apoio ao empreendedorismo jovem 	EECO07 – Jovens entre os 18 e os 29 anos	EESR01 – Participantes Jovens entre os 18 e os 29 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Garantia Jovem, Iniciativa ALMA, Estratégia Europeia para a Igualdade de Género	Jovens entre os 15 e os 29 anos, em particular os NEET	40.000.000 €
4C (FSE+)	ESO4.13 – Combater a privação material	Combate à privação material (Programas de distribuição de alimentos às pessoas mais carenciadas, Assistência material de base e apoio direcionado às famílias, com acompanhamento temporal, Iniciativas de promoção de integração social na comunidade)	EMCO09 –Quantidade total de alimentos distribuídos	EMCR01 – Número de destinatários finais que recebem ajuda alimentar	Programa de Emergência Alimentar da RAM (PEARAM), Estratégia Regional de Inclusão Social e Combate à Pobreza	População mais carenciada, incluindo crianças e idosos, Pessoas com deficiência e/ou incapacidade, Sem-abrigo, Grupos pertencentes a populações imigrantes ou minorias étnicas	14.000.000 €
5A	RSO5.1 – Fomentar o desenvolvimento integrado e inclusivo dos territórios, através de estratégias territoriais locais	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado (ITI) - Reabilitação de espaços públicos - Valorização do património natural, cultural e turístico - Apoio a iniciativas locais de desenvolvimento urbano sustentável 	RCO74 – População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado RCO75 – Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	RCR77 – Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	PRR (Cultura, Habitação, Transição Digital), Estratégias Locais de Desenvolvimento, Redes Urbanas, Smart Cities	População residente, visitantes, municípios, entidades culturais e turísticas	10.000.000 €

7A	Apoiar a gestão, monitorização, avaliação, comunicação e controlo do Programa	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão estratégica: estudos, avaliações, comunicação - Capacitação dos intervenientes: formação de quadros técnicos - Gestão operacional: aquisição de bens, serviços e equipamentos - Acompanhamento e verificação de projetos - Prevenção e combate à fraude - Interoperabilidade e transparência - Apoio logístico e deslocações 	<p>ATESO01 - Verificações no local realizadas</p> <p>ATESO03 - Ações de informação, divulgação e publicitação do Programa</p> <p>ATESO04 - Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT</p>	Melhoria da gestão estratégica, monitorização e avaliação do PR	Plano Global de Avaliação 2030, Estratégia de Comunicação, Plano de Gestão de Riscos de Fraude	Autoridade de Gestão, Estrutura de Apoio Técnico, Organismos Intermediários, entidades beneficiárias	19 000 000 €
----	---	---	---	---	--	--	--------------

Fonte: Programa Regional da Madeira 2021-2027 (1ª reprogramação de fevereiro 2025)



A.1.2 Lista de Avisos Publicados

A.1.2.1 Lista Avisos FEDER (a 30.09.2025)

Código	Designação	Data Início	Data Fim	Dotação Fundo (€)	Estado
M2030-2024-10	Inovação 2030 - Inovação	06/05/2024	08/07/2024	13 300 000	Fechado
M2030-2024-14	Unidade Local de Saúde do Porto Santo	24/05/2024	10/07/2024	12 000 000	Fechado
M2030-2024-19	Recuperação e Ampliação da ETAR do Funchal - 2ª Fase	25/07/2024	26/08/2024	7 500 000	Fechado
M2030-2024-21	Sala de Concertos da Madeira	30/08/2024	26/09/2024	15 000 000	Fechado
M2030-2024-26	Apresentação do Plano de Ação com vista à operacionalização do Instrumento Territorial Integrado (ITI) - Funchal.	17/09/2024	02/10/2024	24 000 000	Fechado
M2030-2024-27	Convite para apresentação do Plano de Ação para a Operacionalização do Instrumento Territorial Integrado (ITI) - Porto Santo, do Madeira 2030	17/09/2024	02/10/2024	10 000 000	Fechado
M2030-2024-33	Ciclo Urbano da Água (CUA) em Baixa – Abastecimento de Água	30/10/2024	30/12/2024	19 000 000	Fechado
M2030-2024-37	Ciclo Urbano da Água (CUA) em Baixa – Saneamento de Águas Residuais	06/12/2024	07/02/2025	7 500 000	Fechado
M2030-2024-43	Funcionamento 2030 - Transportes	18/12/2024	24/01/2025	3 400 000	Fechado
M2030-2024-44	Internacionalização 2030	20/12/2024	31/01/2025	2 000 000	Fechado
M2030-2025-05	Recuperação de Património Histórico e Cultural	11/02/2025	11/04/2025	7 000 000	Fechado
M2030-2025-07	Empreendedorismo e Inovação	03/03/2025	07/04/2025	1 000 000	Fechado
M2030-2025-10	Funcionamento 2030 - Outros custos de funcionamento	18/03/2025	21/04/2025	15 250 000	Fechado
M2030-2025-12	Investigação e inovação	24/04/2025	30/06/2025	7 500 000	Fechado
M2030-2025-13	Monitorização da Qualidade do Ar	29/04/2025	30/06/2025	1 000 000	Fechado
M2030-2025-14	Estratégia Clima Madeira – Atualização dos Riscos e Vulnerabilidades	30/04/2025	30/06/2025	700 000	Fechado
M2030-2025-15	Digitalização da Administração Pública Local – IT	08/05/2025	23/06/2025	2 526 122	Fechado
M2030-2025-17	Valorização do Património Cultural - IT	13/05/2025	18/06/2025	1 200 000	Fechado
M2030-2025-19	Planos Municipais de Gestão de Resíduos	27/05/2025	27/06/2025	500 000	Fechado
M2030-2025-20	Reforço da Mobilidade Urbana Sustentável - IT	05/06/2025	23/07/2025	2 550 000	Fechado
M2030-2025-21	Eficiência Energética em Infraestruturas Públicas – Administração Pública Local	06/06/2025	31/07/2025	4 000 000	Fechado
M2030-2025-26	Inovação 2030 - Inovação	05/08/2025	30/09/2025	10 000 000	Fechado
M2030-2025-27	Internacionalização do Rum da Madeira	19/08/2025	16/10/2025	600 000	Aberto
M2030-2025-28	Melhoria das Condições de Operacionalidade do Porto do Porto Santo	25/08/2025	15/10/2025	5 312 500	Aberto

Código	Designação	Data Início	Data Fim	Dotação Fundo (€)	Estado
M2030-2025-29	Melhoria das Condições de Operacionalidade do Porto do Caniçal	25/08/2025	17/10/2025	14 687 500	Aberto
M2030-2025-33	Ciclo Urbano da Água (CUA) em Baixa – Abastecimento de Água	05/09/2025	19/12/2025	20 000 000	Aberto
M2030-2025-34	Ciclo Urbano da Água (CUA) em Baixa – Saneamento de Águas Residuais	05/09/2025	19/12/2025	8 000 000	Aberto
Total Dotação FEDER lançada em Avisos *				181 526 122	

* Exclui dotação indicativa dos avisos para Apresentação dos Planos de Ação com vista à operacionalização do Instrumento Territorial Integrado (ITI)

Fonte: Dados partilhados pela AG

A.1.2.2 Lista de Avisos FSE+ (a 30.09.2025)

Código	Designação	Data Início	Data Fim	Dotação Fundo (€)	Estado
M2030-2023-01	Assistência Técnica	23/06/2023	21/07/2023	3 500 000	Fechado
M2030-2023-02	Assistência Técnica - Organismos Intermediários	31/10/2023	24/11/2023	1 000 000	Fechado
M2030-2024-01	Cursos de Aprendizagem – Conclusão do Ciclo Formativo	09/02/2024	11/03/2024	500 000	Fechado
M2030-2024-02	Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) - Entidades Públicas (ciclo formativo 2023-2025)	01/03/2024	12/04/2024	1 000 000	Fechado
M2030-2024-03	Cursos de Aprendizagem	07/03/2024	05/04/2024	1 200 000	Fechado
M2030-2024-04	Cursos Profissionais – Entidades Privadas (Conclusão do Ciclo Formativo)	14/03/2024	29/04/2024	5 000 000	Fechado
M2030-2024-05	Cursos Profissionais – Entidades Públicas (Conclusão do Ciclo Formativo)	14/03/2024	29/04/2024	3 500 000	Fechado
M2030-2024-06	Cursos Profissionais – Entidades Públicas (Ciclo Formativo 2023/2026)	14/03/2024	29/04/2024	4 000 000	Fechado
M2030-2024-07	Cursos Profissionais – Entidades Privadas (Ciclo Formativo 2023/2026)	14/03/2024	29/04/2024	8 000 000	Fechado
M2030-2024-08	Cursos Profissionais – Entidades Públicas (Conclusão do Ciclo Formativo)	22/03/2024	06/05/2024	1 250 000	Fechado
M2030-2024-09	Cursos Profissionais – Entidades Públicas	22/03/2024	06/05/2024	1 800 000	Fechado
M2030-2024-11	Formação Avançada	22/05/2024	24/06/2024	3 000 000	Fechado
M2030-2024-12	Estágios Profissionais na Administração Pública/Europa - JOVENS	24/05/2024	24/06/2024	5 700 000	Fechado
M2030-2024-13	Programas Ocupacionais	24/05/2024	24/06/2024	11 840 000	Fechado
M2030-2024-15	Qualificação de Pessoas com Deficiência e ou Incapacidade - Ciclo Formativo 2023/2026	09/07/2024	09/08/2024	500 000	Fechado
M2030-2024-16	Qualificação de Pessoas com Deficiência e ou Incapacidade - Conclusão Ciclo Formativo	08/07/2024	08/08/2024	500 000	Fechado
M2030-2024-17	Formação da Administração pública regional e local	09/07/2024	26/08/2024	1 500 000	Fechado
M2030-2024-18	Centros especializados em qualificação de adultos e processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais - Centros Qualifica	09/07/2024	09/08/2024	1 000 000	Fechado

M2030-2024-20	Assistência Técnica	28/08/2024	10/09/2024	7 000 000	Fechado
M2030-2024-22	Cursos Profissionais – Entidades Privadas (Ciclo Formativo 2024/2027)	05/09/2024	25/10/2024	8 000 000	Fechado
M2030-2024-23	Cursos Profissionais – Entidades Públicas (Ciclo Formativo 2024/2027)	09/09/2024	25/10/2024	2 000 000	Fechado
M2030-2024-24	CURSOS TÉCNICOS SUPERIORES PROFISSIONAIS (TeSP) - Entidades Privadas (ciclo formativo 2024-2026)	11/09/2024	14/10/2024	500 000	Fechado
M2030-2024-25	CURSOS TÉCNICOS SUPERIORES PROFISSIONAIS (TeSP) - Entidades Públicas (ciclo formativo 2024-2026)	13/09/2024	16/10/2024	1 000 000	Fechado
M2030-2024-28	Qualificação de Pessoas com Deficiência e ou Incapacidade - Ciclo Formativo 2024/2027	19/09/2024	21/10/2024	500 000	Fechado
M2030-2024-29	Qualificação de Pessoas com Deficiência e ou Incapacidade - Ciclo Formativo 2023/2026 - II	20/09/2024	21/10/2024	500 000	Fechado
M2030-2024-30	Qualificação de Pessoas com Deficiência e ou Incapacidade - Conclusão Ciclo Formativo – II	23/09/2024	23/10/2024	500 000	Fechado
M2030-2024-31	Centros especializados em qualificação de adultos e processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais - Centros Qualifica - II	24/09/2024	24/10/2024	1 000 000	Fechado
M2030-2024-32	Assistência Técnica – Organismos Intermédios	25/10/2024	17/01/2024	250 000	Fechado
M2030-2024-34	Programas de Inserção Socioprofissional - Públicos mais vulneráveis	06/12/2024	10/01/2025	520 000	Fechado
M2030-2024-35	Cursos de Aprendizagem II	06/12/2024	10/01/2025	1 200 000	Fechado
M2030-2024-36	Apoios à Contratação - Desempregados	06/12/2024	17/01/2025	2 440 000	Fechado
M2030-2024-38	Cursos Profissionais II - Entidades Públicas	06/12/2024	31/12/2024	1 700 000	Fechado
M2030-2024-39	CRIEE - Criação de Empresas e Emprego - Desempregados	09/12/2024	24/01/2025	1 080 000	Fechado
M2030-2024-40	Programas de Formação e Emprego - Desempregados	09/12/2024	24/01/2025	510 000	Fechado
M2030-2024-41	Estágios Profissionais - Desempregados	09/12/2024	31/01/2025	1 900 000	Fechado
M2030-2024-42	Cursos de Aprendizagem+	13/12/2024	31/12/2024	850 000	Fechado
M2030-2025-01	Formação Empresarial Individual	29/01/2025	03/04/2025	3 500 000	Fechado
M2030-2025-02	Apoios à Contratação - JOVENS	03/02/2025	28/02/2025	1 320 000	Fechado
M2030-2025-03	Estágios e Experiências Profissionais - Entidades Privadas (JOVENS)	06/02/2025	07/03/2025	4 900 000	Fechado
M2030-2025-04	Formação e Emprego - JOVENS	11/02/2025	14/03/2025	410 000	Fechado
M2030-2025-06	Formações Modulares Certificadas – Ações Capacitar	21/02/2025	02/05/2025	3 500 000	Fechado
M2030-2025-08	Centros Qualifica	06/03/2025	26/03/2025	1 600 000	Fechado
M2030-2025-09	Programas de Inserção Socioprofissional - Públicos mais vulneráveis	12/03/2025	14/04/2025	520 000	Fechado
M2030-2025-11	Formação da Administração Pública Regional e Local	16/04/2025	06/06/2025	300 000	Fechado
M2030-2025-16	Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) – Entidades Públicas	09/05/2025	11/06/2025	1 250 000	Fechado
M2030-2025-18	Qualificação de pessoas com deficiência ou incapacidade – Ciclo Formativo 2025-2028.	14/05/2025	20/06/2025	500 000	Fechado
M2030-2025-22	Aquisição direta de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade	13/06/2025	31/07/2025	2 250 000	Fechado



M2030-2025-23	Programas Ocupacionais	14/07/2025	14/08/2025	9 000 000	Fechado
M2030-2025-24	Programa de Incentivos à Contratação	21/07/2025	29/08/2025	1 530 000	Fechado
M2030-2025-25	Estágios profissionais na Administração Pública/Europa - JOVENS	28/07/2025	29/08/2025	5 700 000	Fechado
M2030-2025-30	Cursos Profissionais – Entidades Públicas (Ciclo Formativo 2025/2028)	29/08/2025	15/10/2025	2 500 000	Aberto
M2030-2025-31	Cursos Profissionais – Entidades Privadas (Ciclo Formativo 2025/2028)	29/08/2025	15/10/2025	10 500 000	Aberto
M2030-2025-32	Formações Modulares Certificadas – Ações Capacitar	02/09/2025	16/09/2025	2 000 000	Fechado
M2030-2025-35	Cursos de Aprendizagem	18/09/2025	17/10/2025	500 000	Aberto
M2030-2025-36	Cursos de Aprendizagem+	18/09/2025	17/10/2025	175 000	Aberto
M2030-2025-37	Cursos Profissionais	18/09/2025	17/10/2025	2 000 000	Aberto
Total Dotação FSE+ lançada em Avisos				140 195 000	

Fonte: Dados partilhados pela AG



A.1.3 Síntese da Execução Financeira do Madeira 2030 (a 30.09.2025)

A.1.3.1 Quadro-síntese da execução financeira por Objetivo Específico

Objetivo Específico		Fundo	FEDER					FSE+					TOTAL (FEDER;FSE+)					
			Dotação PO (€)	Dotação Avisos (€)	Fundo Aprovado (€)	Fundo Executado (€)	Fundo Pago (€)	Dotação PO (€)	Dotação Avisos (€)	Fundo Aprovado (€)	Fundo Executado (€)	Fundo Pago (€)	Dotação PO (€)	Dotação Avisos (€)	Fundo Aprovado (€)	Fundo Executado (€)	Fundo Pago (€)	
OP1/OE	Madeira + Inteligente	FEDER	133 000 000	36 926 122	13 846 343,63	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0,00	133 000 000	36 926 122	13 846 343,63	0,00	0,00	
1A	RSO1.1	Promover a investigação e a inovação	FEDER	40 000 000	7 500 000								40 000 000	7 500 000	0,00	0,00	0,00	
	RSO1.2	Colher os benefícios da digitalização	FEDER	8 000 000	2 526 122								8 000 000	2 526 122	0,00	0,00	0,00	
	RSO1.3	Crescimento e competitividade das PMEs	FEDER	80 000 000	26 900 000	13 846 343,63	0	0					80 000 000	26 900 000	13 846 343,63	0,00	0,00	
	RSO1.4	Competências para a especialização inteligente e a transição	FEDER	5 000 000									5 000 000	0	0,00	0,00	0,00	
RUP	Dotação Específica RUP	FEDER	60 597 098	18 650 000	4 379 696,75	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0,00	60 597 098	18 650 000	4 379 696,75	0,00	0,00	
1R	RSO1.3	Crescimento e competitividade das PMEs/Dotação Específica RUP	FEDER	60 597 098	18 650 000	4 379 696,75	0	0					60 597 098	18 650 000	4 379 696,75	0,00	0,00	
OP2/OE	Madeira + Verde	FEDER	126 542 063	70 750 000	18 654 765,69	6 733 322,90	6 733 322,90	0	0	0,00	0,00	0,00	126 542 063	70 750 000	18 654 765,69	6 733 322,90	6 733 322,90	
2A	RSO2.1	Eficiência energética	FEDER	17 000 000	4000000								17 000 000	4 000 000	0,00	0,00	0,00	
	RSO2.5	Gestão sustentável da água	FEDER	45 000 000	62 000 000	18 654 765,69	6 733 322,90	6 733 322,90					45 000 000	62 000 000	18 654 765,69	6 733 322,90	6 733 322,90	
	RSO2.6	Economia circular	FEDER	16 000 000	500 000								16 000 000	500 000	0,00	0,00	0,00	
	RSO2.7	Proteção da natureza e biodiversidade	FEDER	28 000 000	1 700 000								28 000 000	1 700 000	0,00	0,00	0,00	
2B	RSO2.8	Mobilidade urbana sustentável	FEDER	20 542 063	2550000								20 542 063	2 550 000	0,00	0,00	0,00	
OP3/OE	Madeira + Conectada	FEDER	60 000 000	20 000 000	0,00	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0,00	60 000 000	20 000 000	0,00	0,00	0,00	
3A	RSO3.1	Rede transeuropeia de transportes	FEDER	20 000 000	20000000								20 000 000	20 000 000	0,00	0,00	0,00	
	RSO3.2	Transportes sustentáveis	FEDER	40 000 000									40 000 000	0	0,00	0,00	0,00	
OP4/OE	Madeira + Social	FEDER/ FSE+	51 000 000	34 000 000	12 000 000,00	4 693 264,61	3 896 997,17	299 860 839	128 445 000	87 490 641,32	42 862 179,64	51 459 161,22	350 860 839	162 445 000	99 490 641,32	47 555 444,25	55 356 158,39	
4A	RSO4.5	Acesso aos cuidados de saúde	FEDER	19 000 000	12 000 000	12 000 000,00	4 693 264,61	3 896 997,17					19 000 000	12 000 000	12 000 000,00	4 693 264,61	3 896 997,17	
	RSO4.6	Cultura e turismo sustentáveis	FEDER	32 000 000	22 000 000								32 000 000	22 000 000	0,00	0,00	0,00	
	ESO4.1	Acesso ao emprego	FSE+						48 000 000	7 460 000	5 929 067,24	3 989 208,02	4 298 848,50	48 000 000	7 460 000	5 929 067,24	3 989 208,02	4 298 848,50
	ESO4.4	Adaptação dos trabalhadores e das empresas à mudança	FSE+						12 000 000	5 300 000	2 090 920,62	335 462,37	449 140,11	12 000 000	5 300 000	2 090 920,62	335 462,37	449 140,11
	ESO4.6	Acesso à educação e formação	FSE+						90 360 839	61 425 000	39 428 961,33	17 809 622,36	23 088 239,71	90 360 839	61 425 000	39 428 961,33	17 809 622,36	23 088 239,71
	ESO4.7	Aprendizagem ao longo da vida e transições profissionais	FSE+						14 600 000	9 100 000	6 332 251,14	64310,74	383 891,51	14 600 000	9 100 000	6 332 251,14	64 310,74	383 891,51
	ESO4.8	Inclusão ativa e empregabilidade	FSE+						65 900 000	24 880 000	21 664 974,94	10 324 981,32	12 392 261,82	65 900 000	24 880 000	21 664 974,94	10 324 981,32	12 392 261,82
	ESO4.11	Acesso a serviços de qualidade	FSE+						15 000 000					15 000 000	0	0,00	0,00	0,00
4B	ESO4.1	Acesso ao emprego	FSE+						40 000 000	18 030 000	12 044 466,05	10 338 594,83	10 846 779,57	40 000 000	18 030 000	12 044 466,05	10 338 594,83	10 846 779,57
4C	ESO4.13	Combater a privação material	FSE+						14 000 000	2250000				14 000 000	2 250 000	0,00	0,00	0,00
OP5/OE	Madeira + Próxima dos Cidadãos	FEDER	10 000 000	1 200 000	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	10 000 000	1 200 000	0,00	0,00	0,00	
5A	RSO5.1	Desenvolvimento integrado nas zonas urbanas	FEDER	10 000 000	1 200 000								10 000 000	1 200 000	0,00	0,00	0,00	
AT	Assistência Técnica	FSE+	0	0	0,00	0,00	0,00	19 000 000	11 750 000	12 196 070,42	7 426 171,78	7 944 096,62	19 000 000	11 750 000	12 196 070,42	7 426 171,78	7 944 096,62	
7A	TASO7.1	Assistência Técnica	FSE+						19 000 000	11 750 000	12 196 070,42	7 426 171,78	7 944 096,62	19 000 000	11 750 000	12 196 070,42	7 426 171,78	7 944 096,62
Total Madeira 2030 (FEDER; FSE+)			441 139 161	181 526 122	48 880 806,07	11 426 587,51	10 630 320,07	318 860 839	140 195 000	99 686 711,74	50 288 351,42	59 403 257,84	760 000 000	321 721 122	148 567 517,81	61 714 938,93	70 033 577,91	

Fonte: cálculos próprios com base nos dados partilhados pela AG

A.1.3.2 Taxas de compromisso, execução e pagamentos por Objetivo Específico

Objetivo Específico		Fundo	Dotação (€)	Candidaturas apresentadas	Operações aprovadas	Taxa Compromisso	Taxa de Execução	Rácio Fundo Pago / Fundo Programado	
OP1/OE	Madeira + Inteligente	FEDER	133 000 000						
1A	RSO1.1	Promover a investigação e a inovação	FEDER	40 000 000	16	0	0%	0%	0%
	RSO1.2	Colher os benefícios da digitalização	FEDER	8 000 000	3	0	0%	0%	0%
	RSO1.3	Crescimento e competitividade das PMEs	FEDER	80 000 000	174	63	17%	0%	0%
	RSO1.4	Competências para a especialização inteligente e a transição	FEDER	5 000 000	0	0	0%	0%	0%
RUP	Dotação Específica RUP	FEDER	60 597 098						
1R	RSO1.3	Crescimento e competitividade das PMEs/Dotação Específica RUP	FEDER	60 597 098	1431	136	7%	0%	0%
OP2/OE	Madeira + Verde	FEDER	126 542 063						
2A	RSO2.1	Eficiência energética	FEDER	17 000 000	1	0	0%	0%	0%
	RSO2.5	Gestão sustentável da água	FEDER	45 000 000	20	12	41%	15%	15%
	RSO2.6	Economia circular	FEDER	16 000 000	3	0	0%	0%	0%
	RSO2.7	Proteção da natureza e biodiversidade	FEDER	28 000 000	2	0	0%	0%	0%
2B	RSO2.8	Mobilidade urbana sustentável	FEDER	20 542 063	1	0	0%	0%	0%
OP3/OE	Madeira + Conectada	FEDER	60 000 000						
3A	RSO3.1	Rede transeuropeia de transportes	FEDER	20 000 000	0	0	0%	0%	0%
	RSO3.2	Transportes sustentáveis	FEDER	40 000 000	0	0	0%	0%	0%
OP4/OE	Madeira + Social	FEDER/ FSE+	350 860 839						
4A	RSO4.5	Acesso aos cuidados de saúde	FEDER	19 000 000	1	1	63%	25%	21%
	RSO4.6	Cultura e turismo sustentáveis	FEDER	32 000 000	9	0	0%	0%	0%
	ESO4.1	Acesso ao emprego	FSE+	48 000 000	5	4	12%	8%	9%
	ESO4.4	Adaptação dos trabalhadores e das empresas à mudança	FSE+	12 000 000	26	25	17%	3%	4%
	ESO4.6	Acesso à educação e formação	FSE+	90 360 839	36	33	44%	20%	26%
	ESO4.7	Aprendizagem ao longo da vida e transições profissionais	FSE+	14 600 000	31	19	43%	0%	3%
	ESO4.8	Inclusão ativa e empregabilidade	FSE+	65 900 000	7	7	33%	16%	19%
	ESO4.11	Acesso a serviços de qualidade	FSE+	15 000 000	0	0	0%	0%	0%
4B	ESO4.1	Acesso ao emprego	FSE+	40 000 000	5	4	30%	26%	27%
4C	ESO4.13	Combater a privação material	FSE+	14 000 000	1	0	0%	0%	0%
OP5/OE	Madeira + Próxima dos Cidadãos	FEDER	10 000 000						
5A	RSO5.1	Desenvolvimento integrado nas zonas urbanas	FEDER	10 000 000	2	0	0%	0%	0%
AT	Assistência Técnica	FSE+	19 000 000						
7A	TASO7.1	Assistência Técnica	FSE+	19 000 000	5	5	64%	39%	42%
Total Madeira 2030		FEDER	441 139 161	1663	212	11%	3%	2%	
		FSE+	318 860 839	116	97	31%	16%	19%	
		Total	760 000 000	1779	309	20%	8%	9%	

Fonte: cálculos próprios com base nos dados partilhados pela AG

A.1.3.3 Quadro-síntese da execução por Tipologia de Operação

Tipologia de Ação	Tipologia de Intervenção	Tipologia de Operação	Nº candidaturas	Nº operações aprovadas	Fundo Aprovado (€)	Fundo Executado (€)	Fundo Pago (€)
RSO1.1-01 - Criação de conhecimento científico e tecnológico	RSO1.1-01-01 - Investigação científica e tecnológica	1001 - Investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT)	16	0	0,00	0,00	0,00
RSO1.2-02 - Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR)	RSO1.2-02-01 - Digitalização para a eficiência de serviços aos cidadãos e empresas	1033 - Infraestruturas, desmaterialização de processos internos, serviços Web/online aos cidadãos e empresas e cibersegurança	3	0	0,00	0,00	0,00
RSO1.3-01 - Investimento empresarial produtivo (RSO1.3)	RSO1.3-01-01 - Inovação Produtiva	1038 - Investimento Empresarial Produtivo (SI)	167	58	12 828 823,74	0,00	0,00
	RSO1.3-01-03 - Investimentos de base territorial (RSO1.3)	1044 - Promoção do espírito empresarial e ecossistema de empreendedorismo	1	1	824 500,00	0,00	0,00
RSO1.3-02 - Qualificação e internacionalização das empresas	RSO1.3-02-01 - Qualificação e internacionalização das empresas	1059 - Projeto Individual (SI) - Internacionalização das empresas	6	4	193 019,89	0,00	0,00
RSO1.3-04 - Alocação específica RUP (RSO1.3)	RSO1.3-04-01 - Alocação específica RUP (RSO1.3)	3018 - Alocação específica RUP	1431	136	4 379 696,75	0,00	0,00
RSO2.1-02 - Eficiência energética na AP Regional e Local	RSO2.1-02-01 - Eficiência energética na AP Regional e Local	2004 - EE na AP Local	1	0	0,00	0,00	0,00
RSO2.5-01 - CUA - Ciclo Urbano da Água em alta	RSO2.5-01-01 - CUA - Ciclo Urbano da Água em alta	2031 - Saneamento de Águas Residuais	1	1	7 500 000,00	6 733 322,90	6 733 322,90
RSO2.5-02 - CUA - Ciclo Urbano da Água em baixa	RSO2.5-02-01 - CUA - Ciclo Urbano da Água em baixa	2030 - Abastecimento de água	10	8	9 733 722,23	0,00	0,00
		2031 - Saneamento de Águas Residuais	9	3	1 421 043,46	0,00	0,00
RSO2.6-04 - Gestão de resíduos urbanos	RSO2.6-04-01 - Gestão de resíduos urbanos	2060 - Ações imateriais	3	0	0,00	0,00	0,00
RSO2.7-01 - Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	RSO2.7-01-01 - Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	2039 - Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade	1	0	0,00	0,00	0,00
RSO2.7-03 - Melhoria e monitorização da qualidade do ar e do ruído	RSO2.7-03-01 - Melhoria e monitorização da qualidade do ar e do ruído	2044 - Reforço e/ou modernização da rede de monitorização	1	0	0,00	0,00	0,00
RSO2.8-01 - Mobilidade Sustentável	RSO2.8-01-01 - Mobilidade Sustentável	2053 - Sistema de transportes sustentáveis	1	0	0,00	0,00	0,00
RSO4.5-02 - Saúde - cuidados saúde primários	RSO4.5-02-01 - Saúde - cuidados saúde primários	4511 - Infraestruturas de cuidados de saúde primários	1	1	12 000 000,00	4 693 264,61	3 896 997,17
RSO4.6-01 - Cultura	RSO4.6-01-01 - Cultura	4517 - Património cultural (bens imóveis classificados como de interesse nacional ou de interesse público)	9	0	0,00	0,00	0,00
ESO4.1-01 - Apoios ao emprego (ESO4.1)	ESO4.1-01-01 - Estágios profissionais	4001 - Estágios profissionais	1	1	1 899 621,65	1 897 944,65	1 804 640,57
	ESO4.1-01-02 - Apoios à contratação	4002 - Apoios à contratação	2	1	2 439 837,08	1 520 187,64	1 764 171,35

Tipologia de Ação	Tipologia de Intervenção	Tipologia de Operação	Nº candidaturas	Nº operações aprovadas	Fundo Aprovado (€)	Fundo Executado (€)	Fundo Pago (€)
	ESO4.1-01-03 - Programas de qualificação para o emprego	4003 - Programas de formação e emprego	1	1	509 662,18	189 464,82	240 431,04
	ESO4.1-01-04 - Apoio ao emprego e empreendedorismo	4005 - Criação de emprego e microempreendedorismo	1	1	1 079 946,33	381 610,91	489 605,54
ESO4.1-04 - Apoios ao emprego dos jovens (RA)	ESO4.1-04-01 - Apoios ao emprego dos jovens (RA)	4001 - Estágios profissionais	3	2	10 598 920,03	9 705 343,87	10 068 974,01
		4002 - Apoios à contratação	1	1	1 035 810,48	340 627,12	444 208,17
		4003 - Programas de formação e emprego	1	1	409 735,54	292 623,84	333 597,39
ESO4.4-01 - Competências e qualificações no âmbito empresarial e da administração regional e local	ESO4.4-01-01 - Qualificação de empresários e trabalhadores das empresas	4012 - Formação empresarial individual (SI)	10	10	154 225,22	0,00	0,00
	ESO4.4-01-02 - Qualificação de serviços territoriais	4016 - Formação da Administração pública regional e local	16	15	1 936 695,40	335 462,37	449 140,11
ESO4.6-01 - Qualificação inicial (ESO4.6)	ESO4.6-01-01 - Ofertas de educação e formação profissionalizante	4021 - Cursos Profissionais	28	25	32 423 032,94	16 384 539,13	21 487 288,42
		4022 - Cursos de Aprendizagem	4	4	1 879 941,60	1 054 090,10	1 096 882,16
ESO4.6-03 - Formação superior e avançada (ESO4.6)	ESO4.6-03-01 - Formação superior	4026 - Cursos Técnicos Superiores Profissionais (Cursos TeSP)	3	3	2 126 173,85	370 993,13	504 069,13
	ESO4.6-03-02 - Formação avançada	4029 - Formação Avançada	1	1	2 999 812,94	0,00	0,00
ESO4.7-01 - (Re)Qualificação de adultos (ESO4.7)	ESO4.7-01-01 - Formação de ativos para a empregabilidade	4030 - Formações modulares certificadas	26	16	3 641 595,53	0,00	50 515,21
	ESO4.7-01-04 - Programa de (re)qualificação de adultos	4037 - Centros especializados em qualificação de adultos e processos de RVCC (Centros Qualifica)	5	3	2 690 655,61	64 310,74	333 376,30
ESO4.8-03 - Integração de grupos vulneráveis no mercado de trabalho	ESO4.8-03-01 - Integração de grupos vulneráveis no mercado de trabalho	4045 - Programas de inserção socioprofissional	3	3	21 351 601,12	10 267 849,43	12 310 250,19
		4046 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade	4	4	313 373,82	57 131,89	82 011,63
ESO4.13-01 - Combate à privação material	ESO4.13-01-01 - Combate à privação material	4099 - Aquisição direta de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade	1	0	0,00	0,00	0,00
RSO5.1-01 - Intervenções urbanas	RSO5.1-01-13 - Património cultural e natural (IT)	5013 - Valorização do património cultural	2	0	0,00	0,00	0,00
TASO7.1-01 - Assistência Técnica (FSE+)	TASO7.1-01-01 - Funcionamento dos sistemas e das estruturas de coordenação, gestão, monitorização e avaliação (FSE+)	7001 - Funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão e monitorização (FSE+)	5	5	12 196 070,42	7 426 171,78	7 944 096,62
Total Madeira 2030			1779	309	148 567 517,81	61 714 938,93	70 033 577,91

Fonte: cálculos próprios com base nos dados partilhados pela AG.

A.2 Entidades auscultadas

A.2.1 Lista de entrevistas realizadas

Tipologia de Stakeholders	Entidade	Entrevistado(s)	Data
Autoridade de Gestão	IDR, IP-RAM	Maria João Monte, Presidente do CD Donato Gouveia, Vogal do CD Ricardo Manica, Vogal do CD	04/06/2025
		Ricardo Manica, Vogal do CD	08/07/2025
		Donato Gouveia, Vogal do CD	09/07/2025
		João Gouveia, Diretor da Unidade Técnica de Gestão de Intervenções Célia Tânia Silva, Unidade Técnica de Gestão de Intervenções	07/07/2025
		Patrícia Chaves, Diretora da Unidade Técnica de Coordenação, Avaliação e Planeamento	11/07/2025
		Duarte Gomes, Coordenador do Núcleo de Tecnologia e Informática	15/07/2025
Organismos Intermediários	IDE, IP-RAM	Ricardo Faisca, Presidente Rita Gomes Araújo, Vogal	06/06/2025
	IQ, IP-RAM	Sara Estudante Relvas, Presidente	11/06/2025
	ISSM, IP-RAM	Ambrósio Teixeira, Vice-presidente Maria Fernanda Gomes	18/06/2025
Comité de Acompanhamento	Estrutura de Missão para a Implementação da EREI	Alberto Velez-Grilo, Coordenador	16/06/2025
	Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comércio e Indústria da Madeira (ACIF-CCIM)	Assis Correia, Secretário-Geral	17/06/2025
	IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM	Leonel Silva, Presidente do Conselho de Administração	09/06/2025
Instrumento Territorial Integrado	Município do Funchal	Carla Telo, Diretora do Gabinete de Fundos da CM Funchal	11/06/2025
	Município do Porto Santo	Nuno Batista, Presidente da CM do Porto Santo	13/06/2025
	Município de Câmara de Lobos	Nuno Barata	10/07/2025
	Município de Santa Cruz	Élia Ascensão, Presidente da CM de Santa Cruz Carina Ferro, consultora externa	14/07/2025
Beneficiários / Outros stakeholders regionais	Águas e Resíduos da Madeira, S.A.	Amílcar Gonçalves, Presidente do Conselho de Administração	09/06/2025
	Universidade da Madeira	José Câmara, Vice-reitor	16/06/2025
		Susana Teles, Pró-Reitora (TeSP)	05/11/2025
	Direção Regional de Educação	Glória Gonçalves, Diretora de Serviços de Educação Especial (Qualificação de Pessoas com Deficiência)	05/12/2025
Órgão Nacional de Coordenação	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Patrícia Borges, Vogal do Conselho Diretivo	20/06/2025
		Cristina Farinha, Diretora da Unidade de Gestão de Dados	25/06/2025
		Nuno Romão Catarina Portela	23/07/2025

A.2.2 Lista de Focus Group Focus Group realizados

Focus Group	Entidades	Participante(s)	Data
Técnicos da Autoridade de Gestão e dos Organismos Intermédios e	IDR, IP-RAM	Graciela Sousa	11/11/2025
		Daniela Gomes	
	IDE, IP-RAM	Flávio Correia	
		Gonçalo Sequeira	
	IQ, IP-RAM	Irene Nóbrega	
	ISSM, IP-RAM	M. Luísa Bargiela	
		Teresa Martins	
	Redes de Articulação Funcional	IDR, IP-RAM	
Ricardo Manica			
Donato Gouveia			
Fátima António			
Patrícia Chaves			
IDE, IP-RAM		Rita Araújo	
		Nuno Jacinto	
IQ, IP-RAM	Paulo Pedro		
Comité de Acompanhamento	Unidade de Implementação da EREI	Alberto Velez-Grilo	04/11/2025
	Agência Regional de Energia e Ambiente da Madeira	Filipe Oliveira	
	Direção Regional do Ambiente e Mar	Manuel Ara Oliveira	
	Instituto de Emprego da Madeira	Maria do Rosário Alegria	
	Direção Regional da Cidadania e Assuntos Sociais	Bruno Camacho	
	Instituto de Mobilidade e Transportes	Mónica Silva	
	Startup Madeira	Liliana Pimenta	
Beneficiários – Entidades Públicas ou equiparadas	Direção Regional da Cultura	José Gaspar	10/11/2025
		Ana Abrantes	
	Direção Regional de Ordenamento do Território	Marlene Pereira	
		Duarte Costa	
	Direção Regional do Turismo	Cláudia Correia	
	Direção Regional do Ambiente e Mar	Henrique Rodrigues	
	Serviço Regional de Proteção Civil	João Rodrigues	
		Cláudia Vale	
	Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira	Fernando Figueiredo	
	Instituto de Emprego da Madeira	Nuno Jardim	
Município da Calheta	Norberto Sardinha		
Beneficiários – Empresas	Empresa de Cervejas da Madeira, Sociedade Unipessoal, Lda	João Fragoeiro	11/11/2025
	Justino's Madeira Wines, S.A.	Sérgio Balona	
		Laura Rocha (consultora)	



	Vila Baleira Porto Santo, S.A.	Bruno Martins	
	Savoy – Investimentos Turísticos, S.A.	Bruno Freitas	
	Unbeatable Reasons – Investigação & Desenvolvimento Unipessoal Lda	Sérgio Teixeira	
		Maria Silva	
ITI Funchal	Município do Funchal	Carla Telo	05/11/2025
	Município de Câmara de Lobos	Nuno Barata	
	Instituto de Mobilidade e Transportes	Mónica Silva	
ITI Porto Santo	Município do Porto Santo	Rubina Brito	06/11/2025
	Direção Regional do Ambiente e Mar	Pedro Sepúlveda	

A.3 Instrumentos de recolha e análise de informação

A.3.1 Guiões de entrevista e Focus Group aplicados por QA e Tipologia de stakeholders

Questões	Entrevistas						Focus Group					Estudos de Caso
	Conselho Diretivo	Diretores de unidades	OI	AD&C	Coord. ITI & Municípios	Comité de Acompanhamento & outros stakeholders	Interl. AG nas Redes de articulação	Comité Acompanhamento	Beneficiários (potenciais e efetivos)	ITI	Técnicos AG/ OI	Entrevista OI
QA1. Em que medida a estrutura de objetivos e tipologias do Programa estão a dar resposta às necessidades diagnosticadas dos grupos-alvo e território a que o Programa pretende dar resposta?												
QA1.1. Concluir sobre a adequação e proporcionalidade da resposta dada pelo Programa às principais necessidades dos grupos – alvo e do território, tendo em conta os recursos disponíveis, identificando eventuais necessidades de maior concentração em algumas áreas e/ou necessidades de intervenção em áreas não cobertas.												
O Programa está a conseguir alcançar a totalidade do território e dos grupos-alvo previstos? Se não, quais os principais desafios? Existem áreas ou grupos-alvo que não estão a ser suficientemente cobertos pelo Programa e que necessitam de uma resposta mais robusta? Quais?	x	x	x			x						
Há um equilíbrio adequado entre os recursos alocados e as necessidades de cada grupo-alvo e território? Há áreas ou temas que exigem uma maior concentração de recursos ou de uma reorientação de estratégia, de modo a obter um impacto mais significativo? Quais?	x	x	x			x						
QA1.2 Identificar eventuais alterações de contexto, dinâmicas de evolução dos problemas e necessidades diagnosticadas, ocorridos ou perspetivados, ou de informação nova sobre o contexto, que justifiquem a necessidade de alterações dos objetivos e/ou modo de intervenção do Programa e/ ou a reafecção de recursos.												
Identifica mudanças no contexto socioeconómico, ou alterações/evolução nas necessidades dos grupos-alvo e do território desde o início da implementação do Programa que justifiquem ajustar as prioridades/estratégia e/ou reafectar os recursos do Programa (problemas ou necessidades que se agravaram ou novos problemas que surgiram)? Quais?	x	x	x			x						
Existem alterações contextuais que podem estar a retirar pertinência a determinados objetivos ou tipologias do Programa operacional, ou a dificultar a sua concretização? Quais?	x	x	x			x						
QA2. As intervenções previstas no Programa revelam coerência entre si (em termos programáticos e na prática) para permitirem atingir os objetivos do Programa? Está a ser assegurada a utilização articulada dos diferentes instrumentos de financiamento existentes para as intervenções nas mesmas áreas da política pública que o Programa financia? (coerência interna)												
QA2.1. Concluir sobre a coerência entre Objetivos Específicos de cada Prioridade do Programa, quer em termos programáticos, quer na sua operacionalização, e sobre a coerência global do Programa												
O Programa tem uma lógica interna clara e coerente entre Objetivos Específicos de cada Prioridade? Foram feitas mudanças desde o início da implementação para melhorar a coerência entre os objetivos e a operacionalização do Programa? Quais? Existem áreas em que é necessário ajustar os Objetivos Específicos devido à falta de coerência? Quais?	x	x	x			x						
Como é feita a articulação entre os diferentes Programas de financiamento que atuam na mesma área? Há exemplos concretos da utilização coordenada de diferentes instrumentos de financiamento para as intervenções nas mesmas áreas da política pública? Verificam-se dificuldades de articulação? Quais?	x	x	x	x		x		x				
Que desafios existem na articulação entre os diferentes instrumentos de financiamento? Existe algum problema de sobreposição ou duplicação de esforços na utilização desses instrumentos? Como se tem procurado ultrapassar estas incoerências?	x	x	x	x		x		x		x		

Questões	Entrevistas						Focus Group					Estudos de Caso
	Conselho Diretivo	Diretores de unidades	OI	AD&C	Coord. ITI & Municípios	Comité de Acompanhamento & outros stakeholders	Interl. AG nas Redes de articulação	Comité Acompanhamento	Beneficiários (potenciais e efetivos)	ITI	Técnicos AG/ OI	Entrevista OI
QA3. Existem complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições entre as intervenções do Programa e outras intervenções a atuar sobre o mesmo constrangimento ou território (nomeadamente relação entre Programas Temáticos e Regionais e entre estes e o PRR e outros instrumentos de política regional/setorial)? (coerência externa)												
QA3.1. Concluir sobre o: – Grau de complementaridade – medida em que as intervenções do Programa e as demais intervenções cobrem, conjuntamente, os constrangimentos e/ou objetivos a que visar dar resposta. – Grau de sinergia – medida em que a implementação das diferentes intervenções é articulada e, em conjunto, geram benefícios superiores aos que se observariam na ausência dessa articulação; – Grau de sobreposição – medida em que é assegurada ausência de sobreposição entre intervenções que atuem, de forma semelhante, sobre o mesmo constrangimento, território e grupos-alvo, prevenindo efeitos de concorrência entre intervenções e garantindo a eficiência dos recursos mobilizados.												
Como o Programa se articula com outros Programas ou políticas que atuam sobre o mesmo território ou grupos-alvo, de modo a garantir a complementaridade e evitar sobreposições? Que medidas foram tomadas para garantir que as intervenções internas e externas ao Programa se complementem e não se sobreponham?	x	x	x	x		x		x	x			
Existem áreas/domínios onde é mais evidente a complementaridade? Quais (exemplos concretos)? E sinergias (exemplos concretos)? E áreas/domínios de sobreposição (exemplos concretos)?	x	x	x	x		x		x	x			
QA4. Os procedimentos administrativos ao longo do ciclo de vida da operação, e os sistemas de informação em que se desenvolvem, revelam-se eficazes e eficientes?												
QA4.1. Concluir sobre a facilidade de acesso (rapidez e simplicidade da utilização) aos formulários de candidatura e de pedidos de pagamento pelos utilizadores externos e sobre a disponibilidade e legibilidade da respetiva documentação de apoio à utilização.												
O processo de acesso aos formulários de candidatura e de pedidos de pagamento é fácil e direto? Registaram-se dificuldades. Quais?	x	x	x						x		x	x
Os formulários de candidatura são simples de preencher, ou há campos e exigências que são confusos ou difíceis de entender? E os formulários de pedido de pagamento? Existem instruções claras sobre como preencher e submeter os pedidos de pagamento, de modo a evitar erros?	x	x	x						x		x	x
Foi disponibilizada documentação de apoio? Se sim, qual? A documentação de apoio é clara e fácil de entender para os utilizadores externos, especialmente para aqueles sem experiência prévia?	x	x	x						x		x	x
Os utilizadores conseguem encontrar facilmente respostas para suas dúvidas frequentes na documentação de apoio?	x	x	x						x		x	x
Existem canais de apoio (telefone, e-mail, chat, etc.) para ajudar os utilizadores com dificuldades no preenchimento dos formulários de candidatura e de pedidos de pagamento? Existem métricas do acesso a esses canais?	x	x	x						x		x	x
O Programa facultou/faculta sessões de esclarecimento ou formação sobre como utilizar os formulários e pedidos de pagamento, caso os utilizadores precisem de ajuda adicional?	x	x	x						x		x	x
Existem áreas específicas do processo de candidatura ou de pedidos de pagamento que os utilizadores frequentemente destacam como problemáticas ou difíceis de usar?	x	x	x						x		x	x
O Sistema de Informação tem-se revelado adequado para o processo de submissão das candidaturas? Foram denotados alguns problemas/dúvidas por parte dos proponentes/beneficiários?	x	x	x						x		x	x

Questões	Entrevistas						Focus Group					Estudos de Caso
	Conselho Diretivo	Diretores de unidades	OI	AD&C	Coord. ITI & Municípios	Comité de Acompanhamento & outros stakeholders	Interl. AG nas Redes de articulação	Comité Acompanhamento	Beneficiários (potenciais e efetivos)	ITI	Técnicos AG/ OI	Entrevista OI
QA4.2. Concluir sobre a eficácia e eficiência dos procedimentos e dos requisitos a cumprir pelos beneficiários na garantia de qualidade da instrução das candidaturas, do acompanhamento das operações e dos pedidos de pagamento, tendo em conta o ajustamento do grau de exigência destes procedimentos (candidatura, acompanhamento das operações e pedidos de pagamento) à dimensão e natureza das operações, ao grau de capacitação dos beneficiários e ao princípio de simplificação.												
A regulamentação, os procedimentos e os avisos de abertura de candidaturas (tipologia de operações, prazos, critérios de seleção) têm-se revelado adequados? Que melhorias poderiam ser implementadas?	x	x	x						x		x	x
Os critérios de seleção das candidaturas têm-se revelado adequados para a apresentação de candidaturas em conformidade com a dimensão e natureza dos projetos a serem desenvolvidos?	x	x	x						x		x	x
As entidades beneficiárias têm conseguido satisfazer todos os requisitos no que se refere à qualidade das candidaturas? Quais são as áreas que geram mais dificuldades?	x	x	x						x		x	x
O processo de acompanhamento dos projetos tem-se revelado adequado para assegurar a correta implementação dos projetos (ex. antecipando riscos e desenvolvendo medidas de mitigação) e o alcance dos indicadores e metas definidos? Se não, que alterações deveriam ser implementadas?	x	x	x						x		x	x
O processo dos pedidos de pagamento tem-se revelado adequado para assegurar a correta implementação dos projetos? Que alterações deveriam ser implementadas para melhorar a sua eficácia e eficiência?	x	x	x						x		x	x
Considera que, em termos gerais, os beneficiários possuem recursos humanos (em número e competências) para a gestão e implementação dos projetos de acordo com o planeado?	x	x	x						x		x	x
As entidades beneficiárias têm conseguido efetuar todos os procedimentos associados ao acompanhamento dos projetos e pedidos de pagamento de forma eficaz e eficiente? Quais são os procedimentos que geram mais dificuldades?	x	x	x						x		x	x
Em termo gerais, considera que os procedimentos estabelecidos para a instrução das candidaturas, acompanhamento dos projetos e pedidos de pagamento estão adequados à dimensão e natureza dos projetos? E aos princípios da simplificação?	x	x	x						x		x	x
4.3. Concluir sobre a adequação, eficácia e eficiência da utilização de metodologias de custos simplificados.												
Qual a pertinência e relevância das metodologias de custos simplificados no Programa?	x	x	x	x		x					x	
Que vantagens têm decorrido da aplicação das metodologias de custos simplificados até ao momento?	x	x	x	x		x			x		x	
Que desafios/problemas têm decorrido da aplicação das metodologias de custos simplificados até ao momento?	x	x	x	x		x			x		x	
Pretendem alargar a adoção de metodologias de custos simplificados a outras tipologias de operação. Quais?	x	x	x	x		x			x		x	
Quais os principais obstáculos ao alargamento das metodologias de custos simplificados a outras tipologias?	x	x	x	x		x			x		x	
De que forma a utilização de metodologias de custos simplificados pode contribuir para: simplificação e redução da carga administrativa	x	x	x	x		x			x		x	

Questões	Entrevistas						Focus Group					Estudos de Caso
	Conselho Diretivo	Diretores de unidades	OI	AD&C	Coord. ITI & Municípios	Comité de Acompanhamento & outros stakeholders	Interl. AG nas Redes de articulação	Comité Acompanhamento	Beneficiários (potenciais e efetivos)	ITI	Técnicos AG/ OI	Entrevista OI
diminuição da margem de erro estimular a participação de outras entidades												
QA5. O Programa está a ser capaz de mobilizar a procura desejada (em quantidade e qualidade), assegurando o alinhamento dos projetos candidatos com os objetivos do Programa e dos respetivos instrumentos de apoio, tendo em conta as características da procura potencial?												
QA5.1. Concluir sobre a eficácia do Programa na captação da procura desejada (em quantidade e qualidade – convergência com os objetivos do Programa). Concluir sobre os fatores determinantes dos níveis de procura registados, incluindo a eficácia da comunicação, a existência e o cumprimento do Plano de Avisos, a adequação das elegibilidades definidas, a facilidade de acesso/utilização e adequação dos sistemas de informação e dos procedimentos administrativos, o papel dos Organismos Intermediários, a utilização de custos simplificados e a operacionalização dos Instrumentos Territoriais, entre outros fatores												
Quais as principais lacunas/fragilidades que encontra nos documentos estruturantes como o Regulamento Específico, o sistema de indicadores e respetivas metas, Planos de Comunicação e de Avaliação, os AAC, entretanto publicados, etc.] face aos objetivos e metas do Programa?	x	x	x					x	x		x	
Considera que estes instrumentos contribuem para uma melhor mobilização da procura desejada?	x	x	x					x	x		x	
Que melhorias podem ser implementadas para uma melhor mobilização da procura desejada (e.g., documentos a melhorar/ produzir, capacitação...)?	x	x	x					x	x		x	
Como avalia a qualidade global das candidaturas submetidas?	x	x	x					x			x	
A regulamentação e os avisos de abertura de concurso (tipologia de operações, condições de elegibilidade, prazos, critérios de seleção...) são adequados para: potenciar a procura por parte dos beneficiários? selecionar os melhores projetos? melhorar a eficácia e eficiência na execução dos projetos pelos beneficiários?	x	x	x					x	x		x	
Verificou-se reforço da capacidade de mobilização dos destinatários do Programa (a procura aumentou, é mais qualificada face ao PT2020)? Existem métricas que permitam a comparação?	x	x	x					x			x	
Que ações da Estratégia de Comunicação já foram realizadas e quais constituem uma aposta estratégica da AG?	x	x	x					x			x	
Que meios de comunicação têm mais contribuído para gerar notoriedade e quais apresentam mais eficácia na mobilização dos públicos-alvo?	x	x	x					x	x		x	
Que melhorias podem ser implementadas para uma maior eficácia das ações de comunicação do Programa?	x	x	x					x	x		x	
5.2. Concluir sobre a adequação e eficácia das formas de apoio, das condições de elegibilidade e dos critérios de seleção na indução da procura desejada (quantitativa e qualitativa – entidades, projetos...).												
As formas de apoio, as condições de elegibilidade e os critérios de seleção são adequados para atrair os tipos de projetos ou iniciativas que o Programa deseja apoiar?	x	x	x						x		x	
As formas de apoio, as condições de elegibilidade e os critérios de seleção têm induzido a procura desejada prevenindo a receção de candidaturas de baixo potencial/inadequadas? Ajudam a desmobilizar candidaturas não qualificadas ou inadequadas, evitando que recursos sejam gastos com projetos que não atendem aos objetivos do Programa?	x	x	x						x		x	
As condições de elegibilidade são suficientemente claras e acessíveis para os potenciais beneficiários? Há algum	x	x	x						x		x	

Questões	Entrevistas						Focus Group					Estudos de Caso
	Conselho Diretivo	Diretores de unidades	OI	AD&C	Coord. ITI & Municípios	Comité de Acompanhamento & outros stakeholders	Interl. AG nas Redes de articulação	Comité Acompanhamento	Beneficiários (potenciais e efetivos)	ITI	Técnicos AG/ OI	Entrevista OI
feedback sobre dificuldades ou barreiras para cumprir essas condições?												
A elegibilidade das entidades e projetos está claramente definida e acessível para o público-alvo, ou existem critérios restritivos que podem estar a limitar a procura (ex.: tipos de entidades elegíveis, etc.)?	x	x	x					x			x	
Em relação ao período 2020, que melhorias identifica ao nível da procura desejada? Que recomendações e/ou lições da experiência passada foram aproveitadas para a definição de novos critérios? (justifique)	x	x	x	x				x			x	
5.3. Concluir em que medida os aspetos procedimentais/sistemas de informação, identificados na QA4, podem ser inibidores da mobilização e efetivação da procura desejada												
(mobilizar respostas às questões da QA4)	x		x					x				
5.4. Identificar eventuais desfasamentos relevantes entre a oferta (recursos financeiros e elegibilidades) e a procura e, se for o caso, causas para esses desfasamentos. Identificar a eventual existência de fenómenos de autoexclusão de projetos (empresas e/ou entidades com projetos relevantes, mas que optam por não se candidatar), e as razões para a sua ocorrência.												
Existem áreas específicas do Programa em que a procura foi muito superior ou inferior à oferta de recursos? Se sim, quais são as causas identificadas para esses desfasamentos?	x	x	x								x	
Existem evidências de que certos grupos-alvo (por exemplo, pequenas empresas, organizações sem fins lucrativos ou determinadas regiões) estão a optar por não se candidatar ao Programa, mesmo tendo projetos relevantes?	x	x	x					x			x	
Existem barreiras burocráticas, de complexidade ou de requisitos excessivos nos formulários de candidatura que podem estar a afastar potenciais candidatos?	x	x	x					x			x	
Quais são os principais motivos para a autoexclusão de projetos? A falta de conhecimento sobre o Programa, complexidade do processo de candidatura, ou as exigências de cofinanciamento ou as condições de elegibilidade financeira do Programa são fatores que contribuem para a não candidatura?	x	x	x					x			x	
O Programa tem realizado campanhas de informação e sensibilização para aumentar a participação e reduzir a autoexclusão? Se sim, quais foram as estratégias utilizadas?	x	x	x					x			x	
5.5. Concluir sobre a influência do nível de capacitação dos beneficiários na qualidade da procura. Concluir sobre o efeito da implementação do Roteiro de Capacitação do Ecossistema dos Fundos na capacitação dos beneficiários.												
As ações de capacitação foram adequadas para a aquisição de competências para a elaboração das candidaturas por parte dos beneficiários (distinguir entre distintas ações de capacitação)? Notam diferenças na qualidade das candidaturas apresentadas? Em que aspetos?	x	x	x					x			x	
Quais os efeitos práticos que considera que as ações de capacitação tiveram no processo de elaboração das candidaturas (apontar eventuais diferenças entre distintas ações de capacitação)?	x	x	x					x			x	
As ações de capacitação realizadas focaram em todos os pontos essenciais para a elaboração das candidaturas e adequação das propostas de projetos aos objetivos previstos? Existem áreas/temas que deveriam ser alvo de mais capacitação?	x	x	x					x			x	
Em termos gerais, qual o nível de satisfação com as ações de capacitação desenvolvidas (distinguir entre diferentes ações de capacitação)?	x	x	x					x			x	

Questões	Entrevistas						Focus Group					Estudos de Caso
	Conselho Diretivo	Diretores de unidades	OI	AD&C	Coord. ITI & Municípios	Comité de Acompanhamento & outros stakeholders	Interl. AG nas Redes de articulação	Comité Acompanhamento	Beneficiários (potenciais e efetivos)	ITI	Técnicos AG/ OI	Entrevista OI
QA6. O Programa está a ser capaz de selecionar os projetos que lhe garantem melhor cumprimento dos seus objetivos, em tempo útil?												
6.1. Concluir sobre a adequação do processo de seleção para garantir o apoio aos projetos com maior potencial de contributo para os objetivos do Programa. Concluir sobre os fatores determinantes, considerando, entre outros, os critérios e análise de admissibilidade e de mérito e respetivos prazos de decisão, o papel dos intervenientes nesse processo, de acordo com o modelo de governação e de delegação de competências.												
Os prazos estabelecidos para o processo de análise e aprovação das candidaturas têm sido cumpridos? Se não, quais são os principais fatores que atrasam o processo de seleção?	X	X	X	X				X			X	X
Que mecanismos foram implementados de forma a garantir os mesmos padrões de rigor no processo de seleção de todas as candidaturas apresentadas?	X	X	X	X				X			X	X
A documentação de suporte ao processo de análise das candidaturas por parte dos técnicos é adequada e estabelece procedimentos e parâmetros de análise claros para evitar disparidades de análise entre técnicos?	X	X	X	X				X			X	X
Os recursos humanos alocados ao processo de receção, análise e seleção das candidaturas é adequado, quer em número, quer em competências?	X	X	X					X			X	X
Que tipo de ações de capacitação relacionadas com o processo de receção, análise e aprovação de candidaturas os técnicos da AG e dos OI frequentaram?	X	X	X					X			X	X
Quais os efeitos práticos que considera que estas ações de capacitação tiveram no processo de receção, análise e aprovação de candidaturas?	X	X	X					X			X	X
As ações de capacitação realizadas focaram em todos os pontos essenciais para a receção, análise e aprovação das candidaturas? Existem áreas/temas que deveriam ser alvo de mais capacitação?	X	X	X					X			X	X
Em termos gerais, qual o nível de satisfação com as ações de capacitação desenvolvidas?	X	X	X					X			X	X
6.2. Concluir sobre a adequação das condições de elegibilidade (admissibilidade de candidaturas) para assegurar a eficácia (admitir os projetos que mais contribuem para os objetivos do Programa) e eficiência (desmobilizar procura não qualificada) do processo de seleção dos projetos a apoiar.												
As condições de elegibilidade estão claramente definidas de forma a garantir que apenas os projetos que contribuem de forma significativa para os objetivos do Programa são admitidos? Ajudam a excluir candidaturas de projetos que não são viáveis ou que não têm a capacidade de alcançar os objetivos propostos?	X	X	X								X	X
O processo de verificação das condições de elegibilidade é ágil e eficiente, permitindo a identificação rápida de candidaturas não qualificadas, sem atrasos no processo de seleção? (mobilizar questões/respostas da 5.2 quanto à indução da procura desejada e desmobilização da procura não qualificada)	X	X	X								X	X
6.3. Concluir sobre a eficácia dos critérios de seleção (considerando a natureza e número de critérios, a forma como se combinam entre si e os ponderadores que lhes estão associados) para concentrar os apoios nos projetos de maior potencial face aos objetivos do Programa.												
Os critérios de seleção têm-se revelado adequados para a seleção das candidaturas que potencialmente mais contribuem para os objetivos estratégicos e operacionais do Programa?	X	X	X	X							X	

Questões	Entrevistas						Focus Group					Estudos de Caso
	Conselho Diretivo	Diretores de unidades	OI	AD&C	Coord. ITI & Municípios	Comité de Acompanhamento & outros stakeholders	Interl. AG nas Redes de articulação	Comité Acompanhamento	Beneficiários (potenciais e efetivos)	ITI	Técnicos AG/ OI	Entrevista OI
Os critérios de seleção e as grelhas de análise adotados para a apreciação e hierarquização das candidaturas são claros e de fácil aplicação? Permitem uma aplicação uniforme?	x	x	x	x							x	
Em relação ao período 2020, que melhorias identifica? Que recomendações e/ou lições da experiência passada foram aproveitadas para a definição de novos critérios? (justifique)	x	x	x	x							x	
Identificam algumas limitações ao nível dos critérios de seleção e sua operacionalização na grelha de análise das candidaturas? Em que domínios/TO? É necessário acrescentar alguns elementos aos critérios ou às grelhas de análise para permitir uma seleção das candidaturas mais adequadas e relevantes para os objetivos do PO?	x	x	x	x							x	
Existem critérios claros e objetivos que permitem a exclusão de projetos que não atendem aos requisitos mínimos de qualidade ou de relevância para os objetivos do Programa?	x	x	x	x							x	
O número de critérios de seleção é suficiente para garantir que todos os aspetos importantes do projeto são considerados?	x	x	x	x							x	
A combinação dos critérios permite uma avaliação holística dos projetos?	x	x	x	x							x	
Existem critérios com ponderadores excessivamente altos ou baixos que podem distorcer a avaliação e priorização de candidaturas?	x	x	x	x							x	
QA7 - O Programa está a ser capaz de acompanhar as operações de forma a potenciar a sua boa implementação com vista a alcançar os seus objetivos?												
7.1. Concluir sobre a suficiência, eficácia e eficiência dos mecanismos de acompanhamento dos projetos, para a deteção precoce de dificuldades de execução e apoio aos beneficiários para ultrapassar essas dificuldades.												
Os mecanismos de acompanhamento são suficientes para monitorizar efetivamente o progresso dos projetos ao longo de sua execução?	x	x	x	x					x		x	x
Os mecanismos de acompanhamento são eficazes em detetar dificuldades de execução de forma precoce? E são eficientes, i.e., garantem um acompanhamento contínuo sem sobrecarregar os beneficiários ou a autoridade de gestão (processo de acompanhamento é suficientemente simples e desburocratizado)?	x	x	x	x					x		x	x
O acompanhamento é suficientemente flexível para ajustar as intervenções à medida que surgem dificuldades específicas nos projetos, garantindo uma resposta rápida e adequada?	x	x	x	x					x		x	x
Existem recursos disponíveis e suficientes para oferecer um apoio/accompanhamento contínuo aos beneficiários, como consultoria, formação, ou apoio técnico especializado?	x	x	x	x					x		x	x
O processo de acompanhamento contribui para uma execução mais eficaz e eficiente dos projetos?	x	x	x	x					x		x	x
QA8 - O sistema de recolha, análise e tratamento de informação e indicadores do Programa e contratualizados permitem dar resposta adequada às necessidades de gestão, monitorização e avaliação do Programa?												
8.1. Concluir sobre a adequação e suficiência dos indicadores de realização e de resultado definidos pelo Programa para monitorizar e avaliar o desempenho do Programa face aos objetivos que prossegue.												
Os indicadores de realização e resultados definidos cobrem todas as áreas de atuação do Programa ou existem áreas a descoberto?	x	x	x	x	x	x					x	x
Os indicadores de realização e resultado são adequados para as atividades principais do Programa?	x	x	x	x	x	x					x	x

Questões	Entrevistas						Focus Group					Estudos de Caso
	Conselho Diretivo	Diretores de unidades	OI	AD&C	Coord. ITI & Municípios	Comité de Acompanhamento & outros stakeholders	Interl. AG nas Redes de articulação	Comité Acompanhamento	Beneficiários (potenciais e efetivos)	ITI	Técnicos AG/ OI	Entrevista OI
Os indicadores de realização e resultado estão alinhados com os objetivos estabelecidos pelo Programa?	x	x	x	x	x	x				x	x	
Os atuais indicadores de realizações e de resultado são suficientes/adequados para monitorizar os efeitos produzidos pelos Projetos apoiados? E as respetivas metas são realistas?	x	x	x	x	x	x				x	x	
Os indicadores de realização e resultado são adequados para captar as mudanças que o Programa pretende desenvolver?	x	x	x	x	x	x				x	x	
Nesta fase de execução do Programa, os indicadores têm-se revelado eficazes para a sua monitorização?	x	x	x	x	x	x				x	x	
Como avalia o sistema de recolha, análise e tratamento de informação dos indicadores do Programa?	x	x	x	x	x	x				x	x	
8.2. Concluir sobre a adequação dos Sistemas de Informação, incluindo a integração entre Sistemas, para a recolha, disponibilização e acesso em tempo útil de informação, em quantidade e qualidade, que responda às necessidades de monitorização e de avaliação do Programa.												
Qual o contributo do sistema de informação para a manutenção do sistema de indicadores de monitorização do Programa?	x	x	x	x							x	
Como e com que frequência é efetuada a recolha de dados de execução dos projetos, de forma a garantir a quantificação/atualização dos indicadores agregados do Programa?	x	x	x	x							x	
Qual o contributo e nível de eficácia do Sistema de Informação enquanto instrumento de suporte à gestão, acompanhamento e controlo e avaliação do Programa enquanto facilitador da articulação interinstitucional entre os órgãos de governação do PO?	x	x	x	x							x	
Existem momentos formais de articulação com as entidades relevantes que operam no SI?	x	x	x	x							x	
Como e com que frequência é transferida informação das entidades relevantes para o SI?	x	x	x	x					x		x	
Estão previstos/Programados momentos específicos para colmatar as dificuldades reportadas face ao SI?	x	x	x	x							x	
Existe interoperabilidade entre SI? Quais as principais dificuldades nesta matéria?	x	x	x	x							x	
O SI assegura a desmaterialização de processos em todo o ciclo de vida das operações? Que dificuldades existem?	x	x	x	x					x		x	
Que alterações poderiam ser operacionalizadas no SI para melhor responder às necessidades do Programa?	x	x	x	x					x		x	
QA9 - A estrutura de gestão do Programa, incluindo Organismos Intermédios, é adequada para o desempenho das funções que lhe estão atribuídas? O modelo de gestão e delegação de competências em organismos intermédios é adequado para a eficácia e eficiência do exercício das funções da Autoridade de Gestão do Programa?												
9.1. Concluir sobre a existência de ganhos de gestão operacional do Programa por via da delegação de competências contratualizada com os OI, identificando em que dimensões da implementação do Programa se manifestam ganhos de eficácia e eficiência (ex. capacidade de mobilizar procura desejada, seleção de projetos, acompanhamento da execução, entre outras), ou eventuais situações de perda de eficácia e/ou de eficiência.												
A estrutura de gestão do Programa está adequada face o desempenho das funções que lhe estão atribuídas (organograma, recursos humanos, distribuição de funções...)?	x	x	x								x	x
O modelo de organização da AG pode ser melhorado, com vista a obter ganhos de eficiência e de eficácia das intervenções? Em que domínios é possível melhorar e em que sentido?	x	x	x								x	x
Quais os maiores estrangulamentos do Programa? Que estratégias propõe para os superar?	x	x	x								x	x

Questões	Entrevistas						Focus Group					Estudos de Caso
	Conselho Diretivo	Diretores de unidades	OI	AD&C	Coord. ITI & Municípios	Comité de Acompanhamento & outros stakeholders	Interl. AG nas Redes de articulação	Comité Acompanhamento	Beneficiários (potenciais e efetivos)	ITI	Técnicos AG/ OI	Entrevista OI
Em termos práticos, quais são as principais funções, atribuídas aos OI?	x	x	x								x	x
Em que dimensões de implementação do Programa (ex. capacidade de mobilizar procura desejada, seleção de projetos, acompanhamento da execução, entre outras) considera que o contributo/existência dos OI é particularmente relevante? Porquê?	x	x	x								x	x
Em que dimensões de implementação do Programa considera que o contributo/existências dos OI pode ser incrementada? De que forma?	x	x	x								x	x
Como são assegurados os mecanismos de articulação entre AG e OI? Existem espaços para fomentar a partilha e processos de melhoria?	x	x	x								x	x
Esta articulação é adequada, principalmente nas fases mais determinantes do ciclo de vida dos projetos (como candidaturas, pedidos de pagamento, etc.)?	x	x	x								x	x
Considera o modelo de organização dos OI adequado para a eficácia e eficiência das competências delegadas? Em que domínio(s) pode ser melhorado?	x	x	x								x	x
A estrutura de recursos humanos do OI é adequada às exigências do Programa?	x	x	x								x	x
Em termos gerais, os OI estão a cumprir os objetivos definidos modelo de gestão e delegação de competências? Trazem ganhos de eficácia e eficiência?	x	x	x								x	x
QA10 - O modelo de governação implementado tem contribuído para a eficácia e eficiência na gestão do Programa?												
10.1. Concluir sobre a adequação do funcionamento e contributo do Comité de Acompanhamento na sua função de apoio à implementação e à eficácia do Programa. Concluir sobre a adequação do envolvimento dos stakeholders do ponto de vista do seu perfil e da forma de envolvimento, identificando os ganhos decorrentes desse envolvimento ou os prejuízos da sua ausência.												
Como são estabelecidos os mecanismos de articulação do Programa com o Comité?	x	x	x			x		x				
Qual o âmbito, o modo e a frequência de articulação entre o Programa e o Comité?	x	x	x			x		x				
Considera que estão representadas no Comité as entidades diretamente relacionadas com todas as áreas de atuação do Programa? Se não, que áreas estão a descoberto e que entidades deveriam ser incluídas?	x	x	x			x		x				
Considera que estão representadas no Comité todas as entidades relevantes para o apoio à implementação e eficácia do Programa? Se não, que entidades deveriam ser incluídas e porquê?	x	x	x	x		x		x				
Existe alguma entidade que esteja representada no Comité que considera que não seja tão relevante? Porquê? Substituiria por outra mais adequada?	x	x	x			x		x				
As atribuições/objetivos do comité são relevantes e adequadas ao apoio à implementação e à eficácia do Programa? Se não, o que deveria ser alterado?	x	x	x			x		x				
Quais são as principais recomendações/decisões que advieram comité até à data? Que repercussões/alterações suscitaram na implementação do Programa?	x	x	x	x		x		x				
Em termos globais, como avalia o contributo do Comité para a implementação e eficácia do Programa?	x	x	x	x		x		x				
Todas as entidades que constituem o Comité encontram-se igualmente envolvidas na implementação do Programa?	x	x	x	x		x		x				

Questões	Entrevistas						Focus Group					Estudos de Caso
	Conselho Diretivo	Diretores de unidades	OI	AD&C	Coord. ITI & Municípios	Comité de Acompanhamento & outros stakeholders	Interl. AG nas Redes de articulação	Comité Acompanhamento	Beneficiários (potenciais e efetivos)	ITI	Técnicos AG/ OI	Entrevista OI
Como é que o Comité avalia a implementação do Programa até à data? Perspetiva que, dado o ritmo de implementação observado, este irá conseguir atingir as metas propostas? Quais têm sido os principais problemas de execução com que este se tem deparado?						x		x				
10.2. Concluir sobre o contributo das Redes de Articulação funcional em que o Programa participa para a capacitação institucional dos intervenientes e para a eficácia e eficiência da gestão do Programa, designadamente por via da articulação entre Autoridades de Gestão, incluindo os OI, nomeadamente na definição de plano de avisos para apresentação de candidaturas e no desenvolvimento e implementação de outros instrumentos de gestão.												
Quais são os principais objetivos/domínios de atuação da rede (especificar e adequar questões à rede)?	x			x			x					
Em termos gerais considera que estes domínios de atuação são relevantes/adequados para a implementação do Programa? Se não, que domínios deveriam ser incluídos/retirados?	x			x			x					
Qual o modo e frequência de articulação com as entidades relevantes para o Programa?	x			x			x					
Como são estabelecidos os mecanismos de articulação no contexto da rede? Com que objetivos e periodicidade?	x			x			x					
Qual o grau de satisfação com os mecanismos de articulação?	x			x			x					
Têm-se registado barreiras/dificuldades nesta articulação?	x			x			x					
Com a atividade desenvolvida pela rede até à data os objetivos estão a ser cumpridos?	x			x			x					
Quais são as principais decisões tomadas pela rede e qual o seu contributo para a implementação dos instrumentos de gestão do Programa?	x			x			x					
A rede tem potenciado a troca de experiências e a partilha de conhecimento entre PO, nomeadamente no que se refere às áreas de intervenção que foram transferidas para os PO Regionais?	x			x			x					
Em termos gerais, qual o nível de importância da rede na concretização dos objetivos do PT 2030?	x			x			x					
QA11 - A implementação do Programa (ritmo de compromisso e de execução física e financeira e qualidade/adequação dos projetos aprovados) até ao momento, em cada uma das áreas de intervenção, permite assegurar o cumprimento das metas e dos objetivos do Programa?												
11.1. Concluir, atendendo ao ritmo de implementação do Programa e das operações, sobre o realismo das metas de execução financeira (incluindo n+3) e das metas definidas ao nível de cada um dos Objetivos Específicos do Programa e sobre as perspetivas de atingir essas metas, traduzidas pelos indicadores de realização e resultado.												
Explicitar as causas (fatores internos e externos) para perspetivas de desempenho eventualmente diferenciadas, quer para as áreas de intervenção com melhores perspetivas de cumprimento das metas, quer para as áreas de intervenção em que se perspetivam maiores dificuldades, incluindo constrangimentos inesperados na implementação das operações. Nos fatores externos, explicitar em que medida os custos de contexto (exigências legais nacionais, procedimentos administrativos, ...) condicionam (em ritmo e qualidade) a apresentação de candidaturas e a execução dos projetos aprovados.												
A execução do Programa está a decorrer de acordo com o planeado? Há a perspetiva dos indicadores e metas serem alcançados atempadamente?	x	x	x	x		x		x				
Quais têm sido os principais fatores internos e externos (ex. exigências legais nacionais, procedimentos administrativos...) que estão a influenciar (positiva e negativamente) a implementação do projeto? De que forma?	x	x	x	x		x		x				
Já era expectável estes fatores ocorrerem ou são inesperados? Se era expectável que estratégias de mitigação foram planeadas? Qual o seu resultado?	x	x	x	x		x		x				
Em termos gerais, e tendo em atenção a execução até à data, como avaliam a capacidade de alcance dos resultados do Programa?	x	x	x	x		x		x				

Questões	Entrevistas						Focus Group					Estudos de Caso
	Conselho Diretivo	Diretores de unidades	OI	AD&C	Coord. ITI & Municípios	Comité de Acompanhamento & outros stakeholders	Interl. AG nas Redes de articulação	Comité Acompanhamento	Beneficiários (potenciais e efetivos)	ITI	Técnicos AG/ OI	Entrevista OI
QA12 - Estão a ser atingidos os objetivos traçados para cada ITI?												
12.1. Concluir sobre a adequação do instrumento para alcançar os objetivos traçados												
12.2. Concluir sobre a adequação dos recursos financeiros e físicos para alcançar os objetivos.												
Os recursos financeiros alocados são suficientes para alcançar os objetivos estabelecidos para cada ITI (Funchal e Porto Santo)?	x			x	x					x		
Há uma distribuição equilibrada dos recursos financeiros entre as diferentes ações de cada ITI?	x			x	x					x		
12.3. Concluir sobre a adequação dos indicadores de realização e resultado definidos.												
Os indicadores de realização e resultado definidos são adequados para medir a eficácia das ações e o progresso em direção aos objetivos definidos para cada ITI?	x			x	x					x		
Os indicadores refletem de forma clara os resultados esperados e são mensuráveis de forma objetiva? São realistas e alcançáveis, dado o contexto e os recursos disponíveis nas ITI?	x			x	x					x		
12.4 Concluir sobre a adequação da Estratégia de cada ITI (Funchal e Porto Santo), em termos da Programação das ações integradas, da articulação com os planos sectoriais e dos princípios definidos ao nível do Programa.												
A estratégia de cada ITI (Funchal e Porto Santo) está adequadamente alinhada com as necessidades e prioridades do território?	x			x	x					x		
A estratégia de cada ITI reflete a articulação com os planos setoriais, considerando as políticas públicas existentes e os contextos específicos das duas áreas?	x			x	x					x		
12.5. Concluir da adequação do processo de articulação entre diferentes atores envolvidos na concretização estratégica, das ITI bem como as sinergias com outras iniciativas que reforcem a estratégia?												
O processo de articulação entre os diferentes atores envolvidos na concretização estratégica das ITI é eficaz e bem estruturado? Os atores relevantes estão suficientemente envolvidos nas fases de planeamento e implementação das ações Programadas?	x			x	x					x		
As ITI estão articuladas com outras políticas e Programas regionais ou locais para garantir que as ações sejam complementares e não redundantes? O processo de articulação com outras iniciativas tem sido eficaz em reforçar a capacidade das ITI, aproveitando as complementaridades, maximizando os benefícios para os territórios e grupos-alvo e evitando duplicações ou dispersão de esforços?	x			x	x					x		
QA13 - Em que medida a eficácia e a eficiência das intervenções apoiadas pelo Programa são potenciadas pelo facto de serem financiadas por Fundos Europeus? Quais os principais fatores indutores desse valor acrescentado? Quais as áreas de intervenção do Programa em que o valor acrescentado europeu é mais expressivo e qual a natureza desse valor acrescentado (efeitos de volume, de âmbito e/ou de processo)?												
13.1. Concluir sobre a existência de efeitos de volume (alavancagem do investimento nacional) decorrentes da utilização dos fundos europeus.												
Há um impacto perceptível na ampliação da escala de algumas intervenções ou projetos devido à disponibilidade de financiamento europeu, que não seria possível apenas com recursos nacionais?	x	x	x		x	x			x	x		
De que maneira os fundos europeus têm permitido aumentar o volume de investimentos em áreas específicas (infraestruturas, inovação, educação, etc.) que são estratégicas para o desenvolvimento do território?	x	x	x		x	x			x	x		

Questões	Entrevistas						Focus Group					Estudos de Caso
	Conselho Diretivo	Diretores de unidades	OI	AD&C	Coord. ITI & Municípios	Comité de Acompanhamento & outros stakeholders	Interl. AG nas Redes de articulação	Comité Acompanhamento	Beneficiários (potenciais e efetivos)	ITI	Técnicos AG/ OI	Entrevista OI
13.2. Concluir sobre a existência de efeitos de processo (formas de intervir, incluindo formas de mobilização dos atores) decorrentes da utilização dos fundos europeus.												
A utilização dos Fundos Europeus resultou em novas formas de intervir, com metodologias ou práticas que não teriam sido adotadas sem esse apoio? Se sim, quais são essas novas formas de intervenção?	x	x	x		x				x	x	x	
Em que medida os Fundos Europeus influenciam a maneira como os atores locais (governo, setor privado, sociedade civil) se mobilizam para implementar projetos, estabelecendo parcerias mais eficazes?	x	x	x		x				x	x	x	

A.3.2 *Guião de inquérito por questionário a entidades que apresentaram candidaturas (aprovadas e não aprovadas)*

Inquérito às Entidades Candidatas ao Programa Madeira 2030

O presente inquérito é promovido no âmbito da avaliação da operacionalização do Programa Madeira 2030, estando a sua aplicação e análise a cargo da equipa de avaliação da Technopolis Group Portugal.

Tem como objetivo recolher a perceção das entidades candidatas quanto à experiência de participação nos avisos de concurso já lançados, designadamente no que respeita à clareza da informação disponibilizada, adequação dos critérios e procedimentos, apoio técnico prestado e utilidade das plataformas digitais.

O inquérito destina-se a entidades que submeteram candidatura(s) ao Programa Madeira 2030 e deverá ser preenchido por alguém com conhecimento direto do processo. As respostas serão analisadas de forma confidencial e exclusivamente para fins de avaliação.

Agradecemos desde já a sua colaboração

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO INQUIRIDO

1. Tipo de Entidade (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Administração Pública Regional
<input type="checkbox"/>	Administração Pública Local
<input type="checkbox"/>	Empresa
<input type="checkbox"/>	Instituição sem fins lucrativos
<input type="checkbox"/>	Instituição de Ensino Superior ou Centro de I&D
<input type="checkbox"/>	Associação Empresarial
<input type="checkbox"/>	Outro

2. Função do respondente ao inquérito (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Dirigente/ responsável da entidade
<input type="checkbox"/>	Técnico com envolvimento direto na candidatura
<input type="checkbox"/>	Consultor externo
<input type="checkbox"/>	Outro

3. Participou na elaboração da candidatura ao Programa Madeira 2030? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Sim, diretamente
<input type="checkbox"/>	Sim, em colaboração com consultora externa
<input type="checkbox"/>	Outro

CONHECIMENTO DO PROGRAMA MADEIRA 2030/ AÇÕES DE COMUNICAÇÃO
4. De que forma tomou conhecimento do concurso ao qual apresentou a candidatura? (obrigatória)

(pode selecionar mais do que uma opção)

<input type="checkbox"/>	Site do MADEIRA 2030
<input type="checkbox"/>	Site dos Organismos Intermédios (IDE, IP-RAM, IQ, IP-RAM, ISSM, IP-RAM)
<input type="checkbox"/>	Site do Portugal 2030
<input type="checkbox"/>	Eventos de apresentação do MADEIRA 2030
<input type="checkbox"/>	Sessões de esclarecimento sobre as intervenções
<input type="checkbox"/>	Publicações e material de divulgação do MADEIRA 2030
<input type="checkbox"/>	Newsletters do Portugal 2030/ MADEIRA 2030
<input type="checkbox"/>	Plano de Avisos e lançamento de avisos de abertura de concursos
<input type="checkbox"/>	Redes sociais
<input type="checkbox"/>	Meios de comunicação social
<input type="checkbox"/>	Participação em feiras e eventos públicos
<input type="checkbox"/>	Por uma empresa de consultoria
<input type="checkbox"/>	NS/NR
<input type="checkbox"/>	Outro

5. Quando necessitou/ necessita de mais informação sobre o MADEIRA 2030 a que canais recorreu/ recorre? (obrigatória)

(pode selecionar mais do que uma opção)

<input type="checkbox"/>	Site do MADEIRA 2030
<input type="checkbox"/>	Redes Sociais do MADEIRA 2030
<input type="checkbox"/>	Contacto telefónico (Linha dos Fundos)
<input type="checkbox"/>	Apoio por email MADEIRA 2030)
<input type="checkbox"/>	Sessões de esclarecimento
<input type="checkbox"/>	Associações
<input type="checkbox"/>	Empresas de consultoria
<input type="checkbox"/>	Não necessitou de mais informação
<input type="checkbox"/>	Outro

6. Como avalia a eficácia da estratégia de comunicação do Madeira 2030 na divulgação do Programa ao público em geral, relativamente aos seguintes aspetos (obrigatória)

(Escala de 1 a 6 em que 1 significa "Nada eficaz" e 6 "Muito eficaz")

	1 – Nada eficaz	2	3	4	5	6 – Muito eficaz	NS/NR
Objetivos do Programa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Plano de avisos e abertura de candidaturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tipologia de entidades beneficiárias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Procedimentos de candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operações aprovadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financiamento atribuído	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. Que sugestões gostaria de deixar no sentido do MADEIRA 2030 melhorar a sua divulgação e a comunicação com os beneficiários e potenciais beneficiários?

PROCESSO DE CANDIDATURA

8. Indique a tipologia de operação a que apresentou candidatura no âmbito do Programa Madeira 2030 (obrigatória)

(no caso de ter mais do que uma candidatura, indique a que corresponde ao maior investimento total)

<input type="checkbox"/>	3018 - Alocação específica RUP (Funcionamento 2030)
<input type="checkbox"/>	1038 - Investimento Empresarial Produtivo (SI)
<input type="checkbox"/>	1059 - Projeto Individual (SI) - Internacionalização das empresas
<input type="checkbox"/>	4012 - Formação empresarial individual (SI)
<input type="checkbox"/>	4021 - Cursos Profissionais
<input type="checkbox"/>	4030 - Formações modulares certificadas
<input type="checkbox"/>	4016 - Formação da Administração pública regional e local
<input type="checkbox"/>	4037 - Centros especializados em qualificação de adultos e processos de RVCC (Centros Qualifica)
<input type="checkbox"/>	4022 - Cursos de Aprendizagem
<input type="checkbox"/>	4046 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade
<input type="checkbox"/>	4001 - Estágios profissionais
<input type="checkbox"/>	4026 - Cursos Técnicos Superiores Profissionais (Cursos TeSP)
<input type="checkbox"/>	4045 - Programas de inserção socioprofissional
<input type="checkbox"/>	4002 - Apoios à contratação

<input type="checkbox"/>	4003 - Programas de formação e emprego
<input type="checkbox"/>	4029 - Formação Avançada
<input type="checkbox"/>	4005 - Criação de emprego e microempreendedorismo
<input type="checkbox"/>	2030 - Abastecimento de água
<input type="checkbox"/>	2031 - Saneamento de Águas Residuais
<input type="checkbox"/>	4517 - Património cultural (bens imóveis classificados como de interesse nacional ou de interesse público)
<input type="checkbox"/>	5013 - Valorização do património cultural
<input type="checkbox"/>	1033 - Infraestruturas, desmaterialização de processos internos, serviços Web/online aos cidadãos e empresas e cibersegurança
<input type="checkbox"/>	1044 - Promoção do espírito empresarial e ecossistema de empreendedorismo
<input type="checkbox"/>	4511 - Infraestruturas de cuidados de saúde primários
<input type="checkbox"/>	1001 - Investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT)
<input type="checkbox"/>	1005 - Internacionalização de I&D - preparação e submissão de candidaturas a Programas de I&D financiados pela União Europeia
<input type="checkbox"/>	1006 - Provas de conceito
<input type="checkbox"/>	1007 - Proteção da propriedade intelectual e industrial
<input type="checkbox"/>	1008 - Infraestruturas científicas
<input type="checkbox"/>	1009 - Projetos de I&DT (SI)
<input type="checkbox"/>	1010 - Proteção da propriedade industrial (SI)
<input type="checkbox"/>	1011 - Projetos demonstradores (SI)
<input type="checkbox"/>	1012 - Programas mobilizadores (SI)
<input type="checkbox"/>	1013 - Núcleos de I&DT (SI)
<input type="checkbox"/>	1014 - Projeto simplificado (SI)
<input type="checkbox"/>	1015 - Provas de conceito (SI)
<input type="checkbox"/>	1016 - Regime contratual (SI)
<input type="checkbox"/>	1017 - Internacionalização da I&D - participação em redes internacionais de I&I por parte de empresas (SI)
<input type="checkbox"/>	1018 - Internacionalização da I&D - selo de Excelência ao abrigo do Programa Horizonte 2020 ou do Programa Horizonte Europa (SI)
<input type="checkbox"/>	1019 - Internacionalização da I&D - operações de I&D industrial à escala europeia (SI)
<input type="checkbox"/>	1020 - Internacionalização da I&D - preparação e submissão de candidaturas a Programas de I&I financiados pela União Europeia (SI)
<input type="checkbox"/>	1022 - Ações coletivas
<input type="checkbox"/>	1023 - Centros e Interfaces Tecnológicos
<input type="checkbox"/>	1024 - Parques de Ciência e Tecnologia

<input type="checkbox"/>	1025 - Incubadoras de Base Tecnológica
<input type="checkbox"/>	1029 - Investimento integrado em Investigação, Desenvolvimento e Inovação Empresarial (SI)
<input type="checkbox"/>	1030 - Adaptação dos modelos de negócios para a digitalização
<input type="checkbox"/>	1031 - Redes e outras formas de parceria e cooperação
<input type="checkbox"/>	1032 - Desenvolvimento da rede de Digital Innovation Hubs
<input type="checkbox"/>	1034 - Espaços cidadão
<input type="checkbox"/>	1035 - Cidades Inteligentes
<input type="checkbox"/>	1036 - Desmaterialização de processos, procedimentos internos e otimização dos níveis de cibersegurança
<input type="checkbox"/>	1037 - Investimento Empresarial Produtivo (IF) (SI)
<input type="checkbox"/>	1039 - Clusters
<input type="checkbox"/>	1040 - Criação de novas empresas e negócios (SI) (RA)
<input type="checkbox"/>	1042 - Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI)
<input type="checkbox"/>	1046 - Áreas de Acolhimento Empresarial - Criação, expansão e requalificação, incluindo infraestruturas, equipamentos e acessos
<input type="checkbox"/>	1047 - Incubadoras, viveiros de empresas locais, incubadoras sociais e espaços de "coworking" - Infraestruturas, equipamentos e acessos
<input type="checkbox"/>	1048 - Capacitação para o alargamento dos serviços prestados
<input type="checkbox"/>	1049 - Cadeias de valor e redes colaborativas
<input type="checkbox"/>	1050 - Concertação estratégica e coordenação de atores
<input type="checkbox"/>	1051 - Planeamento e Programação integrada de investimentos
<input type="checkbox"/>	1052 - Capacitação para a especialização inteligente
<input type="checkbox"/>	1053 - Plataformas de inovação, governação e internacionalização
<input type="checkbox"/>	1055 - Projeto Individual (SI) - Qualificação das empresas
<input type="checkbox"/>	1056 - Projeto conjunto (SI) - Qualificação das empresas
<input type="checkbox"/>	1057 - Projeto simplificado (SI) - Qualificação das empresas
<input type="checkbox"/>	1058 - Ações coletivas - Qualificação das empresas
<input type="checkbox"/>	1062 - Ações coletivas - Internacionalização das empresas
<input type="checkbox"/>	1065 - Áreas de (re)estruturação funcional, logística e organizativa
<input type="checkbox"/>	2001 - Eficiência energética e descarbonização (SI)
<input type="checkbox"/>	2003 - EE na AP Regional
<input type="checkbox"/>	2004 - EE na AP Local
<input type="checkbox"/>	2005 - Ações de sensibilização, informação e planeamento
<input type="checkbox"/>	2006 - EE nos equipamentos sociais

<input type="checkbox"/>	2032 - Reutilização de água
<input type="checkbox"/>	2033 - Tratamento de resíduos (primordialmente em sistemas em alta)
<input type="checkbox"/>	2034 - Sistemas de suporte à gestão
<input type="checkbox"/>	2035 - Recolha seletiva de resíduos (primordialmente em sistemas em baixa)
<input type="checkbox"/>	2039 - Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade
<input type="checkbox"/>	2040 - Infraestruturas verdes
<input type="checkbox"/>	2041 - Ações de promoção, sensibilização e comunicação
<input type="checkbox"/>	2044 - Reforço e/ou modernização da rede de monitorização
<input type="checkbox"/>	2045 - Infraestruturas/equipamentos para melhoria da qualidade do ar
<input type="checkbox"/>	2046 - Transporte urbano digitalizado
<input type="checkbox"/>	2047 - Mobilidade Ativa (pedonal e ciclável)
<input type="checkbox"/>	2048 - Transporte flexível
<input type="checkbox"/>	2051 - Capacitação para a mobilidade sustentável
<input type="checkbox"/>	2053 - Sistema de transportes sustentáveis
<input type="checkbox"/>	2056 - Redes de transporte (metropolitano; metro ligeiro; BRT)
<input type="checkbox"/>	2060 - Ações imateriais
<input type="checkbox"/>	3007 - Infraestrutura portuária (RTE)
<input type="checkbox"/>	3009 - Melhoria da navegabilidade, acessibilidades, operacionalidade e segurança
<input type="checkbox"/>	3016 - Material Transporte Marítimo (não RTE)
<input type="checkbox"/>	3017 - Infraestrutura aeroportuária (não RTE)
<input type="checkbox"/>	4007 - Estruturas locais de apoio ao emprego
<input type="checkbox"/>	4009 - Capacitação dos parceiros sociais nas RA
<input type="checkbox"/>	4013 - Formação empresarial conjunta (inclui formação-ação) (SI)
<input type="checkbox"/>	4017 - Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados por empresas (micro, pequenas e médias) (SI)
<input type="checkbox"/>	4018 - Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados em infraestruturas científicas, instituições científicas e tecnológicas e Laboratórios Colaborativos (SI)
<input type="checkbox"/>	4024 - Formação de docentes, formadores e outros agentes de educação
<input type="checkbox"/>	4031 - Formação digital
<input type="checkbox"/>	4041 - Educação e formação de grupos desfavorecidos visando a obtenção de qualificação
<input type="checkbox"/>	4042 - Educação e formação de grupos desfavorecidos visando a melhoria da empregabilidade
<input type="checkbox"/>	4050 - Capacitação para a inclusão
<input type="checkbox"/>	4063 - Acompanhamento e apoio especializado a grupos vulneráveis

<input type="checkbox"/>	4071 - Igualdade de Género em contexto laboral
<input type="checkbox"/>	4072 - Projetos de apoio à conciliação entre trabalho e vida familiar
<input type="checkbox"/>	4075 - Capacitação dos parceiros e das organizações da sociedade civil
<input type="checkbox"/>	4081 - Fomento ao envelhecimento ativo
<input type="checkbox"/>	4091 - Proteção contra violência doméstica, no namoro e sexual
<input type="checkbox"/>	4093 - Qualificação do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo e promoção da desinstitucionalização
<input type="checkbox"/>	4094 - Apoio à intervenção familiar para preservação das crianças e jovens em risco
<input type="checkbox"/>	4096 - Cuidados continuados e cuidadores informais/de proximidade
<input type="checkbox"/>	4099 - Aquisição direta de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade
<input type="checkbox"/>	4100 - Distribuição direta de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade e medidas de acompanhamento
<input type="checkbox"/>	4102 - Distribuição indireta de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade através da atribuição de cartões eletrónicos para a sua aquisição nos estabelecimentos comerciais aderentes
<input type="checkbox"/>	4512 - Equipamentos de cuidados de saúde primários
<input type="checkbox"/>	4514 - Equipamentos hospitalares
<input type="checkbox"/>	4516 - Eventos Culturais, Programação em Rede, Rotas e Criação Artística
<input type="checkbox"/>	4519 - Promoção turística
<input type="checkbox"/>	5008 - Cidades digitais
<input type="checkbox"/>	5009 - Reabilitação e regeneração urbanas
<input type="checkbox"/>	5014 - Valorização do património natural
<input type="checkbox"/>	5016 - Estruturação de produtos turísticos sub-regionais e locais (IT)
<input type="checkbox"/>	5026 - Qualificação de espaço público
<input type="checkbox"/>	7001 - Funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão e monitorização (FSE+)
<input type="checkbox"/>	7002 - Estudos e Avaliação (FSE+)
<input type="checkbox"/>	7003 - Sistemas de Informação do PT 2030 (FSE+)
<input type="checkbox"/>	7004 - Segurança dos sistemas de gestão e controlo (FSE+)
<input type="checkbox"/>	7005 - Informação e comunicação do PT 2030 e dos Fundos associados (FSE+)
<input type="checkbox"/>	7006 - Capacitação do ecossistema dos fundos (FSE+)

9. No caso de ter apresentado mais do que uma candidatura no âmbito do Madeira 2030, indique todas as tipologias a que se candidatou

10. Avalie a adequação dos seguintes elementos relativos à Tipologia de Operação a que concorreu (obrigatória):

(Escala de 1 a 6 em que 1 significa "Nada adequado" e 6 "Totalmente adequado")

No caso de ter projeto candidatados em diferentes tipologias de operação, responda considerando a tipologia indicada como sendo a que corresponde ao maior investimento total.

	1 – Nada adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente adequado	NS/NR
Objetivos definidos para a Tipologia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condições de elegibilidade da operação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CrITÉrios de seleção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tipo de despesas elegíveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Limites de despesas elegíveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formas de financiamento (custos reais/ custos simplificados)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Taxa de cofinanciamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Montante máximo de financiamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prazo máximo de realização da operação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. Avalie a adequação dos seguintes elementos relativos ao processo de candidatura de Operações relativas à Tipologia a que concorreu (obrigatória)

(Escala de 1 a 6 em que 1 significa "Nada adequado" e 6 "Totalmente adequado")

No caso de ter projeto candidatados em diferentes tipologias de operação, responda considerando a tipologia indicada como sendo a que corresponde ao maior investimento total.

	1 – Nada adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente adequado	NS/NR
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação da Tipologia de Operação e o prazo para submissão das candidaturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Concurso (desde a abertura até ao encerramento)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Ritmo de lançamento dos concursos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Documentação exigida/ carga burocrática	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Indicadores de realização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Indicadores de resultado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Metas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Elementos técnicos de fundamentação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Processo de submissão de candidaturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

12. Avalie a documentação e os materiais de suporte do Programa no que se refere aos seguintes aspetos (obrigatória)

Escala de 1 a 6, em que 1 significa "Muito negativo" e 6 "Muito positivo"

	1 – Muito negativo	2	3	4	5	6 – Muito positivo	NS/NR
Clareza no texto do Programa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Clareza no regulamento específico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Clareza dos avisos de abertura de concurso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Clareza das normas e orientações técnicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Clareza e conteúdos dos manuais de apoio ao utilizador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acessibilidade ao formulário de candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Simplicidade de preenchimento dos formulários de candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Clareza nas instruções para o cálculo dos indicadores de realização e resultado a apresentar na candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Volume da documentação solicitada na candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13. Indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações relativamente aos critérios de seleção da Tipologia de intervenção a que concorreu (obrigatória)

Escala de 1 a 6, em que 1 significa "Discordo totalmente" e 6 "Concordo totalmente"

No caso de ter candidatados em diferentes tipologias de operação responda considerando a tipologia indicada como sendo a que corresponde ao maior investimento total.

	1 – Discordo totalmente	2	3	4	5	6 – Concordo totalmente	NS/NR
Os critérios de seleção são claros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os critérios de seleção são acessíveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os critérios de seleção são objetivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os ponderadores (peso) de cada critério são adequados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os critérios de seleção permitem a seleção dos melhores projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

14. Avalie a adequação dos seguintes elementos relativos ao processo de seleção de operações relativas à tipologia a que concorreu:

Escala de 1 a 6, em que 1 significa "Nada Adequado" e 6 "Totalmente adequado"

No caso de ter candidatados em diferentes tipologias de operação responda considerando a tipologia indicada como sendo a que corresponde ao maior investimento total.

	1 – Nada adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente adequado	NS/NR
Grelha de aplicação dos critérios de análise	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tempo de análise/ aprovação da candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

15. Indique as principais dificuldades sentidas no processo de candidatura (obrigatória)

Pode assinalar mais do que uma resposta.

No caso de ter projetos candidatados em diferentes tipologias de operação responda considerando a tipologia indicada como sendo a que corresponde ao maior investimento total.

<input type="checkbox"/>	Não teve dificuldades
<input type="checkbox"/>	Interpretação da regulamentação (Regulamento Específico, Aviso de Abertura de Concurso...)
<input type="checkbox"/>	Dificuldade na adequação da candidatura às condições de elegibilidade
<input type="checkbox"/>	Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura

<input type="checkbox"/>	Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos, ...)
<input type="checkbox"/>	Aceder ao formulário de candidatura online
<input type="checkbox"/>	Preenchimento do formulário de candidatura online
<input type="checkbox"/>	Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento da Entidade
<input type="checkbox"/>	Prazos de decisão
<input type="checkbox"/>	NS/NR
<input type="checkbox"/>	Outro

16. Descreva as dificuldades sentidas:

17. Considera que a Autoridade de Gestão e/ou o Organismo Intermédio prestaram apoio e asseguraram a capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a elaboração da candidatura? (obrigatória)

Pode assinalar mais do que uma resposta

Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM)

Organismo Intermédio (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM)

<input type="checkbox"/>	Sim, através de sessões de esclarecimento
<input type="checkbox"/>	Sim, através de contactos telefónicos e/ou eletrónicos
<input type="checkbox"/>	Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)
<input type="checkbox"/>	Sim, através de ferramentas de apoio à gestão dos projetos
<input type="checkbox"/>	Sim, na articulação entre atores a envolver no projeto
<input type="checkbox"/>	Sim, na articulação do projeto com estratégias e planos setoriais e princípios definidos no Programa
<input type="checkbox"/>	Sim, na identificação de complementaridades e sinergias com outras operações que potenciem os efeitos do projeto
<input type="checkbox"/>	Sim, através de outras ações
<input type="checkbox"/>	Não

18. Se selecionou a opção "Sim, através de outras ações". Por favor, identifique quais:

19. Contactou a Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) na fase de elaboração da candidatura para pedidos de esclarecimento e/ou outro tipo de apoio? (Obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

20. Avalie o apoio prestado pela Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) na fase de preparação da candidatura relativamente às seguintes dimensões (obrigatória)

Escala de 1 a 6, em que 1 significa "Nada adequado" e 6 "Totalmente adequado"

	1 – Nada adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente adequado	NS/NR
Esclarecimento de dúvidas sobre dimensões técnicas da candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Esclarecimento de dúvidas sobre dimensões financeiras da candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Resposta a dificuldades administrativas na submissão das candidaturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

21. Assinale as principais dificuldades que existiram no contacto com a Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) na fase de Candidatura (obrigatória)

Pode seleccionar mais do que uma resposta.

<input type="checkbox"/>	Não existiram dificuldades
<input type="checkbox"/>	Dificuldade de contacto telefónico
<input type="checkbox"/>	Dificuldade de contacto eletrónico (ex.: e-mail)
<input type="checkbox"/>	Demora na resposta ao pedido de esclarecimentos/apoio
<input type="checkbox"/>	Falta de clareza na resposta ao pedido de esclarecimentos/apoio
<input type="checkbox"/>	Falta de capacidade técnica para responder às questões colocadas
<input type="checkbox"/>	Outro

22. Contactou o Organismo Intermédio (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM) na fase de elaboração da candidatura para pedidos de esclarecimento e/ou outro tipo de apoio? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não
<input type="checkbox"/>	Não existe Organismo Intermédio para a tipologia candidatada

23. Qual o Organismo Intermédio que contactou? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	IDE, IP-RAM
<input type="checkbox"/>	IQ, IP-RAM
<input type="checkbox"/>	ISSM, IP-RAM
<input type="checkbox"/>	Outro

24. Avalie o apoio prestado pelo Organismo Intermédio (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM) na fase de preparação da candidatura relativamente às seguintes dimensões? (obrigatória)

Escala de 1 a 6, em que 1 significa "Nada adequado" e 6 "Totalmente adequado"

	1 – Nada adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente adequado	NS/NR
Esclarecimento de dúvidas sobre dimensões técnicas da candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Esclarecimento de dúvidas sobre dimensões financeiras da candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Resposta a dificuldades administrativas na submissão das candidaturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

25. Assinale as principais dificuldades que existiram no contacto com o Organismo Intermédio (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM) na fase de Candidatura (obrigatória)

Pode seleccionar mais do que uma resposta.

<input type="checkbox"/>	Não existiram dificuldades
<input type="checkbox"/>	Dificuldade de contacto telefónico
<input type="checkbox"/>	Dificuldade de contacto eletrónico (ex.: e-mail)
<input type="checkbox"/>	Demora na resposta ao pedido de esclarecimentos/apoio
<input type="checkbox"/>	Falta de clareza na resposta ao pedido de esclarecimentos/apoio
<input type="checkbox"/>	Falta de capacidade técnica para responder às questões colocadas
<input type="checkbox"/>	Outro

26. Em comparação com o Programa Madeira 14-20, como avalia o processo de candidatura no âmbito do Madeira 2030? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Não teve experiência no Programa Madeira 14-20/ PT2020
<input type="checkbox"/>	Não senti diferença
<input type="checkbox"/>	O processo de candidatura foi mais difícil.
<input type="checkbox"/>	O processo de candidatura foi mais fácil
<input type="checkbox"/>	NS/NR

27. Explique porquê

28. Considera que existem outros instrumentos de financiamento que são complementares a este a que concorreu? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Não
<input type="checkbox"/>	Sim, outras Tipologias de Intervenção do MADEIRA 2030
<input type="checkbox"/>	Sim, em outros Programas do PT 2030 (ex.: Programas Temáticos)
<input type="checkbox"/>	Sim, em Programas Europeus (ex.: Horizonte Europa)
<input type="checkbox"/>	Sim, PRR
<input type="checkbox"/>	Sim, em outros Programas, fontes de financiamento
<input type="checkbox"/>	NS/NR

29. Se selecionou, "Sim, outras Tipologias de Intervenção do Madeira 2030", indique as Tipologias:

30. Se selecionou, "Sim, em outros Programas do PT2030 (ex.: Programas Temáticos)", indique o Programa e as Tipologias:

31. Se selecionou, "Sim, em Programas Europeus (ex.: Horizonte Europa)", indique o Programa e as Tipologias:

32. Se selecionou, "Sim, em outros Programas, fontes de financiamento", indique quais:

33. Em que medida a opção por candidatar o seu projeto a apoio de fundos comunitários europeus do Madeira 2030 se refletiu no perfil / qualidade e dimensão/ambição do projeto? (obrigatória)

Indique o seu grau de concordância com cada afirmação, numa escala de 1 a 6, onde 1 – "Discordo totalmente e 6– "Concordo totalmente"

	1 – Discordo totalmente	2	3	4	5	6 – Concordo totalmente	NS/NR
Permitiu melhorar o perfil e a qualidade do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentou a dimensão e ambição do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Viabilizou componentes de investimentos que não seriam possíveis com fundos próprios e/ou financiamento privado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acresceu o contributo do projeto para os Objetivos Específicos do Programa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçou a adequação do projeto às prioridades de desenvolvimento local ou regional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

34. Considera que a opção por candidatar o seu projeto a apoio de fundos comunitários europeus do Madeira 2030 teve outros contributos relevantes para a qualidade e viabilidade do projeto? (especifique quais)

--

35. Alguma da(s) operação(ões) que candidatou ao Madeira 2030 foi aprovada? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não
<input type="checkbox"/>	A(s) candidatura(s) está(ão) em análise

36. Ainda que não tenha(m) sido aprovada(s), acabou por concretizar a(s) operação(ões)? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

37. Considera que a avaliação da sua candidatura foi realizada de forma justa e objetiva? (obrigatória)

Escala de 1 a 6, em que 1 significa "Nada justa" e 6 "Totalmente justa"

	1 – Nada justa	2	3	4	5	6 – Totalmente justa	NS/NR
Consideração sobre a avaliação da candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

38. Recebeu informação clara sobre os motivos da não aprovação da sua candidatura? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Sim, a informação foi clara
<input type="checkbox"/>	Sim, mas a informação foi pouco clara

<input type="checkbox"/>	Não recebeu qualquer informação sobre os motivos
<input type="checkbox"/>	NS/NR

39. Pretende apresentar novas candidaturas ao Programa Madeira 2030 no futuro? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Talvez
<input type="checkbox"/>	Não
<input type="checkbox"/>	NS/NR

40. Tem intenções de avançar com a(s) operação(ões) mesmo que o apoio não venha a ser aprovado? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

41. Quais as fontes de financiamento a que recorreu ou irá recorrer para desenvolver a(s) operação(ões)? (obrigatória)

(possibilidade de escolha múltipla)

<input type="checkbox"/>	Meios próprios
<input type="checkbox"/>	Empréstimos bancários
<input type="checkbox"/>	Outros financiamentos públicos
<input type="checkbox"/>	Outro

IMPLEMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES APROVADAS

42. Indique a tipologia de operação onde teve projeto aprovado no âmbito do Programa Madeira 2030: (obrigatória)

No caso de ter projetos aprovados em diferentes tipologias de operação, responda considerando a tipologia indicada como sendo a que corresponde ao maior investimento elegível aprovado.

<input type="checkbox"/>	3018 - Alocação específica RUP (Funcionamento 2030)
<input type="checkbox"/>	1038 - Investimento Empresarial Produtivo (SI)
<input type="checkbox"/>	1059 - Projeto Individual (SI) - Internacionalização das empresas
<input type="checkbox"/>	4012 - Formação empresarial individual (SI)
<input type="checkbox"/>	4021 - Cursos Profissionais
<input type="checkbox"/>	4030 - Formações modulares certificadas
<input type="checkbox"/>	4016 - Formação da Administração pública regional e local

<input type="checkbox"/>	4037 - Centros especializados em qualificação de adultos e processos de RVCC (Centros Qualifica)
<input type="checkbox"/>	4022 - Cursos de Aprendizagem
<input type="checkbox"/>	4046 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade
<input type="checkbox"/>	4001 - Estágios profissionais
<input type="checkbox"/>	4026 - Cursos Técnicos Superiores Profissionais (Cursos TeSP)
<input type="checkbox"/>	4045 - Programas de inserção socioprofissional
<input type="checkbox"/>	4002 - Apoios à contratação
<input type="checkbox"/>	4003 - Programas de formação e emprego
<input type="checkbox"/>	4029 - Formação Avançada
<input type="checkbox"/>	4005 - Criação de emprego e microempreendedorismo
<input type="checkbox"/>	2030 - Abastecimento de água
<input type="checkbox"/>	2031 - Saneamento de Águas Residuais
<input type="checkbox"/>	4517 - Património cultural (bens imóveis classificados como de interesse nacional ou de interesse público)
<input type="checkbox"/>	5013 - Valorização do património cultural
<input type="checkbox"/>	1033 - Infraestruturas, desmaterialização de processos internos, serviços Web/online aos cidadãos e empresas e cibersegurança
<input type="checkbox"/>	1044 - Promoção do espírito empresarial e ecossistema de empreendedorismo
<input type="checkbox"/>	4511 - Infraestruturas de cuidados de saúde primários
<input type="checkbox"/>	1001 - Investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT)
<input type="checkbox"/>	1005 - Internacionalização de I&D - preparação e submissão de candidaturas a Programas de I&D financiados pela União Europeia
<input type="checkbox"/>	1006 - Provas de conceito
<input type="checkbox"/>	1007 - Proteção da propriedade intelectual e industrial
<input type="checkbox"/>	1008 - Infraestruturas científicas
<input type="checkbox"/>	1009 - Projetos de I&DT (SI)
<input type="checkbox"/>	1010 - Proteção da propriedade industrial (SI)
<input type="checkbox"/>	1011 - Projetos demonstradores (SI)
<input type="checkbox"/>	1012 - Programas mobilizadores (SI)
<input type="checkbox"/>	1013 - Núcleos de I&DT (SI)
<input type="checkbox"/>	1014 - Projeto simplificado (SI)
<input type="checkbox"/>	1015 - Provas de conceito (SI)
<input type="checkbox"/>	1016 - Regime contratual (SI)
<input type="checkbox"/>	1017 - Internacionalização da I&D - participação em redes internacionais de I&I por parte de empresas (SI)

<input type="checkbox"/>	1018 - Internacionalização da I&D - selo de Excelência ao abrigo do Programa Horizonte 2020 ou do Programa Horizonte Europa (SI)
<input type="checkbox"/>	1019 - Internacionalização da I&D - operações de I&D industrial à escala europeia (SI)
<input type="checkbox"/>	1020 - Internacionalização da I&D - preparação e submissão de candidaturas a Programas de I&I financiados pela União Europeia (SI)
<input type="checkbox"/>	1022 - Ações coletivas
<input type="checkbox"/>	1023 - Centros e Interfaces Tecnológicos
<input type="checkbox"/>	1024 - Parques de Ciência e Tecnologia
<input type="checkbox"/>	1025 - Incubadoras de Base Tecnológica
<input type="checkbox"/>	1029 - Investimento integrado em Investigação, Desenvolvimento e Inovação Empresarial (SI)
<input type="checkbox"/>	1030 - Adaptação dos modelos de negócios para a digitalização
<input type="checkbox"/>	1031 - Redes e outras formas de parceria e cooperação
<input type="checkbox"/>	1032 - Desenvolvimento da rede de Digital Innovation Hubs
<input type="checkbox"/>	1034 - Espaços cidadão
<input type="checkbox"/>	1035 - Cidades Inteligentes
<input type="checkbox"/>	1036 - Desmaterialização de processos, procedimentos internos e otimização dos níveis de cibersegurança
<input type="checkbox"/>	1037 - Investimento Empresarial Produtivo (IF) (SI)
<input type="checkbox"/>	1039 - Clusters
<input type="checkbox"/>	1040 - Criação de novas empresas e negócios (SI) (RA)
<input type="checkbox"/>	1042 - Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI)
<input type="checkbox"/>	1046 - Áreas de Acolhimento Empresarial - Criação, expansão e requalificação, incluindo infraestruturas, equipamentos e acessos
<input type="checkbox"/>	1047 - Incubadoras, viveiros de empresas locais, incubadoras sociais e espaços de "coworking" - Infraestruturas, equipamentos e acessos
<input type="checkbox"/>	1048 - Capacitação para o alargamento dos serviços prestados
<input type="checkbox"/>	1049 - Cadeias de valor e redes colaborativas
<input type="checkbox"/>	1050 - Concertação estratégica e coordenação de atores
<input type="checkbox"/>	1051 - Planeamento e Programação integrada de investimentos
<input type="checkbox"/>	1052 - Capacitação para a especialização inteligente
<input type="checkbox"/>	1053 - Plataformas de inovação, governação e internacionalização
<input type="checkbox"/>	1055 - Projeto Individual (SI) - Qualificação das empresas
<input type="checkbox"/>	1056 - Projeto conjunto (SI) - Qualificação das empresas
<input type="checkbox"/>	1057 - Projeto simplificado (SI) - Qualificação das empresas
<input type="checkbox"/>	1058 - Ações coletivas - Qualificação das empresas

<input type="checkbox"/>	1062 - Ações coletivas - Internacionalização das empresas
<input type="checkbox"/>	1065 - Áreas de (re)estruturação funcional, logística e organizativa
<input type="checkbox"/>	2001 - Eficiência energética e descarbonização (SI)
<input type="checkbox"/>	2003 - EE na AP Regional
<input type="checkbox"/>	2004 - EE na AP Local
<input type="checkbox"/>	2005 - Ações de sensibilização, informação e planeamento
<input type="checkbox"/>	2006 - EE nos equipamentos sociais
<input type="checkbox"/>	2032 - Reutilização de água
<input type="checkbox"/>	2033 - Tratamento de resíduos (primordialmente em sistemas em alta)
<input type="checkbox"/>	2034 - Sistemas de suporte à gestão
<input type="checkbox"/>	2035 - Recolha seletiva de resíduos (primordialmente em sistemas em baixa)
<input type="checkbox"/>	2039 - Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade
<input type="checkbox"/>	2040 - Infraestruturas verdes
<input type="checkbox"/>	2041 - Ações de promoção, sensibilização e comunicação
<input type="checkbox"/>	2044 - Reforço e/ou modernização da rede de monitorização
<input type="checkbox"/>	2045 - Infraestruturas/equipamentos para melhoria da qualidade do ar
<input type="checkbox"/>	2046 - Transporte urbano digitalizado
<input type="checkbox"/>	2047 - Mobilidade Ativa (pedonal e ciclável)
<input type="checkbox"/>	2048 - Transporte flexível
<input type="checkbox"/>	2051 - Capacitação para a mobilidade sustentável
<input type="checkbox"/>	2053 - Sistema de transportes sustentáveis
<input type="checkbox"/>	2056 - Redes de transporte (metropolitano; metro ligeiro; BRT)
<input type="checkbox"/>	2060 - Ações imateriais
<input type="checkbox"/>	3007 - Infraestrutura portuária (RTE)
<input type="checkbox"/>	3009 - Melhoria da navegabilidade, acessibilidades, operacionalidade e segurança
<input type="checkbox"/>	3016 - Material Transporte Marítimo (não RTE)
<input type="checkbox"/>	3017 - Infraestrutura aeroportuária (não RTE)
<input type="checkbox"/>	4007 - Estruturas locais de apoio ao emprego
<input type="checkbox"/>	4009 - Capacitação dos parceiros sociais nas RA
<input type="checkbox"/>	4013 - Formação empresarial conjunta (inclui formação-ação) (SI)
<input type="checkbox"/>	4017 - Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados por empresas (micro, pequenas e médias) (SI)

<input type="checkbox"/>	4018 - Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados em infraestruturas científicas, instituições científicas e tecnológicas e Laboratórios Colaborativos (SI)
<input type="checkbox"/>	4024 - Formação de docentes, formadores e outros agentes de educação
<input type="checkbox"/>	4031 - Formação digital
<input type="checkbox"/>	4041 - Educação e formação de grupos desfavorecidos visando a obtenção de qualificação
<input type="checkbox"/>	4042 - Educação e formação de grupos desfavorecidos visando a melhoria da empregabilidade
<input type="checkbox"/>	4050 - Capacitação para a inclusão
<input type="checkbox"/>	4063 - Acompanhamento e apoio especializado a grupos vulneráveis
<input type="checkbox"/>	4071 - Igualdade de Género em contexto laboral
<input type="checkbox"/>	4072 - Projetos de apoio à conciliação entre trabalho e vida familiar
<input type="checkbox"/>	4075 - Capacitação dos parceiros e das organizações da sociedade civil
<input type="checkbox"/>	4081 - Fomento ao envelhecimento ativo
<input type="checkbox"/>	4091 - Proteção contra violência doméstica, no namoro e sexual
<input type="checkbox"/>	4093 - Qualificação do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo e promoção da desinstitucionalização
<input type="checkbox"/>	4094 - Apoio à intervenção familiar para preservação das crianças e jovens em risco
<input type="checkbox"/>	4096 - Cuidados continuados e cuidadores informais/de proximidade
<input type="checkbox"/>	4099 - Aquisição direta de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade
<input type="checkbox"/>	4100 - Distribuição direta de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade e medidas de acompanhamento
<input type="checkbox"/>	4102 - Distribuição indireta de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade através da atribuição de cartões eletrónicos para a sua aquisição nos estabelecimentos comerciais aderentes
<input type="checkbox"/>	4512 - Equipamentos de cuidados de saúde primários
<input type="checkbox"/>	4514 - Equipamentos hospitalares
<input type="checkbox"/>	4516 - Eventos Culturais, Programação em Rede, Rotas e Criação Artística
<input type="checkbox"/>	4519 - Promoção turística
<input type="checkbox"/>	5008 - Cidades digitais
<input type="checkbox"/>	5009 - Reabilitação e regeneração urbanas
<input type="checkbox"/>	5014 - Valorização do património natural
<input type="checkbox"/>	5016 - Estruturação de produtos turísticos sub-regionais e locais (IT)
<input type="checkbox"/>	5026 - Qualificação de espaço público
<input type="checkbox"/>	7001 - Funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão e monitorização (FSE+)
<input type="checkbox"/>	7002 - Estudos e Avaliação (FSE+)
<input type="checkbox"/>	7003 - Sistemas de Informação do PT 2030 (FSE+)
<input type="checkbox"/>	7004 - Segurança dos sistemas de gestão e controlo (FSE+)

<input type="checkbox"/>	7005 - Informação e comunicação do PT 2030 e dos Fundos associados (FSE+)
<input type="checkbox"/>	7006 - Capacitação do ecossistema dos fundos (FSE+)

43. No caso de ter mais do que um projeto aprovado no âmbito do Madeira 2030, indique todas as tipologias onde tem projeto aprovado:

44. Avalie a adequação da tipologia de operação a que concorreu face às necessidades existente relativas a essa temática (obrigatória)

Escala de 1 a 6, em que 1 significa "Nada adequado" e 6 "Totalmente adequado"

	1 – Nada adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente adequado	NS/NR
Adequação da tipologia de operação a que concorreu	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

45. Avalie a clareza da seguinte documentação relativa ao Programa MADEIRA 2030 (obrigatória):

Escala de 1 a 6, em que 1 significa "Nada claro" e 6 "Totalmente claro"

	1 – Nada claro	2	3	4	5	6 – Totalmente claro	NS/NR
Formulários de pedidos de reembolso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formulários de pedidos de alteração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Guias com Regras de Comunicação para beneficiários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Guias sobre dossiers técnico-pedagógicos das operações/ relatórios de execução física	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Guias sobre dossiers financeiros das operações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Manuais de procedimentos para utilizadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

46. Avalie a adequação dos seguintes elementos relativos à execução do seu projeto (obrigatório):

Escala de 1 a 6, em que 1 significa "Nada Adequado" e 6 "Totalmente adequado"

No caso de ter projetos aprovados em diferentes tipologias de operações responda considerando a tipologia indicada como sendo a que corresponde ao maior investimento elegível aprovado

	1 – Nada adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente adequado	NS/NR
Processo de submissão online de pedidos de reembolso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Processo de submissão online de pedidos de alteração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Processo de submissão online de pedido de saldo final	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tempo de análise de pedidos de reembolso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tempo de análise de pedidos de alteração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais pela Autoridade de Gestão/ Organismo Intermédio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimentos pela entidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prazo de reembolso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

47. Dos fatores seguintes assinale aqueles que podem criar maiores dificuldades na execução do seu projeto? (obrigatório)

Pode assinalar mais do que uma resposta.

No caso de ter projetos aprovados em diferentes tipologias de operações responda considerando a tipologia indicada como sendo a que corresponde ao maior investimento elegível aprovado.

	Cumprimento dos tempos de execução	Execução integral do financiamento aprovado	Cumprimento dos indicadores contratualizados	NS/NR
Não vão existir dificuldades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p. ex.: falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p. ex.:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

preparação dos pedidos de reembolso)				
Atrasos no reembolso das despesas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Submissão online dos pedidos de reembolso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Submissão da execução física	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Submissão online de pedidos de alteração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigência das normas técnicas, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desvio nos custos inicialmente previstos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dificuldades na articulação com parceiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

48. Descreva as dificuldades assinaladas

49. Considera que a Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) presta apoio e assegura a capacitação dos beneficiários para a execução dos projetos? (obrigatória)

Poderá seleccionar mais do que uma opção.

<input type="checkbox"/>	Sim, através de sessões de esclarecimento
<input type="checkbox"/>	Sim, através de atendimentos durante a execução dos projetos
<input type="checkbox"/>	Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)
<input type="checkbox"/>	Sim, através de outras ações
<input type="checkbox"/>	Não
<input type="checkbox"/>	NS/NR

50. Se seleccionou "Sim, através de outras ações", identifique quais:

51. Considera que a Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) devia promover mais ações de informação e capacitação para apoiar a implementação dos projetos? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Não
<input type="checkbox"/>	Sim

52. Identifique em que áreas/ temáticas (obrigatória):

53. Como avalia o apoio prestado pela Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) no acompanhamento da execução do projeto? (obrigatória)

Escala de 1 a 6, em que 1 significa "Nada adequado" e 6 "Totalmente adequado"

	1 – Nada adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente adequado	NS/NR
Apoio prestado pela Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) no acompanhamento da execução do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

54. Quais os elementos que justificam a sua resposta? (obrigatória)

Poderá seleccionar mais do que uma opção

<input type="checkbox"/>	Dificuldade de contacto
<input type="checkbox"/>	Demora nos esclarecimentos
<input type="checkbox"/>	Falta de capacidade para responder às questões colocadas.
<input type="checkbox"/>	Outro

55. Sente a necessidade de um maior acompanhamento pela Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) aos beneficiários? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

56. Indique o tipo de apoio que sente necessidade:

57. A tipologia de operação na qual teve um projeto aprovado tem Organismo Intermédio? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Não
<input type="checkbox"/>	Sim, o IDE, IP-RAM
<input type="checkbox"/>	Sim, o IQ, IP-RAM
<input type="checkbox"/>	Sim, o ISSM, IP-RAM
<input type="checkbox"/>	NS/NR

58. Considera que o Organismo Intermédio (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM) presta apoio e assegura a capacitação dos beneficiários para a execução dos projetos? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Sim, através de sessões de esclarecimento
<input type="checkbox"/>	Sim, através de atendimentos durante a execução dos projetos
<input type="checkbox"/>	Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)
<input type="checkbox"/>	Sim, através de outras ações
<input type="checkbox"/>	Não
<input type="checkbox"/>	NS/NR

59. Se respondeu "Sim, através de outras ações", indique quais:

--

60. Considera que o Organismo Intermédio (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM) devia promover mais ações de informação e capacitação para apoiar a implementação dos projetos? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Não
<input type="checkbox"/>	Sim

61. Identifique em que áreas/ temáticas:

--

62. Como avalia o apoio prestado pelo Organismo Intermédio (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM) no acompanhamento da execução do projeto? (obrigatória)

Escala de 1 a 6, em que 1 significa "Nada adequado" e 6 "Totalmente adequado"

	1 – Nada adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente adequado	NS/NR
Apoio prestado pelo Organismo Intermédio no acompanhamento da execução do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

63. Quais os elementos que justificam a sua resposta (p. ex.: demora, com muitas dúvidas, com entraves) (obrigatória):

<input type="checkbox"/>	Dificuldade de contacto
<input type="checkbox"/>	Demora nos esclarecimentos
<input type="checkbox"/>	Falta de capacidade para responder às questões colocadas
<input type="checkbox"/>	Outro

64. Sente necessidade de um maior acompanhamento pelos Organismos Intermédios (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM) aos beneficiários? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não
<input type="checkbox"/>	NS/NR

65. Indique o tipo de apoio que sente necessidade:

66. Que sugestões gostaria de deixar no sentido do MADEIRA 2030 melhorar a sua relação com os beneficiários e potenciais beneficiários e de os capacitar para a elaboração das candidaturas e execução dos projetos?

67. Tendo em consideração o seu conhecimento e os seus contatos com a Autoridade de Gestão e/ou Organismo Intermédio, avalie a adequação da equipa técnica da Autoridade de Gestão e/ou Organismo Intermédio afeta à gestão da tipologia de operação do seu projeto (obrigatória)

Escala de 1 a 6, em que 1 significa "Nada Adequado" e 6 "Totalmente adequado"

Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM)

Organismo Intermédio (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM)

	1 – Nada adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente adequado	NS/NR
Dimensão da equipa técnica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Competências dos elementos da equipa técnica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conhecimentos técnicos face à tipologia de intervenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

68. Implementou algum mecanismo de acompanhamento para garantir a boa execução da(s) operação(ões)? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

69. Indique o tipo de mecanismo implementado:

FINANCIAMENTO DA OPERAÇÃO

70. O financiamento da(s) operação(ões) aprovada(s) inclui metodologias de custos simplificados (custos, unitários, taxas fixas, ou montantes fixos)? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

71. Em relação aos Custos Simplificados aplicados à sua operação (custos unitários, taxas fixas, ou montante fixo) indique se concorda com as afirmações seguintes: (obrigatória)

Escala de 1 a 6, em que 1 significa "Discordo totalmente" e 6 "Concordo totalmente"

	1 – Discordo totalmente	2	3	4	5	6 – Concordo totalmente	NS/NR
A forma de cálculo do custo simplificado (custos unitários, taxas fixas, ou montante fixo) tem em conta a diversidade de	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

operações enquadráveis na tipologia de intervenção							
Montantes afetos a custos simplificados permitem cobrir todos os custos associados a essa categoria de despesa ou aos objetivos da operação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os tipos de despesas consideradas para o cálculo do montante afeto aos custos simplificados são claros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As regras de financiamento (adiantamentos, periodicidade de pedidos de pagamento, ...) são adequadas à natureza das operações e entidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

72. Identifique as principais dificuldades sentidas na aplicação da metodologia de custos simplificados (obrigatória)

Pode assinalar mais do que uma opção.

<input type="checkbox"/>	Interpretação de conceitos relevantes
<input type="checkbox"/>	Compreensão dos Avisos de Abertura de candidatura
<input type="checkbox"/>	Compreensão dos documentos de apoio e orientações técnicas
<input type="checkbox"/>	Interpretação das diferentes categorias de custos
<input type="checkbox"/>	Cálculos para imputação das despesas (ou algumas categorias de despesa)
<input type="checkbox"/>	Incerteza nos procedimentos de controlo e auditoria
<input type="checkbox"/>	Procedimentos de justificação de realizações e resultados
<input type="checkbox"/>	Alcance dos indicadores de realização e resultado propostos
<input type="checkbox"/>	Falta de clareza da legislação
<input type="checkbox"/>	Outro

73. Os técnicos e/ou dirigentes da sua instituição participaram em alguma ação de informação ou de formação sobre custos simplificados (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Não participou e nem teve conhecimento da sua existência
<input type="checkbox"/>	Não participou, mas teve conhecimento da sua existência
<input type="checkbox"/>	Participou, e considera que foram muito adequadas/úteis
<input type="checkbox"/>	Participou e considera que foram parcialmente adequadas/úteis
<input type="checkbox"/>	Participou e considera que não foram adequadas/úteis

74. Justifique:

75. Em que áreas relacionadas com a implementação de operações com metodologias de Custos Simplificados sente que necessitaria de mais formação/informação?

76. Tem sugestões para melhorar esta metodologia de Custos Simplificados? (obrigatória)

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

77. Indique as suas sugestões:

78. Pensando na metodologia de custo simplificado adotada no seu projeto e tendo como termo de comparação a sua experiência no financiamento de operações semelhantes em “custos reais, indique o seu grau de concordância com cada uma das afirmações seguintes (obrigatória)

Escala de 1 a 6, em que 1 significa “Discordo totalmente” e 6 “Concordo totalmente”.

Nas alíneas onde considerar que não tem conhecimento ou opinião fundamentada p.f. responda “Não sabe”.

	1 – Discordo totalmente	2	3	4	5	6 – Concordo totalmente	NS/NR
O processo de apresentação das candidaturas é mais simples	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As candidaturas são elaboradas com um maior foco nas realizações e resultados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O processo de candidatura tem menos documentos associados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A análise das candidaturas é mais centrada na eficácia em termos da qualidade dos processos e da capacidade de atingir os resultados (retirando ênfase à análise financeira)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O processo de gestão e controlo da execução do projeto é mais simples	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Regista-se uma simplificação dos procedimentos financeiros e administrativos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Regista-se uma diminuição do tempo despendido com a gestão financeira do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Regista-se uma diminuição dos tempos globais despendidos no preenchimento de pedidos de reembolso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Regista-se uma diminuição substancial no número de documentos necessários para comprovar as despesas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verifica-se uma simplificação dos cálculos para imputação das despesas (ou algumas categorias de despesa)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existe uma maior exigência na solicitação de evidências das realizações e resultados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existe uma menor probabilidade de incorrerem erros na imputação de despesa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existe uma maior concentração dos técnicos nas realizações e resultados da operação e menos em procedimentos administrativos e financeiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O deferimento de pedidos de reembolso/ pagamentos é mais rápido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verifica-se uma redução da carga administrativa na gestão da operação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verifica-se um maior foco das operações nos resultados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verifica-se uma diminuição das possibilidades de existência de irregularidades (p. ex.: despesas não consideradas elegíveis) em sede de análise dos pedidos de reembolso/ pagamentos ou de auditoria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

79. Da sua experiência, quais são as **principais vantagens** da adoção de metodologias de Custos Simplificados comparativamente com o regime de “custos reais”?

80. Da sua experiência, quais são as **principais desvantagens** da adoção de metodologias de Custos Simplificados comparativamente com o regime de “custos reais”?

81. Do seu conhecimento para que tipologias de operação/tipo de projetos os Custos Simplificados melhor se adequariam?

SISTEMA DE INFORMAÇÃO

82. Avalie a adequação do sistema de informação relativamente às seguintes dimensões (obrigatória):

Escala de 1 a 6, em que 1 significa “Nada Adequado” e 6 “Totalmente adequado”

	1 – Nada adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente adequado	NS/NR
Processo de submissão da candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Processo de submissão de informação financeira do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Processo de submissão de informação física do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Processo de submissão de pedidos de reembolso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Processos de submissão de pedidos de alteração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Consulta do estado/situação dos projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Interoperabilidade com outros sistemas de informação (p. ex.: recolha de informação administrativa da SS e finanças, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Processos de simplificação do acesso aos fundos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Redução da carga burocrática	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desmaterialização das candidaturas e projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Fornecimento de indicadores de monitorização da execução financeira do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fornecimento de indicadores de monitorização da execução física do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

AVALIAÇÃO GLOBAL

83. De um modo geral, como avalia a capacidade de resposta do Programa Madeira 2030? (obrigatória)

Escala de 1 a 6, em que 1 significa "Nada satisfatório" e 6 "Totalmente satisfatório"

	1 – Nada satisfatória	2	3	4	5	6 – Totalmente satisfatório	NS/NR
Capacidade de resposta do Programa Madeira 2030	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

84. Caso pretenda, utilize o espaço seguinte para eventuais sugestões e/ou comentários relativamente ao Programa Madeira 2030

Agradecemos a sua disponibilidade e colaboração no preenchimento deste inquérito. As suas respostas constituem um contributo valioso.

A.4 Resultados do inquérito a beneficiários

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO INQUIRIDO

Figura A.1. Questão 1 “Tipo de entidade”

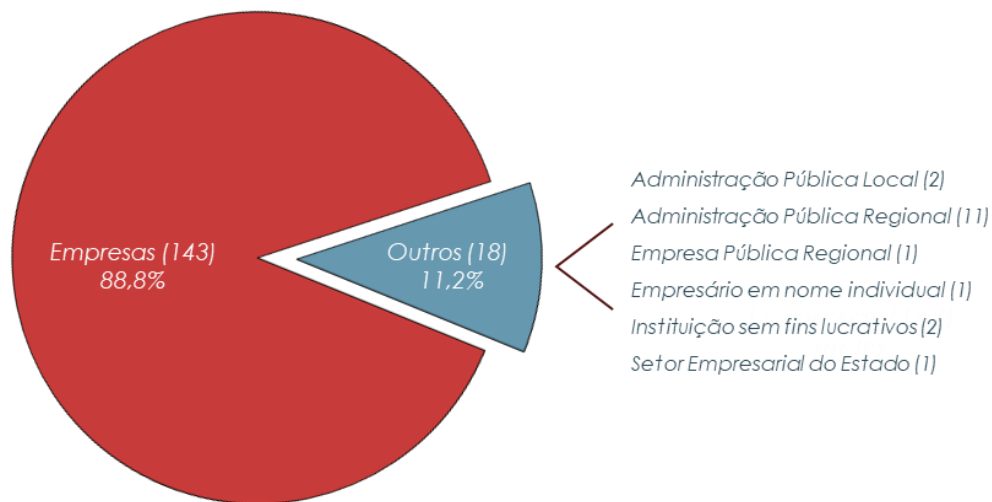


Figura A.2. Questão 2 “Função do respondente ao inquérito”

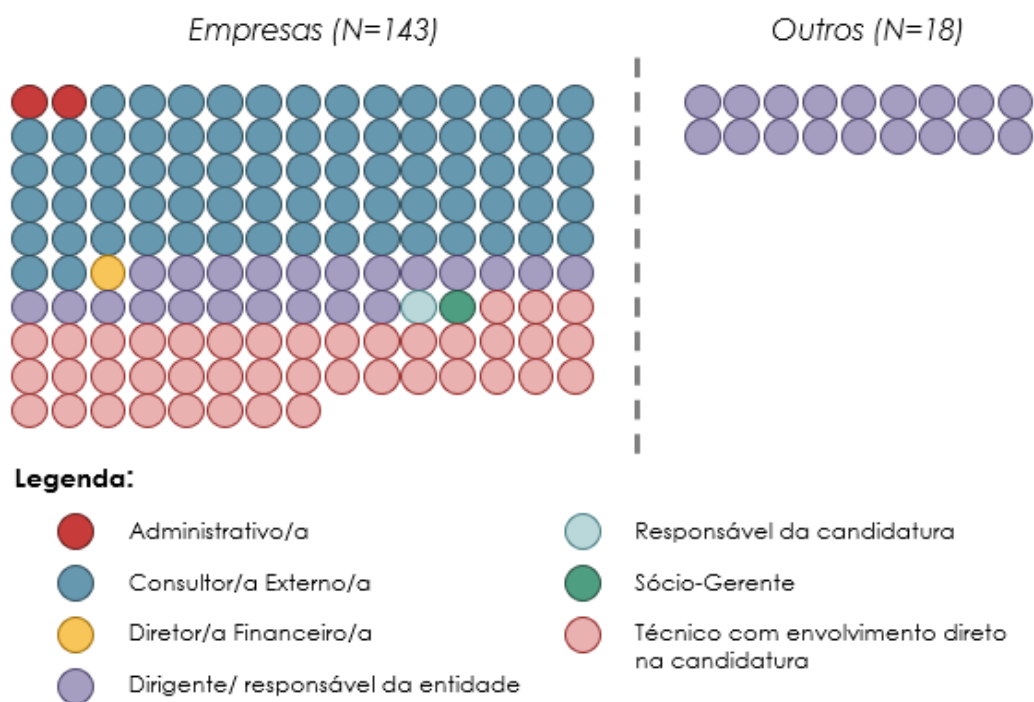
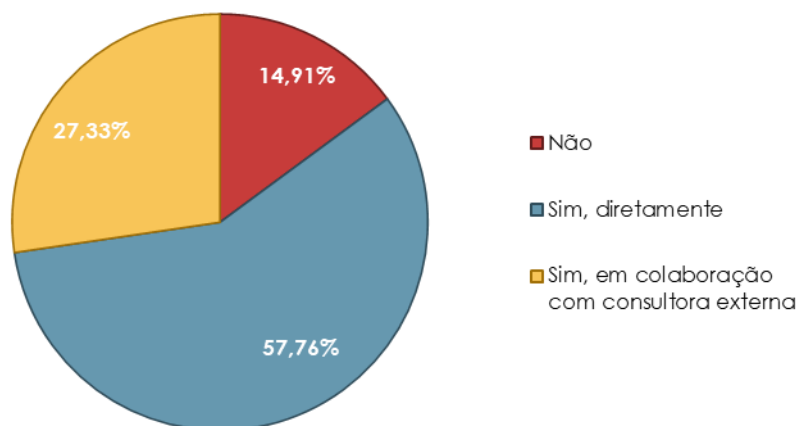


Figura A.3. Questão 3 "Participou na elaboração da candidatura ao Programa Madeira 2030?"



I – Conhecimento do Programa Madeira 2030/ Ações de Comunicação

Figura A.4. Questão 4 "De que forma tomou conhecimento do concurso ao qual apresentou a candidatura?"

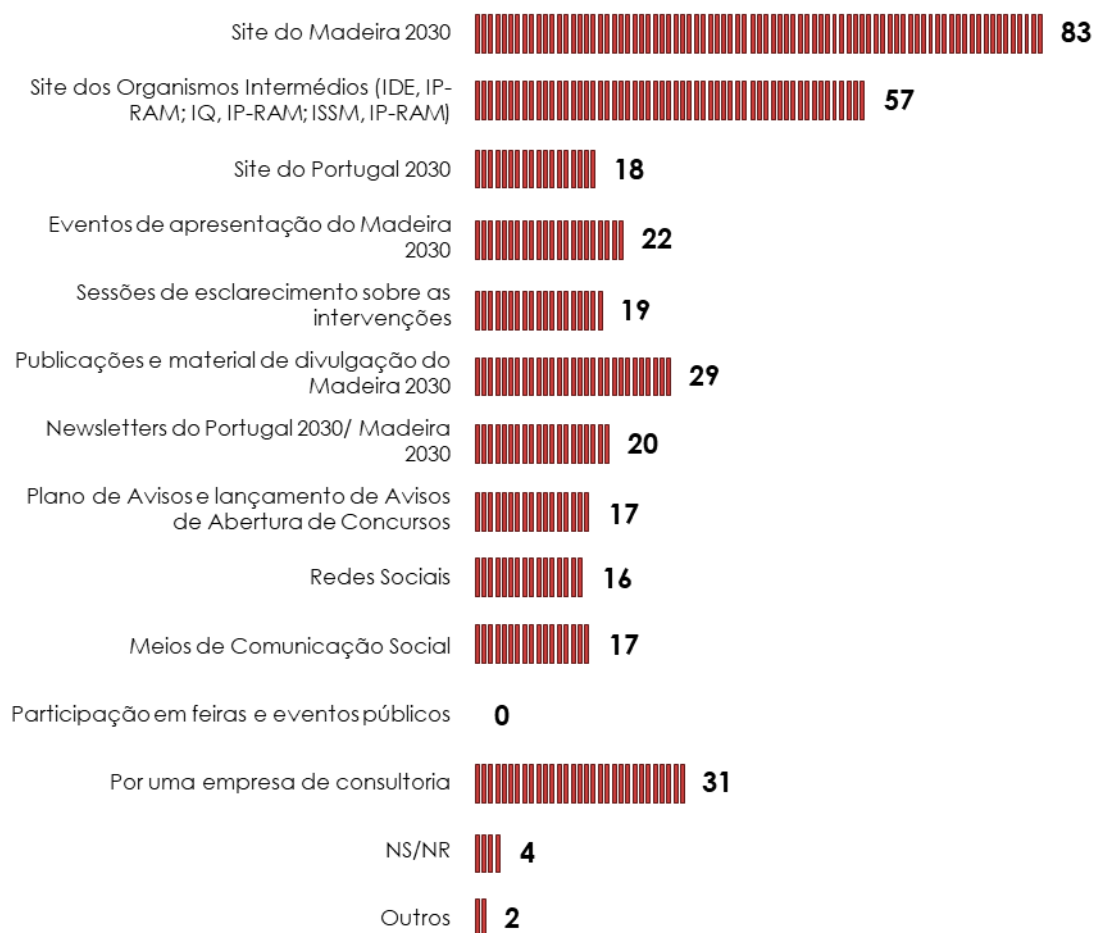


Figura A.5. Questão 5 “Quando necessitou/ necessita de mais informação sobre o Madeira 2030 a que canais recorreu/ recorre?”

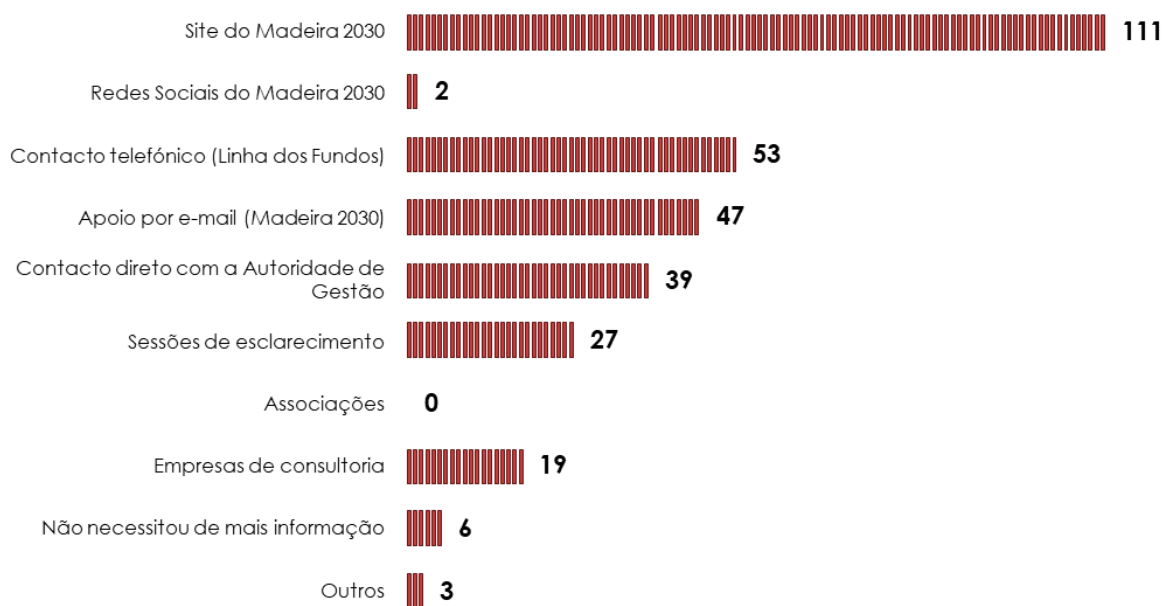


Tabela A.1. Questão 6 “Como avalia a eficácia da estratégia de comunicação do Madeira 2030 na divulgação do Programa ao público em geral, relativamente aos seguintes aspetos”

Aspetos	1 – Nada eficaz	2	3	4	5	6 – Muito eficaz	NS/NR	Total
Objetivos do Programa	0	1	16	46	50	48	0	161
Plano de avisos e abertura de candidaturas	1	6	20	50	65	19	0	161
Tipologia de entidades beneficiárias	0	1	19	48	59	34	0	161
Procedimentos de candidatura	0	3	24	42	41	50	1	161
Operações aprovadas	2	5	31	43	33	44	3	161
Financiamento atribuído	1	4	18	49	36	49	4	161

II – Processo de Candidatura

Figura A.6. Questão 8 "Indique a tipologia de operação a que apresentou candidatura no âmbito do Programa Madeira 2030"

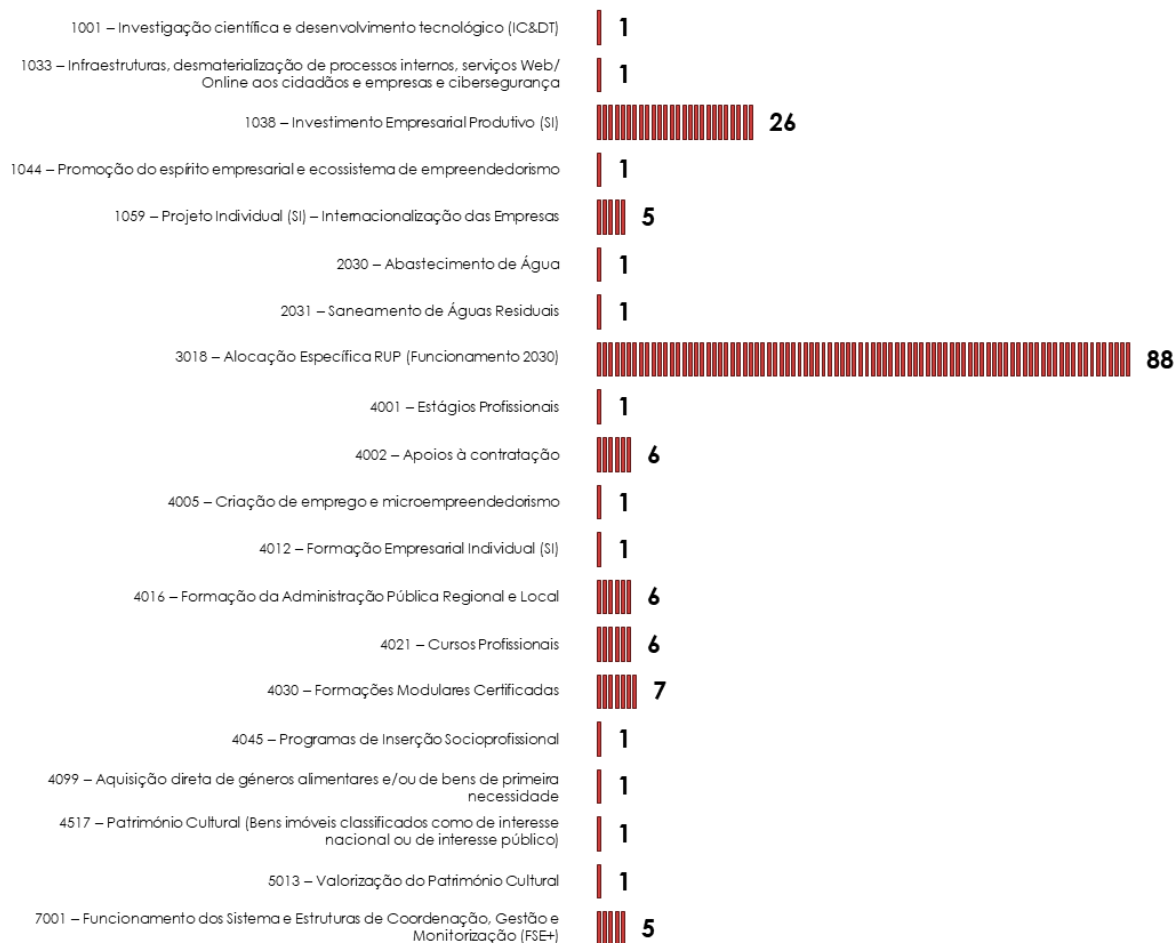


Tabela A.2. Questão 10 "Avalie a adequação dos seguintes elementos relativos à Tipologia de Operação a que concorreu"

Elementos	1 - Nada adequado	2	3	4	5	6 - Totalmente adequado	NS/NR	Total
Objetivos definidos para a Tipologia	0	0	14	44	55	47	1	161
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	1	1	14	43	52	49	1	161
Condições de elegibilidade da Operação	0	0	15	60	37	48	1	161
Critérios de seleção	0	3	25	56	33	42	2	161
Tipo de despesas elegíveis	1	5	23	38	57	36	1	161
Limites de despesas elegíveis	2	9	26	53	39	31	1	161
Formas de financiamento (custos reais/ custos simplificados)	1	3	33	48	34	40	2	161
Taxa de cofinanciamento	2	10	30	44	32	41	2	161

Elementos	1 - Nada adequado	2	3	4	5	6 - Totalmente adequado	NS/NR	Total
Montante máximo de financiamento	3	11	19	59	36	32	1	161
Prazo máximo de realização da operação	1	2	37	44	33	35	9	161

Tabela A.3. Questão 11 "Avalie a adequação dos seguintes elementos relativos ao processo de candidatura de Operações relativas à Tipologia a que concorreu"

Elementos	1 - Nada adequado	2	3	4	5	6 - Totalmente adequado	NS/NR	Total
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação da Tipologia de Operação e o prazo para submissão das candidaturas	6	11	33	71	28	12	0	161
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Concurso (desde a abertura até ao encerramento)	7	12	48	53	27	14	0	161
Ritmo de lançamento dos concursos	4	23	44	57	23	7	3	161
Documentação exigida/carga burocrática	5	15	41	48	22	30	0	161
Indicadores de Realização	3	5	24	67	35	26	1	161
Indicadores de Resultado	3	5	26	64	36	26	1	161
Metas	2	4	29	62	37	25	2	161
Elementos técnicos de fundamentação	1	4	27	69	26	33	1	161
Processo de submissão online da candidatura	1	4	19	63	37	37	0	161

Tabela A.4. Questão 12 "Avalie a documentação e os materiais de suporte do Programa no que se refere aos seguintes aspetos"

Elementos	1 - Nada adequado	2	3	4	5	6 - Totalmente adequado	NS/NR	Total
Clareza no Texto do Programa	1	5	36	46	42	31	0	161
Clareza do regulamento específico	2	3	38	48	33	37	0	161
Clareza dos avisos de abertura de concurso	2	6	37	41	38	37	0	161
Clareza das normas e orientações técnicas	3	4	41	41	37	35	0	161
Clareza e conteúdos dos manuais de apoio ao utilizador	1	5	30	48	38	38	1	161
Acessibilidade ao formulário de candidatura	1	5	30	48	38	38	1	161
Simplicidade de preenchimento dos formulários de candidatura	1	5	44	43	39	28	1	161
Clareza nas instruções para o cálculo dos indicadores de realização e resultado a apresentar na candidatura	1	21	27	46	30	35	1	161

Elementos	1 - Nada adequado	2	3	4	5	6 - Totalmente adequado	NS/NR	Total
Clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura	1	6	22	59	28	44	1	161
Volume da documentação solicitada na candidatura	5	11	22	62	26	34	1	161

Tabela A.5. Questão 13 "Indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações relativamente aos critérios de seleção da Tipologia de intervenção a que concorreu"

Afirmações	1 - Discordo Totalmente	2	3	4	5	6 - Concordo Totalmente	NS/NR	Total
Os critérios são claros	1	4	26	60	40	29	1	161
Os critérios de seleção são acessíveis	0	8	22	67	34	30	0	161
Os critérios de seleção são objetivos	0	6	24	67	36	28	0	161
Os ponderadores (peso) de cada critérios são adequados	0	7	40	61	25	28	0	161
Os critérios de seleção permitem a seleção dos melhores projetos	0	8	34	56	33	27	3	161

Tabela A.6. Questão 14 "Avalie a adequação dos seguintes elementos relativos ao processo de seleção de operações relativas à tipologia a que concorreu"

Elementos	1 - Nada adequado	2	3	4	5	6 - Totalmente adequado	NS/NR	Total
Grelhas de aplicação dos critérios de análise	0	4	30	62	36	27	2	161
Tempo de análise/aprovação da candidatura	7	29	23	51	35	14	2	161
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	1	7	42	50	26	32	3	161

Figura A.7. Questão 15 “Indique as principais dificuldades sentidas no processo de candidatura”

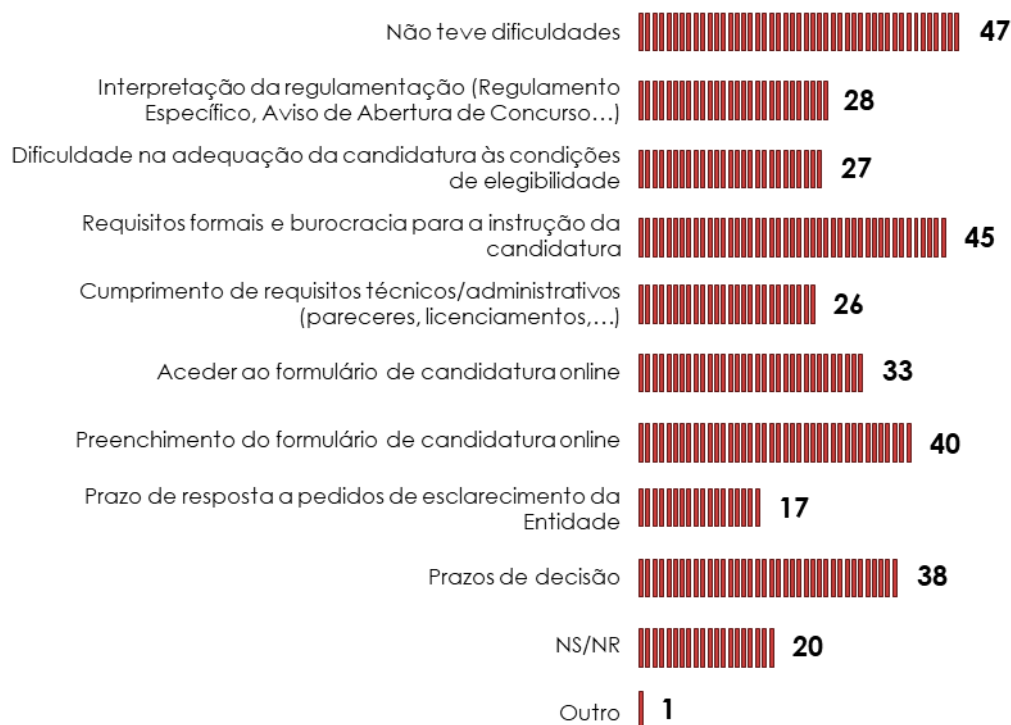


Figura A.8. Questão 17 “Considera que a Autoridade de Gestão e/ou o Organismo Intermédio prestaram apoio e asseguraram a capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a elaboração da candidatura?”

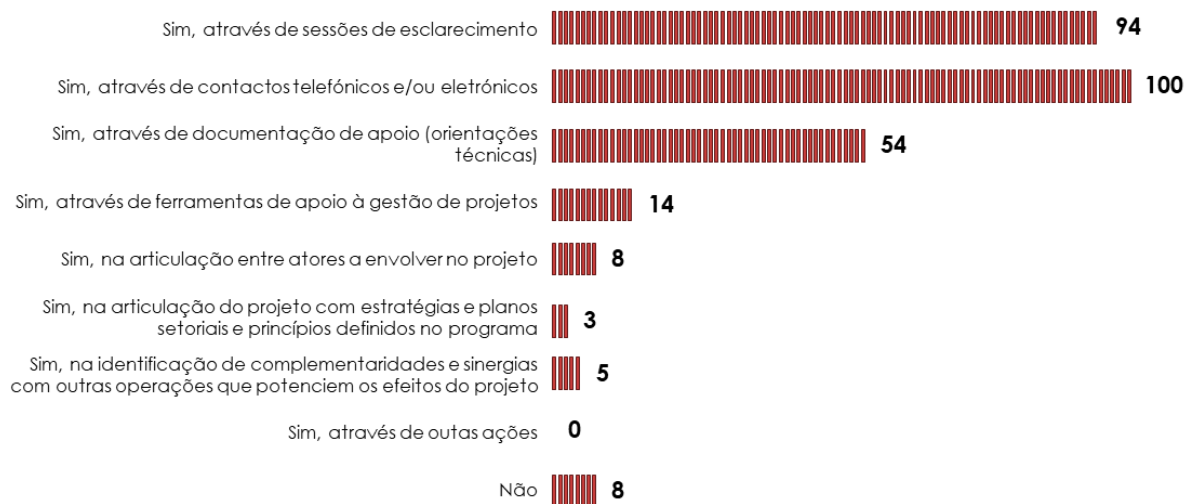


Figura A.9. Questão 19 “Contactou a Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) na fase de elaboração da candidatura para pedidos de esclarecimento e/ou outro tipo de apoio?”

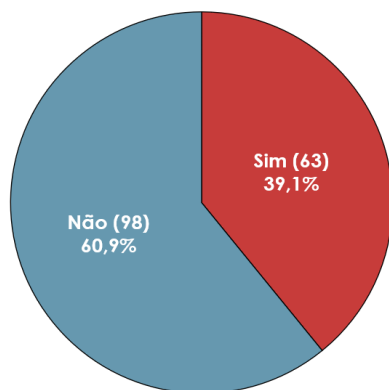


Tabela A. 7. Questão 20 “Avalie o apoio prestado pela Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) na fase de preparação da candidatura relativamente às seguintes dimensões”

Dimensões	1 – Nada adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente adequado	NS/NR	Total ²⁰
Esclarecimento de dúvidas sobre dimensões técnicas da candidatura	0	3	7	22	16	15	0	63
Esclarecimento de dúvidas sobre dimensões financeiras da candidatura	0	2	7	24	7	22	1	63
Resposta a dificuldades administrativas na submissão das candidaturas	1	2	7	22	8	22	1	63

Figura A.10. Questão 21 “Assinale as principais dificuldades que existiram no contacto com a Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) na fase de Candidatura”



²⁰ O universo de respondentes considerado para esta questão é inferior ao total de inquéritos válidos, uma vez que apenas os participantes que responderam afirmativamente à questão 19 do inquérito foram encaminhados para esta.

Figura A.11. Questão 22 “Contactou o Organismo Intermédio (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM) na fase de elaboração da candidatura para pedidos de esclarecimento e/ou outro tipo de apoio?”

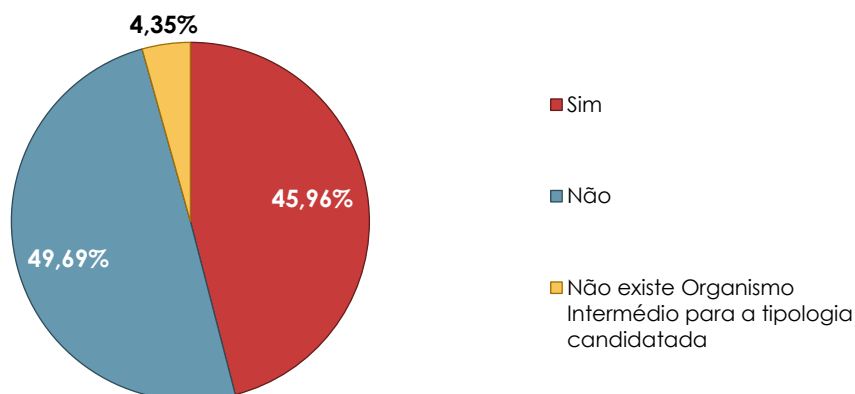


Figura A.12. Questão 23 “Qual o Organismo Intermédio que contactou?”²¹

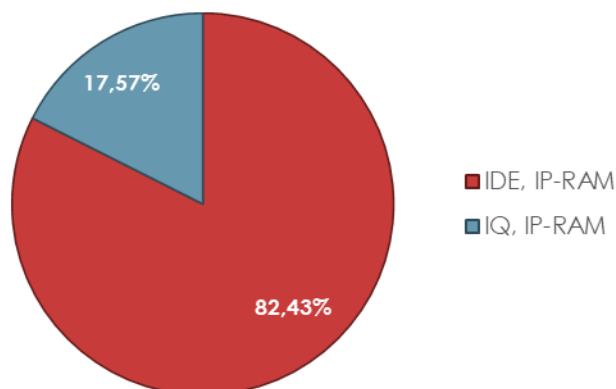


Tabela A. 8. Questão 24 “Avalie o apoio prestado pelo Organismo Intermédio (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM) na fase de preparação da candidatura relativamente às seguintes dimensões?”

Dimensões	1 – Nada adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente adequado	NS/NR	Total
Esclarecimento de dúvidas sobre dimensões técnicas da candidatura	0	3	5	23	21	22	0	74
Esclarecimento de dúvidas sobre dimensões financeiras da candidatura	0	2	6	7	31	25	3	74
Resposta a dificuldades administrativas na submissão das candidaturas	0	2	6	8	28	28	2	74

²¹ O universo de respondentes desta questão é inferior ao total de inquéritos válidos, uma vez que apenas os participantes que responderam afirmativamente à questão 22 prosseguiram para este item. Não foram identificados contactos com o ISSM, IP-RAM enquanto Organismo Intermédio.

Figura A.13. Questão 25 “Assinale as principais dificuldades que existiram no contacto com o Organismo Intermédio (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM) na fase de Candidatura”

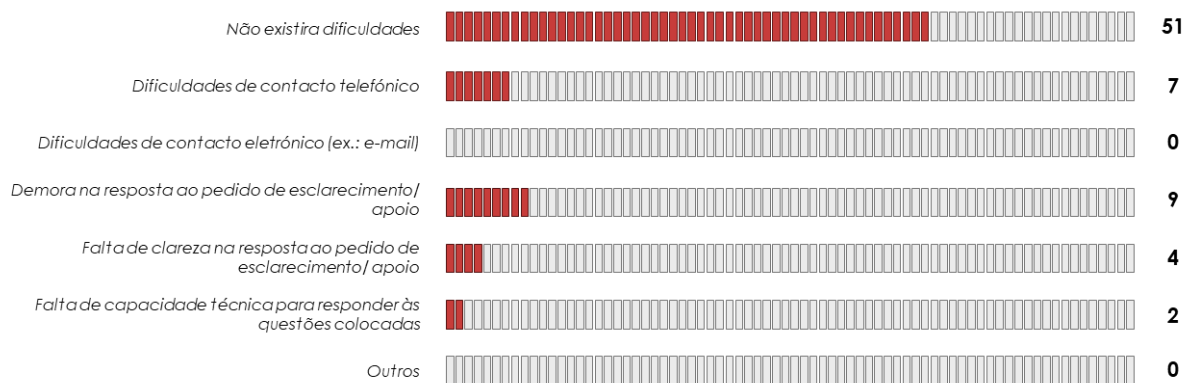


Figura A.14. Questão 26 “Em comparação com o Programa Madeira 14-20, como avalia o processo de candidatura no âmbito do Madeira 2030?”

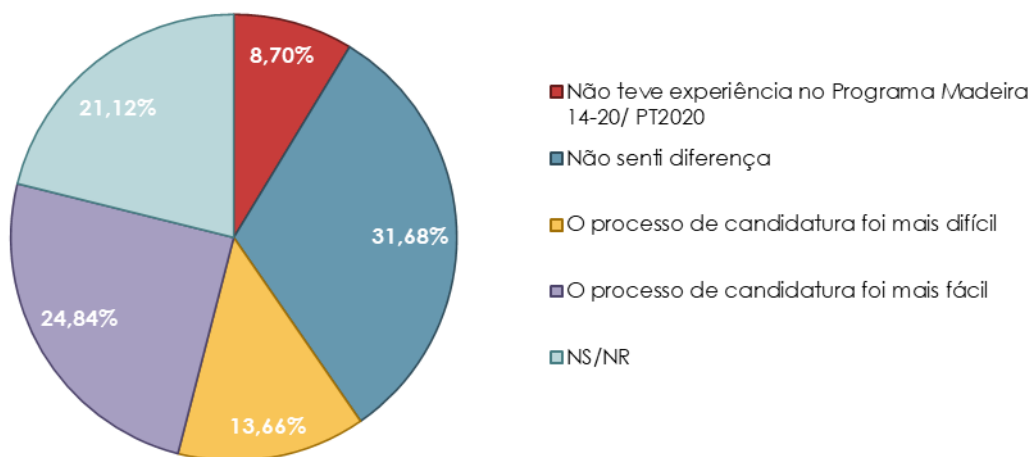


Figura A.15. Questão 28 “Considera que existem outros instrumentos de financiamento que são complementares a este a que concorreu?”

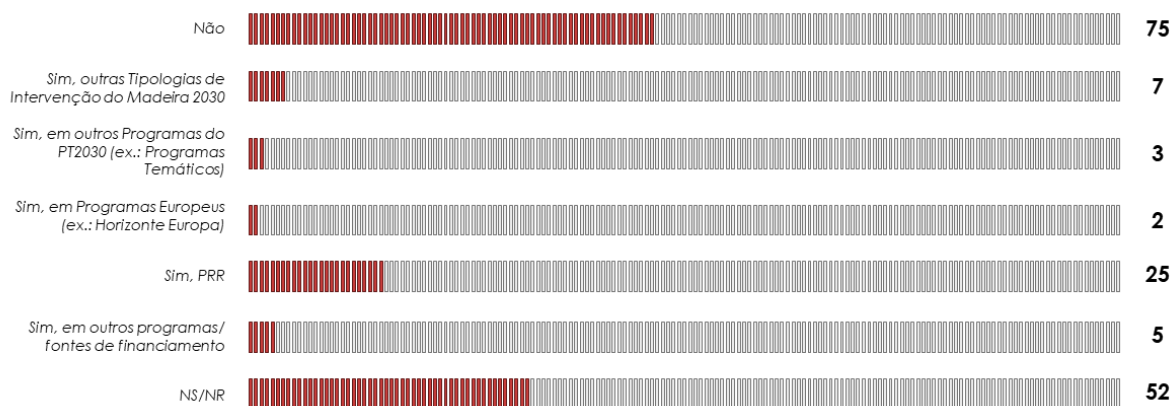


Tabela A.9. Questão 33 “Em que medida a opção por candidatar o seu projeto a apoio de fundos europeus do Madeira 2030 se refletiu no perfil / qualidade e dimensão/ ambição do projeto?”

Elementos	1 – Discordo Totalmente	2	3	4	5	6 – Concordo Totalmente	NS/NR	Total
Permitiu melhor o perfil e a qualidade do projeto	1	4	20	48	24	39	25	161
Aumento a dimensão e ambição do projeto	2	4	24	43	25	38	25	161
Viabilizou componentes de investimento que não seria possíveis com fundos próprios e/ou financiamento privado	0	3	24	45	40	25	24	161
Acresceu o contributo do projeto para os objetivos específicos do Programa	0	4	21	59	26	39	12	161
Reforçou a adequação do projeto às prioridades de desenvolvimento local ou regional	0	4	20	47	38	28	24	161

Figura A.16. Questão 35 “Alguma da(s) operação(ões) que candidatou ao Madeira 2030 foi aprovada?”

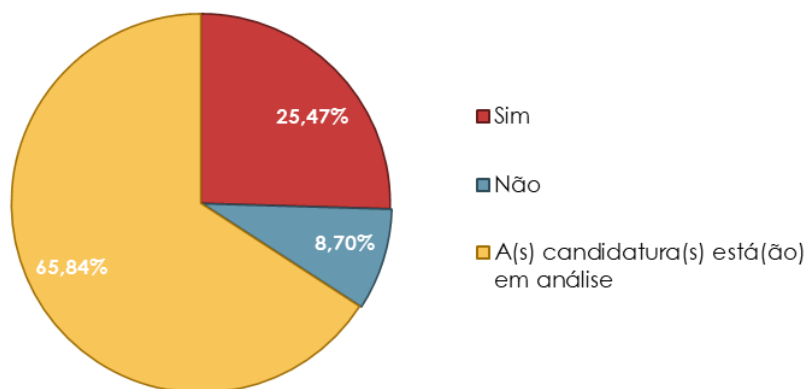


Figura A.17. Questão 36 “Ainda que não tenha(m) sido aprovada(s), acabou por concretizar a(s) operação(ões)?”²²

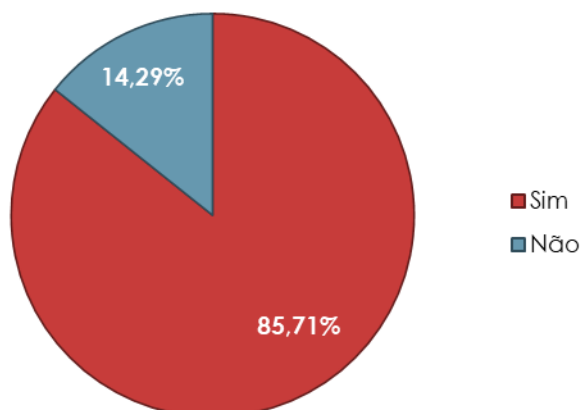


Tabela A.10. Questão 37 “Considera que a avaliação da sua candidatura foi realizada de forma justa e objetiva?”

Dimensões	1 – Nada Justa	2	3	4	5	6 – Totalmente Justa	NS/NR	Total ²³
Consideração sobre a avaliação da candidatura	0	0	1	1	0	0	0	2

Figura A.18. Questão 38 “Recebeu informação clara sobre os motivos da não aprovação da sua candidatura?”

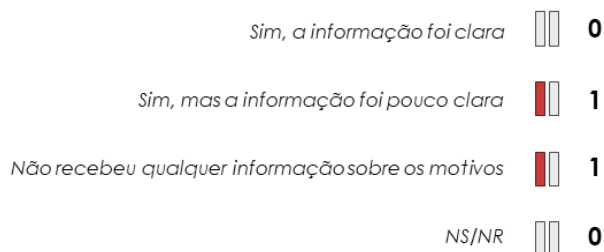


Figura A.19. Questão 39 “Pretende apresentar novas candidaturas ao Programa Madeira 2030 no futuro?”



²² O universo de respondentes desta questão é inferior ao total de inquéritos válidos, uma vez que apenas os participantes que responderam negativamente à questão 35 prosseguiram para este item.

²³ O universo de respondentes desta questão é inferior ao total de inquéritos válidos, uma vez que apenas os participantes que responderam negativamente à questão 36 prosseguiram para este item.

Figura A.20. Questão 40 "Tem intenções de avançar com a(s) operação(ões) mesmo que o apoio não venha a ser aprovado?"²⁴

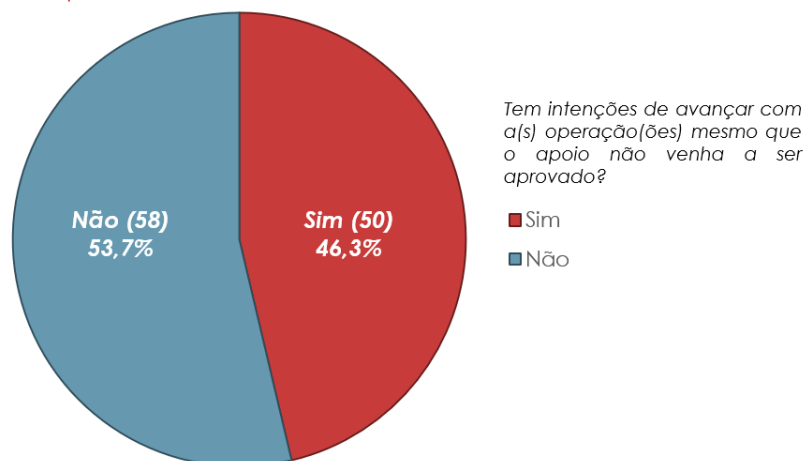
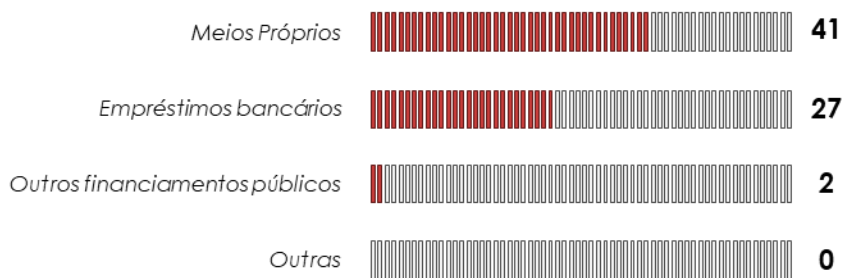


Figura A.21. Questão 41 "Quais as fontes de financiamento a que recorreu ou irá recorrer para desenvolver a(s) operação(ões)?"²⁵



III – Implementação das Operações Aprovadas

A secção III do inquérito foi dirigida exclusivamente aos participantes que indicaram que a sua candidatura foi aprovada. Consequentemente, apenas este grupo de respondentes se encontra elegível para responder à restantes questões desta secção, traduzindo-se numa redução do universo de inquiridos válidos para um total de **41 respondentes**.

²⁴ O universo de respondentes desta questão é inferior ao total de inquéritos válidos, uma vez que apenas dois grupos de participantes estavam elegíveis para responder: (a) os que indicaram "A(s) candidatura(s) está(ão) em análise" na Q35; e (b) os que responderam "Não" na Q35 e, subsequentemente, "Não" na Q36. No total, foram considerados 108 inquiridos elegíveis para resposta à Q40.

²⁵ O universo de respondente desta questão é inferior ao total de inquérito válidos, uma vez que apenas dois grupos de participantes estavam elegíveis para responder à questão, nomeadamente: (a) os que responderam "Sim" na Q36; e (b) os que responderam "Sim" na Q40. No total foram considerados 62 inquiridos elegíveis para a resposta à Q41.

Figura A.22. Questão 42 “Indique a tipologia de operação onde teve projeto aprovado no âmbito do Programa Madeira 2030”



Tabela A.11. Questão 44 “Avalie a adequação da tipologia de operação a que concorreu face às necessidades existentes relativas a essa temática”

Avaliação	1 – Nada Adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente Adequado	NS/NR	Total
Adequação da tipologia de operação a que concorreu	0	0	7	5	10	19	0	41

Tabela A.12. Questão 45 “Avalie a clareza da seguinte documentação relativa ao Programa Madeira 2030”

Documentação	1 – Nada Claro	2	3	4	5	6 – Totalmente Claro	NS/NR	Total
Formulários de pedidos de reembolso	0	4	3	6	10	11	7	41
Formulários de pedidos de alteração	1	3	5	9	2	4	17	41
Guias com Regras de Comunicação para beneficiários	0	3	4	12	10	9	3	41
Guias sobre dossiers técnico-pedagógicos das operações/ relatórios de execução física	0	3	5	8	9	9	7	41
Guias sobre dossiers financeiros das operações	0	3	5	8	9	9	7	41
Manuais de procedimentos para utilizadores	0	3	3	12	9	9	5	41

Tabela A.13. Questão 46 "Avalie a adequação dos seguintes elementos relativos à execução do seu projeto"

Elementos	1 – Nada Adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente Adequado	NS/NR	Total
Processo de submissão online de pedidos de reembolso	0	4	3	5	12	9	8	41
Processo de submissão online de pedidos de alteração	0	3	3	4	6	3	22	41
Processo de submissão online de pedido de saldo final	0	3	2	4	4	6	22	41
Tempo de análise de pedidos de reembolso	0	3	2	6	10	9	11	41
Tempo de análise de pedidos de alteração	0	3	2	6	5	3	22	41
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais pela Autoridade de Gestão/ Organismo Intermédio	0	3	2	5	15	11	5	41
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento pela entidade	0	3	3	5	14	11	5	41
Prazo de reembolso	0	3	3	6	8	9	12	41

Tabela A.14. Questão 47 "Dos fatores seguintes assinale aqueles que podem criar maiores dificuldades na execução do seu projeto?"

Fatores	Cumprimento dos tempos de execução	Execução integral do financiamento aprovado	Cumprimento dos indicadores contratualizados	NS/NR	Total
Não vão existir dificuldades	5	5	4	27	41
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	3	2	6	30	41
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1	4	6	30	41
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	6	5	2	28	41
Atrasos no reembolso das despesas	5	4	1	31	41
Submissão online dos pedidos de reembolso	7	4	1	29	41
Submissão da execução física	7	3	2	29	41
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	7	2	1	31	41
Submissão online de pedidos de alteração	4	3	1	33	41
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento	1	8	2	30	41

para cobrir os custos não compartilhados					
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	3	4	1	33	41
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	5	4	31	41
Dificuldades na articulação com parceiros	3	3	2	33	41

Figura A.23. Questão 49 “Considera que a Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) presta apoio e assegura a capacitação dos beneficiários para a execução dos projetos?”

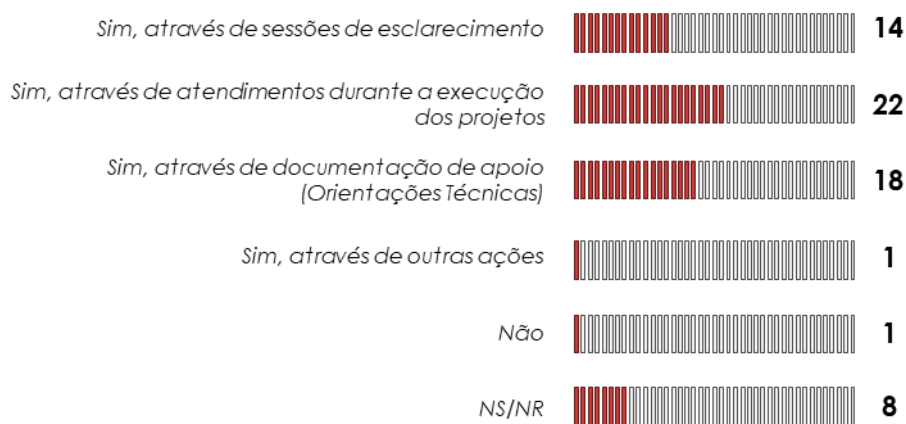


Figura A.24. Questão 51 “Considera que a Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) devia promover mais ações de informação e capacitação para apoiar a implementação dos projetos?”

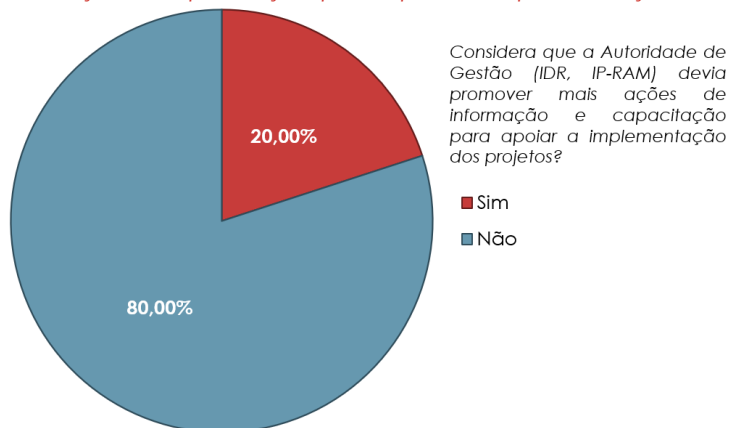


Tabela A. 15. Questão 52 “Identifique em que áreas/ temáticas”

Identifique em que áreas temáticas
Apoio ao tecido produtivo
Pedidos de alteração, pedidos de reembolso
Todas
Custos Simplificados, orientações comunitárias sobre contratação pública.

Identifique em que áreas temáticas
Formação da Administração Pública Regional e Local
Formação profissional e qualificação de adultos e processos de RVCC
Na generalidade
Planeamento e gestão de projetos
Sistema de informação

Tabela A.16. Questão 53 “Como avalia o apoio prestado pela Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) no acompanhamento da execução do projeto”

Avaliação	1 – Nada Adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente Adequado	NS/NR	Total
Apoio prestado pela Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) no acompanhamento da execução do projeto	0	0	5	5	8	12	11	41

Figura A.25. Questão 55 “Sente a necessidade de um maior acompanhamento pela Autoridade de Gestão (IDR, IP-RAM) aos beneficiários?”

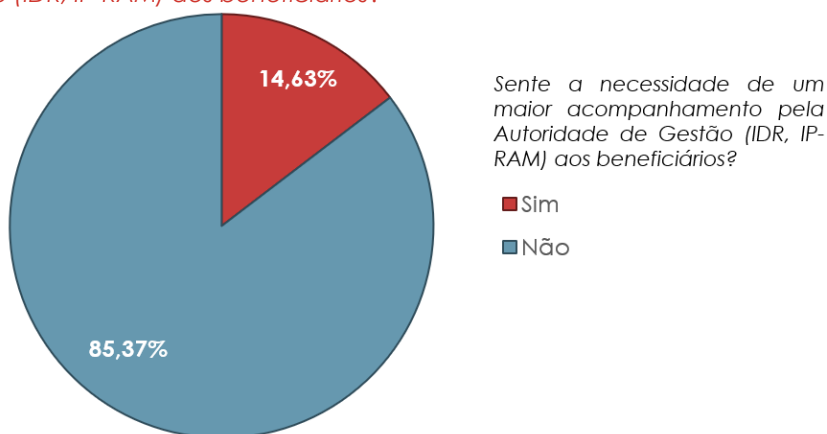


Figura A.26. Questão 57 “A tipologia de operação na qual teve um projeto aprovado tem Organismo Intermédio?”

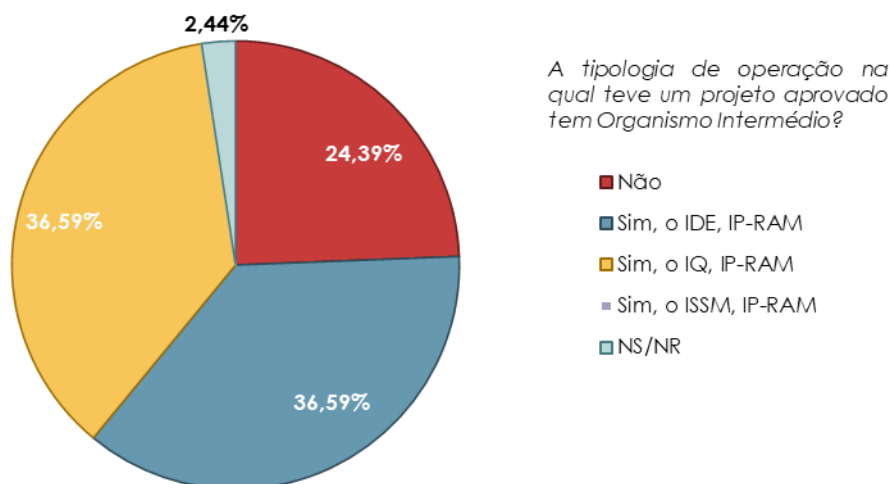


Figura A.27. Questão 58 “Considera que o Organismo Intermédio (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM) presta apoio e assegura a capacitação dos beneficiários para a execução dos projetos?”

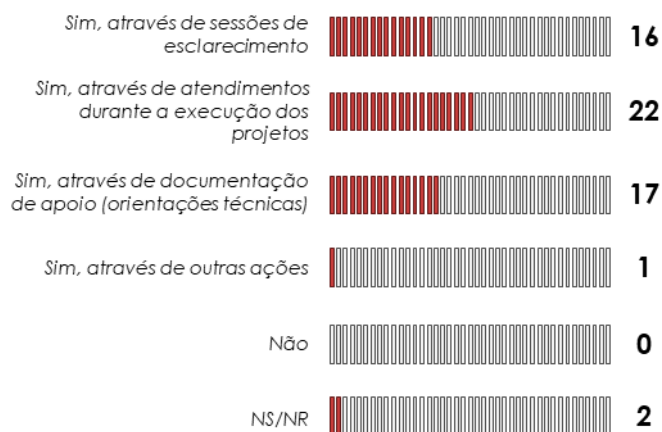


Figura A.28. Questão 60 “Considera que o Organismo Intermédio (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM) devia promover mais ações de informação e capacitação para apoiar a implementação dos projetos²⁶?” □

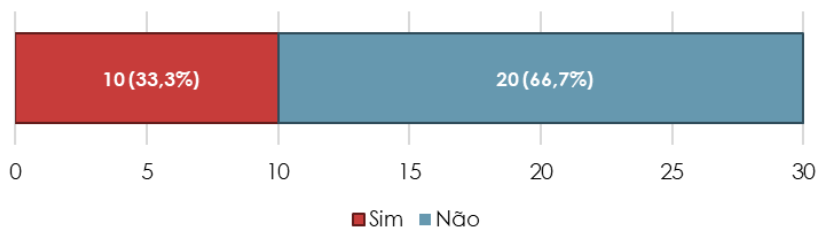


Tabela A.17. Questão 62 “Como avalia o apoio prestado pelo Organismo Intermédio (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM) no acompanhamento da execução do projeto”

Avaliação	1 – Nada Adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente Adequado	NS/NR	Total
Apoio prestado pelo Organismo Intermédio no acompanhamento da execução do projeto	0	0	5	1	7	13	4	30

²⁶ A questão 60 foi dirigida apenas aos inquiridos que, na questão 57, indicaram que a sua operação aprovada envolvia um organismo intermédio, identificando o IDE, IP-RAM, o IQ, IP-RAM ou o ISSM, IP-RAM nessa qualidade. Assim, o universo de respondentes elegíveis para esta questão restringe-se a 30 participantes.

Figura A.29. Questão 64 “Sente necessidade de um maior acompanhamento pelos Organismos Intermédios (IDE, IP-RAM; IQ, IP-RAM; ISSM, IP-RAM) aos beneficiários?”

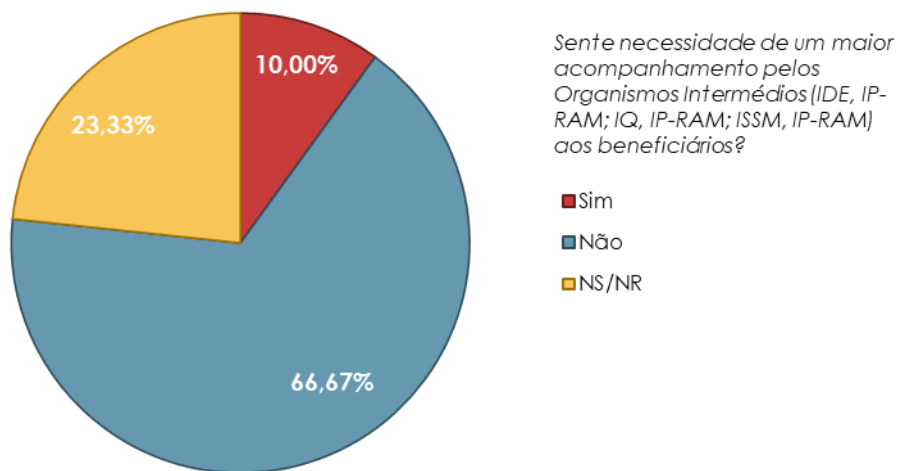
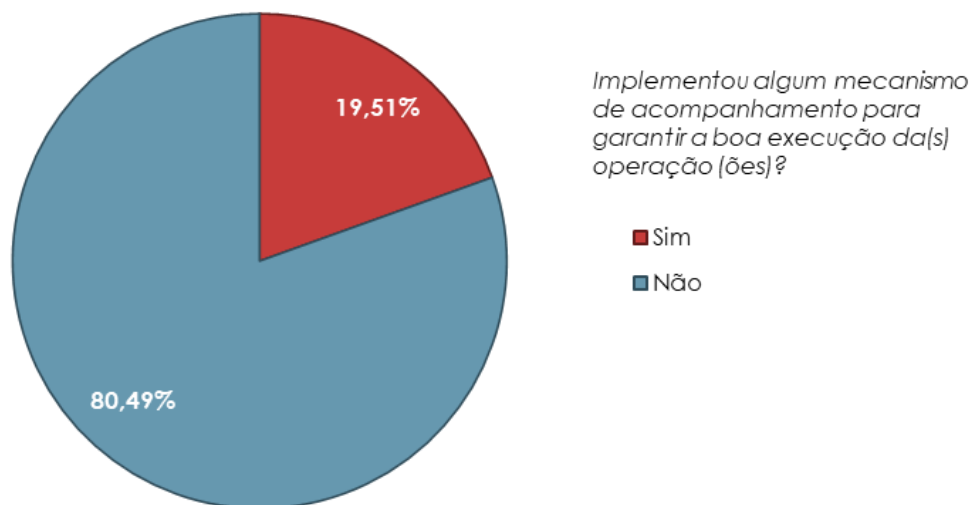


Tabela A.18. Questão 67 “Tendo em consideração o seu conhecimento e os seus contactos com a Autoridade de Gestão e/ou Organismo Intermédio, avalie a adequação da equipa técnica da Autoridade de Gestão e/ou Organismo Intermédio afeta à gestão da tipologia de operação do seu projeto”

Avaliação	1 – Nada Adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente Adequado	NS/NR	Total
Dimensão da equipa técnica	2	2	8	3	10	10	6	41
Competências dos elementos da equipa técnica	0	1	9	9	14	7	1	41
Conhecimentos técnicos face à tipologia de intervenção	0	2	9	4	8	16	2	41

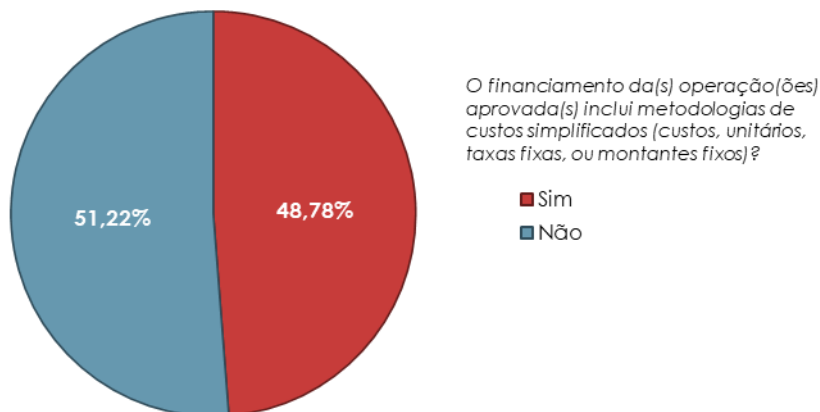
Figura A.30. Questão 68 “Implementou algum mecanismo de acompanhamento para garantir a boa execução da(s) operação(ões)?”



IV – Financiamento da Operação

A Secção IV do inquérito foi dirigida exclusivamente aos participantes que indicaram, na Q35 (secção II), ter tido uma candidatura aprovada. Consequentemente, apenas este grupo se encontrava elegível para resposta às questões desta secção, o que se traduziu numa redução do universo de inquéritos válidos para um total de **41 participantes**.

Figura A.31. Questão 70 "O financiamento da(s) operação(ões) aprovada(s) inclui metodologias de custos simplificados (custos unitários, taxas fixas ou montantes fixos)?"



Face aos resultados obtidos na Questão 70 (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**), o universo de respondentes sofreu uma nova redução, uma vez que apenas os participantes que responderam afirmativamente a esta questão prosseguiram para perguntas subsequentes. Os que responderam "Não" foram automaticamente encaminhados para a Secção VI do inquérito. Deste modo, o universo de respondentes válidos para esta parte da análise restringe-se a **20 participantes**.

Tabela A.19. Questão 71 "Em relação aos Custos Simplificados aplicados à sua operação (custos unitários, taxas fixas ou montante fixo) indique se concorda com as seguintes afirmações"

Afirmações	1 – Nada Adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente Adequado	NS/NR	Total
A forma de cálculo do custo simplificado (custos unitários, taxas fixas, ou montante fixo) tem em conta a diversidade de operações enquadráveis na tipologia de intervenção	2	0	1	5	4	6	2	20
Montantes afetos a custos simplificados permitem cobrir todos os custos associados a essa categoria de despesa ou aos objetivos da operação	2	1	0	6	3	7	1	20
Os tipos de despesas consideradas para o cálculo do montante afeto aos custos simplificados são claros	0	0	0	6	6	8	0	20
As regras de financiamento (adiantamentos, periodicidade de pedidos de pagamento, ...) são adequadas à natureza das operações e de entidades	0	0	1	5	7	7	0	20

Tabela A.20. Questão 72 "Identifique as principais dificuldades sentidas na aplicação da metodologia de custos simplificados"

Principais Dificuldades	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Interpretação de conceitos relevantes	5	45,45%
Compreensão dos Avisos de Abertura de candidatura	1	9,09%
Compreensão dos documentos de apoio e orientações técnicas	3	27,27%
Interpretação das diferentes categorias de custos	5	45,45%
Cálculos para imputação das despesas (ou algumas categorias de despesa)	6	54,55%
Incerteza nos procedimentos de controlo e auditoria	1	9,09%
Procedimentos de justificação de realizações e resultados	1	9,09%
Alcance dos indicadores de realização e resultado propostos	1	9,09%
Falta de clareza da legislação	2	18,18%
Outros	4	36,36%

Figura A.32. Questão 73 "Os técnicos e/ou dirigentes da sua instituição participaram em alguma ação de informação ou de formação sobre custos simplificados"

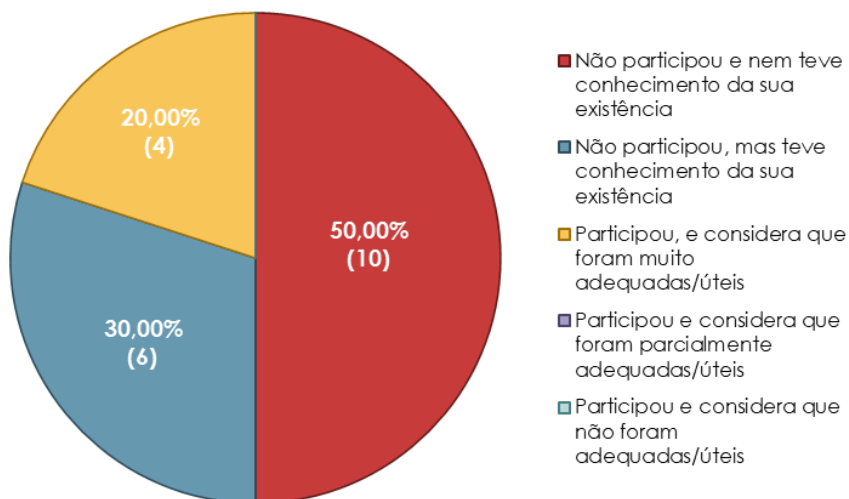


Tabela A.21. Questão 75 "Em que áreas relacionadas com a implementação de operações com metodologias de Custos Simplificados sente que necessitava de mais informação/formação?"

Área
Na área da formação profissional
Cálculos para imputação das despesas
Formação profissional e formação de adultos e processos de RVCC

Figura A.33. Questão 76 "Tem sugestões para melhorar esta metodologia de Custos Simplificados?"

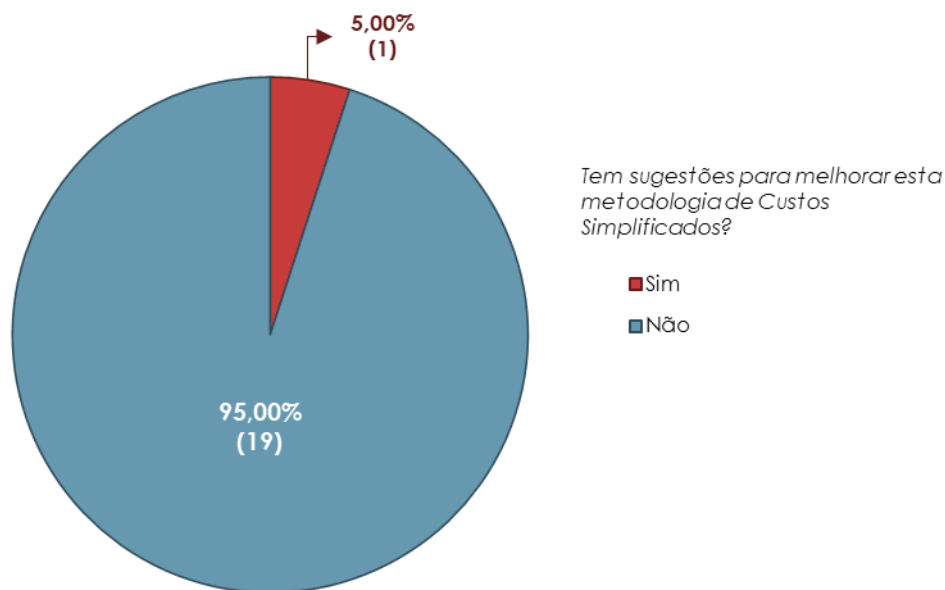


Figura A.34. Questão 77 "Indique as suas sugestões"

Sugestões
A limitação do número de participantes por curso deveria ser revista. Apenas relevam para o financiamento um número máximo de 20 formandos por ação., o que é muito limitador.

Tabela A. 22. Questão 78 "Pensando na metodologia de custo simplificado adotada no seu projeto e tendo como termo de comparação a sua experiência no financiamento de operações semelhantes em 'custos reais', indique o seu grau de concordância com cada uma das afirmações seguintes"

Afirmações	1 – Discordo Totalmente	2	3	4	5	6 – Concordo Totalmente	NS/NR	Total
O processo de apresentação de candidaturas é mais simples	0	0	2	5	5	8	0	20
As candidaturas são elaboradas com um maior foco nas realizações e resultados	0	1	1	6	4	8	0	20
O processo de candidatura tem menos documentos associados	0	1	2	5	4	8	0	20
A análise de candidaturas é mais centrada na eficácia em termos da qualidade dos processos e da capacidade de atingir os resultados (retirando ênfase à análise financeira)	0	1	1	5	5	8	0	20
O processo de gestão e controlo da execução do projeto é mais simples	0	1	1	5	5	8	0	20
Regista-se uma simplificação dos procedimentos financeiros e administrativos	0	1	0	4	6	9	0	20
Regista-se uma diminuição do tempo despendido com a gestão financeira do projeto	0	1	0	6	5	8	0	20

Afirmações	1 – Discordo Totalmente	2	3	4	5	6 – Concordo Totalmente	NS/NR	Total
<i>Regista-se uma diminuição dos tempos globais despendidos no preenchimento de pedidos de reembolso</i>	0	0	2	4	4	9	1	20
<i>Regista-se uma diminuição substancial no número de documentos necessários para comprovar as despesas</i>	0	0	0	4	5	11	0	20
<i>Verifica-se uma simplificação dos cálculos para imputação das despesas (ou algumas categorias de despesa)</i>	0	0	0	5	2	11	2	20
<i>Existe uma maior exigência na solicitação de evidências das realizações e resultados</i>	1	0	3	5	3	6	2	20
<i>Existe uma menor probabilidade de incorrem em erros na imputação de despesa</i>	0	1	2	4	4	8	1	20
<i>Existe uma maior concentração dos técnicos nas realizações e resultados da operação e menos em procedimentos administrativos e financeiros</i>	1	1	1	6	4	5	2	20
<i>O deferimento de pedidos de reembolso/pagamentos é mais rápido</i>	0	1	1	4	4	5	5	20
<i>Verifica-se uma redução da carga administrativa na gestão da operação</i>	0	1	3	6	4	6	0	20
<i>Verifica-se um maior foco das operações nos resultados</i>	0	1	1	6	4	7	1	20
<i>Verifica-se uma diminuição das possibilidades de existência de irregularidades (p.e., despesas não consideradas elegíveis) em sede de análise dos pedidos de reembolso/pagamentos ou de auditoria</i>	0	1	1	6	5	7	0	20

Tabela A.23. Questão 79 “Da sua experiência, quais são as principais vantagens da adoção de metodologias de Custos Simplificados comparativamente com o regime de ‘custos reais’?”

Principais Vantagens
Maior simplicidade, eficiência nos processos e foco nos resultados.
Maior simplificação administrativa.
Melhor gestão
Menos tempo despendido
Simplificação de toda a gestão financeira

Tabela A.24. Questão 80 “Da sua experiência, quais são as principais desvantagens da adoção de metodologias de Custos Simplificados comparativamente com o regime de ‘custos reais’?”

Principais Desvantagens
Carece de maior controlo e vigilância sobre a execução durante o decorrer do projeto e não somente no apuramento do Saldo Final.

Financiamento mais reduzido.
Indexada ao volume determinadas tipologias de despesas não são elegíveis
Limite do financiamento

Tabela A. 25. Questão 81 "Do seu conhecimento para que tipologias de operação/tipo de projetos os Custos Simplificados melhor se adequariam?"

Adequação dos Custos Simplificados
Formação
Formação Profissional

V – Sistema de Informação

A Secção V do inquérito foi dirigida a todos os participantes, com exceção daqueles que responderam "Não" à Q70. Consequentemente, apenas este grupo se encontrava inelegível para responder às questões desta secção, o que se traduziu numa redução do universo de inquéritos válidos para um total de 140 respondentes.

Tabela A.26. Questão 82 "Avalie a adequação do sistema de informação relativamente às seguintes informações"

Afirmacões	1 – Nada adequado	2	3	4	5	6 – Totalmente adequado	NS/NR	Total
Processo de submissão da candidatura	0	2	17	42	45	34	0	140
Processo de submissão de informação financeira do projeto	0	3	23	37	44	32	1	140
Processo de submissão de informação física do projeto	0	1	19	56	27	32	5	140
Processo de submissão de pedidos de reembolso	0	3	14	43	41	30	9	140
Processos de submissão de pedidos de alteracão	0	1	18	40	39	22	20	140
Consulta do estado/situacão dos projetos	0	2	17	59	49	13	0	140
Interoperabilidade com outros Sistema de informacão (ex. recolha de informacão administrativa da SS e finanças, ...)	1	2	32	45	23	22	15	140
Processo de simplificacão do acesso aos fundos	0	1	36	38	29	24	12	140
Reducao da carga burocrática	1	8	30	40	29	32	0	140
Desmaterializacão das candidaturas e projetos	0	4	33	37	29	37	0	140
Fornecimento de indicadores de monitorizacão da execucao financeira do projeto	0	1	31	47	35	23	3	140
Fornecimento de indicadores de monitorizacão da execucao física do projeto	0	1	31	47	33	23	5	140

VI – Avaliação Global

Tabela A.27. Questão 83 "De um modo geral, como avalia a capacidade de resposta do Programa Madeira 2030?"

Avaliação	1 – Nada satisfatório	2	3	4	5	6 – Totalmente satisfatório	NS/NR	Total
Capacidade de resposta do Programa Madeira 2030	1	5	27	67	30	31	0	161

Tabela A.28. Questão 84 "Caso pretenda, utiliza o espaço seguinte para eventuais sugestões e/ou comentários relativamente ao Programa Madeira 2030"

Sugestões e/ou comentários relativamente ao Programa Madeira 2030	Frequência absoluta
Deveriam abrir incentivos para as microempresas, mas aquelas sem contabilidade organizada (ENI). São muitas e talvez, com algum apoio poderiam prosperar e crescer. sem esse incentivo, estão estagnadas.	1
Maior celeridade na abertura das candidaturas previstas e agendadas, fazendo cumprir o cronograma inicial projetado. Não deixando para fim do quadro comunitário os projetos e valores que deveriam ser distribuídos ao longo de quadro comunitários.	1
Melhorar a transparência e a rapidez na resposta, bem como simplificar os processos administrativos.	1
Nada a registar.	14
No nosso caso em específico, os valores atribuídos são muito baixos e pouco se refletem na realidade atual, dando principal foco as exigências do mesmo.	1
Julga-se que o presente questionário se revelou extensivo (61 questões) e superdimensionado para o seu propósito.	1

A.5 Estudos de Caso

A.5.1 Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IDE, IP-RAM

1. ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO GERAL

O Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM (IDE), criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28-A/99/M, de 30 de novembro, é um instituto de direito público, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira, atuando sob tutela da Secretaria Regional da Economia. Tem por objeto a promoção do desenvolvimento empresarial e o apoio, direto ou indireto, ao fortalecimento e à modernização das estruturas empresariais da Região Autónoma da Madeira, nos setores secundário e terciário, com especial foco nas pequenas e médias empresas (PME). As atribuições previstas incluem, entre outras, a colaboração na definição de medidas de política setorial, a promoção da execução de medidas de política económica no seu domínio de competência, o apoio técnico e financeiro às empresas e o acompanhamento e fiscalização de investimentos apoiados por incentivos de origem regional, nacional ou comunitária.

Em matéria de fundos europeus, o IDE foi designado organismo intermédio em diferentes ciclos de programação apoiados pelo FEDER, nomeadamente no âmbito do Programa Madeira 14-20 e, mais recentemente, do Programa Madeira 2030. Nos sistemas de incentivos às empresas enquadrados nestes programas, compete-lhe assegurar a gestão operacional, incluindo a análise das candidaturas, a decisão e contratualização, o pagamento dos incentivos, o acompanhamento da execução e o encerramento das operações, bem como a interlocução com os beneficiários, de acordo com o estabelecido nas portarias que regulam esses sistemas ([Portaria n.º 300/2024](#), Portaria n.º 1151/2023 atualizada pela [Portaria n.º 515/2025](#), [Portaria n.º 610/2024](#), [Portaria n.º 611/2024](#), [Portaria n.º 614/2024](#)) e no contrato de delegação de competências.

As tipologias de operação incluídas no âmbito da delegação de competências confiada ao IDE englobam essencialmente operações de investimento e apoio ao funcionamento empresarial financiadas através do FEDER, quer sob a forma de subvenção quer, ainda, de instrumentos financeiros. De referir ainda que, no âmbito das competências delegadas, o IDE é também responsável pela elaboração da regulamentação específica dos diferentes instrumentos de apoio.

TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO ABRANGIDAS PELA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS AO IDE

RSO1.1-02-01 – I&D empresarial
 RSO1.1-02-02 – Empreendedorismo Qualificado associado ao conhecimento
 RSO1.1-03-02 – Transferência do conhecimento científico e tecnológico
 RSO1.2-01-01 – Adaptação dos modelos de negócios para a digitalização
 RSO1.2-01-02 – Indústria 4.0
 RSO1.3-01-01 – Inovação Produtiva
 RSO1.3-01-02 – Inovação das Empresas
 RSO1.3-01-03 – Investimentos de base territorial
 RSO1.3-02-01 – Qualificação e internacionalização das empresas
 RSO2.1-01-01 – Descarbonização das empresas
 RSO1.3-04-01 – Alocação Específica da RUP

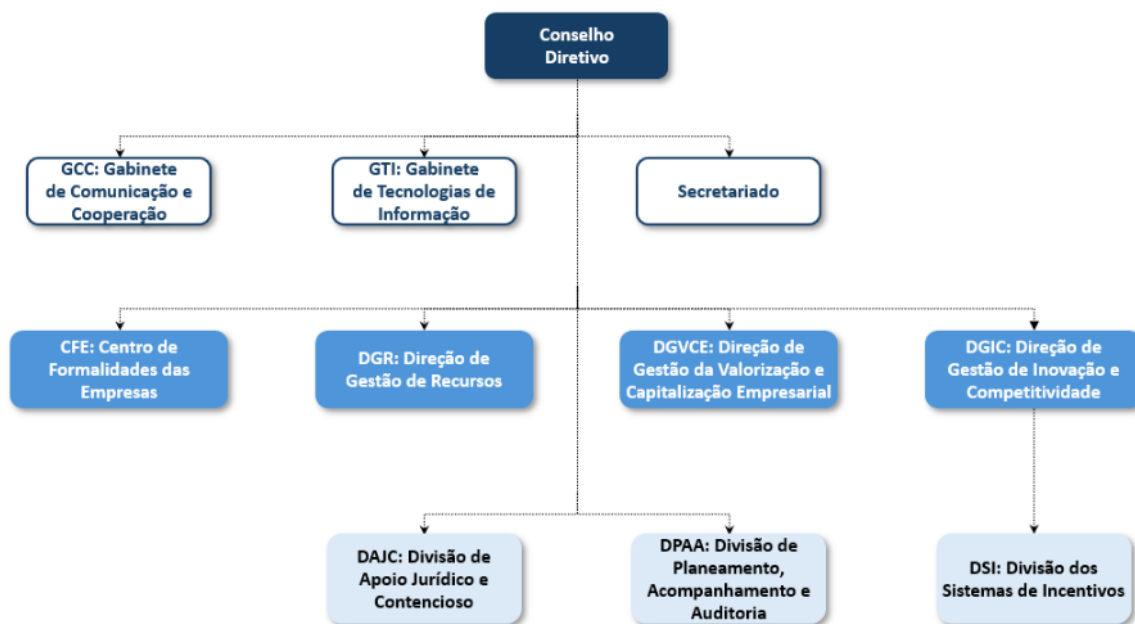
Fonte: Contrato de delegação de competências de gestão da Autoridade de Gestão do Madeira 2030 no Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM (IDE, IP-RAM) no âmbito dos fundos europeus do Portugal 2030

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RECURSOS

A estrutura organizacional do IDE, enquanto organismo intermédio do Madeira 2030, assenta no seu Conselho Diretivo e em várias unidades orgânicas com intervenção direta nas funções delegadas. As áreas nucleares relevantes são a Direção de Gestão de Inovação e Competitividade (DGIC) e a Divisão dos Sistemas de Incentivos (DSI), responsáveis pela gestão dos sistemas de incentivos (análise, acompanhamento, encerramento das operações e participação nas ações de controlo e auditoria), a

Direção de Gestão da Valorização e Capitalização Empresarial (DGVCE), que assegura a gestão e monitorização dos instrumentos financeiros, e a Direção de Gestão de Recursos (DGR), responsável pelos pagamentos dos incentivos, gestão de devedores e execução da política de recursos humanos. A estas somam-se unidades orgânicas de suporte, designadamente a Divisão de Apoio Jurídico e Contencioso (DAJC) e a Divisão de Planeamento, Acompanhamento e Auditoria (DPAA), bem como serviços de apoio técnico especializados, como o Gabinete de Tecnologias de Informação (GTI) e o Gabinete de Comunicação e Cooperação (GCC), que suportam a gestão dos sistemas de incentivos e dos instrumentos financeiros.

Figura A.35. Estrutura Orgânica do OI - IDE, IP-RAM



Fonte: Programa Regional Madeira 2030, Descrição do Sistema de Gestão e Controlo

Em 2025, o IDE tem um total de 46 colaboradores, dos quais 31 estão afetos à estrutura de apoio técnico ao Madeira 2030 (5 dirigentes, 20 técnicos superiores e 6 assistentes administrativos), distribuídos pelas unidades orgânicas envolvidas na gestão dos sistemas de incentivos e instrumentos financeiros. A documentação do programa (cf. Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Madeira 2030) explicita que o organismo dispõe de condições físicas e técnicas adequadas ao exercício das funções delegadas, bem como de recursos humanos com qualificações e experiência em áreas como economia, gestão, contabilidade, finanças e domínios conexos, enquadrados por procedimentos de recrutamento, seleção, formação e avaliação alinhados com o regime da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e com princípios de segregação de funções, prevenção de conflitos de interesses e observância de código de ética e conduta. Não obstante, a evidência recolhida nas entrevistas aponta para constrangimentos decorrentes de picos de trabalho associados a avisos com elevada procura, como os casos das medidas Inovação 2030 (entre 76-91 candidaturas recebidas por aviso) e Funcionamento 2030 – outros custos de funcionamento (1391 candidaturas recebidas em abril de 2024).

Tabela A.29. Estrutura de apoio técnico do OI - IDE

Unidade Orgânica	RHs	Áreas de Formação	Descrição das Funções
DGIC / DSI	Dirigente - 2	Economia - 1	Gestão dos SI à atividade empresarial, desde a apresentação das candidaturas, análise, e seleção, pagamento, verificação documental, contabilística, financeira e física, encerramento,
		Contabilidade e Auditoria - 1	
	Técnico Superior - 11	Gestão - 4	
		Economia - 5	
		Gestão Hoteleira - 1	

Unidade Orgânica	RHs	Áreas de Formação	Descrição das Funções
		Gestão de Empresas - 1	acompanhamento e auditoria aos projetos.
DGVCE	Dirigente - 1	Gestão de Empresas	Assegurar a gestão e monitorização dos IF em respeito pelas regras dos AE e dos Fundos Europeus.
	Técnico Superior - 5	Economia – 3 Gestão - 2	
	Assistente Administrativo - 1	Ensino secundário -1	Apoio administrativo à DGVCE.
DPAA	Dirigente - 1	Economia – 1	Elaborar e coordenar o plano e o relatório de gestão de risco no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas, e definir metodologias de controlo, acompanhamento e auditoria.
	Técnico Superior - 1	Gestão - 1	
DGR	Dirigente - 1	Contabilidade, Administração e Auditoria - 1	Pagamento dos incentivos, acordar com a AG procedimentos necessários à receção das verbas financeiras FEDER por parte da AG; gestão de devedores, e do processo de devolução de verbas pelas empresas apoiadas pelos SI; executar a política de gestão de recursos humanos.
	Técnico Superior - 3	Gestão – 2	
		Finanças – 1	
	Assistente Administrativo - 5	Ensino básico – 1 Ensino secundário - 4	Apoio administrativo à DGR.

Fonte: Programa Regional Madeira 2030, Descrição do Sistema de Gestão e Controlo

3. EXECUÇÃO E DESEMPENHO OPERACIONAL

INDICADORES DO OI (a 30.09.2025)

Avisos lançados.....	5
Candidaturas recebidas.....	1604
Operações aprovadas.....	198
Candidaturas em análise.....	1364
FEDER aprovado.....	17,3 M€
Taxa de compromisso.....	12%
Taxa de execução financeira.....	0%
Tempo médio de análise de candidaturas....	123 dias úteis
Tempo médio de análise de PP.....	n.a.

A 30 de setembro de 2025, a AG tinha lançado 5 avisos nos quais o IDE atua como OI, com uma dotação a concurso de cerca de 44M€, nas medidas Inovação 2030 (tipologia de intervenção RSO1.3-01-01), Internacionalização 2030 (RSO1.3-02-01) e Funcionamento 2030 (RSO1.3-04-01). Foram recebidas um total de 1604 candidaturas, das quais 198 já se encontravam decididas/aprovadas, sem registo de operações não aprovadas. A taxa de desistência/anulação é reduzida (2,6%), mas a grande maioria das operações permanece em análise, o que se traduz num tempo médio de decisão elevado (123 dias úteis). O fundo aprovado ascende a 17,4 M€, traduzindo uma taxa de compromisso de 12% face à dotação máxima programada no Contrato de Delegação de Competências. Não se registam ainda pedidos de pagamento, pelo que o desempenho operacional do IDE se encontra, nesta fase, concentrado na fase de análise e decisão. A evidência recolhida nas entrevistas remete estes atrasos sobretudo para o arranque tardio do programa, o volume excecional de candidaturas e

4. RELAÇÃO COM BENEFICIÁRIOS

As medidas nas quais o IDE intervêm enquanto Organismo Intermédio caracterizam-se pela elevada procura por parte dos beneficiários empresariais. O processo de auscultação aos beneficiários do

Madeira 2030 revelou, de forma geral, apreciações favoráveis quanto ao apoio prestado pelo IDE em fase de candidatura, sobretudo em relação às ações de informação/divulgação dos apoios, aos guias do beneficiário disponibilizados e à possibilidade de esclarecer dúvidas diretamente com o organismo intermédio. Apenas 20% dos beneficiários auscultados via inquérito apontam para dificuldades no contacto com o IDE, designadamente na falta de clareza das respostas e demora no acompanhamento. A entrevista ao IDE confirma a consciência destes constrangimentos, atribuídos, em parte, a limitações dos sistemas de informação (nomeadamente a articulação entre o Balcão dos Fundos e o SI3) e à dificuldade de resposta em situação de volume excecional de candidaturas. O OI sinaliza, no entanto, a intenção de reforçar as ações de capacitação aos promotores, nomeadamente através de *webinars* associados a cada aviso.

PERCEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS SOBRE O OI – IDE

Grau de adequação do apoio prestado pelo OI:

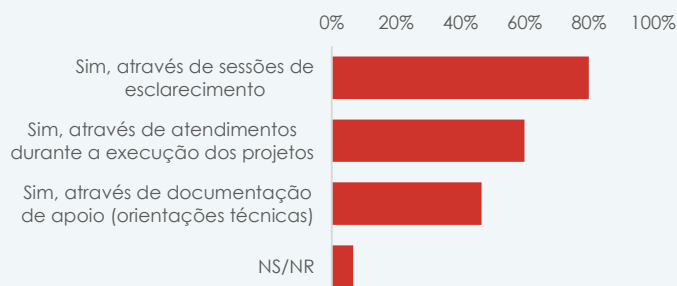
Dimensão Avaliada	N válidos	Grau de Adequação
Esclarecimento de dúvidas sobre dimensões técnicas da candidatura	61	Elevado
Esclarecimento de dúvidas sobre dimensões financeiras da candidatura	59	Muito elevado
Resposta a dificuldades administrativas na submissão das candidaturas	60	Muito elevado
Apoio prestado pelo OI no acompanhamento da execução do projeto	13	Elevado

Grau percecionado de adequação da equipa técnica do OI:

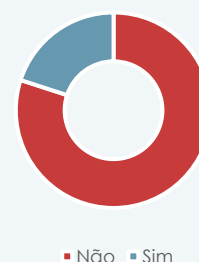
Dimensão Avaliada	N válidos	Grau de Adequação
Dimensão da equipa técnica	14	Médio
Competências dos elementos da equipa técnica	15	Elevado
Conhecimentos técnicos face à(s) tipologia(s) de intervenção	14	Elevado

Intervenção do OI na capacitação nos beneficiários:

Considera que o OI presta apoio e assegura a capacitação dos beneficiários para a execução dos projetos?



Considera que o OI devia promover mais ações de informação e capacitação?



Legenda: Pontuação média ≥ 5 5 > média ≥ 4 4 > média ≥ 3 média < 3 (numa escala 1-6)

Fonte: Inquérito aos beneficiários

5. FUNCIONAMENTO INTERNO E RELAÇÃO COM A AG

O funcionamento interno do IDE enquanto organismo intermédio do Madeira 2030 assenta numa elevada autonomia operacional na análise e gestão das operações, enquadrada por regras e

procedimentos definidos pela Autoridade de Gestão (AG) e, a montante, pelo Órgão de Coordenação Nacional (AD&C). A instituição dispõe de equipas especializadas em incentivos às empresas e em instrumentos financeiros, com capacidade técnica consolidada e experiência em quadros de programação anteriores, mas cuja eficiência tem sido limitada, no quadro do Madeira 2030, por picos de elevada procura associados aos apoios nos quais o IDE intervém. Também a utilização dos sistemas de informação (Balcão dos Fundos e *framework* AD&C, SI3) é apontada como um dos principais condicionantes do funcionamento interno, salientando-se as dificuldades de parametrização de avisos, a fraca integração entre o Balcão dos Fundos/hub de dados e sistema interno (SI3), e a atual incapacidade técnica de automatização de cálculos associados à análise das operações no SI3, o que tem exigido que parte do trabalho de análise seja ainda realizado fora do sistema informático, recorrendo a fichas em Excel e posterior registo no sistema oficial.

A articulação com a AG caracteriza-se por um modelo de delegação de competências que reconhece ao IDE autonomia na gestão corrente das operações, incluindo a proposta de critérios de seleção e a participação nos processos de programação e discussão de avisos, mas no qual a definição final de regras, indicadores e parametrizações depende da AG e da intervenção da AD&C. Do ponto de vista técnico, a articulação é descrita como funcional no plano do contacto diário, mas insuficiente em termos de partilha estruturada de informação e de dados de monitorização, bem como de resposta às dificuldades colocadas pelos organismos intermédios, designadamente na resolução de problemas de sistema de informação e na clarificação de alterações regulamentares.

6. ANÁLISE CRÍTICA E CONCLUSÕES

A análise do caso do IDE indicia que a delegação de competências em causa **gera ganhos claros de eficácia na implementação do Programa**, sem evidência de perdas estruturais de eficiência imputáveis ao próprio modelo de delegação. A especialização do IDE em políticas de desenvolvimento empresarial e o conhecimento próximo do tecido económico da região reforçam a capacidade de mobilizar a procura desejada, com o respetivo reconhecimento por parte dos beneficiários. Também na seleção das candidaturas, a experiência acumulada das equipas em sistemas de incentivos confere uma adequada robustez técnica às decisões.

As **principais limitações observadas em termos de eficiência dizem respeito sobretudo aos tempos de decisão e à pressão sobre a equipa técnica do IDE em momentos de picos de procura, agravadas pelas fragilidades da arquitetura dos sistemas de informação** e, em particular, do recém-desenvolvido SI3. Contudo, estes constrangimentos decorrem, em grande medida, de condicionantes externas ao modelo de delegação de competências, que afetam da mesma forma todos os intervenientes, pelo que é plausível concluir que, na ausência de delegação de competências, a AG enfrentaria estes mesmos problemas, e, muito provavelmente, com menor capacidade instalada de análise setorial, não havendo, assim, evidência de que uma gestão inteiramente centralizada resultasse em maior eficiência operacional.

Porém, identificam-se alguns desafios de afinação do modelo de delegação de competências, no caso específico do IDE, que beneficiariam de ajustamentos operacionais. **Desde logo, a elevada procura de alguns instrumentos sob a alçada do IDE (Funcionamento 2030, Inovação 2030) torna recomendável o reforço temporário das equipas de análise e acompanhamento, bem como uma planificação mais articulada do calendário de avisos entre AG e IDE, de forma a suavizar picos e evitar sobreposições desnecessárias.** No caso particular do Funcionamento 2030, observa-se ainda uma elevada complexidade do processo de candidatura (p.ex. carga burocrática) face à dimensão e natureza do apoio, **sugerindo que uma simplificação do processo de candidatura (redução de exigências documentais, maior proporcionalidade na exigência de critérios formais, simplificação dos critérios de seleção, ou eventual mobilização de metodologias de custos simplificados)** teria efeitos positivos não apenas para os beneficiários, mas também na agilização da análise de um instrumento de muito elevada procura. Em paralelo, **importa atuar sobre as limitações do sistema de informação de forma a permitir o maior automatismo possível da análise de parâmetros formais, tais como condições de elegibilidade, aliviando a sobrecarga dos técnicos envolvidos na análise.** A este nível, regista-se positivamente a **intenção partilhada entre a AG e o IDE de implementar soluções de inteligência artificial que suportem o processo de verificação de checklists e condições de elegibilidade.**

7. REFERÊNCIAS DO ESTUDO DE CASO

- [Decreto Legislativo Regional n.º 28-A/99/M](#) que cria o Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira e aprova o respetivo estatuto.
- [Portaria n.º 37/2021](#) de 19 de fevereiro, aprova os estatutos do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM.
- Contrato de delegação de competências de gestão da Autoridade de Gestão do Madeira 2030 no Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM (IDE, IP-RAM) no âmbito dos fundos europeus do Portugal 2030.
- Programa Regional Madeira 2030, Descrição do Sistema de Gestão e Controlo.
- Manual de Procedimentos do Programa Madeira 2030 - Organismo Intermédio - IDE, IP-RAM.
- Dados do Sistema de Informação do Madeira 2030.
- Entrevistas realizadas ao IDE, IP-RAM [06/06/2025], e IDR, IP-RAM [04/06/2025; 08/07/2025].
- *Focus Group* com Técnicos da Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios [11/11/2025].
- *Focus Group* com empresas beneficiárias do Madeira 2030 [11/11/2025].
- Inquérito aos beneficiários do Madeira 2030.

A.5.2 Instituto para a Qualificação, IP-RAM

1. ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO GERAL

O Instituto para a Qualificação, IP-RAM (IQ, IP-RAM) é uma entidade pública da administração indireta da Região Autónoma da Madeira, criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/M, de 8 de fevereiro, tutelada pela Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia. Tem por missão assegurar a execução da política regional definida pelo Governo Regional para o sector da qualificação, formação e certificação profissional e para a gestão do Fundo Social Europeu, no âmbito das competências atribuídas nesta matéria.

No quadro do Programa Madeira 2030, o IQ foi designado organismo intermédio, reconhecendo a AG, no respetivo Contrato de Delegação de Competências, que este dispõe de capacidades institucionais, técnicas e administrativas consideradas adequadas ao exercício de funções de gestão. É responsável pela gestão de intervenções do Objetivo Estratégico 4 (Madeira mais social e inclusiva), em particular dos objetivos específicos ESO4.4, ESO4.6, ESO4.7 e ESO4.8 cofinanciados pelo FSE+, nos termos do contrato de delegação de competências celebrado com a Autoridade de Gestão. As funções delegadas no IQ abrangem as principais fases do ciclo de gestão das operações, incluindo a colaboração com a AG na programação de avisos, aplicação dos critérios de seleção, análise e apreciação de admissibilidade e mérito, verificação da capacidade dos beneficiários, verificação de gestão administrativa e no local, acompanhamento da execução física e financeira e alimentação do sistema de informação.

TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO ABRANGIDAS PELA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS AO IQ¹

ESO4.4-01-01-4012 - Formação empresarial individual
 ESO4.4-01-01-4013 - Formação empresarial conjunta e formação ação
 ESO4.4-01-02-4016 - Formação da Administração pública regional e local
 ESO4.6-01-01-4021 - Cursos Profissionais
 ESO4.6-02-01-4024 - Formação de docentes, formadores e outros agentes de educação
 ESO4.6-03-01-4026 - Cursos Técnicos Superiores Profissionais (Cursos TeSP)
 ESO4.6-03-02-4029 - Formação Avançada
 ESO4.7-01-01-4030 - Formações Modulares
 ESO4.7-01-01-4031 - Formação Digital
 ESO4.7-01-04-4037 - Centros Qualifica
 ESO4.8-03-01-4046 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade
 ESO4.8-03-01-4050 - Capacitação para a Inclusão

¹ Exceto operações em que este OI é beneficiário ou em que o mesmo exerça algum tipo de tutela.
 Fonte: Contrato de delegação de competências de gestão da Autoridade de Gestão do Madeira 2030 no Instituto para a Qualificação, IP-RAM (IQ, IP-RAM) no âmbito dos fundos europeus do Portugal 2030.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RECURSOS

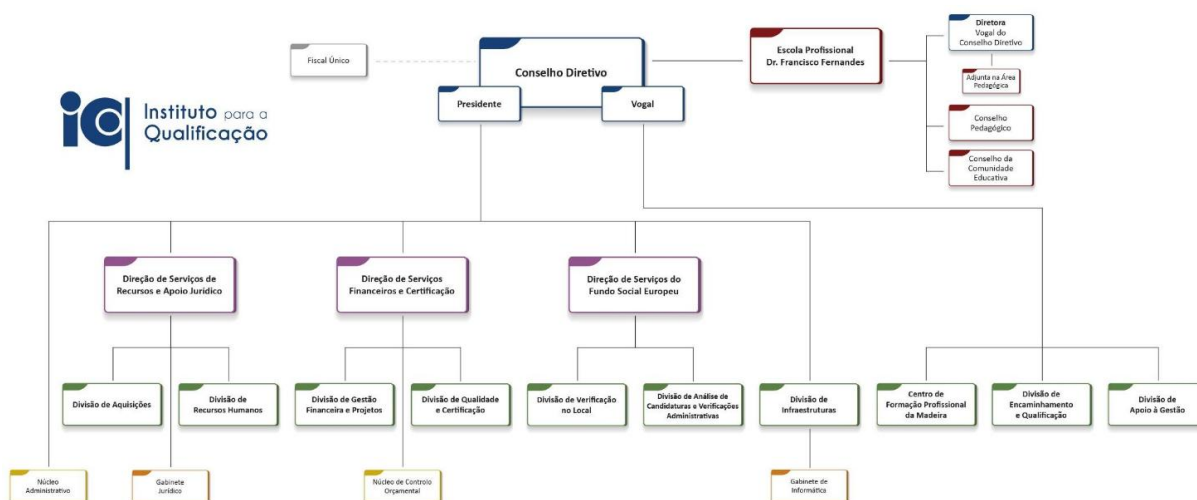
A estrutura organizacional do IQ, enquanto organismo intermédio do Madeira 2030, está ancorada no Conselho Diretivo e na Direção de Serviços do Fundo Social Europeu (DSFSE), que integra a chamada Estrutura de Apoio Técnico (EAT) do OI.

A DSFSE e as divisões que dela dependem (Divisão de Análise de Candidaturas e Verificações Administrativas (DACVA) e Divisão de Verificação no Local (DVL)) concentram as funções diretamente delegadas no âmbito do Programa, desde a divulgação das oportunidades de apoio, análise técnico-pedagógica e financeira das candidaturas e dos pedidos de reembolso, até às verificações administrativas, verificação no local e elaboração de relatórios de execução. Dão, ainda, suporte técnico à EAT, a Direção de Serviços Financeiros e Certificação (DSFC), e a Direção de Serviços de Recursos e Apoio Jurídico (DSRAJ).

O IQ é simultaneamente Organismo Intermédio e beneficiário elegível do Madeira 2030 (em operações nas quais não atua como OI). De modo a assegurar os princípios de separação e segregação de funções, o respetivo manual de procedimentos prevê que o pessoal afeto à Direção de Serviços do

Fundo Social Europeu (DSFSE) não terá qualquer função ao nível da intervenção deste organismo enquanto entidade beneficiária.

Figura A.36. Estrutura Orgânica do OI - IQ, IP-RAM



Fonte: Programa Regional Madeira 2030, Descrição do Sistema de Gestão e Controlo

A EAT do IQ é composta por 12 colaboradores integrados na DSFSE (11 técnicos superiores e 1 assistente administrativo), com formação em áreas como gestão, administração pública, direito, economia e domínios conexos. A esta equipa somam-se cerca de 34 colaboradores que prestam suporte técnico parcial à gestão do FSE+, distribuídos por outras direções de serviços e divisões do instituto (Direção de Serviços Financeiros e Certificação, Direção de Serviços de Recursos e Apoio Jurídico, Divisão de Apoio à Gestão e Gabinete Jurídico), assegurando funções de apoio financeiro, jurídico, administrativo e de recursos humanos.

A AG do Madeira 2030 reconhece, no relatório de Descrição do Sistema de Gestão e Controlo (v.13.12.2024) que “o IQ, IP-RAM dispõe das condições físicas e técnicas para o desempenho das suas funções, enquanto organismo intermédio do Madeira 2030, sendo suficiente o número de técnicos afetos, os quais detêm as valências e a experiência necessária para a realização de todas as atividades previstas no Programa e para assegurar a devida segregação de funções”.

Tabela A.30. Estrutura de apoio técnico do OI - IQ

Unidade Orgânica	RHs	Áreas de Formação	Descrição das Funções
DSFSE / DACVA / DVL	Dirigente - 3	Gestão e Administração Pública - 1	Coordenação e validação das tarefas e propostas das Divisões DAC e DA.
		Direito - 1	
		Ciências Sociais - 1	
	Técnico Superior - 8	Economia - 2	Verificações administrativas inerentes à seleção e análise de candidaturas a apoio FSE+ (TI delegadas); Análise dos pedidos de reembolso, saldo final e pedidos de alteração; Verificações no local
		Gestão - 2	
		História - 1	
		Ciências Sociais - 3	
Assistente Administrativo - 1	Ensino secundário - 1		

Fonte: Programa Regional Madeira 2030, Descrição do Sistema de Gestão e Controlo

3. EXECUÇÃO E DESEMPENHO OPERACIONAL

INDICADORES DO OI (a 30.09.2025)

Avisos lançados.....	26
Candidaturas recebidas.....	89
Operações aprovadas.....	73
Candidaturas em análise.....	7
FSE+ aprovado.....	40,3 M€
Taxa de compromisso.....	33%
Taxa de execução financeira.....	12%
Tempo médio de análise de candidaturas..	54 dias úteis
Tempo médio de análise de PP.....	13 dias úteis

A 30 de setembro de 2025, a AG tinha lançado 26 avisos nos quais o IQ atua como OI, com uma dotação global a concurso de 66,1M€, o que equivale a cerca de 54% da dotação máxima prevista no respetivo Contrato de Delegação de Competências. Até essa mesma data, o IQ recebeu 89 candidaturas, entre as quais 6 foram desistidas/anuladas e apenas 7 permaneciam em análise, encontrando-se 76 operações decididas, com uma taxa de aprovação elevada (96%). Em termos financeiros, o IQ apresentava 40,3M€ de fundo aprovado, dos quais cerca de 14,7M€ já se encontravam executados, e 19,9M€ pagos aos beneficiários. Estes dados refletem uma taxa de compromisso de 33% e uma taxa de execução de 12%, face à respetiva programação. Os tempos médios de decisão na fase de candidatura situam-se em 54 dias úteis, o que, à escala do Programa, traduz um desempenho favorável em termos de rapidez de decisão. O tempo médio de resposta aos pedidos de pagamento, de 13 dias úteis, confirma um padrão de análise e decisão relativamente ágil.

4. RELAÇÃO COM BENEFICIÁRIOS

A relação do IQ com os beneficiários das medidas que lhe estão delegadas é globalmente bem avaliada. O IQ é, de forma consistente, percecionado como um interlocutor acessível e cooperante. Entre os beneficiários empresariais (p.ex. entidades formadoras privadas), o organismo é explicitamente distinguido pela “qualidade e prontidão no apoio” (cf. *Focus Group*), sendo valorizada a rapidez de resposta, a disponibilidade para esclarecimentos e a possibilidade de contacto direto com os técnicos. Entre beneficiários públicos, a apreciação do apoio técnico do IQ é igualmente positiva, embora marcada por críticas transversais à plataforma Balcão dos Fundos (dificuldade no contacto formal via Balcão, respostas a pedidos de esclarecimentos), que condicionam a eficácia e a fluidez do apoio do OI.

Os resultados do inquérito convergem com a perceção globalmente positiva: a maioria dos inquiridos com projetos candidatados a tipologias de operação sob responsabilidade do IQ avalia favoravelmente a facilidade de contacto e o apoio prestado, sendo residuais as referências a dificuldades específicas com o organismo intermédio. Apenas cerca de 23% dos inquiridos que contactaram o IQ assinalam algum tipo de constrangimento, sobretudo relacionados com demora na resposta ou falta de clareza em questões mais específicas. A avaliação do apoio prestado, quer na fase de candidatura, quer na fase de execução é particularmente favorável, com a maioria dos inquiridos a avaliar o apoio recebido como “5 – muito adequado” ou “6 – totalmente adequado” numa escala de 1 a 6, o que coloca a média claramente na parte superior da escala.

PERCEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS SOBRE O OI – IQ

Grau de adequação do apoio prestado pelo OI:

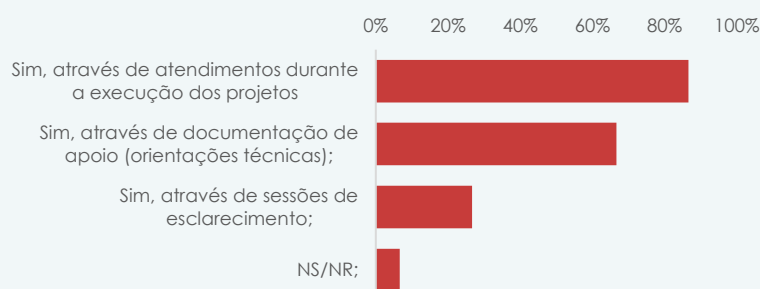
Dimensão Avaliada	N válidos	Grau de Adequação
Esclarecimento de dúvidas sobre dimensões técnicas da candidatura	13	😊 Muito elevado
Esclarecimento de dúvidas sobre dimensões financeiras da candidatura	12	😊 Muito elevado
Resposta a dificuldades administrativas na submissão das candidaturas	12	😊 Muito elevado
Apoio prestado pelo OI no acompanhamento da execução do projeto	13	😊 Muito elevado

Grau percecionado de adequação da equipa técnica do OI:

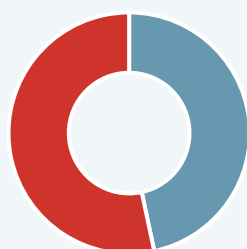
Dimensão Avaliada	N válidos	Grau de Adequação
Dimensão da equipa técnica	11	😊 Elevado
Competências dos elementos da equipa técnica	14	😊 Muito elevado
Conhecimentos técnicos face à(s) tipologia(s) de intervenção	14	😊 Muito elevado

Intervenção do OI na capacitação nos beneficiários:

Considera que o OI presta apoio e assegura a capacitação dos beneficiários para a execução dos projetos?



Considera que o OI devia promover mais ações de informação e capacitação?



■ Sim ■ Não



Em que áreas/temas?

Orientações comunitárias sobre contratação pública

Gestão das operações

Custos simplificados

Pedido de saldo, pedido de alteração

Formação da administração pública regional e local

Legenda: 😊 Pontuação média ≥ 5 😊 $5 >$ média ≥ 4 😐 $4 >$ média ≥ 3 😞 média < 3 (numa escala 1-6)

Fonte: Inquérito aos beneficiários

5. FUNCIONAMENTO INTERNO E RELAÇÃO COM A AG

O funcionamento interno do IQ, enquanto organismo intermédio, organiza-se em torno de uma equipa técnica especializada nas áreas de formação e qualificação, apoiada em procedimentos próprios de gestão das operações que se consideram globalmente adequados. Quer a opção pela utilização de custos unitários no caso das tipologias abrangidas pela delegação de competências, quer ainda a definição de critérios de seleção relativamente objetivos é referida, nas entrevistas, como um fator que torna o trabalho interno mais linear, reduz a margem de subjetividade na análise e agiliza a decisão das candidaturas. O IQ referiu ainda ter levado a cabo um trabalho de simplificação do manual de procedimentos, com a eliminação de anexos considerados pouco úteis e maior flexibilidade para adaptar o conteúdo por aviso, tendo contribuído para tornar os processos mais claros, tanto internamente como para os promotores. Em contrapartida, a utilização do sistema de informação AG+ é descrita como limitada, quer pela inexistência ou imaturidade de alguns módulos relevantes para a execução e monitorização das operações, quer pela dificuldade em extrair informação de gestão em formato útil para o trabalho quotidiano da equipa técnica.

Ao nível da relação com a Autoridade de Gestão, o IQ descreve um contacto quotidiano globalmente funcional, que permite resolver questões operacionais correntes sem dificuldades significativas. Apenas são apontadas limitações derivadas da dependência da AG para obter dados consolidados sobre o desempenho das tipologias que gere, o que reduz a sua capacidade de acompanhar de forma contínua e em tempo real a contribuição das operações para os objetivos do Programa.. Também a participação nas redes funcionais e em processos de decisão mais estruturantes tende a ser centralizada na AG, facto que é percecionado pelo IQ como condicionante da sua capacidade de atuação. Note-se, no entanto, do lado da AG, um progressivo esforço no envolvimento participativo na preparação de avisos e transferência de responsabilidades de parametrização para as áreas de negócio, que são apresentadas como sinais de maior eficiência e envolvimento dos organismos intermédios.

6. ANÁLISE CRÍTICA E CONCLUSÕES

No caso do IQ, **a delegação de competências mostra-se, em termos gerais, alinhada com o perfil e as competências instaladas do organismo e traduz-se em ganhos claros de eficácia e de eficiência nas várias fases da implementação dos apoios.** A especialização do IQ nas áreas de formação e qualificação e a experiência acumulada em FSE/FSE+ **são um importante fator na capacidade acrescida de mobilização da procura junto dos públicos-alvo, especialmente em tipologias de continuidade face ao período de programação anterior.** O desempenho operacional do IQ destaca-se, no contexto do Programa Madeira 2030, pela rapidez de decisão e, sobretudo, pelo grau de execução já alcançado nas medidas sob a sua responsabilidade, apresentando um volume relevante de projetos em fase de execução e com pagamentos efetuados. **Os indicadores operacionais (decisão média em cerca de dois meses, pagamentos em cerca de duas semanas) são consistentes com a perceção de beneficiários e técnicos de que o IQ responde com rapidez aceitável e garante uma boa previsibilidade nos procedimentos.**

Na relação com os beneficiários, a delegação de competências aparenta traduzir-se **num ganho qualitativo relevante.** Os resultados da auscultação aos beneficiários sugerem que a interação com o IQ gera níveis elevados de satisfação e de confiança em todas as fases do ciclo de vida das operações, com as críticas existentes a incidirem sobretudo sobre aspetos sistémicos (Balcão dos Fundos, carga administrativa), que não decorrem diretamente da atuação do IQ. No que respeita à mobilização da procura, a evidência das entrevistas sugere, contudo, que a mobilização da formação empresarial enfrenta **algumas dificuldades, nomeadamente por baixa disponibilidade das empresas e por perceções de custo de oportunidade,** especialmente tendo em conta as tabelas de custos unitários praticadas. Neste ponto, **poderá existir espaço de melhoria na articulação entre IQ, associações empresariais e outros atores relevantes, de forma a adaptar melhor os formatos e calendários de oferta às necessidades e constrangimentos das empresas.**

Do ponto de vista do modelo de governação, seria recomendável reduzir as assimetrias na partilha de informação estratégica, nomeadamente no que se refere aos dados de monitorização, bem como alargar ou promover a partilha dos benefícios da participação nas redes funcionais.

7. REFERÊNCIAS DO ESTUDO DE CASO

- [Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/M](#), de 8 de fevereiro, Procede à criação do Instituto para a Qualificação, IP-RAM
- [Portaria n.º 555/2024](#) de 21 de outubro, Aprova os Estatutos do Instituto para a Qualificação, IP-RAM, designado por IQ, IP-RAM
- Contrato de delegação de competências de gestão da Autoridade de Gestão do Madeira 2030 no Instituto para a Qualificação, IP-RAM (IQ, IP-RAM) no âmbito dos fundos europeus do Portugal 2030.
- Programa Regional Madeira 2030, Descrição do Sistema de Gestão e Controlo.
- Manual de Procedimentos do Programa Madeira 2030 - Organismo Intermédio - IQ, IP-RAM.
- Dados do Sistema de Informação do Madeira 2030.
- Entrevistas realizadas ao IQ, IP-RAM [11/06/2025], e IDR, IP-RAM [04/06/2025; 08/07/2025].
- *Focus Group* com entidades públicas ou equiparadas beneficiárias do Madeira 2030 [10/11/2025].
- *Focus Group* com empresas beneficiárias do Madeira 2030 [11/11/2025].
- *Focus Group* com Técnicos da Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios [11/11/2025].
- Inquérito aos beneficiários do Madeira 2030.

1. ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO GERAL

O Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM (ISSM) é uma pessoa coletiva de direito público, integrada na administração indireta da Região Autónoma da Madeira. Enquanto instituição de solidariedade e segurança social, tem por missão a gestão dos regimes de segurança social, o reconhecimento dos direitos e o cumprimento das obrigações decorrentes dos regimes de segurança social, a gestão da recuperação da dívida e o exercício da ação social, bem como assegurar a aplicação dos instrumentos internacionais de segurança social na RAM.

No âmbito do Programa Madeira 2030, o ISSM foi designado Organismo Intermédio para o Objetivo Estratégico 4, com responsabilidades específicas na gestão das intervenções enquadradas no Objetivo Específico ESO 4.13 (Privação Material), conforme o Contrato de Delegação de Competências de setembro de 2023. A delegação no ISSM teve por base a proximidade aos territórios e públicos-alvo em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica da RAM, bem como na existência de uma equipa com experiência prévia em fundos europeus (ex. gestão do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas) e em instrumentos de ação social.

As tipologias de operação sob responsabilidade do ISSM centram-se nas medidas de combate à privação material, em particular o apoio alimentar a pessoas e famílias carenciadas, através da distribuição de géneros alimentares e da implementação faseada de modelos de distribuição indireta baseados em cartões eletrónicos, articulados com entidades parceiras.

TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO ABRANGIDAS PELA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS AO ISSM

ESO4.13-01-01-4099 - Aquisição direta de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade

ESO4.13-01-01-4100 - Distribuição direta de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade e medidas de acompanhamento

ESO4.13-01-01-4102 - Distribuição indireta de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade através da atribuição de cartões eletrónicos para a sua aquisição nos estabelecimentos comerciais aderentes

Fonte: Contrato de delegação de competências de gestão da Autoridade de Gestão do Madeira 2030 no Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM (ISSM, IP-RAM) no âmbito dos fundos europeus do Portugal 2030.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RECURSOS

A estrutura organizacional do ISSM, enquanto organismo intermédio do Madeira 2030, assenta no Conselho Diretivo e numa Estrutura de Apoio Técnico (EAT) especificamente identificada na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Madeira 2030. Esta EAT integra quatro unidades orgânicas com intervenção direta nas funções delegadas: o Departamento de Projetos e Programas Sociais (DPPS), o Departamento de Organização e Comunicação (DOC), o Departamento de Gestão Financeira (DGF) e o Gabinete Jurídico (GJ). Segundo o planeado, ao DPPS cabe a seleção e análise das candidaturas, a preparação das notificações às entidades beneficiárias relativas a candidaturas, pedidos de reembolso, pedidos de saldo e pedidos de alteração, bem como a análise técnica de reclamações e contestações. O DOC assegura, entre outras funções, a participação do ISSM em programas regionais, nacionais e europeus e a criação de instrumentos de planeamento e comunicação associados às intervenções cofinanciadas. O DGF é responsável pela análise dos pedidos de reembolso e de saldo final e pela validação das autorizações de pagamento aos beneficiários, enquanto o GJ emite pareceres jurídicos e aprecia reclamações e contestações no âmbito dos apoios do Programa.

inexistência, à data, do Manual de Procedimentos do Programa Madeira 2030 para o Organismo Intermédio ISSM.

A articulação com a Autoridade de Gestão é descrita como cooperante, mas marcada por constrangimentos de enquadramento que têm impedido o funcionamento pleno do modelo de delegação. A auscultação às partes interessadas evidenciou que permanece alguma indefinição quanto ao circuito financeiro e orçamental para reembolsos e pagamentos na área da privação material, envolvendo AD&C, IGF e ISSM, o que gera incerteza e é identificado como um obstáculo direto ao avanço das decisões e à execução.

Uma importante limitação, nesta fase, prende-se com a falta de entrada plena em funcionamento do sistema de informação específico concebido para suportar a gestão das intervenções de privação material (SIPM). O SIPM funcionará como *backoffice* para registo das operações, controlo de elegibilidade dos destinatários finais, acompanhamento da execução física e articulação com os restantes sistemas de informação da Segurança Social e do Programa. A evidência das entrevistas e do *Focus Group* indica, porém, que o sistema ainda não se encontra plenamente operacional: a parametrização das funcionalidades principais não está concluída, persistem dificuldades de integração com o *hub* de dados e com os sistemas já usados pelo ISSM e não existem, à data, procedimentos estabilizados para o seu uso corrente. Na prática, a indisponibilidade do sistema de informação tem levado ao adiamento da análise e decisão sobre a candidatura ao Aviso de Aquisição direta de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, e ao adiamento do arranque efetivo da intervenção do ISSM no quadro do Madeira 2030.

5. ANÁLISE CRÍTICA E CONCLUSÕES

Do ponto de vista conceptual, a escolha do ISSM como organismo intermédio para o objetivo específico da privação material é coerente com a sua missão, experiência prévia e conhecimento acumulado dos públicos mais vulneráveis. Neste plano, **a delegação de competências tem fundamento e apresenta condições para, em teoria, gerar ganhos de eficácia na identificação dos destinatários e na articulação com a rede social existente.**

Contudo, na prática, à data da avaliação não existem ainda evidências de ganhos de eficácia ou eficiência decorrentes da delegação, porque o modelo não chegou a entrar verdadeiramente em funcionamento: não foram lançados avisos em que o ISSM atue como OI, não há operações em execução e a candidatura apresentada pelo próprio ISSM aos Aviso "Aquisição direta de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade" permanece sem decisão. As principais limitações decorrem de sistemáticos atrasos e condicionantes colocadas pelos sistemas de informação e gestão, em particular, a não entrada em funcionamento do SIPM e a indefinição de aspetos críticos de enquadramento procedimental na área da privação material, que tem impedido o início do ciclo de gestão.

Do lado interno, trata-se do primeiro exercício do ISSM como OI e o próprio Instituto reconhece que os procedimentos específicos para o Madeira 2030 ainda não estão estabilizados e que subsistem necessidades de reforço da equipa e de formação em áreas como análise de candidaturas, contratação pública e utilização de indicadores. Estes aspetos são relevantes, mas surgem mais como desafios naturais de uma fase de arranque do que como sinais de inadequação estrutural da delegação de competências. Importa, ainda assim, acompanhá-los de perto, para garantir que, o organismo dispõe de capacidade efetiva para assumir o volume de trabalho e assegurar uma segregação de funções robusta.

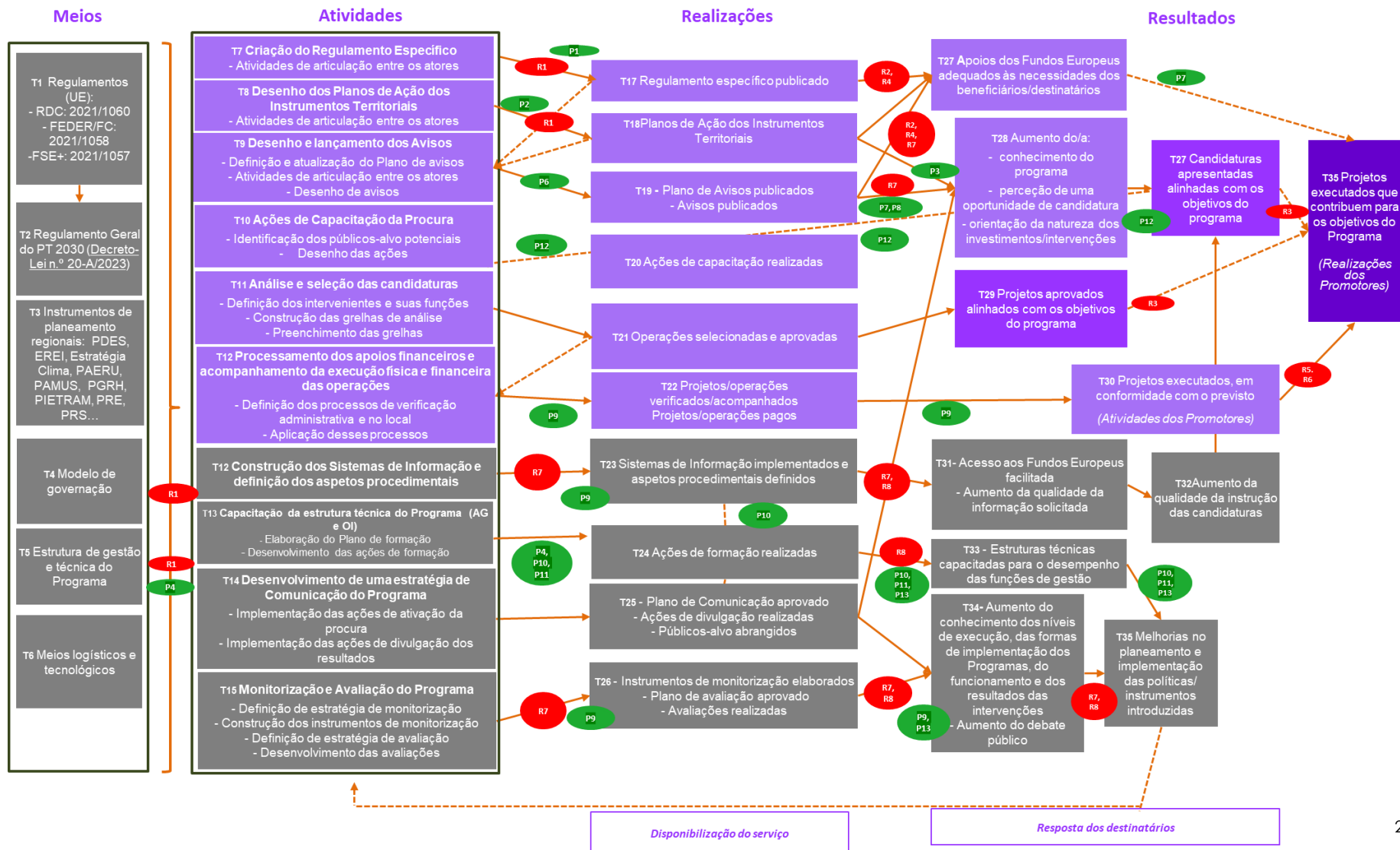
As recomendações apontam, por isso, para: **(i) acelerar a entrada em funcionamento do SIPM e clarificar o enquadramento procedimental do circuito de pagamentos na privação material; (ii) estabilizar os procedimentos internos do ISSM específicos para o Madeira 2030; e (iii) reforçar, de forma proporcional, a equipa técnica, garantindo uma total segregação de funções em relação a outros apoios geridos pelo ISSM (ex. PRR), e reforçar a formação dirigida às funções de OI.**

6. REFERÊNCIAS DO ESTUDO DE CASO

- [Portaria n.º 17/2017](#) de 23 de janeiro, Aprova os Estatutos do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, abreviadamente designado ISSM, IP-RAM, os quais estabelecem a organização interna e as respetivas competências dos serviços e dos estabelecimentos integrados que funcionam na sua dependência.
- Contrato de delegação de competências de gestão da Autoridade de Gestão do Madeira 2030 no Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM (ISSM, IP-RAM) no âmbito dos fundos europeus do Portugal 2030.
- Programa Regional Madeira 2030, Descrição do Sistema de Gestão e Controlo.
- Dados do Sistema de Informação do Madeira 2030.
- Entrevistas realizadas ao ISSM, IP-RAM [18/06/2025], e IDR, IP-RAM [04/06/2025].
- *Focus Group* com Técnicos da Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios [11/11/2025].

A.6 Teorias da Ação e Programação

Teoria da Ação – Processos Fundos Madeira 2030

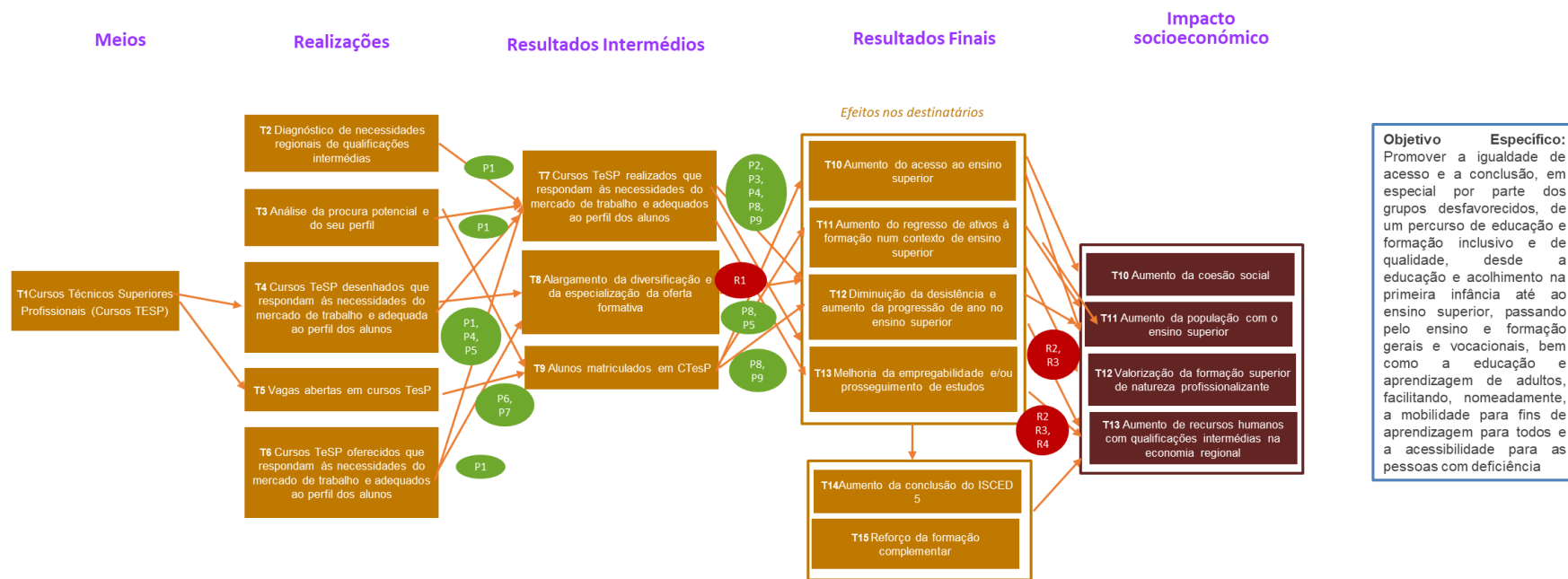


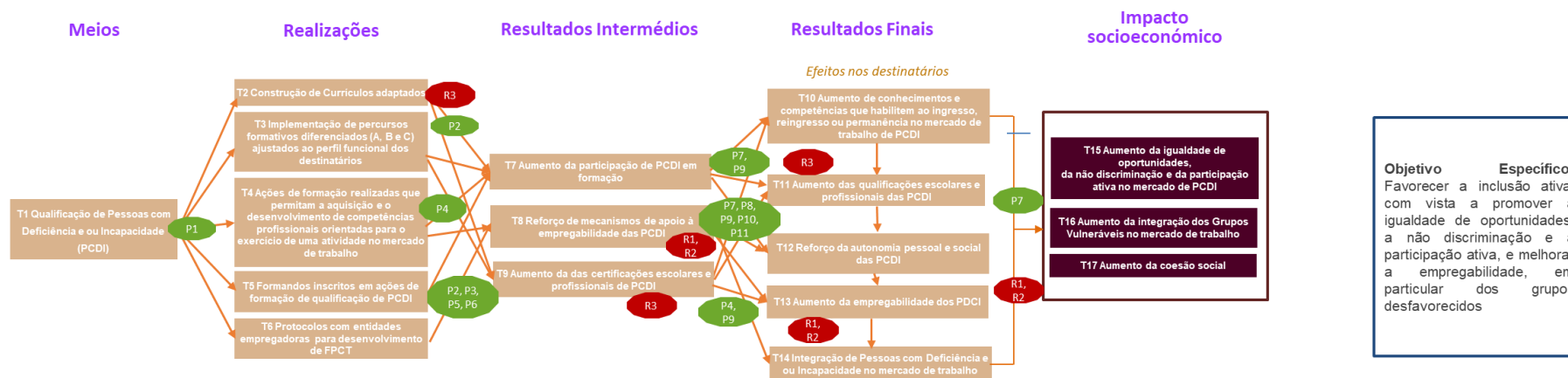
Pressupostos:

- P1 Regulamentos específicos aprovados em tempo adequado
- P2 Mobilização de atores para a implementação dos instrumentos territoriais
- P3 Instrumentos necessários à gestão e acompanhamento dos ITI são elaborados em tempo útil
- P4 Capacidade institucional dos OI para absorver picos de procura e complexidade técnica
- P5 Capacidade institucional nas entidades coordenadoras dos ITI
- P6 Atividades centralizadas de harmonização e validação de indicadores e de parametrização de avisos são realizadas de forma eficiente
- P7 Os avisos e as suas condições são adequadas aos públicos-alvo e são proporcionais na exigência à natureza dos projetos
- P8 Existe previsibilidade sobre o lançamento dos avisos
- P9 Disponibilidade e funcionalidade dos sistemas de informação em tempo útil para gestão e monitorização
- P10 Equipas são formadas relativamente às funcionalidades dos diferentes sistemas de informação
- P11 O roteiro de capacitação abrange as necessidades das equipas regionais
- P12 Atividades de acompanhamento pré-candidatura e mediação ativa por parte dos OI
- P13 Disponibilização e utilização de dados de monitorização

Riscos:

- R1 Contexto político decisório desfavorável ao ciclo de vida do Programa (ciclos político, ciclos de gestão simultâneos, gestão do PRR)
- R2 Concorrência com outras fontes de financiamento (PRR) afeta a procura
- R3 Desalinhamento entre RIS3 e projetos financiados
- R4 Prevalência de fenómenos de autoexclusão nos avisos abertos em regime concorrencial
- R5 Imaturidade dos grandes projetos com impacto significativo sobre a capacidade de execução
- R6 Contexto económico desfavorável à execução (inflação, dificuldades nos processos de contratação por falta de procura,...)
- R7 Centralização e falta de autonomia das AG em processos críticos
- R9 Implementação do modelo de governação limita a participação dos OI





Objetivo Específico:
Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos

Pressupostos

- P1 Capacidade institucional pública instalada nos domínios do planeamento, execução e acompanhamento.
- P2 Articulação com estruturas de reabilitação profissional, escolas do ensino básico/secundário e com serviços de emprego.
- P3 Condições de acessibilidade física e comunicacional.
- P4 Apoios específicos durante a formação (acompanhamento pedagógico, adaptação curricular e ajudas técnicas).
- P5 Existência de oferta formativa adaptada aos diferentes perfis de incapacidade.
- P6 Procura efetiva por parte de PCDI e respetivas famílias.
- P7 Complementaridade com outras políticas, nomeadamente de ação social, saúde, educação e emprego.
- P8 Existência de respostas de emprego protegido/apoiado.
- P9 Acompanhamento pedagógico efetivo e acompanhamento após a formação.
- P10 Existência de mecanismos de apoio à inserção profissional.
- P11 Existência de entidades empregadoras disponíveis para acolher FCT e percursos de inserção apoiada.

Riscos

- R1 Limitações do tecido empresarial regional para absorver formandos, mesmo com adequação funcional
- R2 Desfasamento entre qualificação obtida e oportunidades reais de inserção profissional
- R3 Desfasamento entre qualificação obtida e qualificações de partida, devido à inexistência de currículos adaptados, sobretudo em percursos NQ4



Pressupostos

- P1 Empresas com capacidade estratégica (financeira, técnica e de gestão)
- P2 Projetos em articulação efetiva com RIS3 regional e com políticas setoriais (transição climática, indústria 4.0, ...)
- P3 Coerência entre diagnóstico estratégico, plano de investimento e objetivos dos projetos.
- P4 Capacidade de absorção da inovação pelas empresas.
- P5 Disponibilidade de recursos humanos qualificados.
- P6 Utilização estratégica e complementar das tipologias do Sistema de Incentivos Inovação 2030
- P8 Escolha da tipologia de apoio orientada por objetivos estratégicos e não apenas por critérios financeiros ou administrativos.

Riscos

- R1 Predominância de projetos de inovação incremental, novos apenas para as empresas apoiadas, com efeitos limitados na diferenciação competitiva e na criação sustentada de valor.
- R2 Concentração dos apoios em empresas já mais capacitadas, limitando a abrangência e os efeitos de convergência no tecido empresarial regional.
- R3 Ciclos económicos e condições externas desfavoráveis.
- R4 Efeitos limitados de difusão da inovação e de transferência de conhecimento para o tecido económico não apoiado, restringindo os impactos sistémicos da intervenção.
- R5 Substituição de tipologias mais exigentes por Inovação Produtiva, reduzindo intensidade tecnológica.
- R6 Fragmentação e ausência de sequenciação estratégica entre incentivos.

A.7 Matriz de suporte à avaliação dos indicadores de realização e resultado

A.7.1.1 Indicadores de realização comuns e específicos

PI	OE	Identificador	Indicador de Realização	Unidade de Medida	Clareza	Adequação	Suficiência	Observações
1A	RSO 1.1.	RCO01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	Nº	●	●	●	Indicadores globalmente pertinentes e adequados ao OE. Sinaliza-se, no entanto, a redundância entre os indicadores RCO01 e RCO02, uma vez que não está prevista a utilização de instrumentos financeiros neste OE.
		RCO02	Empresas apoiadas através de subvenções	Nº	●	●	●	
		RCO05	Novas Empresas Apoiadas	Empresas	●	●	●	
		RCO06	Investigadores que trabalham em instalações de investigação apoiadas	ETI	●	●	●	
		RCO07	Organizações de investigação que participam em projetos de investigação conjunta	Organismos de Investigação	●	●	●	
		RCO10	Empresas em cooperação com organizações de investigação	Nº	●	●	●	
	RSO 1.2	RCO01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	Empresas	●	●	●	Indicadores globalmente pertinentes e adequados ao OE, tendo em conta as tipologias de ação previstas. Sinaliza-se, no entanto, a redundância entre os indicadores RCO01 e RCO02, uma vez que não está prevista a utilização de instrumentos financeiros neste OE.
		RCO02	Empresas apoiadas através de subvenções	Empresas	●	●	●	
		RCO14	Instituições públicas apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais	Número de instituições públicas	●	●	●	
		RCO75*	<i>Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas</i>	<i>Contribuições para estratégias</i>	●	●	●	
	RSO 1.3.	RCO01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	Nº	●	●	●	Os indicadores são globalmente adequados aos OE. A inclusão de indicadores relativos à natureza do apoio é pertinente. No entanto, dada a variedade de tipologias de ação incluídas neste OE, salienta-se a ausência de indicadores que permitam distinguir realizações (em particular, distinguindo o investimento empresarial produtivo das ações de qualificação e internacionalização das empresas).
		RCO02	Empresas apoiadas através de subvenções	Nº	●	●	●	
		RCO03	Empresas apoiadas através de instrumentos financeiros	Nº	●	●	●	
		RCO15	Capacidade de incubação criada	Empresas	●	●	●	
	RSO 1.4.	RCO16	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora (PDE)	Participações de partes interessadas institucionais	●	●	●	Indicador adequado e pertinente.
	1R		RCO01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	Nº	●	●	●
RCO02			Empresas apoiadas através de subvenções	Nº	●	●	●	
2A	RSO 2.1.	RCO01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	Nº	●	●	●	Indicadores globalmente pertinentes e adequados ao OE, tendo em conta as tipologias de ação previstas. Sinaliza-se, no

PI	OE	Identificador	Indicador de Realização	Unidade de Medida	Clareza	Adequação	Suficiência	Observações	
		RCO02	Empresas apoiadas através de subvenções	Nº	●	●	●	entanto, a redundância entre os indicadores RCO01 e RCO02, uma vez que não está prevista a utilização de instrumentos financeiros neste OE.	
		RCO19	Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	m2	●	●	●		
		RC075*	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contribuições para estratégias	●	●	●	Indicador acrescentado na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025). O indicador não é adequado. A unidade de medida não é adequada nem clara. Recomenda-se substituir o indicador por "Edifícios públicos com desempenho energético melhorado no âmbito de Estratégias de Desenvolvimento Territorial Integrado" e a unidade de medida por Nº. (de Edifícios públicos...)	
	RSO 2.5.	RCO30	Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, dos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	Km	●	●	●	Indicadores adequados e pertinentes.	
		RCO31	Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, da rede pública de recolha de águas residuais	Km	●	●	●		
	RSO 2.6.	RC075*	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contribuições para estratégias	●	●	●	Indicador acrescentado na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025). O indicador não é adequado. A unidade de medida não é clara nem adequada. Recomenda-se substituir o indicador por "Resíduos preparados para reutilização" no âmbito de Estratégias de Desenvolvimento Territorial Integrado" e substituir a unidade de medida por Ton/ano (de Resíduos...).	
		RCO119	Resíduos preparados para reutilização	Ton/ano	●	●	●	A descrição do indicador não é suficientemente clara no que concerne à definição de resíduo preparado para reutilização.	
	RSO 2.7.	RCO36	Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas	hectares	●	●	●	Indicadores adequados e pertinentes.	
		RCO37	Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	hectares	●	●	●		
		RC075*	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contribuições para estratégias	●	●	●	Indicador acrescentado na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025). O indicador e a unidade de medida não são adequados. Recomenda-se substituir o indicador por "Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas no âmbito de Estratégias de Desenvolvimento Territorial Integrado" e a unidade de medida por hectares.	
	2B	RSO 2.8.	RCO57	Capacidade do material circulante respeitador do ambiente para transporte público coletivo	Número de passageiros	●	●	●	Indicador adequado e pertinente.
			RCO60*	Cidades e vilas com sistemas de transporte urbano digitalizados novos ou modernizados	Cidades e vilas	●	●	●	Indicador acrescentado na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025). O Indicador é adequado e pertinente. No entanto, a Unidade de medida não é suficientemente clara. Recomenda-se que a Unidade de medida seja Nº (de cidades e Vilas).

PI	OE	Identificador	Indicador de Realização	Unidade de Medida	Clareza	Adequação	Suficiência	Observações
		RC075*	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contribuições para estratégias	●	●	●	Indicador acrescentado na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025). O indicador não é adequado e a unidade de medida não é clara nem adequada. Recomenda-se substituir o indicador por "Cidades e vilas com sistemas de transporte urbano digitalizados novos ou modernizados, no âmbito de Estratégias de Desenvolvimento Territorial Integrado" e a unidade de medida por N°. (de Cidades ou vilas).
2F	RSO 2.5	RCO30*	Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, dos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	Km	●	●	●	Indicadores acrescentados na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025)
		RCO31*	Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, da rede pública de recolha de águas residuais	Km	●	●	●	
2G	RSO 2.12	RCO105*	Soluções para o armazenamento de eletricidade	MWh	●	●	●	Indicador acrescentado na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025)
3A	RSO 3.1.	RSO09	Portos Marítimos RTE-T Intervencionados	Número	●	●	●	Indicador adequado e pertinente, tendo em conta a tipologia de ação prevista.
	RSO 3.2.	RSO10*	Embarcações de transporte público movidas a fontes de energia não fósseis	Número de embarcações				Indicador <u>eliminado</u> na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025)
		RSO21*	Estudos e Avaliações produzidos	Número	●	●	●	Indicador acrescentado na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025)
4A	RSO 4.5.	RCO69	Capacidade das instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde	Número de pessoas por ano	●	●	●	O método de cálculo remete para a contabilização do nº anual de pessoas atendidas pelo estabelecimento de saúde, entrando em contradição com a descrição do indicador que remete para o nº máximo anual de pessoas que podem ser atendidas. Não é claro que o indicador se refira à criação de "nova" capacidade.
	RSO 4.6.	RCO 77	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	Locais de Interesse Cultural e Turístico	●	●	●	Indicador adequado e pertinente.
	ESO 4.1	EECO02	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Número de pessoas na operação (participantes)	●	●	●	Indicador adequado e pertinente.
	ESO 4.4	EECO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Número de pessoas na operação (participantes)	●	●	●	Indicador adequado e pertinente.
	ESO 4.6	EES021	Participantes apoiados nos Cursos Profissionais	Número de pessoas na operação (participantes)	●	●	●	Os indicadores são pertinentes, porém a opção de desagregação por tipologias de ação não cobre a totalidade das tipologias previstas.
		EES002	Participantes apoiados em Bolsas de Doutoramento	Número de pessoas na operação (participantes)	●	●		
		EES031	Participantes apoiados em Bolsas de Doutoramento em Ambiente Não Académico	Número de pessoas na operação (participantes)	●	●		
ESO 4.7	EES003	Participações em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência	Nº de participações	●	●	●	Indicador adequado e pertinente. Recomenda-se a inclusão do indicador "Participantes apoiados nos Centros Qualifica".	

PI	OE	Identificador	Indicador de Realização	Unidade de Medida	Clareza	Adequação	Suficiência	Observações
	ESO 4.8	EECO02	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Número de pessoas na operação (participantes)	●	●	●	Recomenda-se a inclusão do indicador "Projetos de inovação e experimentação social apoiados"
	ESO 4.11	EESO20	Pessoas abrangidas por respostas sociais de natureza não institucional.	Número de pessoas na operação (participantes)	●	●	●	A definição do indicador é equívoca e requer maior clareza, uma vez que a fórmula de cálculo sugere a contabilização de pessoas não cobertas pelas intervenções. Dada a natureza das ações previstas, poderá ser difícil de operacionalizar.
4B	ESO 4.1	EECO07	Jovens entre os 18 e os 29 anos	Número de pessoas na operação (participantes)	●	●	●	Indicador adequado e pertinente.
4C	ESO 4.13	EMCO09	Quantidade total de alimentos distribuídos	Toneladas	●	●	●	Indicador adequado e pertinente.
4H	RSO 4.7	RCO18*	Habitações com desempenho energético melhorado	habitações	●	●	●	Indicadores acrescentados na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025)
		RCO65*	Capacidade da habitação social nova ou modernizada	pessoas	●	●	●	
5A	RSO 5.1.	RCO74	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Pessoas	●	●	●	Indicador adequado e pertinente.
		RCO75	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contributos para as estratégias.	●	●	●	A formulação do indicador é adequada e pertinente. Contudo, a unidade de medida não é clara nem adequada. Recomenda-se que a unidade de medida seja substituída por N° (de Estratégias de Desenvolvimento Territorial apoiadas).
		RCO77*	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	Locais de interesse cultural e turístico	●	●	●	Indicador acrescentado na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025). A formulação do indicador é adequada e pertinente. No entanto, a unidade de medida não é clara nem adequada. Recomenda-se que na unidade de medida seja acrescentado N° (de Locais de interesse cultural e turístico).
		RCO114*	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	m2	●	●	●	Indicador acrescentado na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025) Indicador adequado e pertinente.
7A	7.1.	ATESO01	Verificações no local realizadas	N° de verificações	●	●	●	Indicadores adequados e pertinentes.
		ATESO03	Ações de informação, divulgação e publicitação do Programa	N° de ações	●	●	●	
		ATESO04	Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT	ETI	●	●	●	

Legenda: ● Elevada clareza/adequação/suficiência; ● Moderada clareza/adequação/suficiência; ● Fraca clareza/adequação/suficiência;

*Indicadores alterados pela proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025).

A.7.1.2 Indicadores de resultado comuns e específicos

PI	OE	Identificador	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Clareza	Adequação	Suficiência	Observações
1A	RSO 1.1.	RCR02	Investimentos privados em paralelo ao apoio público (nomeadamente: subvenções, instrumentos financeiros)	euros	●	●	●	Indicadores de resultado globalmente adequados ao OE. Sinaliza-se, no caso do RCR102, a necessidade de clarificar no método de cálculo o que se entende por "postos de trabalho de investigação criados como resultado do apoio". Sinaliza-se ainda que os indicadores poderão ser complementados por indicadores de aviso/accompanhamento que capturem alguns resultados diretos das operações não contemplados nesta bateria (ex. indicadores de produção científica)
		RCR03	Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos	Nº	●	●	●	
		RCR102	Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas	ETI anuais	●	●	●	
	RSO 1.2.	RCR11	Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados	Utilizadores/ano	●	●	●	Indicadores globalmente pertinentes e adequados ao OE.
		RCR12	Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais novos e melhorados desenvolvidos por empresas	Utilizadores/ano	●	●	●	
	RSO 1.3.	RCR01	Postos de trabalho criado em entidades apoiadas	ETI anual	●	●	●	Indicadores globalmente pertinentes e adequados ao OE. Sinaliza-se a necessidade de complementar com indicadores (de aviso/accompanhamento) que permitam 1) distinguir os efeitos da criação de emprego altamente qualificado; 2) medir os resultados económicos das operações, incluindo indicadores específicos para as medidas de apoio à qualificação (ex. aumento do valor acrescentado por trabalhador) e à internacionalização de empresas (ex. aumento da intensidade exportadora)
		RCR03	Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos	Nº	●	●	●	
	RSO 1.4.	RSR03	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora	Nº	●	●	●	O indicador de resultado captura, em larga medida, a mesma dimensão que o indicador de realização. A definição e método de cálculo é equívoca em relação à designação. Os resultados do processo de descoberta empreendedora devem traduzir-se em projetos de investimento resultantes do trabalho das plataformas de especialização inteligente e/ou fortemente alinhados com as prioridades da EREI.
	1R	RCR01	Postos de trabalho criados nas entidades apoiadas	ETI anual	●	●	●	O indicador RCR01 é pertinente e adequado aos objetivos deste OE. O indicador RSR16 tem uma formulação equívoca e remete para uma dimensão de realização, não sendo, por isso, adequado.
		RSR16	Peso do incentivo aprovado no volume de negócios anual	%	●	●	●	
2A	RSO 2.1.	RCR26	Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros)	MWh/ano	●	●	●	Indicador adequado e pertinente.
	RSO 2.5.	RCR41	População ligada a instalações melhoradas da rede pública de abastecimento de água	Pessoas	●	●	●	Indicadores globalmente pertinentes e adequados ao OE.
		RCR42	População ligada, pelo menos, a instalações secundárias da rede pública de tratamento de águas residuais	Pessoas	●	●	●	
		RCR43	Perdas de água nos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	m3/ano	●	●	●	

PI	OE	Identificador	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Clareza	Adequação	Suficiência	Observações
	RSO 2.6.	RCR103	Resíduos objeto de recolha seletiva	Ton/ano	●	●	●	A utilização de uma medida de quantidade em valor absoluto (ton/ano) não considera uma eventual dimensão de redução na produção de resíduos. A taxa de rejeição de resíduos poderia ser um indicador complementar mais adequado.
	RSO 2.7.	RCR50	População que beneficia de medidas relativas à qualidade do ar	Pessoas	●	●	●	Indicadores globalmente pertinentes e adequados ao OE.
		RCR95	População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas	Pessoas	●	●	●	
2B	RSO 2.8.	RCR62	Utilizadores anuais de transportes públicos novos ou modernizados	Utilizadores/ano	●	●	●	O indicador é pertinente e adequado. No entanto, não é suficiente para medir os resultados das ações previstas, nomeadamente a redução do tráfego automóvel.
2F	RSO 2.5.	RCR41*	População ligada a instalações melhoradas da rede pública de abastecimento de água	Pessoas	●	●	●	Indicadores acrescentados na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025)
		RCR42*	População ligada, pelo menos, a instalações secundárias da rede pública de tratamento de águas residuais	Pessoas	●	●	●	
		RCR43*	Perdas de água nos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	m3/ano	●	●	●	
2G	RSO 2.12.	RCR31*	Total de energias renováveis produzidas (das quais: elétrica, térmica)	MWh/ano	●	●	●	Indicador acrescentado na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025)
3A	RSO 3.1.	RSR14	Transporte de Mercadorias por via marítima	Toneladas / Ano	●	●	●	Indicador pertinente e adequado.
	RSO 3.2.	RCR29*	Emissões Estimadas de Gases de Efeito de Estufa	Ton CO2/ano				Indicadores <u>eliminados</u> na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025)
		RSR15*	Utilizadores anuais do novo Ferry apoiado	Utilizadores/ano				
		RSR30*	Estudos e Avaliações concluídos	Número	●	●	●	Indicador acrescentado na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025). O indicador não reflete uma dimensão de resultado, não se distinguindo do indicador de realização.
4A	RSO 4.5.	RCR73	Utilizadores anuais de instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde	Número de utilizadores por ano	●	●	●	Os indicadores de realização e resultado apresentam a mesma metodologia de cálculo, não sendo indicadores distintos.
	RSO 4.6.	RCR77	Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	Visitantes/ano	●	●	●	Indicador adequado e pertinente.
	ESO 4.1	ECCR05	Participantes com emprego, seis meses depois de terminada a participação	Número de pessoas na operação (participantes).	●	●	●	Indicador adequado e pertinente.
	ESO 4.4	EESR21	Trabalhadores que se consideram mais aptos após a frequência da formação.	Percentagem de participantes na operação	●	●	●	Indicadores globalmente adequados e pertinentes. A monitorização do EESR21 deve prever mecanismos de recolha standardizados (ex. inquérito comum) para que seja possível a comparação e/ou agregação de dados de diferentes operações.
		EESR30	Participantes (nos RHAQ) com ensino superior empregados 6 meses depois de terminada a participação	Percentagem de participantes na operação	●	●	●	
ESO 4.6	EESR04	Doutoramentos concluídos (no tempo próprio).	Percentagem de participantes na operação	●	●	●	Indicadores adequados e pertinentes.	

PI	OE	Identificador	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Clareza	Adequação	Suficiência	Observações
		EESR22	Diplomados, no tempo próprio, em cursos de formação de dupla certificação	Percentagem de participantes na operação	●	●	●	
	ESO 4.7	EESR06	Participações certificadas em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência.	Percentagem de participações	●	●	●	Indicador adequado e pertinente.
	ESO 4.8	EECR05	Participantes com emprego, seis meses depois de terminada a participação	Percentagem de pessoas na operação (participantes)	●	●	●	Indicador adequado e pertinente. Recomenda-se a inclusão do indicador "Instituições envolvidas em projetos de inovação e experimentação social"
	ESO 4.11	EESR19	Capacidade de intervenção das entidades junto de pessoas vulneráveis	Percentagem	●	●	●	A metodologia de cálculo "Taxa de variação das pessoas apoiadas pelas entidades" e respetivo baseline clarificam o âmbito do indicador. Porém este não é suficiente para avaliar o aumento da qualidade e/ou diversificação da provisão de serviços.
4B	ESO 4.1	EESR01	Participantes jovens entre os 18 e os 29 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Percentagem de pessoas na operação (participantes)	●	●	●	Indicador adequado e pertinente
4C	ESO 4.13	EMCR01	Número de destinatários finais que recebem ajuda alimentar	Pessoas	●	●	●	O indicador não fornece informação suficiente sobre a melhoria da situação/qualidade de vida dos destinatários finais, no que refere à superação da privação material.
4H	RSO 4.7	RCR67*	Utilizadores anuais de habitação social nova ou modernizada	Utilizadores/ano	●	●	●	Indicador acrescentado na proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025)
5A	RSO 5.1.	RCR77	Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	Visitantes/ano	●	●	●	Indicador adequado e pertinente, embora redutor face à abrangência e aos contributos esperado dos ITI para o Objetivo Específico 5.1

Legenda: ● Elevada clareza/adequação/suficiência; ● Moderada clareza/adequação/suficiência; ● Fraca clareza/adequação/suficiência;

*Indicadores alterados pela proposta de reprogramação (v. 24 outubro 2025).

A.7.1.3 Indicadores de realização das operações mobilizados em avisos (até 30.09.2025)¹

PI	OE	Identificador	Indicador de Realização	Unidade de medida	Clareza	Adequação	Suficiência	Observações
1A	RSO 1.1.	RPO035	Grau de concretização das atividades previstas no projeto	%	●	●	●	Indicador genérico, que depende da definição clara de 'atividades previstas'. A forma de cálculo não é clara quanto à contabilização das atividades (nº, montante associado, etc). Não permite avaliar realizações específicas deste OE, o que o torna pouco relevante
	RSO 1.3.	RPO001	Mercados alvo, comunitários e terceiros, objeto de intervenção relevante	Nº	●	●	●	A bateria de indicadores de realização no OE1.3 revela assimetrias no nível de detalhe dos indicadores mobilizados nas TO de Investimento Empresarial Produtivo (RPO008) e Internacionalização das empresas (RP001; RP003; RP004; RP006; RP009). Neste último caso, considera-se o nº de indicadores de realização excessivo, e porventura redundante (por ex. RPO003 e RPO004). O indicador RP001 é pouco claro quando à
		RPO003	Ações de prospeção e captação de novos clientes nos mercados externos	Nº	●	●	●	
		RPO004	Presenças em feiras e certames internacionais	Nº	●	●	●	
		RPO006	Lojas próprias online criadas	Nº	●	●	●	

PI	OE	Identificador	Indicador de Realização	Unidade de medida	Clareza	Adequação	Suficiência	Observações
		RPO008	Inovações introduzidas na empresa	Nº	●	●	●	metodologia de cálculo e oferece pouca informação quanto ao grau de novidade introduzido pelo apoio (ex. novos mercados). Os indicadores do Aviso-convite M2030-2025-27 – Internacionalização do Rum da Madeira (RPO010, RPO004, RPO124) são adequados às características do aviso.
		RPO009	Novas adesões a marketplaces	Nº	●	●	●	
		RPO010	Ações de promoção, disseminação e divulgação	Nº	●	●	●	
		RPO098	Ações de capacitação	Nº	●	●	●	
		RPO124	Presenças em feiras e certames internacionais (sem participação de PME)	Nº	●	●	●	
2A	RSO 2.5	RPO087	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa	Equivalente de população	●	●	●	Adequada a inclusão do indicador.
	RSO 2.6	RPO011	Estudos (Planos de Ação) produzidos	Nº	●	●	●	Adequada a inclusão do indicador face à tipologia de operação.
	RSO 2.7	RPO011	Estudos (Planos de Ação) produzidos	Nº	●	●	●	Adequada a inclusão do indicador face à tipologia de operação.
4A	ESO 4.6	EECO02	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Pessoas	●	●	●	Adequada a inclusão face à insuficiência dos indicadores de Programação.
		EECO10	Pessoas que completaram o ensino secundário ou estudos pós-secundários	Pessoas	●	●	●	Adequada a inclusão face à insuficiência dos indicadores de Programação.
		EESO19	Participantes apoiados em cursos de dupla certificação	Pessoas	●	●	●	Adequada a inclusão face à insuficiência dos indicadores de Programação.
	ESO 4.7	EEPO015	Taxa de encaminhamentos	%	●	●	●	Adequada a inclusão do indicador.
	ESO 4.8	EEPO021	Participações de pessoas com deficiência e incapacidade em formação	Nº	●	●	●	Adequada a inclusão do indicador.

Legenda: ● Elevada clareza/adequação/suficiência; ● Moderada clareza/adequação/suficiência; ● Fraca clareza/adequação/suficiência;

¹A avaliação dos indicadores de realização das ITI será avaliada em ponto próprio no âmbito da QA12.

A.7.1.4 Indicadores de resultado das operações mobilizados em avisos (até 30.09.2025)¹

PI	OE	Identificador	Indicador de Resultado	Unidade de medida	Clareza	Adequação	Suficiência	Observações
1A	RSO 1.3	RPR001	Volume de negócios	%	●	●	●	Os indicadores são globalmente adequados, no entanto observam-se potenciais redundâncias entre indicadores distintos que medem uma mesma dimensão (ex. RPR004, RPR139). Sugere-se ainda harmonização para evitar duplicação de indicadores (ex. RCR01 e RPR003)
		RPR002	Valor acrescentado por trabalhador	%	●	●	●	
		RPR003	Postos de trabalho criados - Ano cruzeiro	ETI anuais	●	●	●	
		RPR004	Intensidade das exportações no pós-projeto	%	●	●	●	
		RPR007	Entidades envolvidas em ações coletivas apoiadas	Nº	●	●	●	
		RPR008	Intensidade exportadora das PME nos setores apoiados	%	●	●	●	
		RPR139	Dinâmica de exportações	%	●	●	●	

PI	OE	Identificador	Indicador de Resultado	Unidade de medida	Clareza	Adequação	Suficiência	Observações
		RSR23	Empregos qualificados criados	Nº	●	●	●	
	1R	RPR137	Empregos mantidos nas entidades apoiadas	ETI anuais	●	●	●	Adequada a inclusão do indicador.
2A	RSO 2.5.	RPR095	Redução das perdas reais de água em sistemas com menos de 20 ramais por km de rede	%	●	●	●	Adequada a inclusão dos indicadores.
		RPR100	Alojamentos abrangidos com avaliação satisfatória no cumprimento dos parâmetros de descarga	%	●	●	●	
		RPR145	Incremento de Alojamentos que passam a ter serviço de drenagem	%	●	●	●	
		RPR146	Redução das ocorrências de Inundações com origem no sistema de saneamento	%	●	●	●	
	RSO 2.6.	RPR062	População abrangida pelas ações apoiadas	Pessoas	●	●	●	Adequada a inclusão do indicador.
	RSO 2.7.	RPR062	População abrangida pelas ações apoiadas	Pessoas	●	●	●	Adequada a inclusão do indicador.
3A	RSO 3.1.	RSR19	Volume de mercadorias movimentadas nos Portos intervencionados	mil Ton/Ano	●	●	●	Adequada a inclusão dos indicadores.
		RPR033	Passageiros movimentados nos portos intervencionados	Passageiros	●	●	●	
4A	ESO 4.6	EEPR002	Taxa de conclusão ou não desistência na operação	%	●	●	●	De acordo com a fórmula de cálculo, o indicador refere-se à taxa de não desistência na operação, pelo que se sugere a simplificação da sua designação. Seria mais relevante incluir o indicador da Taxa de conclusão (com sucesso) na operação como indicador de resultado. O indicador "taxa de não desistência" seria mais adequado como indicador de acompanhamento.
		EECR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Pessoas	●	●	●	Adequada a inclusão do indicador
	ESO 4.7	EESR07	Adultos apoiados nos Centros Qualifica em processo RVCC ou certificados decorrente desse processo	%	●	●	●	Sugere-se a clarificação da designação do indicador como "Taxa de não desistência de adultos apoiados nos Centros Qualifica em processo RVCC", dada a fórmula de cálculo.
	ESO 4.8	EEPR027	Participações certificadas de pessoas com deficiência e incapacidade em formação	%	●	●	●	Adequada a inclusão do indicador.

Legenda: ● Elevada clareza/adequação/suficiência; ● Moderada clareza/adequação/suficiência; ● Fraca clareza/adequação/suficiência;

¹ A avaliação dos indicadores de resultado das ITI será avaliada em ponto próprio no âmbito da QA12.

A.7.1.5 Indicadores de acompanhamento mobilizados em avisos (até 30.09.2025)

PI	OE	Identificador	Indicador de Acompanhamento	Unidade de medida	Clareza	Adequação	Suficiência	Observações
1A	RSO 1.3	RPA001	Intensidade Exportadora	%	●	●	●	O indicador de acompanhamento é adequado no contexto da tipologia de operação (Investimento Empresarial Produtivo)
		RPA002	Emissões de GEE	%	●	●	●	O indicador não é suficientemente claro. Requer uma definição de "GEE" que seja clara e compreensível pelos beneficiários para que possa ser mensurável. Também não é clara a sua forma de cálculo, nomeadamente qual a unidade de medida das "Emissões de GEE" sobre as quais será calculada a respetiva redução, sendo que deverá ser utilizada uma medida internacionalmente padronizada (ex. tCO2e). Note-se ainda que o valor do indicador "Redução das emissões de GEE na empresa apoiada", conforme a fórmula de cálculo prevista, poderá ser erróneo no quadro de um aumento da produção na empresa apoiada no âmbito dos Avisos Inovação 2030 (que é tipicamente o resultado esperado nesta tipologia de operação – Investimento Empresarial Produtivo), não sendo o melhor indicador para medir a melhoria da eficiência ambiental dos processos produtivos neste contexto.
2A	RSO 2.1	RPA002	Emissões de GEE	%	●	●	●	O indicador não é suficientemente claro, pelos motivos mencionados acima.
	RSO 2.5	RPA024	Redução das perdas reais de água em sistemas com 20 ramais ou mais por km de rede	%	●	●	●	Indicadores de acompanhamento adequados e pertinentes.
		RPA025	Redução das perdas reais de água em sistemas com menos de 20 ramais por Km de rede	%	●	●	●	
		RPA026	Consumo médio de energia	Kwh/m3.100 m	●	●	●	

Legenda: ● Elevada clareza/adequação/suficiência; ● Moderada clareza/adequação/suficiência; ● Fraca clareza/adequação/suficiência;

technopolis
group 

www.technopolis-group.com



Secretaria Regional
das Finanças